

Defesa Nacional

MAIO
1948

NÚMERO
408

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES Diretor Presidente
Ten. Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ Diretor Secretário
Major BELARMINO NEVES GALVÃO Diretor Gerente
1.º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA Auxiliar

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil - Rio de Janeiro, MAIO de 1948

N. 408

SUMÁRIO

	Pág.
EDITORIAL	3
HOMENAGEM — O sacrifício heróico de Jean Maridor	7
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A propósito da reestruturação — Cel. João Vicente Sayão Cardoso	11
A Engenharia nas missões de combate — Ten-Cel. Alberto Ribeiro Paz	17
Perguntas e Respostas — Ten-Cel. Newton Franklin do Nascimento	27
O Concurso de Admissão á E. E. M. — Problemas táticos correspondentes — O Regimento de Cavalaria a Cavalo na defensiva — Major Paulo Enéas	29
A Artilharia de longo alcance e os aviões de reconhecimento — Major Aírton Salgueiro da Freitas	41
Possibilidades de fogo das unidades de art. constituídas á base de baterias a 4 e a 6 peças — Cap. Nilton Freixinho	45
O Odôgrafo terrestre M-1 — Cap. Délio Barboza Leite	57
O Tiro das Metralhadoras — Cap. Maura Neto	69
A Secção de Manutenção da Sub-Unidade — 1.º Ten. Everaldo de Oliveira Reis	75
Metralhadora Browning — Asp. Gustavo Lisboa Braga	79
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O Moral — Trad. do Cel. Renato Batista Nunes	99
O Pan-Americanismo no quadro geral da Civilização Ocidental — Cel. J. B. Magalhães ..	103
A Ocupação de Marte — Trad. do 1.º Ten. Diógenes Vieira Silva	121
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
A Batalha de Tuiuti — Cap. Henrique Oscar Wiederspahn	129
A primeira Batalha de Guararapes (Notas bibliográficas) — Cap. Francisco Ruas Santos ..	141
Dados sobre a Mandurá Britânica, os Falklands ou Malvinas e sobre a Antártida — Cap. Hugo de Sá Campelo Filho	151
Sucre — Marechal e Soldado — Trad. do 1.º Ten. Diógenes Vieira Silva	157
OPINIÕES	
Plano para a Instrução Militar do Brasil — Major Cyro Furtado Sodré	165
Conservar Melhorando — Ten. Heraldo de Oliveira Mota	173
DIVERSOS	
Informações Militares	175
Da Província	181
Noticiário & Legislação	183

EDITORIAL

Neste ano de 1948, sob perspectivas as mais sombrias iniciou-se, entre nós, o mês de Maio, o mês romantico, o mês das flores...

Notícias alarmantes vindas de outras terras afirmavam que o dia 1.º de Maio, data universalmente consagrada á festa do Trabalho seria assinalado por uma série de tragédias tenebrosas.

Ao invéz de comemorações festivas em que se vissem conjugados os sentimentos de amizade e de fraternidade entre os trabalhadores de tôdas as classes, assistiríamos á execução de um terrível plano de sabotagem, preparado com os requintes de crueldade por especialistas no assunto, visando roubar a tranquilidade á Família Brasileira e estabelecendo um regimen de terror, propícia ao desenvolvimento da luta social que, todos sentimos, nos atingirá ameaçadora se não tomarmos a tempo e com inteligência e sabedoria, as contra-medidas indicadas pela experiência de outros povos.

Os desastres ferroviários espetaculares, as explosões arrasadoras de depósitos de material bélico, as causas ignoradas ou suspeitas de incêndios pavorosos, as tragédias aéreas frequentes e inexplicáveis, tudo já ocorrido ou evitado a tempo, teria sido o prenúncio do que iria acontecer a 1.º de Maio e, talvez, se prolongar por tempo imprevisível.

Proibidos os comícios e as reuniões em público. Determinada ativa vigilancia a tôdas as Polícias. Estabelecida rigorosa prontidão para as Forças Armadas. O povo alarmado e temeroso.

Esse o ambiente em que, neste ano de 1948, se aguardou no Brasil o despontar da manhã do 1.º de Maio.

Felizmente que tudo não passou de um pesadelo. A ordem não foi alterada. As comemorações que se realizaram em todo o Território Nacional, embora sem a espetaculosidade de outros tempos, não foram perturbadas por cenas desagradáveis.

Ainda uma vez a índole pacífica e ordeira do Povo Brasileiro não foi desmentida.

Podemos pensar, mais tranquilos, em festejar outras datas deste mesmo mês, as quais, nos são por igual caras e cheias de tradição.

Assim teremos já a 8 de Maio o terceiro aniversário da assinatura do armistício que pôs termo á Segunda Grande Guerra Mundial.

E essa data, palpitante e expressiva para tôda a Humanidade, será por certo, condignamente festejada.

A seguir o 13 de Maio nos relembará, na grandeza do seu civismo, o término da campanha histórica da Abolição da Escravatura.

Essa campanha, nas fases sucessivas do seu desenvolvimento: Supressão do tráfico — Euzébio de Queiroz; Lei do ventre livre — Visconde do Rio Branco; Lei dos sexagenários — Barão de Cotegipe; Bloqueio do movimento de negros para o Norte e para Sul — Jangadeiros do Ceará; Propaganda intensa, libertação em massa — José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e muitos outros; Repulsa do Exército á função de "Capitão do Mato" — Club Militar Deodoro da Fonseca; Finalmente, a completa Abolição — Isabel, a Rendentora; far-nos-á, sem dúvida, evocar velhos princípios supostos ausentes naquela época, mas cuja atualidade, expressa pelos clamores que se ouvem quer nas ruas, quer na imprensa e quer no parlamento, é notória: "a dignidade da vida humana; o liame fraterno da criação, a imoralidade imanente de uma vida social fundada na injustiça e no mal". (Calógeras — Formação Histórica do Brasil).

Por fim o 24 de Maio, para nós do Exército tão cheio de significação, avivará na nossa memória, em traços cada vez mais profundos, a inolvidável vitória de Osório na "mais notável de tôdas as batalhas até hoje ocorridas na América do Sul" — A BATALHA DO TUIUTI!

EDITORIAL DO MÊS DE ABRIL

Na segunda página do nosso Editorial do mês de Abril, o nome de Tiradentes, por lamentável lapso de impressão saiu como sendo JOSÉ JOAQUIM DA SILVA XAVIER quando, na realidade, é JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER.

O SACRIFICIO HEROICO DE JEAN MARIDOR



"É muito difícil..." respondia MARIDOR aos chefes que lhe recomendavam prudência.

"IL EST PEU DE RÉGLES DE VIE QUI SOIENT ABSOLUMENT VRAIS DANS TOUS LES CAS. EN VOICI UNE CEPENDANT QUI S'APPLIQUE AVEC RIGUEUR À LA VIE MILITAIRE: — ÊTRE TOUJOURS VOLONTAIRE POUR TOUTES MISSIONS DIFFICILES ET DANGEREUSES.

CETTE RÉGLE NE VOUS CONDUIRA PEUT ÊTRE PAS À L'ÂGE DE LA RETRAITE, MAIS VOUS MÈNERA PROBABLEMENT À LA GLOIRE, ET SUREMENT À L'ESTIME DE VOUS-MÊME.

(GENERAL CLEMENT GRANDCOURT).

N. da R. — Quando um homem excede as próprias possibilidades humanas, com aquela coragem indômita que vence até os impulsos do instinto de conservação e esquece a morte, para só ouvir o que considera como um apêlo do dever, torna-se um imperativo de justiça perpetuar-lhe a memória narrando e divulgando seus feitos sobrehumanos.

É o que faz "A Defesa Nacional", transcrevendo do livro "A França e seu Império na Guerra" este relato referente à personalidade inulgar de Jean Maridor, e que dedicamos especialmente aos nossos camaradas das Forças Aéreas Brasileiras.

Jean Maridor era um filho do povo da França, que se revoltara contra a derrota. Fez parte do primeiro grupo daqueles que, em junho de 1940, escaparam de nosso país, para continuar a combater e pôr suas espadas ao serviço do homem que representava a única esperança da França.

Cabo piloto, apenas diplomado, saído recentemente das escolas francesas, era voluntário para tudo quanto lhe permitisse combater. Foi-lhe preciso, entretanto, ingressar nas escolas britânicas e nos centros especiais de adaptação à guerra moderna.

Já piloto de alta classe, atirador maravilhoso, foi logo declarado apto para combater. Incluíram-no no Esquadrão britânico n.º 91, com um ou dois outros pilotos franceses que, aliás, foram colhidos pela morte mais tarde. Esse Esquadrão ti-

nha um nome típico : o "Tim Crow Squadron" — o Esquadrilha do Corvo.

Sua finalidade : a vigilância do inimigo, o controle de todos os portos da MANCHA, o ataque a qualquer avião, a toda a atividade marítima, a toda a manifestação do inimigo.

Esta equipe tornou-se rapidamente lendária; seus pilotos eram especialistas do mau tempo. Não podiam, evidentemente, apresentar-se nos portos ou nas costas francesas por um tempo claro e de visibilidade absoluta : agiam como salteadores, aproveitando-se do mau tempo, dos céus baixos, de todas as nuvens que lhes permitissem chegar do imprevisto. Era-lhes necessário, a seguir, penetrar na zona do porto a toda a velocidade, picando rente aos navios e molhes, acossados por milhares de dardos de fogo, que eram os obuses traçantes, a persegui-los sem tréguas.

Nesse grupo de "arrisca tudo", um homem se salientava : JEAN MARIDOR, nosso ex-cabo, cuja virtuosidade, coragem inflexível e reputação de intrepidez, cresciam a cada um de seus vôos.

Atacava tudo : vedetas lança-torpedos, os famosos navios FLACK, terror dos aviadores, os aviões e, notadamente, os portos da MANCHA.

Para esse homem indomável que nenhuma ordem formal impedia de combater, qualquer motivo, mesmo o mais fútil, servia para correr sozinho à aventura e escalar-se, a pleno motor, para o outro lado da Mancha, por sobre os portos da França que tão bem conhecia. Tudo isto, para juntar alguns navios a mais à sua relação, e levar aos franceses o reconforto das insignias tricolores passando rente aos telhados.

MARIDOR acumulou vitórias sobre vitórias, tanto contra aviões, contra navios, como contra comboios ou trens terrestres.

Devia repousar durante alguns meses, mas não sossegou enquanto não recommençou a combater.

Já se tornara célebre em toda a Inglaterra desde que, em FOLKESTONE, pu-

zera em fuga, primeiro sozinho, depois com o auxílio de dois camaradas, quinze Folk-Wulf alemães, abatendo dois em chamas e avariando alguns outros.

Por lhe haver poupado um bombardeio em picada, cruel e devastador, a população de FOLKESTONE presenteou MARIDOR com algumas garrafas de vinho da França, e sua esquadrilha foi felicitada.

Cada vez mais MARIDOR especializa-se em expedições reputadas impossíveis. No dia em que o tempo impedia o vôo, em que a tempestade se desencadeava, em que o teto de nuvens baixas impossibilitava qualquer expedição, MARIDOR decolava com seu SPITFIRE, não importa sob que pretexto : — uma sondagem meteorológica, uma experiência de avião, e lá-lo partindo sozinho, rente às cristas das vagas, sobre a MANCHA tempestuosa, varando para a costa da França.

Tinha particular afeição pelo HAVRE, sua cidade natal; penetrava literalmente no porto, esgueirava-se por entre as chaminés e os mastros dos navios, atacando-os a canhão e metralhadora e lançando a desordem entre o inimigo.

Ao voltar, era imediatamente chamado pelos seus chefes que o repreendiam e felicitavam ao mesmo tempo.

Vem o dia do grande ataque de 6 de junho, o desembarque. MARIDOR participou entusiasticamente do metralhamento dos primeiros dias. Para ele, foi uma época magnífica; inimigos, havia-os por toda a parte. Bastava chegar a não importa que estrada para encontrar carros, caminhões, comboios. Pouco tempo depois, porém, manifestou-se a reação alemã com as bombas voadoras, a famosa V-1.

O "Esquadrão do Corvo" possuía no momento, os melhores aviões, os mais rápidos; eis por que foi retirado da batalha da NORMANDIA e empregado na perseguição da nova arma secreta.

MARIDOR, a princípio, ficou desolado; depois, como sempre, entusiasmou-se e, com a vontade inabalável que o animava,

apaixonou-se nessa luta contra a arma insidiosa.

De sua base situada na costa sul da Inglaterra, decolava ao primeiro alerta, precipitava-se sobre o pequeno "robot" escuro que passava cego e insensível, e ia semear a morte na cidade de Londres. MARIDOR atacava-o de perto, suas rajadas eram certeiras... e o "robot" explodia. O avião, avariado pelo choque da explosão, era reconduzido à Base pelo seu piloto, graças a prodígios de habilidade e virtuosidade.

A um de seus chefes, um oficial francês inspetor da base, que lhe dizia: "MARIDOR seja prudente, tenha cuidado", respondia com estas simples palavras: "É muito difícil ter cuidado". E novamente se precipitava sobre as bombas voadoras, sempre mais de perto, afrontando sempre os maiores riscos.

Uma delas, certo dia, teve uma reação diferente: em vez de explodir em pleno céu como as outras, ao ser atingida pelas balas e obuses picou para o solo, não sobre os verdes prados da Inglaterra, mas, ao contrário, sobre uma região habitada, sobre um hospital repleto de doentes e feridos.

MARIDOR não hesitou: lançou-se ainda mais de perto, investiu contra o "robot" e, a queima roupa, disparou seus últimos obuses; a massa bruta explodiu num enorme turbilhão de chamas e fumaça. O pequeno Spitfire de JEAN MARIDOR foi desmantelado, e seus destroços misturados aos da bomba voadora, espalharam-se em torno do hospital preservado, graças a esse sublime sacrifício.

Foi assim que terminou a odisséia desse Francês que, durante quatro anos, viera brincando com a morte.

COLABORADORES ATENÇÃO!

Reiteramos o pedido já por diversas vezes feito, para que corrijam os originais antes de remetê-los à redação desta revista. A falta dessa revisão aumenta o número de erros das provas tipográficas, concorrendo, portanto, para aumentar o atraso da impressão. Falta-nos pessoal e tempo para ler e corrigir previamente todos os originais. Cooperem conosco, senhores colaboradores.

São constantes os seguintes erros datilográficos, dentre muitos outros: inflingir, por infligir — hilariedade, por hilaridade — metereológico, por meteorológico — intemerato, por intemorato — emigrar, por imigrar, e vice-versa — quasi, por quase — sinão, por senão — porque? em vez de por que? — intensão, por intenção — etc.

A acentuação das palavras é outra fonte de erros constantes.

A PROPÓSITO DA REESTRUTURAÇÃO

Cel. JOÃO VICENTE SAYÃO CARDOSO

III

Dia de Nossa Senhora das Graças, depois de uma jornada afanosa, preparava-me para fazer o quilo, após o jantar, quando chegou o meu velho camarada, com quem tenho mantido estas palestras sobre a reestruturação do Exército.

— “Então, como te fôste de férias lá pelos pagos?” —
“Como encontraste a coisa por lá?”

— Passei muito bem, creio mesmo que lucrei algumas grammas. Não sei, porém o que queres dizer com a coisa por lá.

— “Isso é maneira de dizer: que tal a vida, muito cara, fartura, câmbio negro, etc... etc...”

— Quanto a isso, as coisas por lá, estão mais ou menos do mesmo modo que em todo o Brasil, apenas o ambiente é menos agitado, mau grado certos visitantes importunos.

— “E a região, que tal?”

— Não fui ao Rio Grande a serviço, de forma que empreguei todo o meu tempo visitando parentes e amigos, sobrando pouco para as atividades profissionais. Assim mesmo, consegui terminar a tradução de um regulamento, nas horas de folga. Quanto à nossa 3.^a R. M. deixei P. Alegre no momento em que se iniciavam as manobras. Parece que tudo

vai bem, pelo menos foram as informações que me deram os camaradas com quem palestrei.

— “Vamos deixar de perfumarias e entrar no assunto que me trouxe aqui. Porque é que a Diretoria de Armas pertence ao Estado Maior do Exército e não a um dos Departamentos, como as demais?”

— Está aí uma pergunta que não tem razão de ser depois do que te disse na nossa primeira palestra sobre a reestruturação. A Diretoria de Armas, como a Diretoria do Ensino e a Escola de Estado Maior, deveriam ser os laboratórios, onde o Estado Maior do Exército faria as suas experiências, suas pesquisas e aperfeiçoaria o instrumento que é o Exército.

— “Deveriam ser? Quer dizer que não são?”

— Não. Pelo que ficou estabelecido na regulamentação, apenas a Diretoria do Ensino e a Escola de Estado Maior, estão em condições de fazer pesquisas e experimentações, de forma que a Diretoria de Armas age como uma verdadeira Sub/Chefia do Estado Maior.

— “Olhe, isto para mim é completamente novo”.

— Não admira, porque já ouvi de um oficial de Estado

Maior, que essa Diretoria era lugar para procurar o que fazer!!... Quero dizer com isto que há muita gente, alguns mesmo, melhores colocados do que tu e que ainda não perceberam as finalidades da Reestruturação. Vou te fazer uma pergunta: quem deve fixar os quadros de efetivos das Unidades de Emprêgo das Armas?

— “Naturalmente o Estado Maior do Exército”.

— Muito bem, mas no Estado Maior do Exército qual o órgão encarregado do estudo desses efetivos, de acôrdo com o material e com as finalidades, isto é, com os efeitos que se quer obter?

— “Creio ser a Primeira Secção; não é ela que trata de efetivos?”

— A primeira vista parece ter razão, mas é preciso não confundir efetivo de Unidade de Emprêgo das Armas, com efetivo de Unidade de Emprêgo do Exército; uma é uma questão técnica de cada arma e essencialmente ligada aos elementos materiais de que se utiliza e aos efeitos que se quer obter desses elementos; a outra é uma questão de ordem tática e estratégica, essencialmente ligada aos problemas nacionais da guerra.

— “Hum! Hum!... em que aperturas me fui meter, falar em dinheiro na casa de usurário. Queres dizer que os efetivos das armas devem ser fixados por essa Diretoria”.

— Não é bem isso, essa Diretoria é o órgão do Estado Maior do Exército, esse é que fixa o efetivo, mas é ela que o estuda, propõe e verifica. Deveria também experimentar e

pesquisar se as Unidades Escolas estivessem sob o seu contrôle, mas como não estão, o seu papel neste particular é meramente burocrático.

— “Mostre-me isso de um modo preciso”.

— Vamos exemplificar de um modo esquemático e simples, de forma que possas compreender a separação de funções, evitando os casos particulares controvertidos. Suponhamos que foi fixado um plano de guerra pelo Governo, não nos interessa aqui saber qual o órgão que o fixou, nem tão pouco saber o que contem esse documento em suas minúcias, interessa-nos porém, e muito, o que aí deve figurar como Missão para as Forças Armadas. Caberá ao Estado Maior do Exército estudar e propor uma solução para a parte que tocar ao Exército nessa Missão. Dêsse estudo da Missão em face da Situação, isto é, da Missão em face do Terreno (Teatros de Operações) e das possibilidades do Inimigo (ou dos inimigos), resultará uma solução representada por:

- uma atitude a tomar; e
- um mínimo de meios.

Pintei todo este quadro para que melhor compreendas que esse mínimo de meios é representado por um certo número de Unidades de Emprêgo do Exército, cujos efetivos são estudados pela Primeira Secção, experimentados em manobras, modificados de acôrdo com as possibilidades materiais do país e com os efeitos desejados pelo próprio Estado Maior para poder tomar a atitude a que já me referi.

— “Bem, mas até agora não vi aparecer a nossa Diretoria!...”

— Não me deixaste acabar de pintar o quadro, como é que já queres conhecer o personagem? Não, meu caro, até agora não chegou a vez dessa Diretoria, porque só tratamos de Unidades de Emprêgo do Exército, e, como não deve ir “o sapateiro além da chinela”, não estamos ainda no âmbito de suas atribuições. Mas... continuemos na nossa exemplificação. Não nos interessa também agora, saber como a Primeira Secção reúne os dados necessários ao seu trabalho, como recebe as informações, como age junto aos outros órgãos do Exército. O que nos interessa, no momento, é saber que a fixação desse mínimo de meios decorre também de um estudo da Terceira Secção sobre os efeitos a obter de cada Unidade de Emprêgo do Exército.

— “Bem, recapitulando temos grosso: Unidades de Emprêgo do Exército e Efeitos a obter de cada uma delas”.

— Muito bem, agora já se está aproximando o momento da entrada em linha da “Diretoria de Armas”. Esta recebe das Primeira e Terceira Secções do Estado Maior do Exército os elementos básicos para os seus trabalhos. Efetivos globais para as diferentes armas componentes das Unidades de Emprêgo do Exército, para estudar os efetivos das Unidades de Emprêgo das Armas, assim como, os efeitos a obter das diferentes armas nas Unidades de Emprêgo do Exército, para estudar os efei-

tos a obter nas diferentes Unidades de Emprêgo das Armas.

— “Então, a Diretoria de Armas na realidade é quem estuda a tática das armas?”

— Exatamente, mas continuemos, é a Diretoria de Armas que estuda os efeitos e as possibilidades das Unidades de Emprêgo das Armas, consequentemente, estuda também o seu emprêgo tático e técnico. Tudo que se relaciona com essas unidades das armas em tempo de paz e de guerra, isto é, na instrução e na campanha.

— “Está muito bem, já entendi. Mas só para isso se necessitava criar uma Diretoria? podia ser como antigamente, uma sub/secção das Secções do Estado Maior do Exército que se encarregasse desse serviço. Lembro-me muito bem, que há muitos anos, uma vez visitando o Estado Maior do Exército, lá te encontrei com as provas da 2.^a parte do Regulamento de Emprêgo e do Tiro de Artilharia, o “amarelinho”, como depois ficou conhecido entre os artilheiros. Tratava-se de um regulamento de emprêgo tático, não?”

— Sim, mas é necessário centralizar esse trabalho, num só órgão que trate de efetivos e efeitos e portanto não se trata sómente de fazer um regulamento, mas todos os regulamentos, é necessário estudar e acompanhar a aplicação, corrigir e melhorar; de tempos em tempos, remodelá-los ou refundi-los completamente, de acordo com os progressos materiais. Napoleão em seu tempo dizia que a tática se modificava de 10 em 10 anos, o que diria agora se estivesse entre nós,

nesta éra de propulsão a jato e de energia nuclear?

— “Está muito bem, quanto aos regulamentos táticos e técnicos das armas, sua organização e seus efetivos, mas é só esse o trabalho da Diretoria?”

— Não, meu caro, ainda tem outras funções gerais que são a instrução, seus métodos e dotações, bem entendido somente no que diz respeito particularmente a cada arma. Mas tem um trabalho que é muito mais sério, que é acompanhar a execução para poder propor as modificações e experimentações. Caso queiras maiores pormenores procura ler o regulamento da Diretoria, certamente lá encontrarás muita coisa que a nossa palestra não comporta. Mas... cuidado, não vás interpretar o “carro adiante dos bois”.

— “Que queres dizer com isso?”

— É que quando se raciocina dessa forma cerceiam-se as faculdades criadoras do homem, de forma a transformá-lo em mero repetidor, em autômato, mata-se o estímulo e a iniciativa. Não quero dizer com isso que se faça pura obra de imaginação não, mas que é para a frente que fica o progresso”.

— “Aonde queres chegar com esse exórdio”.

— Vou te explicar exemplificando: há muitos anos, cerca de vinte se me não falha a memória, andávamos ensaiando os primeiros passos no estudo da tática da arma de aviação na Escola de Estado Maior. Os materiais de que dispúnhamos, nessa época, eram muito

rudimentares e de características muito primitivas, procurávamos organizar trabalhos em que já fôssem estudadas situações mais evoluídas, tomando por base os progressos materiais do decênio 1918-1928. Assim o fazíamos por compreender que a Escola de Estado Maior, não pode ser apenas um instituto de pesquisas históricas, sobre guerras passadas e onde os professores se limitem a estudar o que se fez na última guerra. Pensava, como penso ainda hoje, que esse instituto, o mais elevado no ensino militar, deve preparar os seus alunos, futuros oficiais de Estado Maior e Chefes, para que a guerra não lhes traga surpresas extraordinárias, porque ordinariamente a guerra sempre traz surpresas e inovações. Essa maneira de agir corresponde a fazer previsões no campo do emprêgo tático e técnico, do mesmo modo porque se o faz no sentido de preparar reservas e estoques. Para pôr em prática essa ideia, fomos obrigados a compor um certo número de trabalhos que muito foram comentados, tanto entre os alunos, quanto entre os professores. Tivemos mesmo, numa certa manobra, de exercer uma função normalmente desempenhada por aluno do 2.º ou 3.º ano, isto porque queríamos fazer aparecer uma coisa, hoje considerada corriqueira e banalíssima nas operações aéreas: apoio às forças terrestres pelo fogo dos seus aviões apesar de não possuírmos nesse tempo os A20, os B26, os P47, etc... Assim também, quando digo estudar organizações e efetivos, estu-

dar emprêgo tático e técnico, deves compreender que não é partindo do que existe deficiente e obsoleto, no Batalhão de Piancó, que vamos estudar a organização, os efetivos, a tática e a técnica de emprêgo dos Batalhões de Infantaria.

— “Entendi, foi por isso que me advertiste para não pôr o carro adiante dos bois”.

— Exatamente, e também para que melhor compreendes-ses a minha frase quando expliquei que essa Diretoria devia ser um dos laboratórios do Estado Maior do Exército.

— “Muito grato pelo tempo tomado, creio já estar ficando tarde, de forma que vamos terminar por hoje. Até breve”.



MOINHO SANTA CLARA S.A.

INDÚSTRIA DE TRIGO

OS MELHORES PRODUTOS

FARINHA DE TRIGO

FARELO E FARELINHO

LARGO DO TESOURO Nº16
2º Andar - Salas 20 a 26

C. POSTAL 1559 - TEL. 25648
— SÃO PAULO —

A ENGENHARIA NAS MISSÕES DE COMBATE

ALBERTO RIBEIRO PAZ

Ten. Cel.

No início de cada período letivo da E. A. O., cumprindo o programa de estudo da "Cooperação e Emprêgo das Armas e Serviços", ao realizarmos como Instrutor de Engenharia a nossa habitual palestra sobre "Organização, Possibilidades e Características da Engenharia", quando afirmávamos alto e em bom som que na guerra moderna a Engenharia também combate pelo fogo passando as mesmas vicissitudes e pagando o mesmo tributo de sangue que sua Irmã, a Rainha das Armas, notávamos na assistência, constituída de Oficiais de tôdas as Armas e Serviços, uma certa manifestação de bom humor, como se estivéssemos a fazer blague.

Eram reflexos ainda existentes dos ensinamentos colhidos da Primeira Grande Guerra Mundial, da qual saiu a Engenharia como "arma do trabalho" que "só excepcionalmente combate pelo fogo", como dizia o nosso Regulamento para os Exercícios e o Emprêgo da Engenharia, editado ainda nos tempos da Missão Militar Francesa.

Não queremos "tirar diploma de valentes", nem pretendemos colocar em plano secundário os pesadíssimos encargos da nossa responsabilidade, quais sejam os trabalhos nas

estradas, nas pontes, nas minas, etc., mas precisamos pôr em evidência a notável evolução que se verificou no que diz respeito ao emprêgo da Engenharia no combate.

Esse emprêgo vem definido no novo Regulamento na forma seguinte:

"Ao cumprirem sua missão as tropas de Engenharia podem ser envolvidas no combate. Assim devem estar em condições de:

— participar ativamente na defesa contra tropas transportadas pelo ar ou mecanizadas, na defesa dos campos de minas e dos sistemas de obstáculos construídos nas estradas, na caça aos carros de combate;

— apoiar, com auxílio de explosivos, a transposição de obstáculos inimigos e a captura de posições fortificadas.

Muitas vezes são elas obrigadas a lutar para manter sua própria segurança quer em marcha, quer nos estacionamentos, quer no trabalho".

As tropas de Engenharia precisam estar perfeitamente treinadas no emprêgo do armamento e na tática da Infantaria".

"Em certas situações a Engenharia pode ser afastada dos seus trabalhos para receber uma missão de combate".

"Neste parágrafo estuda-se a organização e o emprêgo do Batalhão de Engenharia para o cumprimento de missões normalmente atribuídas à Infan-

taria". (FM. 5-6 "Manual de Campanha de Engenharia" — FM. 5-6 "Operations of Engineer Field Units").

EXEMPLOS

Na guerra de 1914-1918 já alguns casos de emprêgo da Engenharia em missões de combate foram assinalados.

Não se tratava, porém, em geral, de utilização conscienciosa de elementos da Arma em missões regulamentarmente previstas.

Era, quase sempre, o apêlo em momentos de pânico, para uma reserva improvisada, com sacrifício certo de trabalho importante e desgaste penoso de pessoal especializado de demorada formação e difícil substituição.

Positivamente foram exemplos que pouco recomendaram aos chefes por êles responsáveis.

Não há Oficial de Engenharia que não conheça o episódio narrado pelo Comandante BAILS em seu livro sobre emprêgo da Engenharia:

"Uma Companhia de Engenharia jogada de um lado para outro, ora sem missão, ora com missão imprópria. Houve um momento em que a referida Companhia passou à disposição de um Coronel Comandante de um Regimento de Infantaria. Esse Coronel colocou-a à disposição de um dos seus Comandantes de Batalhão. Por fim, o Major desvencilhou-se da Companhia de Engenharia pondo-a à disposição de uma Companhia de Infantaria comandada então por um Sargento"...

Na Segunda Grande Guerra Mundial as coisas se passaram de forma diferente. Dos Regulamentos já constava a missão de combate para a Engenharia e a previsão desse emprêgo se fazia normalmente.

O Tenente Coronel S. W. DZIUBAN, da Engenharia Norte Americana, em artigo intitulado "The Engineer Combat Battalion in the Infantry Role", na Revista "The Military Engineer", número de Dezembro de 1944, descreve como exemplo típico, a ação de um Batalhão de Engenharia empregado com missões de Infantaria em diversas situações de combate:

"No assalto à Sicília este Batalhão (Batalhão de Engenharia de Corpo de Exército), fazendo parte de um Regimento de Engenharia, dele foi separado para entrar na composição de um destacamento especial constituído de dois Batalhões de Desembarque, o Batalhão de Engenharia, um Batalhão de Engenheiros Químicos, um Batalhão de Engenharia de Praia e outras tropas de apoio.

Durante cerca de um mês o Batalhão de Engenharia foi submetido, em combinação com os demais elementos, a um treinamento em operações anfíbias preparatórias para o assalto.

A hora "H", o Destacamento desencadeou a operação sal-

tando em Gela com os dois Batalhões de Desembarque apoiados pelo Batalhão de Engenharia.

A missão durou cinco dias durante os quais o Batalhão de Engenharia manteve uma zona na defesa da cabeça de praia que fôra estabelecida.

Alguns elementos do Batalhão de Engenharia integraram também as forças que, para alargar a cabeça de praia, tomaram a ofensiva na direção de Butera.

O emprêgo próximo, como Infantaria, ocorreu em Saler-

no, quando o mesmo Batalhão, de novo destacado do Regimento, desembarcou ainda como Engenharia de Corpo de Exército, mas foi prontamente posto à disposição da 36.^a Divisão de Infantaria que lhe atribuiu a missão de manter, durante três dias, um quartelirão na defesa da cabeça de praia da citada localidade.

Nova missão surgiu imediatamente após o desembarque em Anzio: a defesa de uma frente de 8 km. (5 milhas) ao longo do Canal Mussolini, no flanco L da cabeça de praia.



Figura 1 — Guarnição de Engenharia vigiando a frente, no Canal Mussolini, com uma metralhadora calibre 30.

Esses empregos do Batalhão de Engenharia foram semelhantes a outros ocorridos no próprio teatro do Mediterrâneo.

Novos exemplos se verificaram nas operações desenvolvidas pelo 19.^o Regimento de Engenharia na defesa do Pas-

so de Kasserina, pelo 36.^o Regimento de Engenharia na defesa de Salerno e de Anzio, onde o Regimento manteve determinada frente durante quase seis semanas, bem como, nas empreendidas pelos 48.^o e 235.^o Batalhões de Engenharia em missões ofensivas no setor de Monte Casino".



Figura 2 — Engenheiros progredindo como infantes através uma brecha numa sebe, aberta pelo "Bulldozer".

Com referência ao nosso 9.º B. E., da F. E. B., nada encontramos, nesse sentido, registrado no respectivo "Relatório das Operações na Itália".

É preciso, porém, atentar para o reduzido efetivo que tinha a Engenharia na F. E. B.: Um único Batalhão Divisório.

Contudo, não nos podemos furtar à transcrição, data-vênia, de trechos de alguma forma ligados ao nosso tema, do artigo "A nossa Engenharia na Itália", de autoria do Capitão RAUL C. LIMA JUNIOR, publicado no número 404 da nossa Revista:

"Feita a distribuição e ordenação dos mineiros, a Infantaria sai da base de partida e lança o ataque. Entre eles, si observar bem, talvez vislumbre elementos um tanto dife-

rentes, com bastões de prova, além do armamento e mais algum equipamento de mineiro. Algumas vezes o bastão é guardado e o próprio fusil entra em cena e o soldado da Engenharia tem aí uma chance de combater como se infante fôra, matando e aleijando como pode. — Atirei num tedesco e foram só penas... como dizia um cabo mineiro, com um sorriso de satisfação".

"Nestas missões de acompanhamento no ataque, os soldados da Engenharia tiveram de se desdobrar em um pouco de infante e um pouco de engenheiro, fundidos na figura admirável de bravura do soldado brasileiro, que, quando entusiasmado no ataque, é de uma ação eletrizante, não medindo obstáculos nem sacrifícios".

A MISSÃO

Vejamos o que diz o Regulamento de Emprêgo da Engenharia:

"Em certas emergências, as unidades de Engenharia podem ser afastadas de seus trabalhos normais para receberem missão de combate.

Nessas circunstâncias, o Comandante da Engenharia, adverte ao Comando do escalão a que está subordinado, da influência que vai ter sobre a missão da Grande Unidade a interrupção dos trabalhos da Engenharia".

"A tática a ser empregada pelos engenheiros será a mesma dos infantés.

As possibilidades do Batalhão de Engenharia são, porém, inferiores às do Batalhão de Infantaria, por isso que entre eles há disparidades nos efetivos, na instrução e no equipamento".

"Por essa razão à Engenharia são atribuídas, de preferência, missões defensivas ao em vez de ofensivas.

Para compensar, em parte, as desvantagens, às unidades de Engenharia se atribuem sempre menores frentes:

Um Batalhão de Engenharia pode defender frentes de 600 a 1.400 metros (700 a 1.600 jardas) e atacar frentes de 500 a 600 metros (400 a 700 jardas)".

A simples leitura do texto regulamentar faz compreender a grande importância com que se apresenta para a Engenharia a missão de combate.

Como se sabe, é enorme a variedade dos trabalhos que essa Arma tem para executar nos

campos de batalha da guerra moderna e, além de numerosos, exigem eles, quase sempre, urgente execução.

Determinar a sua interrupção para que possam os engenheiros atuar como infantés, constituirá sempre para o Comando uma alta responsabilidade que ele só deverá assumir depois de bem pesados os prós e os contras e esgotados todos os outros recursos.

Não será nunca menor a responsabilidade da própria executante que ao ser, inopinadamente ou não, chamada a resolver uma situação grave, deverá estar em condições de bem cumprir a missão.

Disso resulta que o soldado de Engenharia antes de ser *engenheiro*, precisa ser bom *infante*.

Essa necessidade significa para a tropa de Engenharia:

1. Possuir flexibilidade suficiente para passar, sem perda de tempo, de um dispositivo de trabalho, mais ou menos disperso no terreno, para outro de combate, no qual as ligações e a coordenação das ações são essenciais;

2. Possuir instrução aprimorada na parte tática, por isso que, ao receber a missão raramente lhe será concedido tempo suficiente para um repasse nos exercícios de Infantaria, repasse esse tão necessário após longos períodos de emprêgo em missões de trabalho;

3. Possuir, em alto grau, espírito combativo para que nada fique a dever aos demais combatentes, nem venha a trair a confiança que lhe foi dispen-

sada, atrasando ou comprometendo no seu setor a operação planejada.

Da consideração dos exemplos já citados se conclui que, geralmente, as missões de combate são atribuídas à Engenharia de Corpo de Exército, uma vez que, os encargos de traba-

lho da Engenharia Divisionária são mais imediatos e mais prementes. A Engenharia de Corpo estará frequentemente, em melhores condições para ser afastada de suas funções normais, por curtos períodos, sem que daí decorram grandes prejuízos.

A ORGANIZAÇÃO

A Engenharia, atualmente, tem como unidade básica da sua organização o Batalhão de Engenharia.

Esse Batalhão, com aptidão para cumprir tôdas as missões

de trabalho atribuídas à Arma compõe-se, como se vê na figura 3, de: Comando e Estado Maior, Companhia de Comando e Serviços, Três Companhias de Engenharia, Destacamento de Saúde.

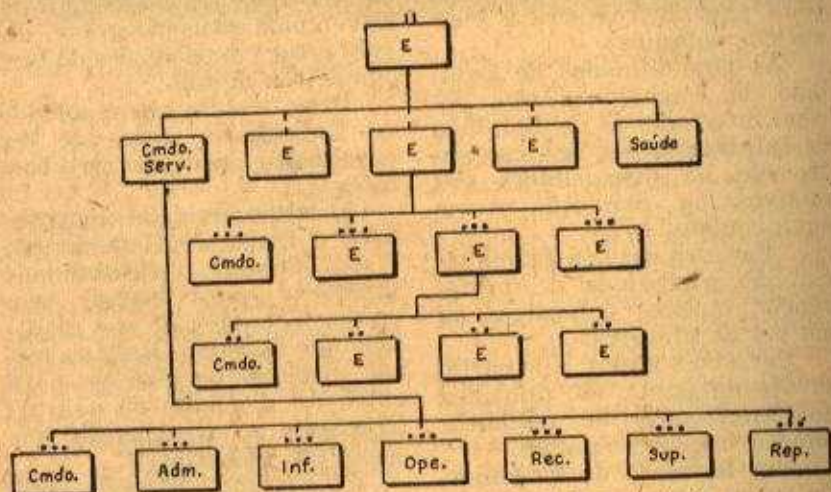


FIG.3 - Esquema da organização do Batalhão de Engenharia.

Para as missões de combate o Batalhão de Engenharia se reorganiza transformando-se numa unidade tipo Infantaria, compreendendo: Comando do Batalhão e seu Estado Maior, Três Companhias de Fuzileiros, Destacamento de Saúde, Escalão de retaguarda.

Cada Companhia de Fuzileiros compreende o Comando

da Companhia, Três Pelotões
de Fuzileiros e Um Pelotão de
Metralhadoras.

Os Pelotões de Fuzileiros se organizam em Comando do Pelotão e Três Grupos de Combate.

O Pelotão de Metralhadoras abrange o Comando do Pelotão e Três Seções de Duas Peças de calibre 30.

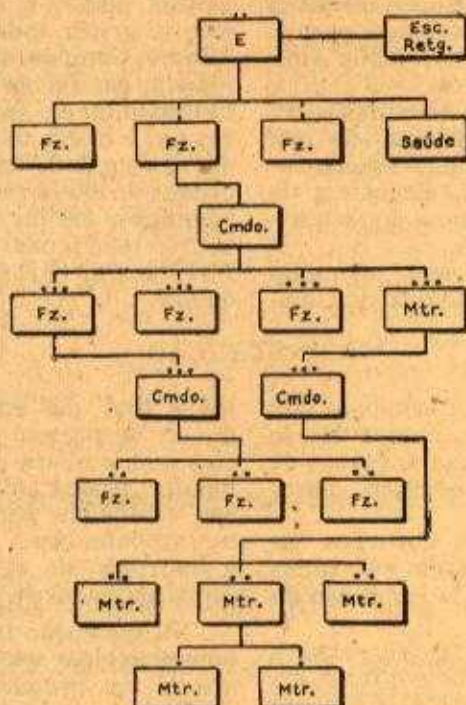


FIG.4—Esquema da reorganização do Batalhão de Engenharia para as missões de combate.

Na transformação citada, dois escalões se constituem:

1. *Escalão de frente* — abrangendo os elementos que de fato se engajam no combate.

2. *Escalão de retaguarda* — composto do material não necessário ao combate, como cosinhas, aparelhagem d'água, equipamento mecânico, etc. e do pessoal estritamente indispensável para manter a mobilidade, a segurança e a vida do escalão.

Exposta assim em linhas ligeiras a transformação sofrida pelo Batalhão ao passar da situação de trabalho para a de combate ela se apresenta com grande simplicidade.

Parece que, em última análise, tudo se resume na conversão sumária de pelotões de Engenharia a três grupos de trabalho em pelotões de fuzileiros a três grupos de combate, mais uma seção de metralhadoras.

Na realidade, porém, o problema é muito mais sério e muito mais complexo.

A transformação pode mostrar-se necessária a todo instante. É preciso, pois, que as Companhias de Engenharia acobertem no seu dispositivo de trabalho uma organização de Infantaria para a qual possam evoluir rapidamente.

Trata-se, assim, de possuir para todas as situações, em ca-

o elemento de Engenharia um elemento bem treinado para o exercício de determinada função de Infantaria.

Problema de comando e organização. Problema de instrução. Problema de suprimento de material. Problema de escassez de tempo e de necessidade de decisão.

O ideal só será atingido quando o Comandante da Com-

panhia puder, a qualquer momento, gritar indistintamente: "Como Companhia de Engenharia, em forma!" ou "Como Companhia de Infantaria, em forma!" e vir todo o pessoal da sub-unidade tomar, sob as ordens do chefe respectivo, sem hesitação, seu lugar correspondente, tendo nas mãos seja a ferramenta, seja a arma adequada.

A INSTRUÇÃO

As missões de combate não poderão ser bem cumpridas se não dispuserem as unidades de pessoal bem instruído nesse mister.

Dai resultam encargos suplementares a serem encarados na organização da instrução da Engenharia.

Por certo que não errará quem afirmar, como o faz o Tenente Coronel DZIUBAN em artigo já citado, que na instrução do Batalhão de Engenharia, um mais alto grau de proficiência deve ser atingido no preparo para cumprimento das missões de combate do que das de trabalho, por isso que, enquanto as deficiências no treinamento nestas acarretarão apenas um menor rendimento na sua execução, o que poderá ser corrigido por um controle maior sem prejuízos mais sérios, a unidade insuficientemente preparada naquelas, quer individualmente quer no conjunto, poderá não somente ser dizimada nos seus efetivos, como também, falhar inteiramente no cumprimento da missão recebida.

Em consequência, a instrução individual e a de especia-

listas têm que ser dadas sem que se despresem certas minúcias que, embora possam facilmente passar despercebidas, são essenciais para o sucesso no combate, como por exemplo, a instrução de observadores e de patrulhadores.

Na instrução individual um bom critério a ser adotado consistirá em preparar três homens para cada função de infante, como em geral se preparam três especialistas para cada função de engenheiro.

Duas finalidades serão assim atendidas:

— Poder prover às substituições consequentes das baixas;

— Poder prolongar, no tempo, os períodos de ação ou de trabalho.

Na instrução tática as ações do grupo e do pelotão precisam ser focalizadas com ênfase especial.

A Companhia e o Batalhão não poderão jamais atuar com sucesso se os grupos de combate e pelotões de que se compuserem não tiverem recebido uma boa instrução tática.

CONCLUSÕES

1. A instrução do soldado de Engenharia moderno é muito mais complexa que a do de qualquer outra Arma.

2. Isso porque, praticamente cada conscrito, no mesmo espaço de tempo que durar a conscrição, tem que ser transformado, com a mesma perfeição, cumulativamente, em dois soldados: o infante e o engenheiro.

3. Se o atual tempo de serviço militar era já conside-

rado curto para a formação do bom engenheiro, tornou-se insuficiente, tendo-se em vista o tempo consumido no preparo prévio do bom infante.

4. A despeito de tudo, os Comandantes de Engenharia, em todos os escalões, não podem descuidar-se nem por um só instante, da instrução tática de seus comandados, no que se refere ao combate de Infantaria.

Indústrias Cama Patente - L. Liscio S. A.

A maior fábrica de camas da América do Sul



MATRIZ: SÃO PAULO - R. RODOLFO MIRANDA, 97

FILIAIS: RIO DE JANEIRO - PORTO ALEGRE -

BELO HORIZONTE - BAÍA e RECIFE

Um homem de guerra deve ter tanto carater quanto espirito. NAPOLEÃO.

Vi, com meus próprios olhos, em circunstancias trágicas, inteligências brilhantes fracassarem com surpresa geral, e homens, figuras apagadas até então, mostrarem um julgamento sã e um carater firme, dominando os acontecimentos e inspirando a maior confiança. DEBENEY.

Errata do artigo "O CONCURSO DE ADMISSÃO A ESCOLA DE ESTADO MAIOR; *problemas correspondentes*" do Major Paulo Enéas Ferreira da Silva, publicado no número 406, de Março último da Defesa Nacional:

Páginas	Linhas	Onde se lê	leia-se
9	12,13 e 14	O CONCURSO DE ADMISSÃO A ESCOLA DE ESTADO MAIOR; uma solução para a questão de Cavalaria.	O CONCURSO DE ADMISSÃO A ESCOLA DE ESTADO MAIOR; problemas correspondentes. (X)
11	11	11.00 hs. de D-1	11.00 hs. de D+1.
13	(esquema)	Esquema das possibilidades do inimigo (anexo ao tema n.º 2).	Esquema n.º 1: possibilidades do inimigo.
14	28	esquema da página 12.	esquema da página 20.
15	14	O esquema mostra.	O esquema n.º 2.
16	6	defesa deste curso.	defesa desse curso.
16	38	às 11.00 hs. de D-1.	às 11.00 hs. de D+1.
18	29	um Btl (1 Cia).	um Btl (menos 1 Cia).
19	24	da pág. 12.	da pág. 20.
19	36	pág. 12.	pág. 20.
20	21	de amanhã (D-2).	de amanhã (D+2).
21	18	Na jornada de D-1.	Na jornada de D+1.
21	21	A D-2.	A D+2.
22	9	Desde o amanhecer de D-2.	Desde o amanhecer de D+2.
22	18	até 12.00 hs. de D-2.	Até 12.00 hs. de D+2.
22	20	13a. Cia de Eng (1 Seç).	13.ª Cia. Eng. (menos 1 Seção).
22	25	a jornada de D-1.	A jornada de D+1.
23	24	11.00 hs. de D-1.	11.00 hs. de D+1.
24	15	Na noite de D-1/D-2.	Na noite de D+1/D+2.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

(Notas compiladas pelo então Cap. Newton Franklin do Nascimento).

"Na arguição deve-se, obrigatoriamente, primeiro fazer a pergunta, para depois indicar quem a vai responder, obrigando assim a que todos reflitam". — (R. n.º 13 — 2.ª Parte — Título I — final do artigo 19).

I — DAS PERGUNTAS FEITAS PELOS INSTRUTORES

O instrutor, ao preparar as perguntas que deseja submeter aos instruendos, deve cingir-se aos seguintes princípios gerais, contidos em todos nossos regulamentos:

1.º) — A boa arguição oral é extremamente importante para o bom rendimento da instrução, pois, as perguntas centralizam a atenção no ponto em discussão e atraem-na, quando esta apresenta tendência para desviar-se.

2.º) — Deve-se primeiro fazer a pergunta a toda a turma e esperar um pequeno espaço de tempo, antes de se dirigir ao instruendo, pedindo-lhe a resposta, pois isto deixa tempo para reflexão e não dispensa toda a turma, também, da necessidade de pensar.

3.º) — Não se deve dirigir aos instruendos em ordem regular, desde que se assegure de que nenhum é esquecido.

4.º) — O recruta não deve ser interrompido ao res-

ponder, exceto quando se vai corrigir um erro tão grave que torne indispensável a interrupção para bem acentuar a correção.

5.º) — Algumas vezes é bem útil fazer com que outro recruta aponte os erros das respostas dadas por seu companheiro.

6.º) — Não se deve auxiliar o instruendo que faz uma exposição.

7.º) — As perguntas que sugerem, ou já encerram em si as respostas, são inúteis e devem, portanto, ser banidas dos questionários organizados pelo instrutor.

8.º) — O instrutor deve exigir respostas exatas, expressas claramente, completas e sem digressões.

9.º) — Deve-se ter especial cuidado em não permitir que as perguntas se tornem irritantes ou possam causar ressentimentos, pois o instrutor

não se acha diante da turma para a humilhar, mostrando-lhe quão pouco ela sabe, mas para fazê-la pensar, aprender e raciocinar.

10.º) — As perguntas devem ser claras, formuladas em termos que estejam ao alcance dos instruendos e encaminhadas para um objetivo definido,

sem nunca descer à familiaridade e à gíria.

11.º — Uma excelente forma de arguição é o questionário escrito preparado pelo instrutor, para que o aluno examine o assunto, para fixar idéias e apresente respostas bem dadas, úteis para si e toda a turma.

II — DAS PERGUNTAS FEITAS PELOS INSTRUENDOS

As perguntas feitas pelos instruendos, podem ser de três tipos:

1.º) — As perguntas descabidas, imprudentes, destinadas a desviar a atenção do instrutor, como as feitas por aqueles que se querem insinuar ou fazer sua auto propaganda. Se o instrutor perceber que a pergunta é deste tipo, deve frisar o seu ridículo, procurando corrigir o instruendo.

2.º) — As perguntas que são muitos fáceis ou muito difíceis para a maioria da turma, podendo, portanto, ser consideradas perguntas desnecessárias. A resposta a estas perguntas deve ser adiada até o fim da instrução, devendo ser dada a quem a fez, por não interessar aos demais.

3.º) — As perguntas que merecem atenção. Elas indicam pontos que não foram de-

senvolvidos satisfatoriamente, pelo instrutor. Devem ser respondidas imediatamente, em benefício de toda a turma, fazendo-se um registro delas, a fim de que no futuro não se necessite formulá-las.

A propósito, desejo fazer uma recomendação aos leitores. Quando tiverem qualquer dúvida e, em consequência, uma pergunta a fazer, reflitam, para se certificarem se a mesma se enquadra perfeitamente ao terceiro tipo. Além disso, a pergunta deve ser feita perante todos, por motivos fáceis de compreender:

— para que os homens tirem proveito da pergunta e resposta dada pelo instrutor;

— para não se enquadrar a pergunta no 2.º e 3.º tipos.

Escola Militar do Realengo, em 24 de dezembro de 1936.

Se é oficialmente recompensado, tanto melhor, mas isto não deve ser motivo principal de ação para uma alma superiormente digna. GAVET.

Saber apreciar o esforço de cada qual é criar o sentimento de amor próprio ou brio, é acionar não somente o corpo do subordinado mas sua personalidade e é também estabelecer uma justa distinção entre o serviço espontâneo e o forçado. Cel. MUNSON.

O CONCURSO DE ADMISSÃO À E. E. M. (*)

— PROBLEMAS TÁTICOS CORRESPONDENTES —

Major PAULO ENÉAS F. DA SILVA

4.º — O REGIMENTO DE CAVALARIA A CAVALO NA DEFENSIVA

— Que ensinamentos pretendemos ressaltar?

1. A manobra defensiva para a Cavalaria, nas largas frentes, repousa, sobretudo, na *flexibilidade* do dispositivo adotado; num sistema bem organizado das transmissões e no emprêgo judicioso das reservas.

2. O terreno impõe o dispositivo.

3. A rede de estradas é fator muito ponderável na organização do comando e no seu exercício.

— Fixados os ensinamentos, passemos ao problema:

A — O T E M A

(Ver em anexo: *Tema n.º 4*)

B — UMA SOLUÇÃO

I — ANÁLISE DA SITUAÇÃO

— Do exame da Situação Geral podemos concluir:

1. Para o Comando vermelho o TEMPO constitui um fator de importância capital. Quanto mais ganhar, melhor conduzirá sua manobra.

II — EXAME DA SITUAÇÃO PARTICULAR

1. A Missão:

— De que se trata?

Ver a letra B da Situação Particular.

— Há alguma restrição?

Não, nem no tempo, nem no espaço. Mas, se atentarmos para o que deseja o Comando Vermelho (ver o item final da Situação Geral) poderemos concluir:

(1) — Quanto mais tempo se ganhar ao N. do Rio JAHÚ, e portanto ao próprio Rio JACARÉ PEPIRA, mais se beneficiará a defesa da posição naquele outro curso d'água (o Rio JAHÚ).

(2) — O Comandante do 6.º R. C. tudo deverá fazer para que possa durar o máximo nas suas posições no Rio JACARÉ PEPIRA. É uma questão de dispositivo.

— Como se enquadra a missão?

(*) Continuação dos nossos números de fevereiro, março e abril.

(Nota da Redação)

— *No tempo:* dadas as condições do tema, não podemos dizer quando a ordem foi recebida. Não há, além disso, prescrição alguma para o seu término.

— *No espaço:* trata-se da defesa numa frente aproximadamente de 15 km. Podemos então concluir:

(3) — É uma frente bastante larga para o Regimento. O Coronel já pode pensar que espécie de dispositivo vai realizar. Não poderá haver continuidade de fogos. A articulação repousará sobretudo no que o terreno oferecer de vantagens.

— *Síntese do estudo da Missão:*

— O Regimento deve se articular de modo a poder ganhar o máximo de tempo em suas posições. O dispositivo não poderá ter continuidade. O terreno é quem vai ditá-lo.

2. O Inimigo:

— *Quem é? O que faz?*

— O Comandante do Regimento não pode desde já caracterizá-lo. Sabe somente que são forças em contato ao longo do Rio JACARÉ PEPIRA GUASSÚ.

— *O que pode fazer?*

— Da Situação Geral podemos concluir:

(1) — A iniciativa das operações certamente lhe caberá (O Comando Vermelho já pensa na invasão de seu território).

(2) — Poderá forçar os Vermelhos a abandonarem o Rio JACARÉ GUASSÚ.

Neste caso:

— retardados por eles, poderão chegar ao corte do Rio

JACARÉ PEPIRA e aí esbarrar com as nossas forças (referimos à D. C.) que receberam a tarefa de retardar-lhes a progressão para o Rio JAHÚ.

O estudo do terreno nos dirá como o inimigo poderá chegar, se arrumar e transpor o Rio JACARÉ PEPIRA. Dê-se estudo concluiremos como nos arrumarmos nesse rio de modo a podermos durar o máximo nas posições.

— *Síntese do estudo do Inimigo:*

— Tomando a iniciativa das operações, no Rio JACARÉ GUASSÚ, o inimigo pode, embora retardado, chegar ao Rio JACARÉ PEPIRA.

As condições de como poderá chegar, se arrumar e transpor aquele curso d'água, somente o estudo do terreno poderá dizê-lo.

3. — O Terreno

a. — *Com relação às possibilidades do Inimigo:*

(1) — Para chegar ao Rio JACARÉ PEPIRA:

(Ver croquis número 2).

(a) Há praticamente 3 penetrantes, depois de transposto o Rio BOA ESPERANÇA.

(b) As penetrantes P1 e P2 convergem na passagem da Faz. da BARRA, a primeira delas fugindo à zona pantanosa a W. desta fazenda.

(c) A penetrante P2 é a que mais depressa e melhor permitirá trazer meios à frente do Regimento e a cavaleiro da direção que a ele foi dada a barrar.



(2) — Para se arrumar face à posição:

Uma vez chegado através aquelas penetrantes, o inimigo terá que se arrumar para depois poder transpor o rio. Examinando o terreno face a ele podemos concluir:

(a) Zonas mais favoráveis : ver croquis número 3.

(3) — Para transpor o rio JACARÉ PEPIRA, depois de se ter arrumado:

O estudo do próprio rio nos dirá:

(a) Três são os pontos mais indicados para isso:

- face à Faz. da BARRA,
- na fés do Rib. do MACUCO e
- na passagem a 2 km. ENE de Fco. Guerra e Cia.

Não nos devemos esquecer que o Rio JACARÉ PEPIRA é um obstáculo cuja transposição exigirá meios continuos de passagem para forças de certo valor. E que as regiões já naturalmente existentes são as que mais rapidez facultarão a essa operação.

(b) A região mais favorável é, sem dúvida, a primeira delas. O grande espigão a W de BARRACA (de cota 500) oferece ótimas condições para observação e, por conseguinte, fogos, para uma operação desse gênero.

(4) — Uma vez transposto o rio, vejamos seus reflexos no interior da posição do Regimento:

- face à Faz. da BARRA:
- é possível irradiar rapidamente para o interior da posição com grande facilidade

(ver a rede de estradas existentes);

— conduz diretamente a BOCAINA, ao longo de uma linha seca.

— *face à fós do Rib. do MACUCO:*

— a penetração vai esbarrar no grande espigão de TEODORO DE CARVALHO, ou no próprio curso d'água do Rib. do MACUCO, na direção de SW para a Fazenda do mesmo nome.

— a defesa desta região tem domínio de vistas e, pois, de fogos, sobre a margem oposta.

— *face à passagem a 2 km. ENE de Fco. Guerra e Cia.:*

— a penetração vai esbarrar contra os esporões de cota 500, com domínio de vistas e fogos sobre o rio.

— mais para o sul, esbarra contra o grande espigão de cota 600, de Faz. PARAÍSO.

— se quiser irradiar para SW, vai de encontro ao curso d'água do Rib. do MACUCO (em seu ramo superior) e Rib. da BOCAINA (seu formador de E).

(5) — *Síntese do estudo do terreno sob o ponto de vista das possibilidades do inimigo:*

— O inimigo, para se aproximar do Rio JACARE PEPIRA tem mais facilidade segundo a penetrante P2. As ações neste eixo e na P3 são, certo modo dissociadas.

Para transpor o rio, é ainda segundo o P2 que suas ações se tornam mais favoráveis.

— Temos, pois, três direções a interdizer para barrar a que foi dada ao Regimento,

e o esforço deverá ser feito a cavaleiro da primeira delas.

b. — *O Terreno com relação à missão a cumprir:*

(1) — *Frente a defender:* da ordem de 15 km. de extensão, atrás de um curso d'água somente vadiável, para forças importantes, usando de meios contínuos.

(2) — *Aspetos particulares dessa frente:*

Do exame do curso d'água podemos concluir:

(a) — Há uma região pantanosa a W., de mais ou menos 6 km. de extensão o que reduz a primitiva para 9 a 10 km. a defender. Isto conforta sobremodo o Coronel.

(b) — Compartimentos naturais em que ela está dividida: (ver croquis n.º 4).

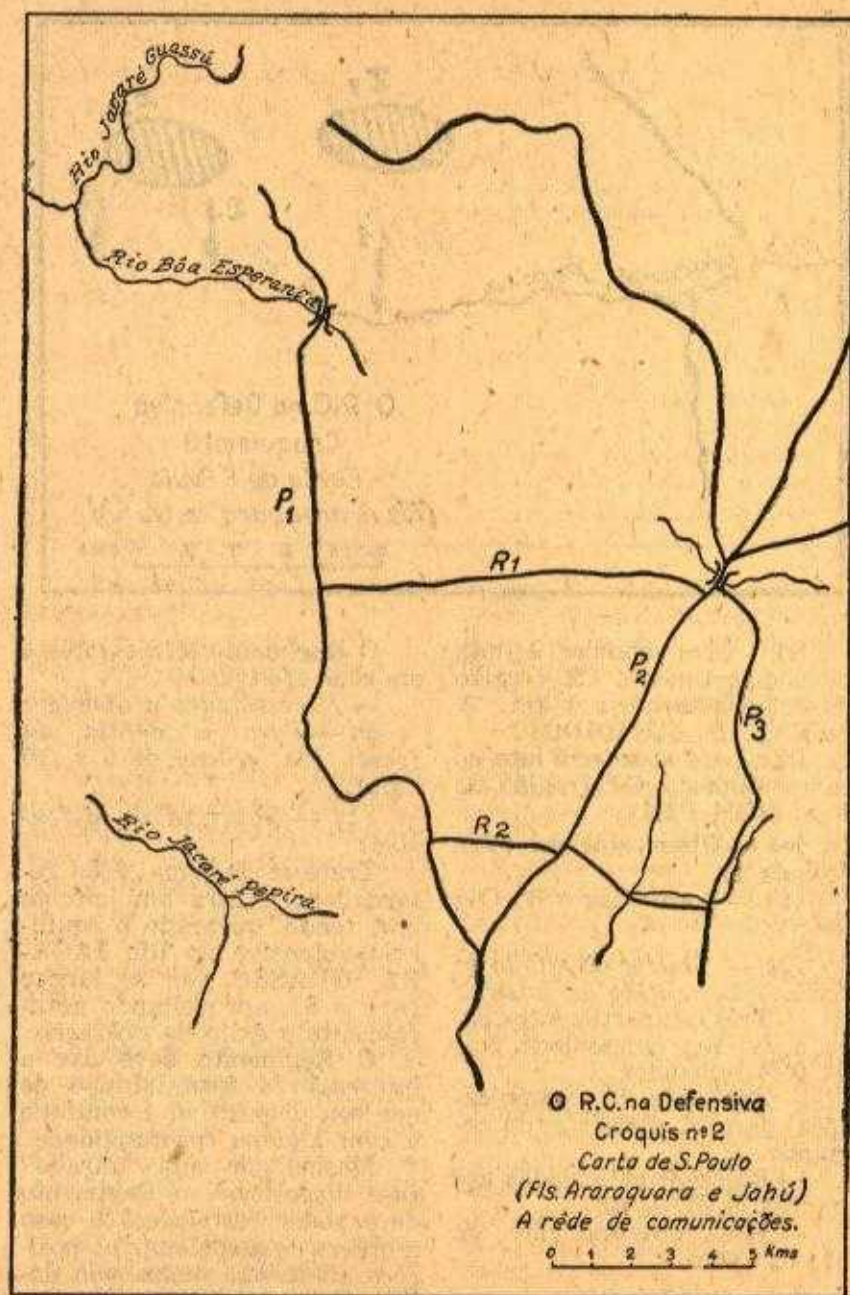
— De MANOEL NOGUEIRA, de simples vigilância da região pantanosa, medindo cerca de 5 km.

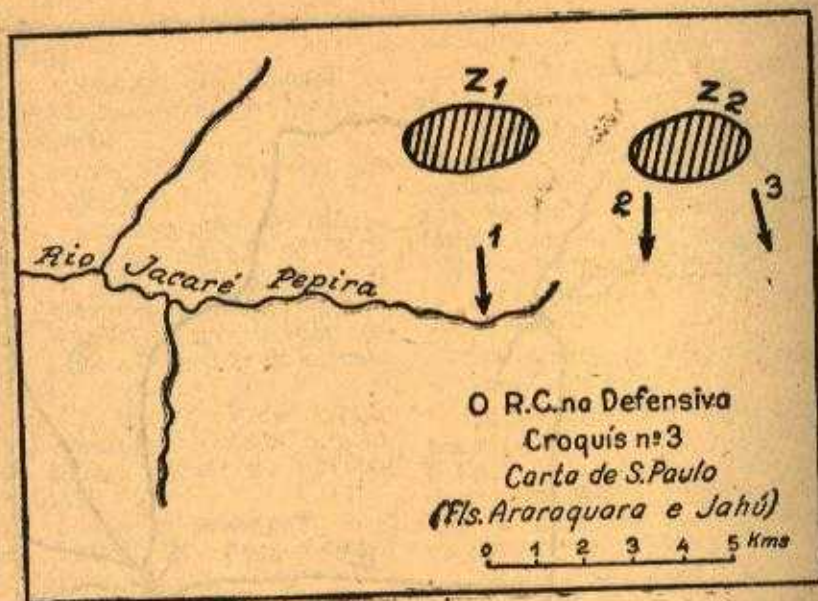
— De FAZ. DA BARRA, aonde vem ter a penetrante principal (P2), mais favorável à transposição do rio pelo inimigo, medindo cerca de 4.500 metros.

— De TEODORO DE CARVALHO, numa zona secundária, medindo cerca de 5 km. de extensão.

(c) — Sistema de comunicações bastante rico, permitindo exercício fácil do comando, seja no sentido da largura, seja no da profundidade. No compartimento de W., há uma estrada paralela à frente que facilita a vigilância.

(d) — Locais para situar elementos reservados: (ver croquis n.º 4):





R1: para atender à luta no compartimento C2 (região do entroncamento a 1 km. W de FAZ. S. CÂNDIDO).

R2: para atender à luta no compartimento C3 (região de Faz. BOM FIM).

(e) — Observatórios: (Ver croquis 4).

(f) — Local para o P. C.: ídem.

(3) — *Síntese do estudo do terreno no sentido da missão:*

— Três compartimentos para a defesa; necessidade pois de três comandos.

— Boa rede de comunicações para o exercício do comando.

— Reservas articuladas nas regiões de R1 e R2.

— Bons observatórios em 01; 02 e 03.

4. — *Os meios:*

— *Disponibilidades:*

O Regimento está completo em seus efetivos.

— *Necessidades a atender:*

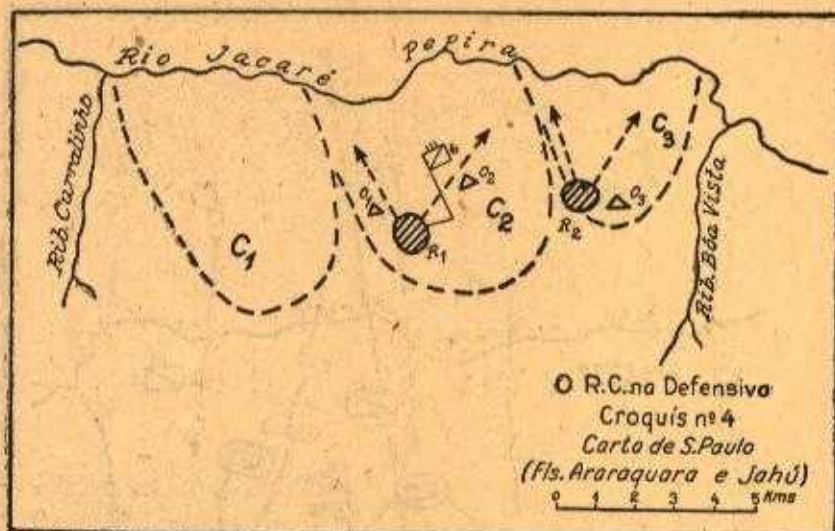
a. — *Para a defesa da frente* (da ordem de 9 a 10 km.).

(1) — *Natureza da defensiva:*

Trata-se de uma ação retardadora, contra um inimigo que, tendo quebrado o equilíbrio defensivo no Rio JACARÉ GUASSÚ, vai se lançar para o S., aproveitando naturalmente o êxito da operação.

O Regimento deve dar a impressão a esse inimigo de que seu dispositivo é contínuo e com alguma profundidade.

Mesmo que seja "varado" esse dispositivo, o Regimento deve poder restabelecê-lo caso a ordem de abandonar as posições ainda não tenha sido dada. Esta iniciativa cabe ao Comandante da D. C.



(2) — Valor dos compartimentos:

— *Compartimento C2* (o mais importante para a defesa do Regimento):

— *extensão*: da ordem de 4.500 m.

— *equivalência global em meios*: cerca de 3 esquadrões, se tomar a média de 1.500 m. por Esq., atrás de um curso d'água dêsse valor.

— *Compartimento C3* (de E):

— *extensão*: cerca de 4 km.

— *equivalência em meios*: da ordem de 2 e meio a 3 Esq.

— *Compartimento C1* (de W, para simples vigilância):

— *extensão*: da ordem de 4 e meio km., ou seja, na base de 2 km. por Pel., o valor de 2 Pels. ou meio Esq.

Em face dessas considerações podemos concluir:

(a) — Se fôssemos mobilizar a frente segundo essas do-

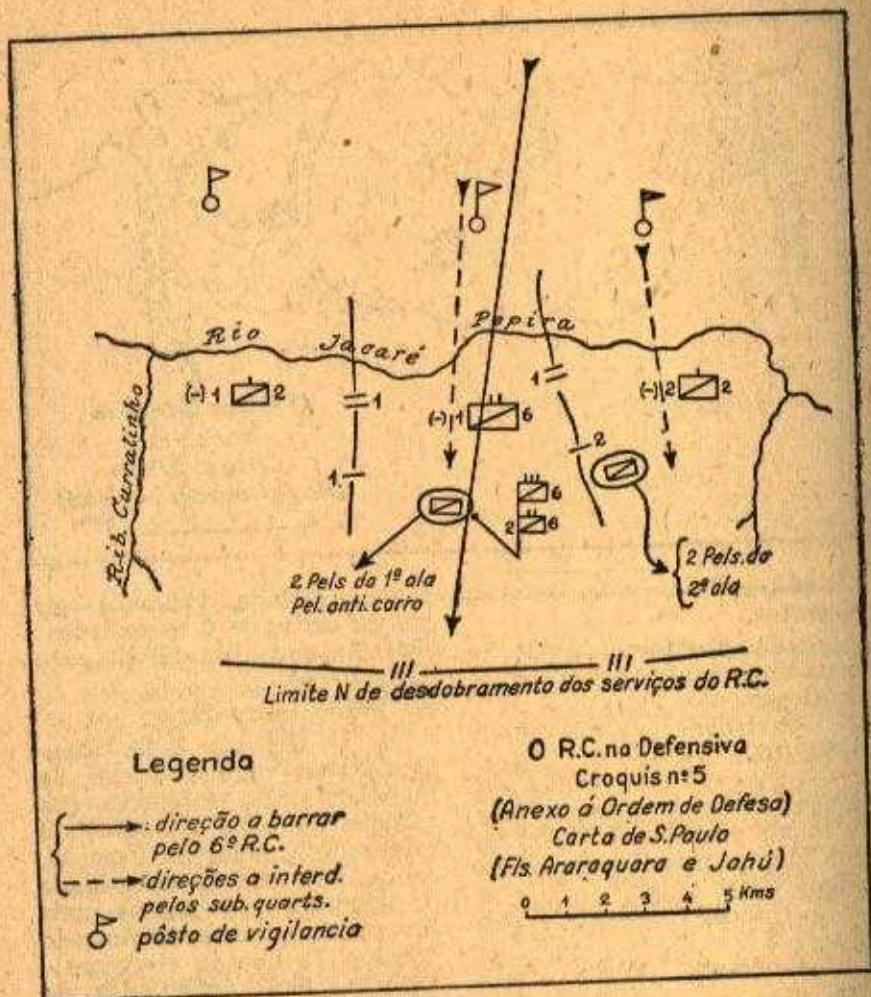
sagens globais, teríamos que gastar cerca de 6 esquadrões. Haveria, pois, um déficit para o Regimento.

Então, como fazer:

1.º — de um lado, atendendo bem para a forma da manobra nessa defensiva (da retaguarda para a frente). O mínimo de meios na posição, compatíveis com a necessidade de guarnecer os pontos mais favoráveis à transposição pelo inimigo (e que já elegemos). Reservas bem articuladas de modo a poderem intervir em tempo útil.

2.º — de outro, observando os pontos ou regiões destes compartimentos que, de fato, merecem ser ocupados e, o restante, vigiado. É uma questão de "arte", que depende do feitiço pessoal. Não haverá, por isso, uma só solução para esta defensiva.

b. — Para alertar a posição, uma vez o inimigo se apro-



xime dela: isto é questão que se vê em seguida à dosagem definitiva. Poderá ficar a cargo das próprias unidades da linha de combate, ou a critério do Cel.

— *Repartição dos meios do Regimento para atender às necessidades apontadas:*

(Ver croquis N.º 5)

— No compartimento C1:

— mínimo de 2 Pels. ou

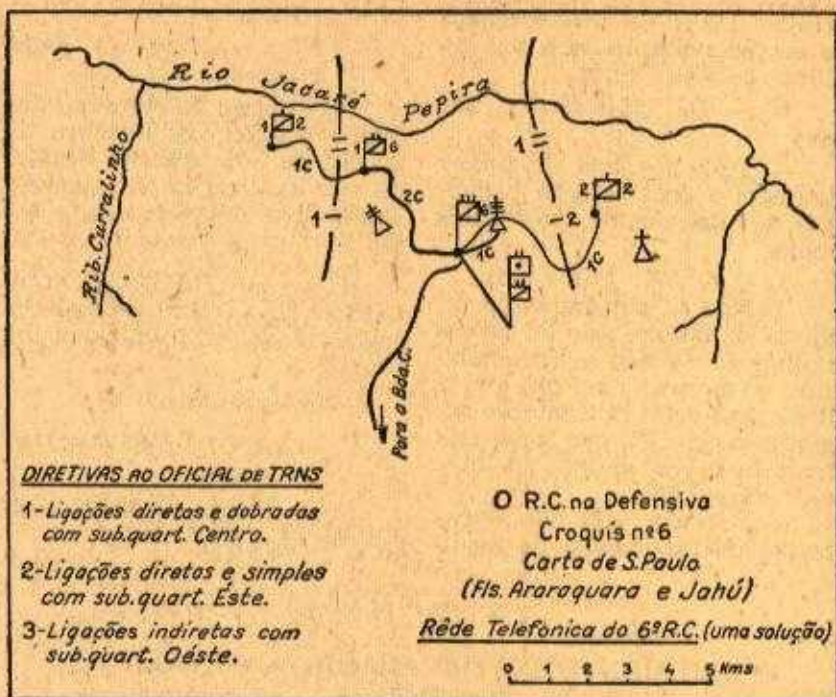
seja 1/2 Esq. por uma questão de exercício do comando.

— No compartimento C2:

— Face à Faz. da BARRA:

— O pequeno compartimento do Rib. da BOCAINA exige, pelas suas duas vertentes, o valor de 2 a 3 Pels., no mínimo, para atender:

— à defesa da passagem, no eixo principal,



— à vigilância nas duas abas laterais.

— No pequeno compartimento de Rib. MACUCO, pelas mesmas razões, outros 2 pels.

— O esporão ao N. de Faz. MACUCO, de simples ligação entre aqueles outros dois, vale 1 Pel. para sua vigilância.

Concluindo podemos dizer:

(b) — No compartimento C2 teremos então 6 pels., ou sejam 1 Esq. e meio. Isso representa o valor de uma ala menos 2 Pels., por questão de comando.

— No compartimento C3:

— a região de TEODORO DE CARVALHO pode ser fechada com o valor de 2 Pels.,

mesmo porque aí o terreno da margem Sul tem absoluto domínio sobre sua oposta.

— o grande garupão a E. de Fco. GUERRA e Cia. exige um mínimo de 2 Pels. para vigiá-lo.

(c) — Para este compartimento temos que empregar 1 esquadrão.

— Terminamos as cogitações sobre os elementos de fuzileiros, que constituem a base do dispositivo do Regimento. Devemos fazê-lo agora com relação às metralhadoras e demais órgãos de fogo da unidade.

Vejamos:

a) — As metralhadoras:

— O Regimento dispõe de 2 Pels. destas armas. Para a

região do esforço, convem entregar 1 Pel. e meio e deixar a secção restante para um reforço ao Esq. de E.

b) — Os Morteiros: (de 81)

— Tudo nos leva a reforçar também o eixo de ação principal do Regimento com estes meios.

c) — O Pel. Anti-Carro:

— Não há por enquanto indícios de intervenção de carros inimigos. Se isto se caracterizar, o terreno nos diz que é mais possível a intervenção segundo o eixo P2 por ser o que mais favorece, mesmo no interior da posição.

— Devemos pois deixar este pelotão articulado de modo

a atender principalmente aquele eixo P2.

— E a reserva do Regimento?

Do balanço do emprêgo dos meios verificamos a sobra de 2 pels. de cada ala. As regiões de sua localização já sabemos. Temos pois definido esta questão.

III — A DECISÃO DO CORONEL (como estabelecer sua unidade na frente que lhe coube):

(Ver croquis n.º 5).

C. — A ORDEM DE DEFESA:

(Ver anexo, inclusive croquis ns. 1 e 6).

TEMA N.º 4

O REGIMENTO DE CAVALARIA A CAVALO NA DEFENSIVA

Carta de SÃO PAULO,
1/100.000
Fls. de ARARAQUARA e JAHÚ.

I — SITUAÇÃO GERAL

Há vários dias, forças Azuis do N., e Vermelhas, do S., batem-se ao longo do Rio JACARÉ GUASSÚ, fronteira dos dois partidos.

Na iminência de invasão de seu território, o Comando Vermelho, visando limitar a iniciativa dos contrários, decidiu detê-los, a qualquer custo, no corte do Rio JAHÚ e, para isso, dispôs ao longo deste curso d'água o grosso de suas forças, trazidas do interior do país.

A fim de obter o tempo necessário à organização e ocu-

pação da nova posição defensiva, a progressão do inimigo será retardada ao máximo entre os Rios JACARÉ GUASSÚ e JAHÚ.

II — SITUAÇÃO PARTICULAR.

A. — A 2.ª D. C., parte integrante das forças que retardarão o inimigo ao Norte do Rio JAHÚ, acha-se instalada, desde a tarde de D. atrás do Rio JACARÉ PEPIRA, da região de PEDREGULHO (inclusive) até a fós do Rib. do PEIXE.

B. — Do dispositivo da 1.ª Bda. Cav. faz parte o 6.º R. C., cuja frente a defender se estende desde a fós do Rib. do CURRALINHO, até a do Rib. da BOA VISTA.

Da missão recebida por esse Regimento consta o seguinte:

— *direção a barrar*: BOA ESPERANÇA — BOCAINA.

— *conduta na defesa*: manter as posições até novas ordens.

— *ligações a estabelecer*: com os elementos da esquerda da 2.^a Bda. Cav. na fôz do Rib. da BOA VISTA.

— *apoio de fogos*: o Regimento contará com os fogos

de um Grupo de Art. 75 em sua zona de ação.

III — INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. — O Rio JACARÉ PEPIRA mede 40 ms. de largura por 3 a 4 de profundidade. Sua corrente é forte. As zonas indicadas na carta como pantanosas são intransponíveis.

2. — Estradas e caminhos existentes e não indicados na carta: ver croquis n.º 1, anexo.

ORDEM DE DEFESA DO 6.º R. C.

1.^a Bda. C.

6.º R. C.

Dia D, às ... horas.

P. C. em FAZ. S. CÂNDIDO.

ORDEM DE DEFESA N.º 1

(Confirma ordens verbais)

Carta de SÃO PAULO, 1/100.000)

(Fls. de ARARAQUARA e JAHÚ)

1. a. Continua a luta no Rio JACARÉ GUASSU.

b. Caso o inimigo transponha esse curso d'água e progrida para o Sul, suas ações serão mais favoráveis, na frente do Regimento, face à FAZ. da BARRA.

c. A 2.^a Bda. C. age a W. do Rib. CURRALINHO.

2. a. O Regimento vai defender a frente e direção constantes do croquis anexo.

b. Esforço defensivo na região de Faz. da BARRA; cobertura a Leste e vigilância a Oeste.

3. a. Dispositivo: ver croquis anexo.

b. Missões:

(1) — Sub quartirão Oeste: vigiar a zona pantanosa.

(2) — Sub quartirão Centro: barrar a direção de ... (ver croquis).

(3) — Sub quartirão Leste: barrar a direção de (ver croquis).

c. Artilharia: ... (como lembrança).

d. Reservas: localização, missões previstas e composição: ... (ver croquis).

x. Cada sub quartirão destacará um pôsto, de efetivo máximo de um G. C., para os pontos respectivamente indicados no croquis, afim de alertar a posição. O pôsto de Oeste retrair-se-á por Faz. da BARRA.

4. Trens centralizados no Regimento; limite de desdobramento (ver croquis).

5. a. P. C.: ver croquis.

b. Rádio: interdito até o contato; livre a seguir.

c. Rêdes: em anexo.

Cel. X., Cmt. do 6.º R. C.

Sub Cmt.

Sub Cmt.

Distribuição: A.

A ARTILHARIA DE LONGO ALCANCE E OS AVIÕES DE RECONHECIMENTO

Major AIRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Instrutor da Escola de Estado Maior da Aeronáutica

Não só os artilheiros e aviadores, como ainda os oficiais das demais armas, sabem muito bem que a observação aérea tornou-se vital às forças em combate, à proporção que as máquinas de guerra foram evoluindo, para levar o mais cedo possível, o fogo ao adversário.

A última guerra foi uma comprovação cabal do que afirmamos, pois mostrou que é necessário existir uma cooperação intensa entre os diferentes elementos que concorrem para: "levar o fogo que detem ou lançar o fogo que avança".

A observação aérea, realizada por intermédio dos "Piper-Cubs" (Teco-Tecos), já foi muito bem estudada, em nosso meio, pois grande parte de nossos artilheiros já a realizou, alguns mesmo em casos vividos, na Itália; outros encontraram-na em nossos regulamentos, com todos os seus detalhes. Ela não constitui mais "segredo" para o artilheiro.

Falta, no entanto, a nosso ver, um entendimento capital entre os encarregados de solucionar o impasse referente aos aludidos Teco-Tecos tais como o problema da pilotagem, da manutenção, etc... Neste particular, temos as nossas idéias. Achamos, por exemplo, que a

parte relativa à observação, regulação e pilotagem, deve ser entregue ao artilheiro, cabendo à Aeronáutica, como órgão técnico especializado, cuidar da manutenção, dos suprimentos, etc...

Vamos versar a questão da regulação da artilharia de longo alcance que, sendo realizada por intermédio de aviões de reconhecimento, em quase nada se relaciona com a observação aérea, no escalão divisionário, pois no caso em aprêço, os pilotos-observadores são oficiais de Aeronáutica e as características do avião são completamente diferentes: não resta dúvida que, após uma coordenação perfeita, este meio de observação permitirá uma conduta rápida e precisa do tiro, dada a possibilidade do piloto poder observar tanto o valor do desvio como sua direção.

Os aviões de reconhecimento vieram permitir à Artilharia, o seu emprêgo mais eficiente, particularmente nas ações afastadas, ou sejam, naquelas que se realizam além do horizonte visível.

Convém lembrar que os pilotos encarregados das missões que nos referimos, deverão estar "em dia" com certas particularidades técnicas, concer-

nentes à observação aérea dos tiros, maximé no que disser respeito às transmissões dos desvios observados e à eficácia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as necessidades da Artilharia de longo alcance foram solucionadas com o emprego dos aviões de reconhecimento visual, os quais permitiram a regulação de seus tiros com a precisão desejada para o desencadeamento da eficácia e isto foi devido à perfeita coordenação e ao entendimento existente entre o aviador e o artilheiro.

Os aparelhos empregados foram os "P-51", embora sua velocidade de 8 km. por minuto, dificultasse, por vezes a observação. Tal desvantagem não era solucionada com o emprego de outros tipos de avião de combate, pois o "P-51", possuindo em seu bôjo uma fantástica riqueza em meios de transmissão, facilitava muito o sério problema da ligação terra-avião.

A guerra que findou criou nova rotina de trabalho, baseada na experiência que a mesma ditou e esta rotina coordenada veio constituir os princípios e as regras que atualmente orientam a ligação entre o piloto e o artilheiro, no escalão que consideramos.

Vejamos como se processa essa ligação:

— Sempre que os aviões partem, é norma geral as equipagens receberem as *instruções* relativas à missão a desempenhar (chamadas de "briefing" pelos americanos e também por nossos aviadores, em vista da falta de um termo português,

em condições de substituí-lo) e, após o retorno, ser procedido o *interrogatório* das mesmas.

Quando a missão, em questão, se prende à regulação do tiro de artilharia, o "briefing", a ser fornecido aos aviadores, deverá, em última análise, conter o seguinte:

a) — *Hora* — em que a Central de tiro espera entrar em ligação com a aviação.

b) — *Natureza da missão* — dizendo si a regulação a ser realizada se prende à destruição ou à neutralização, etc...

c) — *Sinais de chamada e frequência* — para que a ligação direta entre os observadores e os interessados, possa ser estabelecida.

d) — *Natureza do objetivo e localização* — não basta "amarrar" o objetivo por suas coordenadas; é necessário dar à aviação a natureza do mesmo, para facilitar-lhe a procura.

e) — *Natureza do material e localização* — é mister que o aviador saiba o calibre que está atirando, assim como a localização, com o menor erro possível, da posição de bateria ou da peça diretriz que interessa. É necessário, ainda, que o aviador saiba alguns dados relativos à Curva de Segurança para evitar desastres, pois os aparelhos de reconhecimento vão voar nas proximidades da linha Bateria-Objetivo.

f) — *Linha Bateria-Objetivo* — pois é em função desta linha que a observação será fornecida. Será necessário materializá-la, para o que o artilheiro lançará mão da técnica em casos idênticos.

g) — *Espécie de tiro* — interessa ao observador saber

si a regulação vai ser realizada por peça ou por bateria.

h) — *Tipo de munição* — Caso a regulação vá ser realizada com o emprêgo de projetis fumígenos, intercalados aos projetis reais, é necessário avisar ao observador. O emprêgo de projetis fumígenos, em grande quantidade, conduz aos mesmos inconvenientes que para as demais regulações.

i) — *Duração de trajeto* — para cada objetivo ou alvo, é interessante fornecer êste dado ao aviador, para evitar que o mesmo fique cansado de aguardar o arrebrandamento, pois aqui, no caso de distâncias superiores a quinze quilômetros, a duração do trajeto, em geral, é maior que trinta segundos, variando, é certo, com o material e a munição.

j) — *Objetivos secundários* — Caso a regulação não possa ser realizada sobre o objetivo principal, o aviador não perderá o vôo e a efetuará sobre um objetivo secundário ou alvo auxiliar, adrede escolhido.

k) — *Objetivos fugazes* — A Artilharia deve assinalar aos aviadores que os movimentos, os depósitos, as reuniões, etc. em tais e tais lugares interessam à Artilharia e o aviador, no desempenho de sua missão principal, observará, de passagem, os objetivos fugazes e regulará os tiros da Artilharia de longo alcance, desde que possível.

Convém, agora, lembrar aos artilheiros que:

a) — O observador aéreo, no caso em questão, não é o mesmo do "Piper-Cub", da Artilharia Divisionária, oficial da arma, que conhece a sua técnica,

o seu emprêgo e as suas características;

b) — que, no desempenho da missão de observador dos tiros da Artilharia, cabe ao piloto:

- 1 — pilotar o avião.
- 2 — estar pronto para o combate.
- 3 — observar o céu, até onde a visibilidade o permita.
- 4 — defender-se de tôdas as ameaças, quer da Artilharia adversa, quer dos caças inimigos, e isto tudo, sozinho, pois não devemos esquecer que o "P-51" é monoposto.
- 5 — finalmente, regular os tiros da Artilharia.

Só depois do piloto deixar de se preocupar com os quatro primeiros itens é que poderá realizar o quinto, assim mesmo, sempre com o pensamento voltado para a pilotagem do avião e, particularmente para sua segurança.

Os aviadores, empregados neste tipo de regulação, deverão também conhecer a técnica de nossas observações na Artilharia?

Caso não conheçam, como irão transmitir a observação dos desvios?

Caberá a um oficial do Estado Maior da Artilharia que vai se beneficiar com a regulação, ambientar "sem enrolamentos", os pilotos dos aviões de reconhecimento. Não descer ao detalhe de sinais positivos ou negativos e preferir sempre, a direita ou esquerda da linha considerada; quanto ao desvio em alcance, dizer si é longo ou curto de tantos metros. Tanto uma como outra observação deverá ser dada

Possibilidades de fogo das Unidades de Artilharia, constituídas á base de Baterias a quatro e a seis Peças

Cap. NILTON FREIXINHO

SUMARIO	{	Introdução
		Capítulo I
		Capítulo II
		Capítulo III

INTRODUÇÃO

1 — GENERALIDADES

O Exército dos EE. UU. acaba de organizar as unidades da ARTILHARIA DIVISIONÁRIA, á base de Baterias a seis peças, conservando a artilharia da reserva geral á base de Baterias a quatro peças.

É lógico que êsse aumento no número de peças na BATERIA, venha também aumentar as possibilidades de fogo das unidades de artilharia.

O presente trabalho tem por objetivo estudar as possibilidades das unidades de artilharia, constituídas com Baterias a seis peças.

2 — PLANO DE TRABALHO

Para chegarmos ao fim da tarefa que nos foi imposta, torna-se necessário primeiramente apresentar resumidamente como a Artilharia do Exército Norte-Americano conduz seu

tiro de grupo, de Bias a 4 peças, técnica esta já adotada no Brasil e em plena aplicação na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Portanto o presente estudo compreende três capítulos:

CAPÍTULO I — Conduta do tiro de grupo. Possibilidades das unidades de artilharia constituídas á base de Bias de 4 peças.

CAPÍTULO II — As unidades de artilharia constituídas á base de Baterias de seis peças — possibilidades.

CAPÍTULO III — Conclusões.

3 — FONTES DE CONSULTAS

O presente estudo foi calçado particularmente no regulamento FM 6-40 e nos trabalhos do Major Breno Borges Fortes realizado no decurso do 2.º turno do ano letivo de 1947 da E. A. O.

CAPÍTULO I

CONDUTA DO TIRO DE GRUPO

POSSIBILIDADES DAS UNIDADES DE ARTILHARIA CONSTITUIDAS A BASE DE BATERIAS DE 4 PEÇAS

I — *Centralização* — “O grupo de artilharia age normalmente centralizado, isto é, como um órgão que manobra os planos

de tiro das bias, de modo a levá-los sobre os objetivos designados, no tempo desejado”.

Para facilitar o emprêgo do grupo e dar-lhe maior rapidez de intervenção nos objetivos que surgem no combate, foram estabelecidas regras para a execução do tiro no grupo.

Analisemos as regras que interessam ao nosso estudo.

2 — DISTRIBUIÇÃO EM LARGURA — TIPOS DE FEIXE A SEREM UTILIZADOS PELAS BATERIAS.

a — *Raio de ação dos projetis* — É claro que a base de qualquer cálculo de possibilidades de uma unidade de artilharia, seja o raio de ação dos projetis.

O quadro n.º 1 abaixo, transcrição do FM 6-40, nos dá a área eficazmente batida pelos projetis dos diversos materiais. A área eficazmente batida é considerada aquela em que há pelo menos 50% de probabilidade de um homem em pé, ser atingido.

QUADRO N.º 1

CALIBRE	ÁREA EFICAZMENTE BATIDA (Metro)		Raio de ação dos grandes estilhaços
	PROFUNDIDADE	LARGURA	
75 m/m	10	25	150
105 m/m	15	50	300
155 m/m	18	60	350

b — *Tipos de feixes que uma bia pode atirar.*

Para facilitar a execução do tiro, o FM 6-40 estabelece como padrão, os seguintes feixes: (1)

FEIXE NORMAL — é o feixe mais aberto possível.

FEIXE MÉDIO — é a metade do feixe normal.

FEIXE CONVERGENTE

Cabe aqui uma explicação. A expressão “FEIXE” não está bem exata. Ficaria melhor **QUADRO NORMAL**, porque tratando-se do intervalo entre os arrebitamentos extremos

das peças de uma Bateria, temos é um **QUADRO** e não um **FEIXE**, no conceito usado pela artilharia brasileira. No entanto, a EAO adotou esta terminologia. A meu ver deveríamos chamar:

QUADRO NORMAL
QUADRO MÉDIO
FEIXE CONVERGENTE

O quadro n.º 2 indica a largura do feixe a adotar em função do material, para as baterias de quatro peças.

(1) Para maiores detalhes consultar FM 6-40, C-2.

QUADRO N.º 2
BATERIA DE 4 PEÇAS

CALIBRE	FEIXE-NORMAL	FEIXE-MEDIO
75 e 105 m/m	100 metros	50 metros
155 m/m	200 metros	100 metros

— *Frente eficazmente batida* — A frente eficazmente batida por uma Bateria é igual á largura do FEIXE (Quadro) adotado, mais o efeito em largura de um projétil. Assim a frente eficazmente batida por uma Bateria 105, com feixe normal é:

$$100 + 50 = 150 \text{ metros.}$$

O quadro n.º 3, em função dos QUADROS N.ºs 1 e 2, nos mostra as frentes eficazmente batidas pelas unidades de artilharia, atirando com o centro do feixe no centro do objetivo.

QUADRO N.º 3 — DISTRIBUIÇÃO EM LARGURA
(Para Bateria de 4 peças)

Calibre	Largura do Feixe	Efeito do Projétil	FRENTE BATIDA (Metros)				
			1 Bta	2 Btas	1 GR.	2 GR.	3 GR.
75	100 m	20	120	130	150		
105	100 m	50	150	170	200	250	400
155	200	50	250	270	300	400	
75	50	25	75	100	120		
105	50	50	100	130	170		
155	100	50	150	180	220		
75			50	75	100		
105			75	100	150		
155			100	120	160		

3 — DISTRIBUIÇÃO EM PROFUNDIDADE

Em profundidade o grupo pode atirar com suas Baterias com a "alça do centro" do centro do objetivo e com "alças es-

calonadas", seja de 50 metros seja de 100 metros.

O quadro n.º 4 indica a profundidade eficazmente batida em função do escalonamento da Alça, do tipo de Feixe e do número de unidades:

QUADRO N.º 4 — DISTRIBUIÇÃO EM PROFUNDIDADE

ALÇA DO CENTRO OU ALÇA ÚNICA (qualquer calibre)	1 BIA (qualquer feixe)	2 a 3 Bias	
		feixe convergente	feixe médio ou normal
	100 metros de profundidade	150 metros de profundidade	200 metros de profundidade
GRUPO ALÇAS ESCALONADAS	De 50 metros	De 100 metros	
	250 metros de profundidade	75 m/m	105 e 155
		300 metros de profundidade	350 metros de profundidade

4 — ÁREAS EFICAZMENTE COBERTAS

Em função do Quadro n.º 3 — *Distribuição em largura* e do Quadro n.º 4 — *Distribuição em Profundidade*, podemos determinar as áreas cobertas pelas unidades de Artilharia à base de Baterias de 4 peças.

Assim organizamos:

QUADRO N.º 5 — ÁREAS COBERTAS — Material 105 M2 Obuz.

QUADRO N.º 6 — ÁREAS COBERTAS — Material 155 Obuz.

QUADRO N.º 7 — ÁREAS COBERTAS — Material 75 m/m.

Cada quadro indica o FEI-XE A ADOTAR, O ESCALO-

NAMENTO DE ALÇAS e A UNIDADE QUE ATIRA.

Analisando os Quadros nos. 5, 6 e 7, vemos que a *área máxima* batida por uma Bateria a 4 peças é:

75 m/m	—	1,2 Ha
105 m/m	—	1,5 Ha
155 m/m	—	2,5 Ha

Para um grupo:

Alça do centro do objetivo:

75 m/m	—	3 Ha
105 m/m	—	4 Ha
155 m/m	—	6 Ha

Alças escalonadas de 100 metros:

75 m/m	—	6 Ha
105 m/m	—	7 Ha
155 m/m	—	10,5 Ha

Portanto uma AD tipo I, tem possibilidades de cobrir uma área de:

$$\begin{aligned} & \text{LARGURA} \quad \text{PROF.} \\ & |(200 \times 3) + 300| \times 350 \\ & = (600 + 300) \times 350 \\ & 900\text{m} \times 350\text{m ou } 31,5 \text{ Ha.} \end{aligned}$$

O Quadro n.º 5A indica as ÁREAS MÁXIMAS COBERTAS.

Baseando-nos nos resultados apresentados nos Quadros n.ºs 5, 6 e 7, organizamos o QUADRO N.º 8 que indica

"A CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS DIMENSÕES A BATER E AS UNIDADES A EMPREGAR".

5 — TIRO DE NEUTRALIZAÇÃO DE TROPAS DESABRIGADAS ou *sumariamente abrigadas* — CONSUMOS

Para realização da Neutralização de tropas desabrigadas ou *sumariamente abrigadas* são adotados os seguintes consumos:

$$\begin{aligned} & 75 \text{ m/m} — 32 \text{ tiros / Ha} \\ & 105 \text{ m/m} — 16 \text{ tiros / Ha} \\ & 155 \text{ m/m} — 10 \text{ tiros / Ha} \end{aligned}$$

Executados na cadência máxima permitida ao material.

Para MANUTENÇÃO da Neutralização:

$$\begin{aligned} & 75 \text{ m/m} — 200 \text{ tiros / Ha} \\ & \text{/ hora.} \\ & 105 \text{ m/m} — 120 \text{ tiros / Ha} \\ & \text{/ hora.} \\ & 155 \text{ m/m} — 50 \text{ tiros / Ha} \\ & \text{/ hora.} \end{aligned}$$

Para facilitar o trabalho na Central de Tiro, o S-3 organiza repertórios onde são indicados em função da ÁREA COBERTA:

- O CONSUMO.
- O NÚMERO DE UNIDADE QUE ATIRA.
- O TIPO DE FEIXE.
- O ESCALONAMENTO DE ALÇA.
- A DURAÇÃO DE EFICÁCIA.

Tendo em vista os trabalhos da EEM, organizamos o QUADRO N.º 9 — CONCENTRAÇÕES.

Este Quadro foi elaborado em função dos seguintes elementos:

- QUADROS N.ºs 5, 6 e 7.
- CONSUMOS PARA REALIZAÇÃO DA NEUTRALIZAÇÃO.
- CADÊNCIAS PERMITIDAS.

* * *

6 — TIRO DE NEUTRALIZAÇÃO DE TROPAS ABRIGADAS.

Neste caso é preciso aumentar os consumos previstos no QUADRO N.º 9 — CONCENTRAÇÕES, seja repetindo uma ou mais vezes a EFICÁCIA, seja mantendo a duração prescrita em cada caso e aumentando o número de unidades de tiro, para bater o objetivo.

* * *

7 — BARRAGEM FIXA

a) — BARRAGEM DE BATERIA — "Para se obter o máximo efeito, o comprimento da frente de barragens a ser feita por uma única bateria deve ser igual à distância entre os arrebitamentos extremos de um feixe normal. A barragem é dita então de FRENTE ÓTIMA. Quando necessário, a frente de barragem pode ser aumentada mas

o efeito diminui. A *frente máxima* de barragem para uma bateria é o *dôbro* da "frente ótima". A frente de barragem batida por partes como indica a figura abaixo. Neste caso cada faixa é batida durante 1 minuto fazendo-se em seguida o transporte para outra.

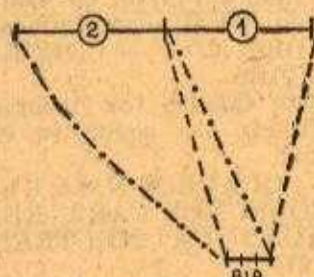


FIGURA ESQUEMÁTICA

b) — BARRAGEM DE GRUPO.

"O comprimento da frente de barragem indica qual dos métodos seguintes deve ser empregado.

1.º) — Quando a frente de barragem for igual ou exceder

a três vezes o comprimento ótimo de uma bateria, ela é dividida em três segmentos iguais, e cada um deles é atribuído a uma Bateria.

A *frente máxima* de uma barragem de grupo não deve exceder a seis vezes o tamanho ótimo para uma barragem de Bateria.

2.º) — Se o comprimento da frente de barragem estiver compreendido entre duas a três vezes o comprimento ótimo para uma bateria, é aconselhável o seguinte modo de agir: Divide-se a barragem em dois segmentos iguais e dá-se cada um a uma bateria. A terceira bateria dá-se todo o comprimento da frente de barragem e ela atira usando tiro de tempo.

c) — *Frentes batidas pelas unidades de artilharia (Bia a 4 peças) na barragem fixa.*

Levando em consideração o que foi dito nas letras a e b temos o *Quadro n.º 10*.

BARRAGEM FIXA — (Bia a 4 Peças)

CALIBRE	UNIDADE	F R E N T E S	
75 e 105 m/m	BIA	ÓTIMA	100 m
		MÁXIMA	200 m
	GRUPO	ÓTIMA	300 m
		MÁXIMA	600 m
155 m/m	BIA	ÓTIMA	200 m
		MÁXIMA	400 m
	GRUPO	ÓTIMA	600 m
		MÁXIMA	1200 m

Podemos empregar a frente máxima na barragem fixa contra pessoal e a frente ótica na barragem fixa contra carros.

d) — CONSUMO DE MUNIÇÃO NA BARRAGEM FIXA.

As barragens fixas são desencadeadas em cadência rápida e têm uma duração geralmente de 4 minutos.

Portanto temos o Quadro N.º 11 abaixo.

O emprêgo de cargas mais fracas permite prolongar a duração da barragem.

QUADRO N.º 11

DENSIDADE BARRAGEM FIXA PARA BIAS A 4 PEÇAS	75 m/m	32 tiros — BIA — minuto
	105 m/m	16 tiros — BIA — minuto
	155 m/m	8 tiros — BIA — minuto

CAPÍTULO II

AS UNIDADES DE ARTILHARIA CONSTITUIDAS A BASE DE BATERIAS DE SEIS PEÇAS

1 — GENERALIDADES.

Este capítulo se propõe a estudar as possibilidades de fogo das unidades de artilharia organizadas com baterias a seis peças.

Até o presente momento pouca documentação sobre o assunto tem chegado ao Brasil. As conclusões que apresentamos neste capítulo foram consequência da análise dos dados publicados no FM 101-10 de 1947, pgs. 416-417.

Para facilitar a compreensão do problema vamos seguir neste capítulo, a ordem adotada no anterior.

2 — DISTRIBUIÇÃO EM LARGURA — TIPOS DE FEIXE A SEREM UTILIZADOS PELAS BATERIAS DE SEIS PEÇAS.

a) — TIPOS DE FEIXES

O feixe normal de bateria de seis peças apresenta um *acréscimo de 50 metros* sobre aquele adotado pela bateria de quatro peças, com exceção para o 75 m/m. Assim podemos organizar o Quadro n.º 12, que para melhor fixar o assunto, deve ser comparado com o Quadro n.º 2.

QUADRO N.º 12

BATERIA DE SEIS PEÇAS

GALIBRE	FEIXE NORMAL	FEIXE MÉDIO
75 m/m	100 m	50 m
105 m/m	150 m	75 m
155 m/m	250 m	125 m

b — FRENTE EFICAZ-
MENTE BATIDA.

Conservando o conceito que demos a respeito no Capítulo I — parágrafo 2 — letra c, podemos determinar em função do Quadro n.º 1 — Área

eficazmente batida por um projétil e o Quadro n.º 12, as frentes eficazmente batidas pelas unidades de Artilharia, à base de Bia de 6 peças, atirando com o centro do feixe no centro do objetivo:

QUADRO N.º 13 — DISTRIBUIÇÃO EM LARGURA
(Para Bia de 6 peças)

Feixe	Calibre	Largura do Feixe	Efeito do Projétil	FRENTE BATIDA (Metros)			
				1 Bia	2 Bias	1 GR	2 GR
Normal	75	100	25	125	130	150	
	105	150	50	200	220	250	?
	155	250	50	300	320	350	?
Médio	75	50	25	75	100	120	
	105	75	50	125	155	195	
	155	125	50	175	205	245	
Convergente	75	—		50	75	100	
	105	—		75	100	150	
	155	—		100	120	160	

3 — DISTRIBUIÇÃO EM PROFUNDIDADE.

A Bateria de seis peças possui praticamente a mesma possibilidade em profundidade que a Bia de 4 peças, isto é, com alça única bate uma profundidade de 100 metros, para qualquer calibre.

Portanto o Quadro n.º 4 existente no Capítulo I — é também verdadeiro para Bateria de seis peças.

Portanto a distribuição em profundidade, para as unidades de artilharia, constituídas à base de bias a seis peças é:

DISTRIBUIÇÃO EM PROFUNDIDADE

ALÇA DO CENTRO	1 BIA (qualquer feixe)	2 a 3 Bias	
		feixe convergente	feixe médio ou normal
	100 metros de profundidade	150 metros de profundidade	200 metros de profundidade
GRUPO Alças Escalonadas	de 50 metros	de 100 metros	
	250 metros de profundidade	75 m/m	105 e 155 m/m
	(qualquer calibre)	300 metros	350 metros

4 — AREAS EFICAZMENTE COBERTAS.

Em função do Quadro n.º 13 — *Distribuição em largura* e do Quadro n.º 4 — *Distribuição em Profundidade*, podemos determinar as áreas eficazmente cobertas pelas unidades de Artilharia à base de Baterias de 6 peças.

Assim organizamos:

— QUADRO N.º 14 — AREAS COBERTAS — Material 105 obuz.

— QUADRO N.º 15 — AREAS COBERTAS — Material 155 obuz.

Cada quadro indica o FEIXE A ADOTAR e o ESCALONAMENTO DE ALÇAS.

Para o material 75 m/m. áreas cobertas por unidades de Bia de 6 peças equivalem-se às unidades de Bia a 4 peças.

Analisando, os QUADROS N.ºs 14 e 15, vemos que a área máxima batida, por uma Bateria a 6 peças é:

105 m/m — 2 Ha

155 m/m — 3 Ha

Para um grupo:

Alça do centro do objetivo:

105 m/m — 5 Ha

155 m/m — 7 Ha

Alças escalonadas de 100 metros:

105 m/m — 8,75 Ha

155 m/m — 12,25 Ha

Portanto uma AD de DI tipo I (grupo com Biais a 6 peças) tem possibilidades de cobrir, uma área de

LARGURA PROF.

$|(250 \times 3) + 350| \times 350$

$(750 + 350) \times 350$

1100 m \times 350 ou 38,5 Ha.

O QUADRO N.º 16, sintetiza as ÁREAS MÁXIMAS COBERTAS.

O QUADRO N.º 16-A, nos dá a correspondência entre as dimensões a bater e as unidades a empregar.

5 — TIRO DE NEUTRALIZAÇÃO.

Baseando-nos na densidade dos tiros de neutralização in-

dicada no Capítulo I, parágrafo 5, organizamos o quadro das CONCENTRAÇÕES (N.º 17) para as unidades de ART., constituídas à base de Biais a 6 peças.

Chamamos a atenção que neste caso os consumos de munição devem ser sempre múltiplos de 18 (6×3) quando atua o grupo.

6 — BARRAGEM FIXA.

a — Em função do que foi dito sobre o assunto no Capítulo I, parágrafo 7, podemos organizar o QUADRO N.º 18, que nos dá as *frentes batidas* pelas unidades de artilharia (Biais a 6 peças) na barragem fixa:

QUADRO N.º 18

BARRAGEM FIXA — (Biais a 6 peças)			
CALIBRE	UNIDADE	F R E N T E S	
75 m/m	Sem alteração		
105 m/m	BIA	ÓTIMA	150 m
		MÁXIMA	300 m
	GRUPO	ÓTIMA	450 m
		MÁXIMA	900 m
155 m/m	BIA	ÓTIMA	250 m
		MÁXIMA	500 m
	GRUPO	ÓTIMA	750 m
		MÁXIMA	1500 m

b — CONSUMO DE MUNIÇÃO NA BARRAGEM FIXA.

Sendo as barragens fixas desencadeadas em cadência rápida, temos o seguinte consumo por Bia — Minuto.

QUADRO N.º 19

COSUMO BIA MINUTO NA BARRAGEM FIXA PARA BIAS A 6 PEÇAS	75 m/m	48 tiros — BIA — minuto
	105 m/m	24 tiros — BIA — minuto
	155 m/m	12 tiros — BIA — minuto

(Continúa no próximo número).

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor; Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço; Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas. “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer — livro das livrarias desta capital. —

Os regulamentos RIPQT, R. O. T. (1.ª, 2.ª, 3.ª partes) e I. S. C. remetemos com abatimento de 10% — Para maior facilidade procure as folhas de pedidos em nossos números anteriores.

BIB - 1B

O temor não impõe respeito; ora recalques prontos a explodirem tão logo se apresentem oportunidades. (Cel. CORREIA LIMA).

O ODÓGRAFO TERRESTRE M 1

Cap. DÉLIO BARBOSA LEITE

Cmt. da Cia. de Engenharia e Instrutor da
mesma Arma da Escola Militar de Rezende

O Odógrafo Terrestre Modelo M 1 é um dispositivo eletrônico que automaticamente registra o percurso feito por

um veículo que se movimenta. Seu nome vem do grego "hodos" (caminho) e "grafo" (grava).

HISTÓRICO

Durante as manobras do Exército Americano realizadas em 1940, foi notada a falta de um instrumento que viesse auxiliar tanto as missões de reconhecimento de um modo geral, como o controle do movimento das tropas. Sendo tais encargos, atribuições da Arma de Engenharia, coube ao "Engineer Board" em Fort Belvoir, Virginia, em cooperação com outras organizações técnico-comerciais norte-americanas, o trabalho de pesquisa e desenvolvimento do futuro instrumento.

Após meses de intenso labor, foi montado um Odógrafo, modelo de laboratório e imediatamente posto em experiência. Teve papel saliente nesta fase preliminar dos trabalhos de preparação do instrumento, além do "Engineer Board", o "Carnegie Institution of Washington".

Como os resultados das experiências foram muito satisfatórios, duas firmas industriais a "Monroe Calculating Machine Company", de Oran-

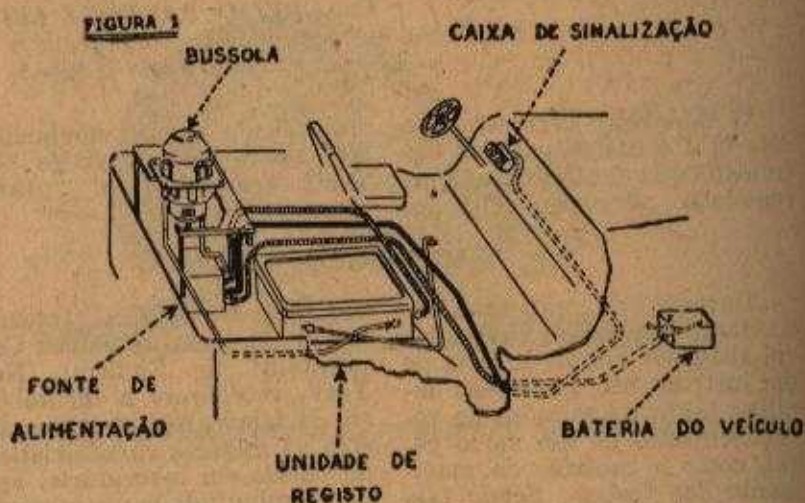
ge, New Jersey e a "International Business Machines Corporation" de Endicott, New York, receberam a incumbência de fabricar os instrumentos com as mesmas características do obtido em laboratório, apenas diminuindo-lhe o tamanho e aumentando-lhe a rusticidade.

Coroadas de grande êxito as experiências obtidas com os novos tipos, não muito tempo depois, em todos os teatros de operações, o Odógrafo estava sendo utilizado pelas forças combatentes de Tio Sam.

Os relatórios vindos de além-mar sobre os trabalhos executados pelo novo instrumento, foram unânimes em considerá-lo extremamente valioso para atualização de cartas, particularmente quando se encontravam modificações nos traçados das vias de comunicação, para projetar novas estradas ou caminhos, para os trabalhos de Topografia da Artilharia de Campanha e para fins idênticos nos reconhecimentos de Engenharia.

DESCRIÇÃO

O Odógrafo é comumente montado sobre uma viatura 1/4 Tonelada, 4 x 4 (Jeep) e pesa 125 libras (56,600 Kgs.) todo o conjunto.



Compreende três partes principais:

- 1 — Bússola;
- 2 — Unidade de Registo;
- 3 — Fonte de Alimentação.

Estas três partes estão ligadas eletricamente entre si e também a uma caixa de sinalização montada no painel de instrumentos do veículo.

Afim de gravar o percurso, é necessário conhecer, tanto a direção de deslocamento, como a distância percorrida.

No Odógrafo a direção é determinada por meio de uma bússola magnética, convenientemente aferida para compensar as ações magnéticas do aço e ferro do próprio veículo. A distância é determinada por

meio do odômetro do veículo; assim, a direção e a distância são combinadas mecanicamente por meio de um dispositivo eletrônico que compreende duas células foto-elétricas, um espelho e uma válvula Thyatron, o qual vai atuar sobre a unidade de registo, movimentando o lápis que grava o percurso.

A fonte de energia elétrica é a própria bateria do veículo e a fonte de alimentação transforma a corrente recebida desta bateria em uma outra de tensão mais elevada, necessária para o circuito elétrico do Odógrafo.

O Odógrafo pode operar em escalas que variam de 1/20.000 até 1/500.000.

Um limbo graduado e uma agulha que indica o Norte, dão a direção do veículo a qualquer momento.

O instrumento possui ainda um sistema registrador de coordenadas que vai gravando o número de milhas percorridas para leste, ou oeste e para o norte, ou o sul de um ponto de partida qualquer. O número total de milhas percorridas também é registrado.

Na parte superior da Unidade de Registro encontramos uma prancheta para colocação de cartas, ou folhas de papel. Uma folha de papel de 11 polegadas \times 8,5 polegadas (28 cms. \times 15 cms.) pode ser colocada sobre esta prancheta. Um rolo de papel de 10 pés (3 ms.) \times 10,5 polegadas (26 cms.) pode ser ajustado nos carretéis de ambos os lados da prancheta.

UNIDADE DE REGISTO

Figuras 2 e 2 A

1 — Interruptor principal; 2 — Interruptor de luz da prancheta; 3 — Contrôlo (reostato) da intensidade da luz na prancheta; 4 — Seleccionador principal de escalas; 5 — Seleccionador intermediário de escalas; 6 — Lápis; 7 — Preenchedor do lápis com tranqueta; 8 — Braçadeiras de ajustagem do lápis; 9 — Botões de ajustagem do lápis; 10 — Alavancas de fixação do papel; 11 — Carretéis para se enrolar papel; 12 — Manivelas dos carretéis; 13 — Mostrador de azimutes; 14 — Botão de controle da oscilação do ponteiro do mostrador de azimutes; 15 — Botão de ajustagem da declinação; 16 — Registrador total de milhas percorridas; 17 — Chave de reversão a zero do registrador total de milhas; 18 — Registrador de milhas por

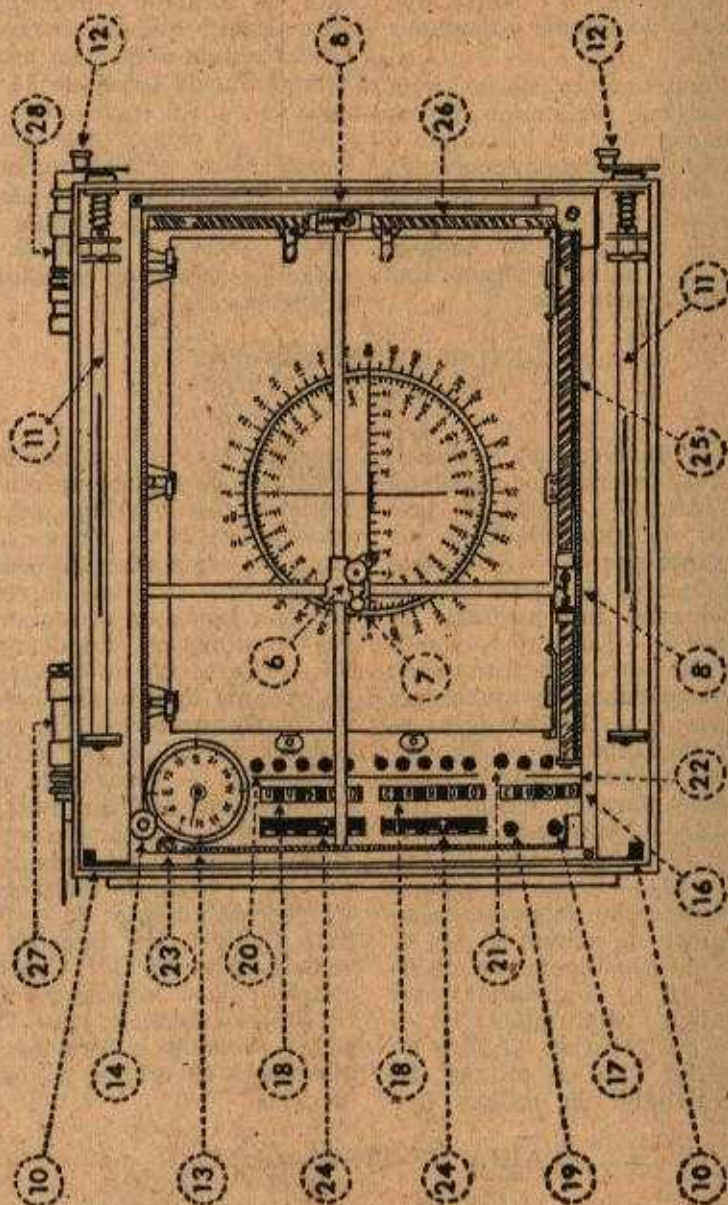
coordenadas; 20 — Chaves individuais do registro prévio dos registradores de milhas por coordenadas; 21 — Chave principal do registrador de coordenadas; 22 — Chaves de reversão das janelas dos registradores de milhas por coordenadas; 23 — Parafuso de ajustagem do cabo de ligação da bússola; 24 — Obturadores dos registradores de milhas por coordenadas; 25 — Rôscas guia para movimentos longitudinais do lápis; 26 — rôscas guia para movimentos transversais do lápis; 27 — Conduto flexível das ligações da bússola; 28 — Conduto flexível das ligações do velocímetro; 29 — Conector elétrico; 30 — Janelas dos mostradores de escalas; 19 — Chave de reversão a zero dos registradores de milhas por coordenadas.

CAIXA DE SINALIZAÇÃO

Uma caixa com duas janelas circulares está montada sobre o painel dos instrumentos.

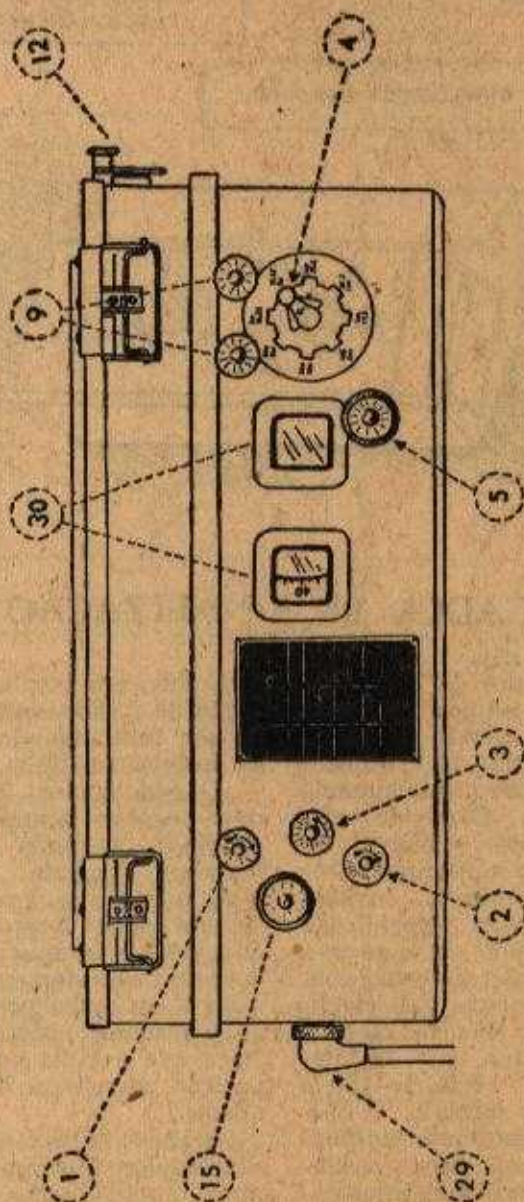
A janela da direita é o Sinalizador de Funcionamento e a da esquerda, é o Sinalizador Marginal.

FIGURA 2



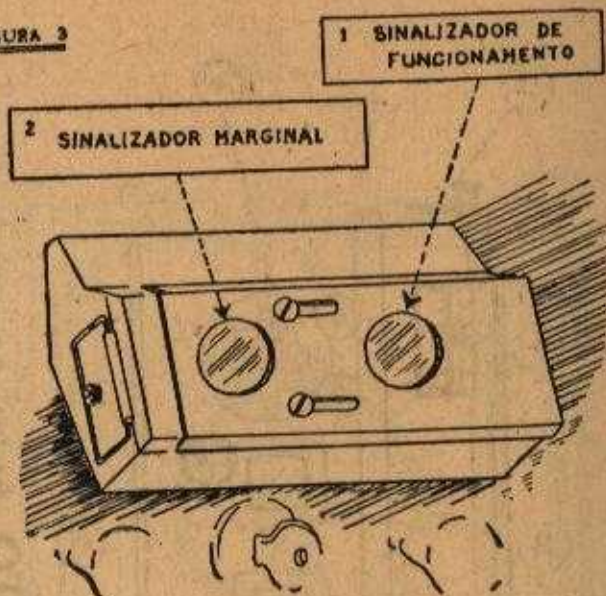
UNIDADE DE REGISTO (VISTA DE CIMA)

FIGURA 2A



UNIDADE DE REGISTO (VISTA DE LADO)

FIGURA 3



CAIXA DE SINALIZAÇÃO

O Sinalizador de Funcionamento é uma pequena lâmpada "Neon" que acende e apaga (Pisca) quando os circuitos elétricos estão funcionando perfeitamente. Logo que se liga o interruptor principal, há um período de aquecimento, de cerca de um minuto, durante o qual a lâmpada "Neon" não "pisca". Quando ela começa a "pisca" o Odógrafo está pronto para funcionar. Sob condições normais, esta luz acende e apaga de cada lado da lâmpada, "Neon", cerca de 160 a 200 vezes por minuto. O operador experiente notará qualquer perturbação nesta oscilação, o que indica um funcionamento imperfeito do Odógrafo. Quando se faz uma volta com o veículo, o "pisca" torna-se

irregular, por isso uma verificação de funcionamento só deve ser feita quando o veículo se desloca em linha reta.

O Sinalizador Marginal é uma pequena lâmpada que em condições normais deve permanecer apagada. Quando o lápis que grava o percurso do veículo sai dos limites do papel, ou carta, a lâmpada acende e deve-se imediatamente colocar o lápis em outra posição de continuar o deslocamento. Logo que o lápis volta a uma posição correta, a lâmpada se apaga.

Si não se der atenção ao Sinalizador Marginal e continuar o movimento do veículo com a lâmpada acesa, isto é, com o lápis fora dos limites, nenhum dano será causado às

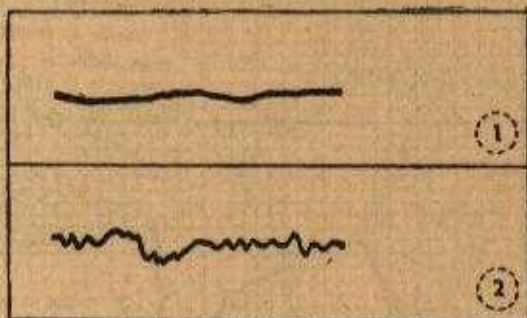
engrenagens do instrumento, mas evidentemente, o trabalho que se estiver realizando ficará prejudicado.

* * *

Si o Odógrafo estiver funcionando perfeitamente, o tra-

ço deixado pelo lápis sobre a carta, ou papel, não será uma linha perfeitamente regular, mas ligeiramente ondulada. Si esta se apresentar muito variada, porém, é sinal de que o mecanismo não está em condições normais de trabalho.

FIGURA 4



(1)- Odógrafo funcionando bem

(2)- Traço deixado pelo odógrafo em más condições de funcionamento.

O Odógrafo está sujeito a quatro espécies de erros:

- Erros inevitáveis resultantes das próprias engrenagens do instrumento;
- A agulha da bússola desvia-se do Norte Magnético na presença de outras massas magnéticas;
- O instrumento é fabricado para trabalhar em superfícies planas e, quando sobe ou desce elevações, surge

um novo erro em consequência;

- Si o veículo não fôr dirigido cuidadosamente, aparece um quarto tipo de erro, resultante dos constantes desvios das rodas que vão afetar a distância gravada.

Esses erros, no entretanto, quando o veículo fôr dirigido por motoristas experientes e em condições normais, são inferiores a 3%.

UTILIZAÇÃO DO ODÓGRAFO

As funções do Odógrafo podem ser genericamente classificadas em dois grupos:

- 1 — Confecção e atualização de cartas;

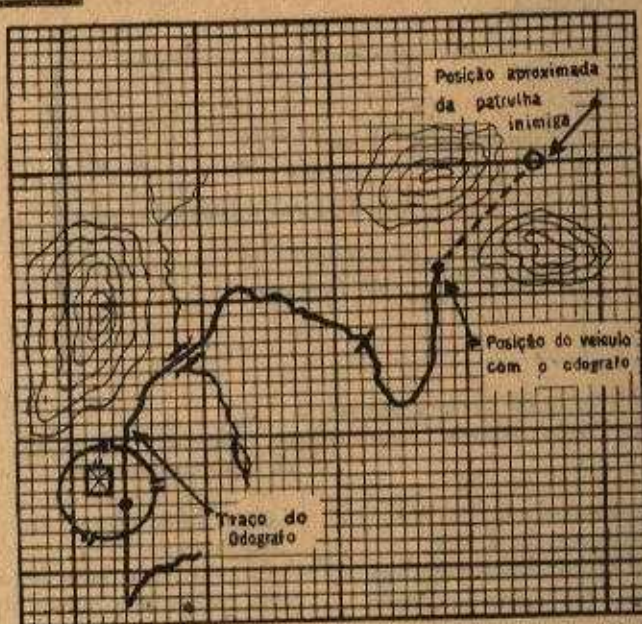
- 2 — Reconhecimentos em geral.

Por intermédio do Odógrafo, pode-se rapidamente executar levantamentos de terrenos desconhecidos.

Si se dispõe de cartas de determinadas regiões e se deseja localizar pontos ou objetos importantes nelas, é bastante ajustá-las na prancheta e dirigir o Odógrafo para estes

pontos, ou objetos. Si eles forem inacessíveis, ou estiverem em posse do inimigo, serão localizados relativamente ao ponto onde parou o veículo.

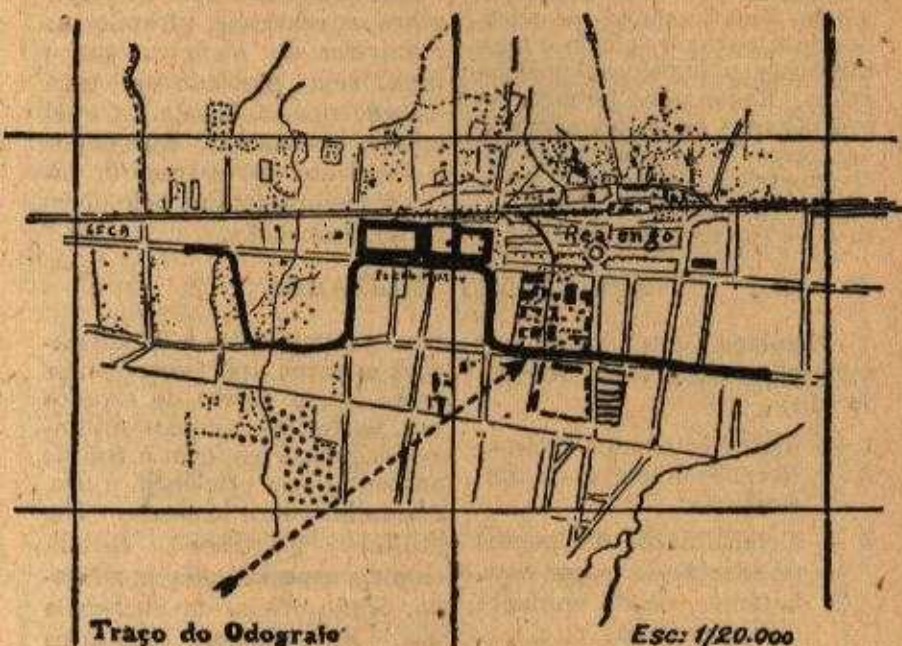
FIGURA 3



Si houver uma carta detalhada de uma região com escala compreendida dentre as de que o Odógrafo dispõe ($1/20.000$ até $1/500.000$) ela pode ser ajustada diretamente sobre a prancheta na Unidade de Registro, convenientemente orientada. Como o lápis que grava o percurso movimentase através a carta, o traço deixado pode ser verificado, a fim de se certificar que o percurso correto está sendo seguido.

O Odógrafo é de extraordinária utilidade à noite quando pontos importantes que serviram de guia, tornam-se dificilmente visíveis.

Como instrumento de reconhecimento, o Odógrafo é muito mais vantajoso que os demais até então utilizados: bússolas, passômetros, podômetros, etc. A operação automática livrará o operador de ficar controlando constantemente os instrumentos.

**FIGURA 6**

Na confecção de cartas e nas missões de reconhecimento, podemos empregar um ou

mais Odógrafos e mesmo combiná-los com outros instrumentos.

MEDIDAS DE SEGURANÇA

Como medidas de segurança durante o funcionamento, temos que observar:

- O interruptor principal não deve ser ligado quando o veículo estiver em movimento;
- As escalas não devem ser mudadas com o veículo em movimento;
- Objetos pesados não devem ser colocados sobre os cabos das ligações elétricas;
- Os compensadores magnéticos não devem ser mudados, a não ser quando se

vai proceder compensações na bússola;

- Objetos de ferro ou aço devem sempre ficar a uma distância mínima de um metro da bússola;
- O Odógrafo não deve estacionar por muito tempo próximo de grande objetos de aço;
- As chaves de reversão a zero não devem ser acionadas com o Odógrafo em funcionamento.

Quando o Sinalizador Marginal der o sinal, isto é, quando

a lâmpada da esquerda da Caixa de Sinalização se acender, devemos parar o veículo e anotar sobre o papel sua posição exata. Registamos também as coordenadas de posição indicadas pelos Registradores. Si estiver sendo usado sobre a prancheta, uma folha de papel, esta deve ser trocada. Si estiver

sendo usado um rôlo de papel sobre os carretéis, giram-se as manivelas de maneira que o papel seja enrolado em uma direção oposta àquela na qual o lápis se desloca. Enrolamos o papel até que o traço do lápis fique próximo ao lado oposto da prancheta.

APLICAÇÕES MILITARES

Algumas das principais aplicações militares do Odógrafo são:

- 1 — Reconhecimentos táticos;
- 2 — Reconhecimentos de Engenharia;
- 3 — Determinação de pontos de reunião de tropas combatentes, ou de unidades de suprimento;
- 4 — Trabalhos de Topografia da Artilharia de Campanha e da Engenharia;
- 5 — Contrôlo do movimento das tropas.

Nos Estados Unidos as possibilidades comerciais do Odógrafo estão sendo estudadas por várias firmas fabricantes de instrumentos de Engenharia. Acredita-se que êle será de muita utilidade nos trabalhos preliminares dos levantamentos topográficos e também para os reconhecimentos iniciais nas construções das vias de comunicação.

O Odógrafo é uma novidade no equipamento militar que o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos aperfeiçoou da reunião de vá-

rios instrumentos. Modificações e novos aperfeiçoamentos estão sendo objeto de estudos por parte dos técnicos militares daquele País, com o fim de aumentar sua eficiência e uso. Ainda há pouco lemos no "The Military Engineer", revista técnica especializada americana, órgão oficial da Sociedade dos Engenheiros Militares Americanos (The Society of American Military Engineers), que o "Engineer Research and Development Laboratories", ex-Engineer Board, em Fort Belvoir, Virgínia, vem realizando experiências com pleno êxito sobre — talvez a mais importante inovação a ser introduzida no Odógrafo — a possibilidade do mesmo operar simultaneamente em planimetria e altimetria.

Em exercícios que realizamos com os cadetes do 3.º ano de Engenharia da Escola Militar de Rezende, obtivemos completo sucesso com o Odógrafo. Cumpre notar, porém, que enquanto trabalhávamos no interior da Escola em pisos pavimentados e quase planos, os

resultados foram maus, devido às linhas de transmissão elétricas que sempre passam próximas e que afetam consideravelmente a agulha magnética da bússola do instrumento. No entanto, no campo, em região bastante acidentada, operando na escala de 1/20.000, obtivemos resultados muito satisfatórios, com erros quase imperceptíveis.

Estávamos ultimando este artigo quando chegou a nossas mãos o número de Dezembro 1947/Janeiro 1948 da excelente Revista técnica "Rodovia", de propriedade da Editora "A

Rodovia S. A." e nele encontramos detalhado e completo estudo sobre o Odógrafo, magnífico trabalho dos engenheiros José Luiz Carvalho de Castro, Gasparino Rodrigues da Silva, Vitorio José Capelaro e Rafael Fleury da Rocha, todos pertencentes à Divisão de Estudos e Projetos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Bibliografia — TM 5-9401 (War Department — U. S. Army). "The Military Engineer" — Maio e Outubro de 1947.

O TRATAMENTO RACIONAL E EFICIENTE DAS MOLÉSTIAS DO FÍGADO

Um grande remédio que tem por base uma planta consagrada

As inúmeras cartas que diariamente recebemos de todos os pontos do Brasil, os atestados que enriquecem os nossos arquivos e o aumento constante da saída do **HEPACHOLAN XAVIER** vem confirmar cabalmente que não exagerávamos quando, ao lançarmos esse nosso grande medicamento, prevíamos que ele obteria um sucesso extraordinário. Uma tão grande confiança só podia resultar, como de fato resultou, do pleno conhecimento que tínhamos e temos da eficácia incomparável de sua fórmula em que entra como elemento básico o princípio ativo de uma planta consagrada pela medicina mundial — a alcachofra. Esse sucesso magnífico nos autoriza a afirmar que as moléstias do fígado e do aparelho biliar — icterícias, cólicas e congestões hepáticas, colites, angio-colites e colelitites e as perturbações que delas resultam: perturbações digestivas, azias, dispepsias, prisão de ventre, fastio, nervosismo, etc. — cedem rapidamente às primeiras doses de **HEPACHOLAN XAVIER**. Aos que sofrem desses males terríveis e perigosos aconselhamos, pois, o uso do **HEPACHOLAN XAVIER**, em líquido ou em drágeas. O **HEPACHOLAN XAVIER** lhes proporcionará um tratamento rápido e eficaz. Da verdade dessa afirmativa serão eles próprios as mais eloquentes testemunhas.

O inimigo é que nos há de ensinar o caminho da Assunção, cabendo a nós remover os óbices da estrada. OSÓRIO.

TIRO DAS METRALHADORAS

Cap. MOURA NETO

CAPITULO 7.º

AMARRAÇÃO DO TIRO

I — CALCULO DO ÂNGULO DE TRANSPORTE

200 — O ângulo de transporte t é o ângulo formado pelo plano de tiro com uma direção de referência. *Fig. 70*

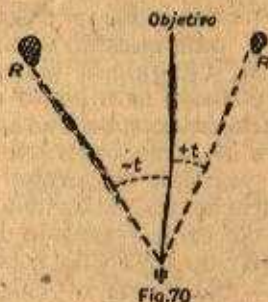


Fig. 70

Quando não fôr possível a pontaria diretamente sobre o objetivo, recorre-se a um ponto de referência (R) e com o auxílio do ângulo de transporte (t) a pontaria em direção será executada com facilidade.

O ângulo de transporte é necessário para a amarração do tiro, para o tiro indireto, e execução do transporte do tiro.

Quando o ponto de referência estiver à direita do objetivo, o ângulo de transporte será positivo; quando estiver à esquerda, negativo. Poderá ser calculado na carta e no terreno.

No terreno com o auxílio do binóculo, da régua graduada, da bússola, do G. B., da Luneta Alça Zeiss, do limbo do reparo da metralhadora e de fórmulas.

201 — Com o auxílio do binóculo (Binóculo Zeiss).

O Binóculo de 8/12 tem escala horizontal graduada de 0 a 80 milésimos, de 5 em 5 milésimos.

Para medir o ângulo de transporte colocamos o 0 da escala horizontal sobre o ponto de referência e lemos a graduação que corresponde ao objetivo; o valor desta graduação corresponde ao ângulo de transporte.

202 — Com o auxílio da régua graduada.

Utilizamos uma régua graduada em milésimos com um cordel de 0,50m; prendendo a extremidade do cordel na boca, colocamos o 0 da régua em coincidência com o ponto de referência, em seguida visa-se o objetivo. Lemos na régua quanto corresponde em milímetros a frente visada; sabemos que cada milímetro a 0,50 m.

corresponde a 2 milésimos, logo o ângulo de transporte será o dôbro da medida feita em mm.

203 — *Com o auxílio da bússola.*

Medimos os azimutes do objetivo e do ponto de referência. A diferença entre os dois é o ângulo de transporte.

204 — *Com o auxílio do G. B.*

Colocamos o G. B. em 0 com a visada para o objetivo, ou para o ponto de referência; com o auxílio do pequeno movimento particular visamos o ponto de referência, ou o objetivo; o valor registrado é o ângulo de transporte. Quando o ponto de referência estiver à esquerda a graduação marcada no limbo será o ângulo de transporte, no caso contrário, o seu suplemento.

205 — *Com o auxílio da Luneta Alça Zeiss (dispositivo de pontaria indireta).*

Apontamos a arma para o objetivo com Prato-0 (ponto de referência à direita) — Tambor-0 (vermelho); sem mexer na metralhadora, agimos no botão das derivas até bissestar o ponto de referência. A soma das leituras do prato com

o tambor é o ângulo de transporte.

Quando o ponto de referência estiver à esquerda, apontamos para o objetivo com Prato-64, Tambor-0 (vermelho); o ângulo de transporte será o complemento das somas das leituras diretas.

206 — *Com o auxílio do limbo do reparo.*

Visado o objetivo, verificamos a graduação do limbo marcado pelo índice; visamos o ponto de referência e lemos a nova graduação; a diferença entre as duas leituras é o ângulo de transporte. O sinal do mesmo dependerá do sinal da graduação do limbo do reparo.

207 — Em todos os casos, por uma questão de uniformidade, o ângulo de transporte será positivo se o ponto de referência estiver à direita, e negativo no caso contrário. Para o registro do mesmo e escripturação na Caderneta levamos em conta o sentido da graduação do limbo do reparo.

— Na carta o cálculo do ângulo de transporte se resume em ligar a posição de tiro ao objetivo e ao ponto de referência, depois medindo com o transferidor este ângulo.

II — EXECUÇÃO DA AMARRAÇÃO

208 — A amarração do tiro das metralhadoras é um complemento da preparação, não constituindo modo especial de tiro ou de pontaria.

A amarração do tiro é feita com a previsão do desaparecimento do objetivo motivado pela noite, neblina, cortinas de fumaça, etc.

É a razão de ser da execução dos tiros indireto e mascarado, e consiste em determinar elementos de referência, que permitam a reconstituição da pontaria caso o objetivo fique invisível.

As operações da amarração são feitas à luz do dia e sobre o objetivo (tiro direto) ou sô-

bre o balizamento do tiro (tiro mascarado e tiro indireto).

O reparo da metralhadora deve ser fixado ao solo antes do início das operações, pois a mudança do mesmo depois do desaparecimento do objetivo, torna o resultado do tiro aleatório, quando não, nulo.

Quando a metralhadora tiver no reparo limbo graduado (Madsen e Hotchkiss), podemos empregá-lo com grande vantagem na amarração do tiro. Os processos mais comuns para a amarração do tiro são:

- emprêgo da alça de referência (qualquer metralhadora);
- emprêgo do nível e do limbo do reparo (Madsen e Hotchkiss); e,
- emprêgo da Luneta Alça Zeiss (Madsen 35-F).

209 — *Emprêgo da alça de referência.*

Este processo é executado com o aparelho de pontaria da arma e também chamado de "processo da alça forte".

A marcha para execução é a seguinte:

- graduar na alça o valor da distância de tiro e apontar para o objetivo;
- instalar em frente à peça, no plano de pontaria, mais ou menos a 10 metros, uma baliza na vertical;
- sem mexer na inclinação do cano, aumentar a alça registrada de 200 m., e ver o ponto que esta nova visada atinge a baliza; neste ponto cortar a baliza, ou enterrá-la de tal modo que a nova visada tangencie o seu tópo.

A alça D + 200 m. é a alça de referência ou alça forte.

Reconstituição da pontaria.

Quando o objetivo não fôr mais visto, basta graduar alça D + 200 e apontar para o tópo da baliza.

A arma está automaticamente apontada em direção e em altura.

O tópo da baliza deve ser iluminado com uma lanterna surda para execução da pontaria inicial e tôdas as vezes que quizermos retificar a pontaria; tendo-se o cuidado de travar a arma para estas operações.

210 — *Emprêgo do nível e do limbo do reparo.*

O processo do emprêgo do nível e do limbo do reparo é de execução rápida e de boa precisão, sendo executado na seguinte marcha:

- apontar a arma para o objetivo com alça D e medir o ângulo de elevação E com auxílio do nível;
- verificar a graduação marcada no limbo do reparo pelo índice do punho do mesmo (ou do existente na arma).

Reconstituição da pontaria.

Quando o objetivo não fôr mais visto, basta registrar no nível o valor de E e colocar a bôlha de ar entre reparos agindo no punho do mecanismo de pontaria em altura; trazer o índice da arma ou do reparo para a graduação inicial da pontaria.

A arma está automaticamente apontada para o objetivo.

Para se evitar a localização prematura da posição de tiro,

devemos cobrir ou colocar em frente à peça a cobertura de lona da metralhadora, no ato de iluminar o setor do nível e o limbo do reparo.

211 — *Emprêgo da Luneta Alça Zeiss Mod. 22-A* (Metralhadora Madsen 35F).

Para o processo da alça de referência podemos empregar a Luneta Alça, porém, sem o dispositivo de pontaria indireta.

No caso que vamos estudar há necessidade de se empregar este dispositivo.

Em direção — Escolher um ponto de referência que possa ser visto à noite; um lampeão ou lanterna surda, colocada a 50 m. à direita ou à esquerda da peça satisfaz plenamente, principalmente quando a noite estiver muito escura.

O ponto de referência deve ficar sempre que possível à direita do objetivo, pois facilita a operação do cálculo do ângulo de transporte.

Medimos o ângulo de transporte como já foi ensinado.

Em altura — Registramos no setor das alças o valor da distância de tiro e apontamos para o objetivo; com a Luneta apontada, consequentemente a arma, sem mexer na inclinação do cano, giramos o botão de comando até colocar a bôlha de ar do nível entre reparos, temos o ângulo de elevação E, que deve ser lido nas escalas dos sítios.

Reconstituição da pontaria — Quando o objetivo desaparecer, procedemos:

Em direção — Registrar o valor do ângulo de transporte no prato e no tambor quando

positivo; quando negativo registrar 6400'' — t.

Sem mexer na Luneta, seguramos o punho do reparo e puxando-o para direita ou para esquerda, bissetamos o ponto de referência.

Em altura — Registrar na pequena escala dos sítios o valor de E e agindo no punho do mecanismo de pontaria em altura, colocar a bôlha de ar entre reparos. (19)

A Metralhadora está pronta para o tiro.

212 — Em todos os casos estudados, o reparo deve ficar fixado ao solo e calçado com sacos de terra, para que se possa ter resultado eficaz.

A previsão de dois ou mais locais suplementares, só dará resultado prático quando forem instaladas em todos êles plataformas em "T", que devem ficar solidamente fixadas ao solo. Para cada local previsto deve-se tirar os novos elementos para a amarração.

A amarração do tiro pode ser feita para vários objetivos, especialmente para os pontos de passagem obrigatória que o inimigo pode utilizar à noite. Cada objetivo deve ser numerado, e os seus dados de amarração, registrados na Caderne-ta da Secção.

Em noites claras, durante o dia ou com o emprêgo de balizas fosforescentes, podemos utilizar o balizamento empregado no tiro mascarado; e o reparo pode ser deslocado sem preocupações, desde que com o

(19) — Quando E for superior a 200'' devemos registrar as suas centenas na grande escala dos sítios.

objetivo visível sejam feitos os balizamentos diversos.

Nos casos do tiro mascara-do e do tiro indireto, o processo da alça de referência pode ser empregado da maneira seguinte:

- registrar no nível o valor de E e colocar a bôlha de ar entre reparos; e,
- sem mexer na inclinação do cano, graduar um valor tal na alça, de tal modo que a visada incida o tôpo da baliza (a 1.^a do balizamento).

Temos a alça de referência. A marcha é a mesma que já foi explicada.

213 — A metralhadora Browning 7,62 mm. permite a amarração do tiro com auxílio de sua alça de mira, que é móvel.

Visamos o ponto de referência com o limbo em zero e em seguida damos um giro na peça de um valor igual ao ângulo de transporte; a pontaria em altura será obtida por meio de nível.

AOS REPRESENTANTES

A DIREÇÃO SOLICITA PROVIDÊNCIAS
JUNTO AOS TESOUREIROS DAS UNIDA-
DES OU AOS ASSINANTES COM RELAÇÃO
AO PAGAMENTO DAS ASSINATURAS DO
GER-1C CORRENTE ANO.

Nenhuma improvisação é realmente valiosa e todas elas implicam nos males inconvenientes, entre os quais o menos grave é deixar campo livre aos es-
pertos peccadores de águas turvas, aos petulantes, aos insinceros e aos maus.
Cel. J. B. MAGALHÃES.

É da orientação de todas as vontades individuais para um ideal comum de glória e de beleza nacionais, que são compostas as forças morais, as mais ativas de todas na obra de guerra. DARRIEUS.

O chefe militar sagaz nunca subestima o fator humano. Ele dará ao moral e ao espírito de corpo tanta importancia, ou mais, que a capacidade militar e ao material. NORMAN C. MEIER.

Se o leitor tivesse a oportunidade de visitar Moscou durante a guerra, veria as continências mais bem feitas de todo o mundo. A importancia atribuida a esses pequenos atos de cerimônia contribue para a formação de exércitos capazes de suportar os maiores rigores da guerra. WINSTON CHURCHILL.

A Seção de Manutenção da Sub-Unidade

1.º Ten. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

Entre as múltiplas novidades surgidas com a adoção do efetivo "tipo norte-americano", uma que de perto interessa o subalterno, muito especialmente ao 2.º Tenente, é a formação de Comandante da Seção de Manutenção da sub-unidade. Ousadamente, nos propomos a analisá-la. Falta-nos a visão obtida pelos anos de serviço e o cabedal que se adquire nas Escolas Superiores (E. A. O. e E. E. M.). Sobra-nos o contato direto com as dificuldades, na luta diária, como Comandante da Seção de Manutenção da Bia. de Comando, de uma unidade que, pelos menos duas

vezes por semana, engaja todos os seus meios.

O que é a Seção de Manutenção da Sub-Unidade:

Diz o F. M. 6-20 na sua tradução (edição de 1945) que a Seção de Manutenção é o órgão de aprovisionamento e manutenção da Bateria.

A ela compete, pois: acionar o material auto ou hipomóvel — alimentar, pagar e vestir o pessoal.

Vejamos quais os meios disponíveis previstos para o cumprimento da missão:

I — Propoz o R. E. A. a adoção de um efetivo, no qual a Seção de Manutenção da Bia. Comando, aparece assim:

SECÇÃO	TURMA	GRADUAÇÃO OU PÓSTO	F U N Ç Ã O
M A N U T E N Ç Ã O	A P R O V I S I O N A M E N T O	Sub-Ten.	Pagador
		2.º Sgt.	Furriel
		2.º Sgt.	Rancho
		Cabo	Cozinheiro
		Soldado	Cozinheiro 1
		Soldado	Cozinheiro 2
		Soldado	Auxiliar
		Soldado	Rancho 1
		Soldado	Rancho 2
		Soldado	Motorista
	M A N U T E N Ç Ã O	2.º Ten.	Motores
		3.º Sgt.	Mecânico de Avião
		2.º Sgt.	Encarregado Auto
		Cabo	Mecânico de Auto
		Cabo	Mecânico de Avião
		Soldado	Metralhador
		Soldado	Mecânico de Auto

A) Em princípio, o aprovisionamento da Bia. (antigo I. C.) está sempre completo em pessoal. O Sub-Ten. continua à frente da "boia", deixando tranquilo o comandante da Bia.

As dificuldades se iniciam no sargento do rancho, que não desempenha sua função. E por que? — Ousamos responder.

O sargento do rancho é um sargento de fileira. A experiência nos convenceu, porém, da necessidade de, nos cursos de formação de sargentos, que o aluno tenha contato com a função de sargento do rancho e nela pratique pelo menos 1/10 do que pratica como C. P.

Nunca nos aventuráramos a criticar a E. S. A. Há pouco, chegou aos quartéis uma turma lá formada. Inegavel-

mente, ótimos chefes de peça. Mas quando um deles se vê na contingência de enfrentar, realmente, a fácil função de sargento do rancho, não consegue. Enrola-se.

E, assim, o sub-tenente, agora "almoxarife-pagador", continua sendo o verdadeiro "sargento do rancho". E as folhas de pagamento continuam entre o furriel e o capitão.

B) O atual material de cozinha é ótimo, como bem o atestou a guerra. É, porém, norte-americano. As poucas instruções que existem a respeito são traduções e não têm a necessária divulgação.

São fogões e lavadores de marmita queimando gasolina. Permitem o preparo rápido das refeições e a constante higiene das marmitas.

II — A MANUTENÇÃO AUTOMÓVEL

A) Aí é que se inicia a "via-crucis" da nova função. Do efetivo previsto para a subunidade, só encontramos o 2.º tenente e o soldado mecânico auto. O pessoal mecânico de avião, mesmo no nosso Regimento, não existe. Cremos, embora sem sermos pessimistas, que se passarão algumas décadas, antes dos nossos Grupos 105 terem seus aviões orgânicos. Mal não fará, porém, se, desde já, cuidarmos dos problemas a ele correlatos.

O 2.º Tenente de Manutenção:

Em princípio, este oficial se inicia leigo no assunto:

1.º) Até a Turma de 1946, a Escola Militar ainda não ha-

via adquirido mentalidade motomecanizada (será que já adquiriu?).

2.º) O cadete estudava Hipologia com todo carinho, mas conduta auto e noções de manutenção de 1.º ou 2.º escalão não se estudava. Havia na cadeira "Aplicações de Física, Química e Mecânica à Arte da Guerra", a parte mecânica automóvel, essencialmente teórica. Acresça-se que, durante a guerra, 50% do curso era dedicado ao "gazogênio". Terá que aprender apanhando — observando o mecânico, que já aprendeu pelo processo de repetição — amolando o capitão, que tem o Curso de Moto, nunca exerceu a função e que hoje comanda a Bia. — fazendo

tradução gaguejada dos Regulamentos N. A.

Salvo melhor juízo, o problema se simplificaria pela matrícula compulsória em Cursos de Manutenção e Conduta de Auto, dos Aspirantes das turmas de 44-45-46 e 47.

Matriculando na Escola de Moto, não 1.º Tenentes com 2 anos de pôsto, que de lá saem para a promoção ao pôsto de Capitão e sim 2.ºs Tenentes, com um ano de pôsto, que de lá sairiam para o exercício de funções correlatas ao curso.

AS PRAÇAS

Os que já abordaram o problema sabem que, num ano, não se converte um brasileiro, em soldado e em motorista que, além de dirigir, execute o constante da manutenção de 1.º escalão da sua viatura. (Nas Btas de Comando, 80% dos motoristas é obrigado a possuir dupla especialidade). Pois bem, se não se forma um bom motorista, muito menos um bom mecânico.

Acreditamos que a solução para o caso seria o seguinte:

1.º) A praça que se convertesse em mecânico seria obrigada a engajar.

2.º) Reter nas fileiras os elementos que eram mecânicos lá fora — Isto só se consegue criando atrativos que provoquem o engajamento. Assim, o mecânico de auto (tornemos extensivo ao mecânico de avião e de rádio) fariam jús a uma compensadora gratificação. Não será um absurdo. Os músicos já não têm uma situação especial?

Só destarte, teremos os efetivos em mecânicos, razoavel-

mente completos. Isto, até que os contingentes incorporados apresentassem uma percentagem regular de mecânicos.

Existe, para formação de motoristas um ótimo regulamento: o 131. Qualquer "manutenção" o conhece e sabe de cor. Parece-nos completo. Se conseguirmos ensinar tudo que lá é previsto, formaremos, não hábeis volantes de corrida, mas motoristas conscientes, capazes de executar só apenas fiscalizado, a manutenção de 1.º escalão da sua viatura.

O ápice da questão consiste naqueles dois primeiros meses de 1.º período. Dos antigos, poucos "engajaram"; dos novos, nenhum ainda em condições de receber uma viatura.

O R. P. I. Q. T. nos permite reter 20% do contingente anterior, até o fim do 1.º período. Haverá mal, em reter mais dois meses, o indivíduo que, chegando ao quartel sem profissão, torna-se motorista-militar e quase sempre com pouco dispêndio, consegue a carteira civil de motorista profissional?

B) Quem ler o "guia para tripulação dos veículos de 1/4 Ton.", depara com o seguinte: "as placas de inscrição do painel serão substituídas, no futuro, por placas escritas em português". Até hoje...!

A falta de tradução dos catálogos e manuais norte-americanos é um grande obstáculo. Às vezes, levamos dias para descobrir no catálogo o nome da peça que queremos pedir ao escalão superior.

A falta de material é o problema de solução mais custosa. A nossa indústria engatinha.

E, enquanto Volta Redonda não fôr uma realidade pungente, teremos de depender dos outros, em quase tudo. E a gasolina? Quantas e quantas jornadas de S. C. se convertem em instrução em sala?

* * *

Recapitulemos os problemas e as soluções:

Oficial de Manutenção — matrícula compulsória das turmas de subalternos ainda em condições de exercer a função, em cursos regionais de conduta auto e manutenção de 1.º escalão.

Ser condição para matrícula na Escola de Moto, ser 2.º Tenente com um ano de pòsto.

Mecânico — Retê-los (aos que eram motoristas na vida civil),

durante os dois primeiros meses do período de recruta.

Material — Tradução e grande divulgação dos regulamentos N. A. Resolução do problema do petróleo e da nossa indústria pesada.

Sargento do Rancho — abordar o assunto, nos cursos de formação.

É possível que se veja neste trabalho uma atitude pretençiosa. Afirmamos, porém, que êle é apenas um desabafo diante das dificuldades que encontramos diariamente. Se as soluções que apresentamos para os problemas, situados como estamos no primeiro degrau da escala hierárquica, forem falhas — penitenciamo-nos sinceramente.

VENDA DE LIVROS

Todo o oficial que não tem outra aspiração que as glórias e os espinhos da carreira que com entusiasmo na juventude abraçou, deve procurar manter-se em dia com a sua evolução.

Atrazar-se é viver desambientado; a desambientação traz o desanimo, a descrença...

Mantenha-se em forma lendo a única revista especialmente militar do Brasil e adquirindo os livros particularmente escolhidos editados por esta Cooperativa e os quais ela lhe oferece com todas as facilidades.

BIB-2B

No militar de nossos dias existe a consciência do direito humano, da responsabilidade individual perante a coletividade nacional, do respeito às instituições e à constituição do país. FERNANDO LERA.

Na guerra tudo se torna inseguro, logo que as operações têm início, salvo a vontade e a energia do comandante-chefe. Gen. MOLTKE.

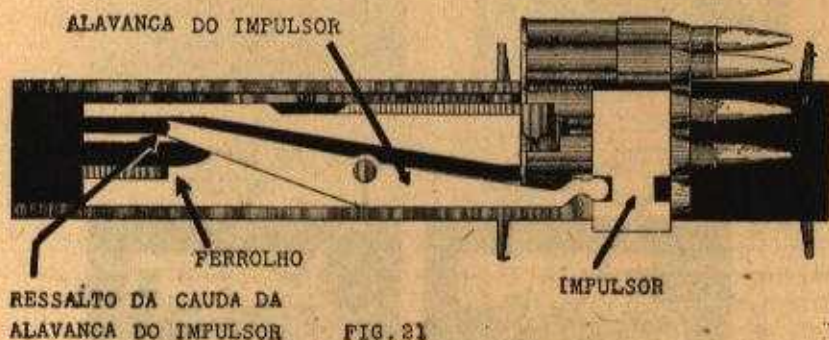
A Metralhadora Browning cal. 50 - HB - M 2

GUSTAVO LISBOA BRAGA

*Aspirante a oficial da arma de
Infantaria.*

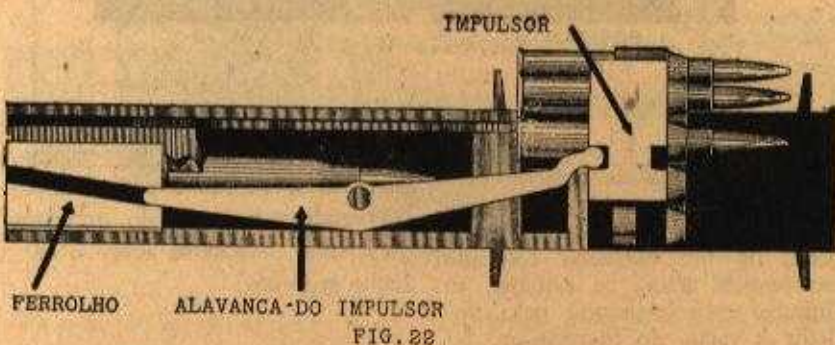
(Continuação)

6 — CARREGAMENTO



O alimentador é acionado pelo ferrólho. Quando este se encontra em sua posição avançada, o impulsor está totalmente no interior da arma. O mecanismo visto de

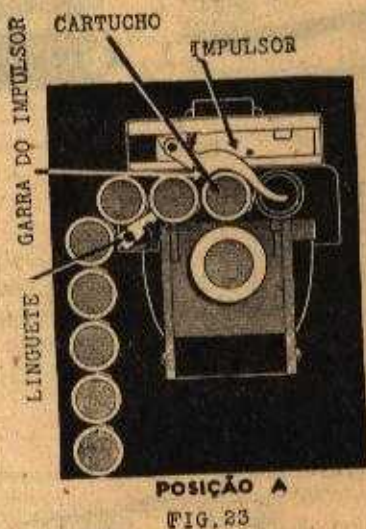
cima é o que a figura apresenta. O ressalto da cauda da alavanca do impulsor está alojado numa das corredeiras diagonais da parte superior do ferrólho.



A alavanca do impulsor gira em torno do eixo, á medida que o ferrólho recua. A parte anterior da alavanca arrasta lateralmente o impulsor, que se projeta, fora da

arma, sôbre a fita carregadora. A figura mostra a arma alimentada pela esquerda. As metrs. .50, M2, admitem a alimentação por qualquer lado.

* * *



O carregador é arrastado para dentro da caixa da culatra pela garra do impulsor. Quando o ferrólho atinge a posição mais avançada, há um cartucho colocado exatamente acima da camara. O linguete está levantado para impedir o recuo do carregador.

Durante o recuo do ferrólho, o impulsor se move por cima do carregador; a garra do impulsor gira, indo colocar-se sôbre o cartucho seguinte.

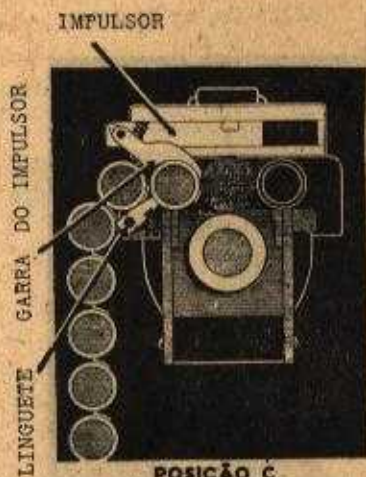


FIG. 25

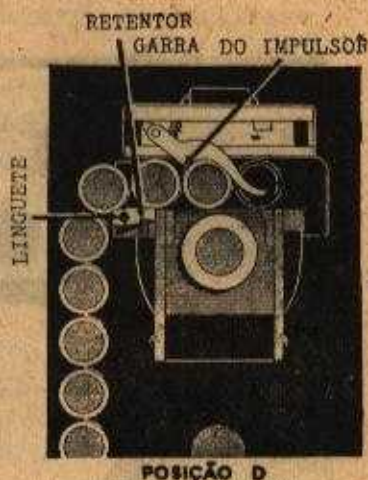


FIG. 26

No fim do recuo, o impulsor tem uma posição tal que a sua garra passa para trás de um novo cartucho, de modo a poder arrastar o carregador para dentro da arma.

Durante o avanço do ferrolho, o carregador é arrastado, pela garra do impulsor, para dentro da arma. O linguete se abaixa permitindo a passagem de um cartucho. Ao terminar o avanço do ferrolho, o linguete levanta-se por trás deste cartucho, tomando a posição da figura 23 (posição A).

7 — EXTRAÇÃO E EJEÇÃO

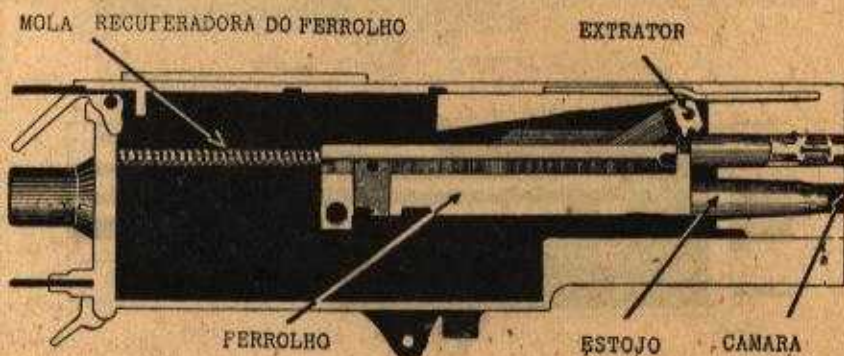


FIG. 27

Iniciado o recuo o extrator retira o estojo do carregador. O estojo é retirado da câmara pela

corrediça em T, existente no ferrolho.

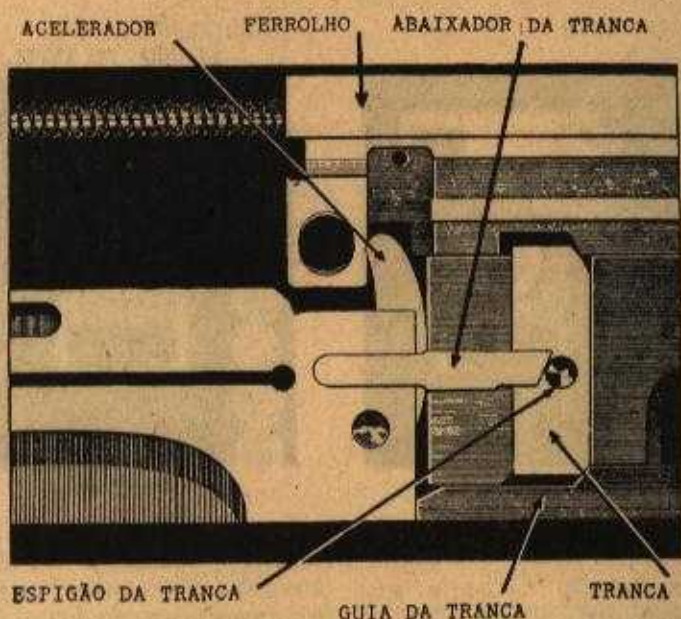


FIG. 28

Com a deflagração da carga, o estojo está dilatado, ajustando-se fortemente às paredes da câmara; há possibilidade de rutura numa extração muito rápida. Para evitar isto e garantir uma extração muito lenta, a parte ante-

rior do alto da tranca e seu correspondente no entalhe de travamento, são inclinados. Dêste modo, à medida que se processa o destrancamento, o ferrólho se afasta gradualmente da câmara.



FIG. 29

Durante o recuo do ferrólho, o depressor do extrator força o extrator para baixo, fazendo as-

sim que um cartucho entre na corredeira em T da cabeça do ferrólho.

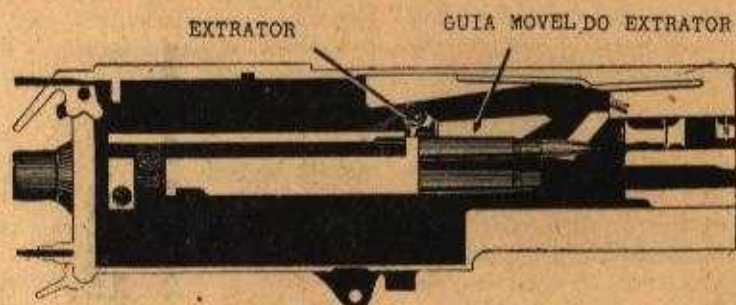


FIG. 30

Sendo o extrator forçado para baixo, o espigão do extrator força também para baixo a cauda do guia do extrator. Quase no fim do recuo do ferrólho, o espigão

do extrator liberta a cauda do guia do extrator, que, forçado pela sua mola, volta rapidamente à sua posição normal.

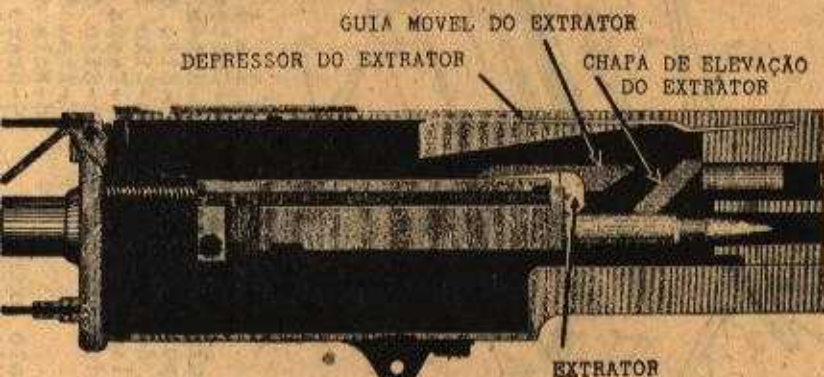


FIG. 31

No avanço do ferrólho, o extrator é forçado ainda mais para baixo, pois seu espigão tem que passar por baixo do guia do extrator. O novo cartucho expulsa o estojo. O pino retem do extrator, existente no ferrólho limita o movimento daquele para baixo. O

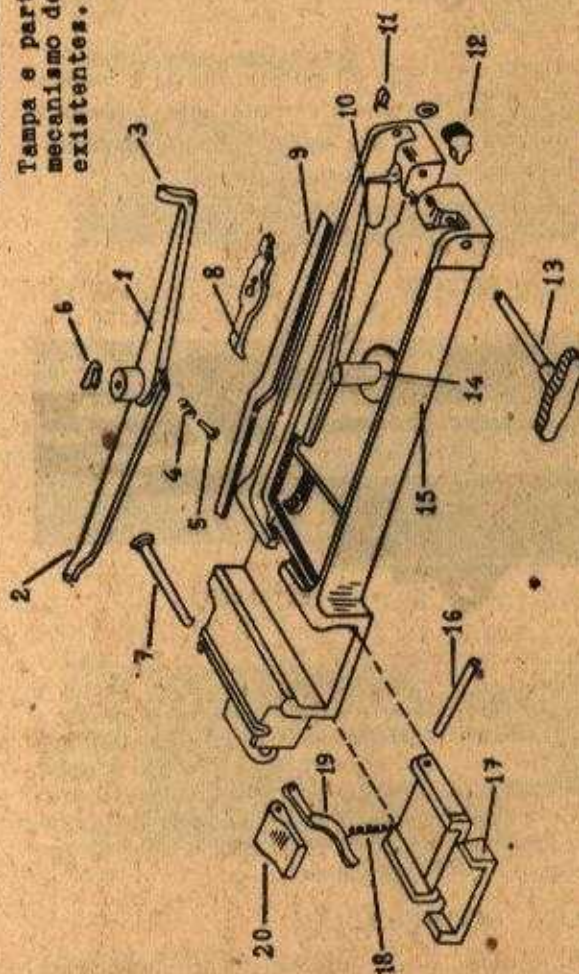
cartucho sob a ação do ejeter é levado para a camara. Quando o carregamento está quase terminado, o extrator é forçado a subir a rampa do elevador do extrator; sob a pressão da mola do extrator, este se adapta à gola de um novo cartucho.

FOLGA DO FERRÓLHO

A metr. Browning, 50, é uma arma automática de grande eficiência e precisão. O próprio fato

desta precisão torna duplamente importante a montagem e a ajustagem correta das peças. A ajus-

Tampa e partes componentes do mecanismo de alimentação nela existentes.



- NOMENCLATURA -

- | | |
|--|--|
| 1-Alavanca do impulsor | 11-Contra-pino do eixo do retém da tampa |
| 2-Corda da Alavanca do Impulsor | 12-Retém da tampa |
| 3-Cabeça da alavanca do impulsor | 13-Eixo do retém da tampa |
| 4-Mola do pino da alavanca do impulsor | 14-Eixo da alavanca do impulsor |
| 5-Pino da alavanca do impulsor | 15-Tampa |
| 6-Contra-pino da alavanca do impulsor | 16-Eixo do impulsor |
| 7-Eixo da tampa | 17-Armção do impulsor |
| 8-Mola do retém da tampa | 18-Mola do impulsor |
| 9-Mola sbeixadora do conjunto extrator | 19-Braço do impulsor |
| 10-Rampa abaixadora do conjunto extrator | 20-Impulsor. |

tagem, mais importante, quanto ao bom funcionamento e á eliminação de danos a partes vitais, é a folga do ferrólho. Esta ajustagem

deve ser feita tôdas as vezes que a arma fôr montada e sempre que fôr trocado o cano. As páginas seguintes elucidam mais o assunto.

SIGNIFICAÇÃO DA FOLGA

Antes do tiro, deve-se ajustar a folga do ferrólho. Para isto, devem ser satisfeitas duas condições:

1.º) — O ferrólho deve estar colocado na caixeta, de modo que, estando a caixeta á frente, apoiada na luva, as superfícies de trancamento, na frente da tranca e do entalhe do ferrólho, estejam firmemente apoiadas uma á outra.

2.º) — Estando o ferrólho nesta posição, corretamente trancado, o cano deve estar colocado de modo tal, que o cartucho, mantido pela corrediça em T apoiado á chapa de recuo, fique perfeitamente adaptado á camara.

Sendo satisfeitas estas duas condições, a bala será lançada do cano com a força máxima, pois não há perda de pressão da pólvora na bôca da camara. Quando as diferentes partes foram ajustadas como se diz acima, diz-se que a folga está correta.

A manufatura precisa das peças, em dimensões padronizadas, permite ajustar e verificar a folga, sem ser necessário introduzir um cartucho na camara. Para esta verificação, mede-se a distancia entre a chapa de recuo e a bôca da camara.

FOLGA DEFICIENTE

Normalmente, a tranca é forçada para cima pelo seu guia. Se, entretanto, na ajustagem, o ferrólho fôr "empurrado" muito para trás pelo cano, a tranca não con-

seguirá alojar-se no entalhe de trancamento. Em consequência, a tranca não chega a galgar a rampa do guia e a massa recuante não chega a entrar em bateria.

COLOCAÇÃO DA TRANCA DE ACÓRDO COM A FOLGA

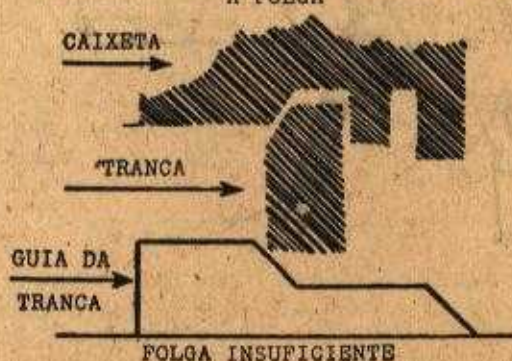
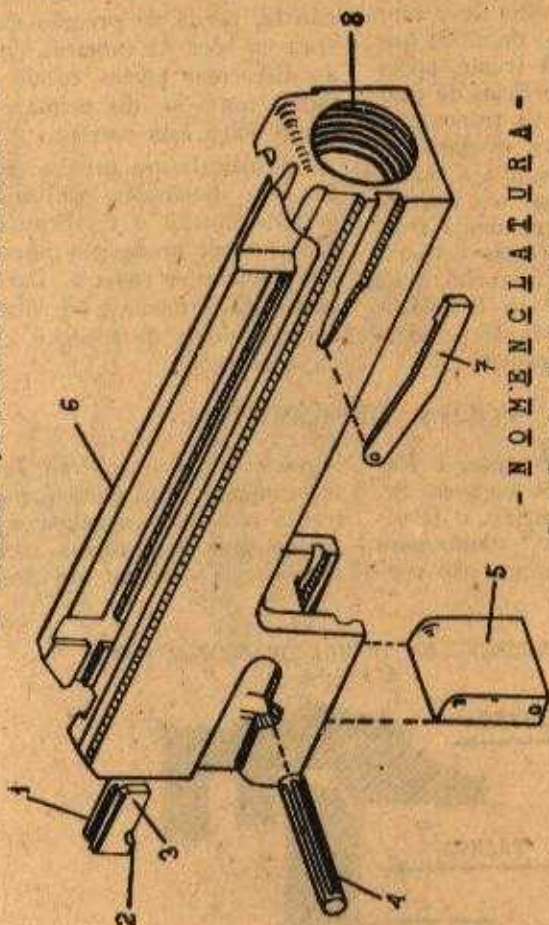


FIG.32

METRALHADORA BROWNING CALIBRE 50 M2

- PARTES COMPONENTES DA CAIXETA -



- NOMENCLATURA -

- 1 - Braço da caixa
- 2 - Dente de ligação ao amortecedor de recuo
- 3 - Escara
- 4 - Eixo da tranca
- 5 - Tranca
- 6 - Caixa
- 7 - Mola retém do cano
- 8 - Rosca do cano.

FIG. 37

Se na ajustagem, as superfícies de trancamento estão em posição correta, mas a posição do cano não dá o espaço ao cartucho, a folga deficiente poderá provocar:

a — falta de disparo: o ferrólho

não pode avançar para permitir a percussão.

b — falta de extração e ejeção.

c — enjambramento por excesso de atrito (principalmente se o carregador for muito longo).

FOLGA EXCESSIVA

Se as peças não estiverem bem ajustadas, verificando-se um excesso de folga (camara muito afastada da cabeça do ferrólho) as superfícies de trancamento da tranca e do ferrólho não estarão em

contato por ocasião do tiro. A folga excessiva tem como consequência o desgaste da tranca, do entalhe de trancamento e do guia da tranca, inutilizando estas partes.

COLOCAÇÃO DA TRANCA DE ACÓRDO COM A FOLGA

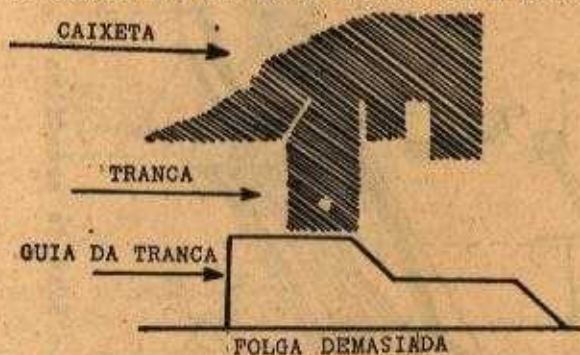


FIG. 33

Em caso de ajustagem imperfeita, sendo excessiva a distancia entre o ferrólho e a boca da camara, não só haverá o desgaste das superfícies de trancamento, como também não teremos uma adaptação perfeita do cartucho ás paredes da camara. Esta adaptação imperfeita pode provocar:

a — ruptura do estojo.

b — dispersão do tiro pelas perdas de pressão na boca da camara.

c — desgaste dos bordos da corredeia em T e fratura da caixeta.

AJUSTAGEM DA FOLGA

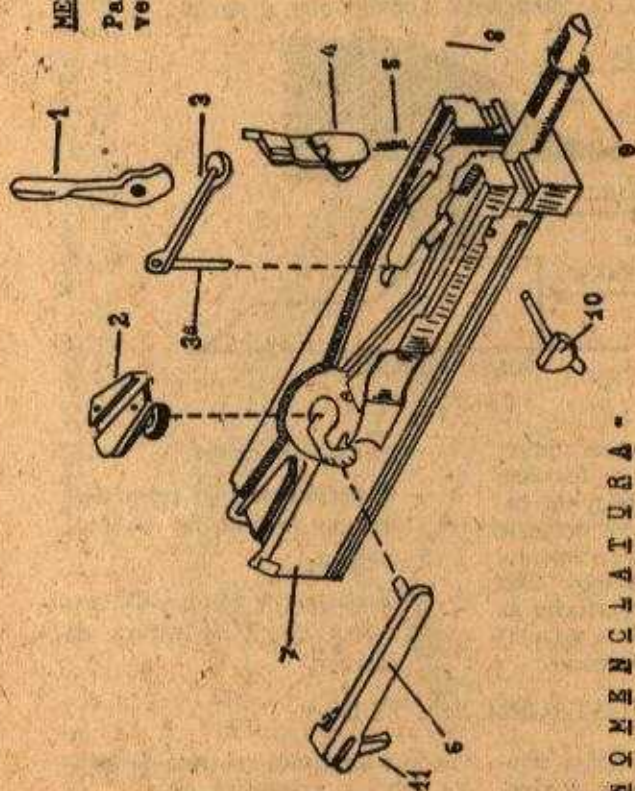
Deve-se ajustar a folga sempre que se montar a Metr. A ajustagem deve ser feita depois de estarem as peças alojadas na caixa da culatra, assegurando-se d'este

modo a localização correta da tranca sobre o respectivo guia.

Estando ajustada a folga, as posições relativas das peças são as mesmas para os diversos modelos.

METRALHADORA BROWNING CAL. 50 M2

Partes componentes da culatra mg.
vel ou ferrolho.

- NOMENCLATURA -

- 1 - Alavanca de armar
- 2 - Desvio
- 3 - Retém da armadilha
- 4 - Armadilha
- 5 - Mola da armadilha
- 6 - Conjunto extrator
- 7 - Ferrolho
- 8 - Chaveta de fixação da armadilha
- 9 - Complemento do percussor
- 10 - Eixo da alavanca de armar
- 11 - Ejetor.

3-A - Eixo da armadilha

A maneira de se proceder à ajustagem, porém, varia com o modelo; assim, para o modelo terrestre, procedemos do seguinte modo:

Adaptar o cano á caixeta até que a rôsca apresente resistência sensível. Isto indica que o cano

forçou para trás o ferrólho, até entrarem em contato as superfícies de trancamento da tranca e do entalhe de trancamento existente no ferrólho. Não forçar o cano além deste ponto para não ter uma ajustagem incorreta.

COLOCAÇÃO DA TRANCA DE ACORDO COM A FOLGA



Em seguida, afrouxar o cano deixando passar duas estrias. Se as peças apresentarem muito atrito, afrouxar o cano de mais

uma estria. A ajustagem pode ser verificada segundo as instruções que se seguem.

VERIFICAÇÃO DA FOLGA

(comum aos modelos terrestre e anti-aéreo).

Trazer o ferrólho ligeiramente para trás (1,5 mm no máximo) afim de compensar a pressão da mola recuperadora e fazer entrar em contato as superfícies de trancamento da tranca e do entalhe. Introduzir o calibrador de folga, entre a cabeça do ferrólho e a bôca da camara.

O calibrador de folga deve entrar na corredeia em T, até o fim. Se a folga fôr deficiente, não será possível introduzir o calibrador. Neste caso, afrouxar o cano, passando uma estria de cada vez, até que o calibrador entre sem forçamento; ter o cuidado de não permitir o avanço do percussor quando o calibrador estiver colocado.

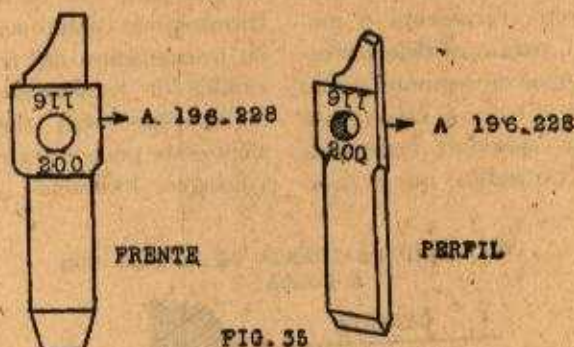


FIG. 35

* * *

ASSUNTO: INCIDENTES DE TIRO.
LIMPESA E CONSERVAÇÃO.

A — INCIDENTES DE TIRO.

I — Generalidades

a) Um incidente pode ser causado por mau funcionamento de uma peça qualquer. Por exemplo: o estojo não ser extraído da câmara.

b) Qualquer interrupção acidental do tiro é um incidente. Isto pode ser causado pela deficiência de um cartucho ou de alguma peça.

c) "Ação imediata" é o termo aplicado à operação necessária para sanar qualquer incidente temporário.

d) Tomando-se cuidado com a metralhadora e obedecendo-se aos cuidados a tomar antes, durante e depois do tiro, reduzir-se-ão as possibilidades de incidente, particularmente se o atirador tem uma compreensão inteligente do modo por que os incidentes geralmente se passam. *Precaução é o melhor remédio para todos os incidentes.*

CUIDADO — Após qualquer incidente causado por recuo insuficiente, verifica-se se o cano está desimpedido, antes de continuar o tiro. Há possibilidades de que o projétil permaneça no interior do cano devido à queima incompleta da carga de projeção. Neste caso, se se disparar um outro tiro antes de se desimpedir o cano, a arma ficará seriamente danificada.

e) *Classificação* — Os incidentes de tiro podem ser classificados em:

1 — Temporários — aqueles causados pelo:

— defeito de alguma peça que possa ser substituída pela sobressalente;

— defeito da munição;

— inobservância dos cuidados a observar antes e durante o tiro.

2 — Prolongados — são os causados pelo defeito de uma peça qualquer, em regra que não possa ser substituída pela guarnição da

- 1 - Acelerador
- 2 - Braço de ligação
- 3 - Eixo do acelerador
- 4 - Mola de fixação do amortecedor de recuo
- 5 - Armazão do conjunto amortecedor de recuo
- 6 - Mola de fixação da armação do conjunto amortecedor
- 7 - Mola amortecedora - recuperadora
- 8 - Amortecedor de óleo.

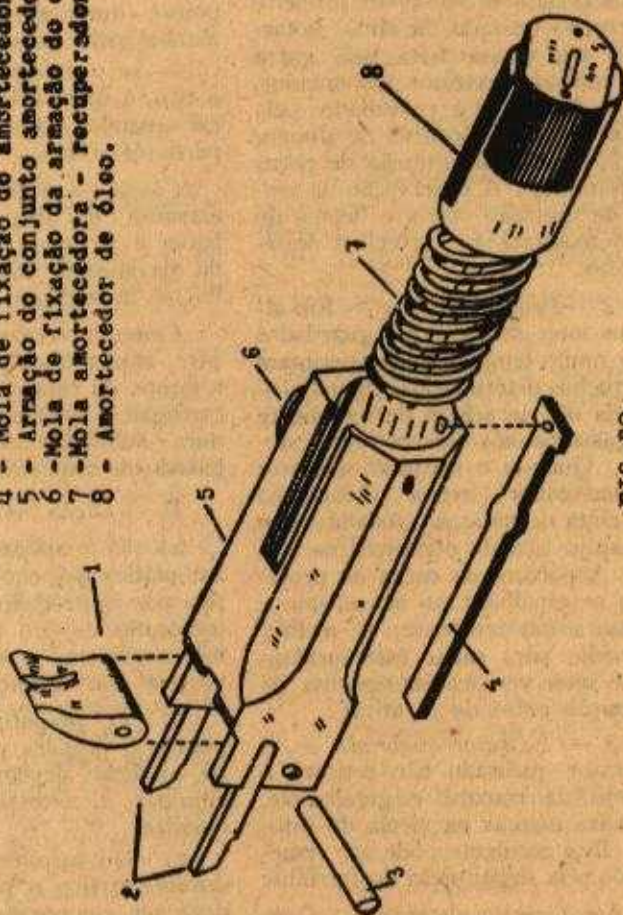


FIG. 39

Mtr., mas somente com a presença de um especialista. Geralmente este tipo de incidentes põe a peça fora de ação por períodos mais ou menos longos.

f) Incidentes raros:

1 — *Cartuchos defeituosos* — O uso excessivo de parte do dispositivo de alimentação, pode produzir defeitos nos cartuchos. Observando o culote do primeiro cartucho retirado da cinta, notar-se-á u'a moessa feita pela garra do conjunto extrator alimentador. Este incidente é remediado pela inspeção do dispositivo de alimentação e pela substituição de peças defeituosas. A observação da cinta de munição antes e depois do tiro mostrará os cartuchos defeituosos.

2 — *Projéteis soltos* — Em alguns lotes de munição, guardados por muito tempo e que apresentam cartuchos deteriorados, alguns projéteis não se acham perfeitamente engastados aos respectivos estojos. Quando o conjunto extrator (alimentador) retira o cartucho da cinta de munição, somente vem o estajo ficando o projétil na cinta. A pólvora da carga de projeção se espalhará no mecanismo e causará um incidente. O melhor remédio para sanar este incidente é uma verificação rigorosa da munição antes de se atirar.

3 — *Extrator quebrado* — O extrator quebrado não retirará o estajo da camara e geralmente, deixará marcas na virola do estajo. Este incidente pode ser remediado pela substituição do ferrólho.

4 — *Caixeta quebrada* — Com a caixeta quebrada o ferrólho não voltará á sua posição de repouso e, geralmente, o tiro será interrompido. Em casos raros a Mtr.

poderá disparar alguns tiros com a caixeta quebrada.

5 — *Não há a interrupção do tiro* — A não interrupção do tiro é a sua continuação quando o atirador deixa de agir sobre o mecanismo de disparo.

Só se a causa existir antes de iniciado o tiro o incidente se dará quando o ferrólho atingir, pela segunda vez, a sua posição de repouso, durante o carregamento manual pelo atirador;

— se o defeito surgir durante o tiro, a Mtr. não parará de atirar quando o dispositivo de disparo fôr solto.

Causa — A parte anterior da alavanca de disparo mantém-se baixa e as superfícies chanfradas da alavanca de disparo e do gatilho se apresentam com rebarbas.

Como proceder — manter a Mtr. com a boca para cima, abrir a tampa da caixa da culatra; descarregar e desmontar a metralhadora; substituir as peças partidas gastas ou com rebarbas.

II — Ação imediata

a) É a aplicação imediata e automática dos conhecimentos que têm por fim reduzir a maioria dos incidentes de tiro e colocar a arma, novamente e no menor tempo possível em condições de atirar.

b) O preparo rigoroso da peça e o preparo prévio da cinta de munição devem praticamente, eliminar a necessidade da ação imediata.

c) No caso de um incidente durante o tiro o processo abaixo deve ser empregado:

A ARMA DEIXA DE ATIRAR:

Puxar o ferrólho á retaguarda, soltá-lo e tentar atirar.

A ARMA AINDA NÃO ATIRA :

Ver se a tampa está fechada; abri-la; verificar a posição da cinta de munição, colocar a mão sobre os cartuchos de modo que eles possam ser arrastados; puxar o ferrólho á retaguarda e soltá-lo.

Havendo alimentação :

Tentar o disparo

Si continuar negando :

Mudar o ferrólho

Não havendo alimentação :

Levantar a tampa, retirar o 1.^o cartucho da cinta e ver se há outro na camara.

Havendo cartucho na camara: Não havendo:

Retirá-lo

Carregar a arma e fazer fogo.

Carregar a arma e fazer fogo.

NOTA:

a) Si esse processo falhar, o atirador terá que examinar o dispositivo de alimentação e as outras partes da arma, até localizar e sanar o incidente.

b) Para retirar o cartucho da ranhura em "T" (extrator), puxar o ferrólho completamente para trás e elevar o conjunto extrator alimentador. Normalmente o cartucho cairá, a não ser que tenha a virola muito grossa ou que a ranhura em "T" esteja defeituosa. Se o cartucho não cair quando se levantar o conjunto extrator alimentador, manter o ferrólho recuado, sempre com o conjunto extrator alimentador levantado; introduzir uma chave de parafuso ou ferramenta semelhante pela parte superior da caixa da culatra, na virola do cartucho, empurrando-o para baixo até que saia da ranhura em "T".

c) Para retirar um estojo que tenha ficado preso na camara, puxar o ferrólho para trás e retirar o cartucho seguinte da ranhura em "T". Introduzir a vareta de limpeza pela boca da arma e forçar a saída do estojo da camara. Si diversos estojos ficarem presos, sucessivamente, na camara, proceder a uma cuidadosa limpeza da mesma, secandô-a bem com estôpa.

d) Para retirar da camara um estojo fendido, usar o saca-estojos. Si ele não puder ser retirado, trocar o cano.

III — MÉTODO DE INSTRUÇÃO.

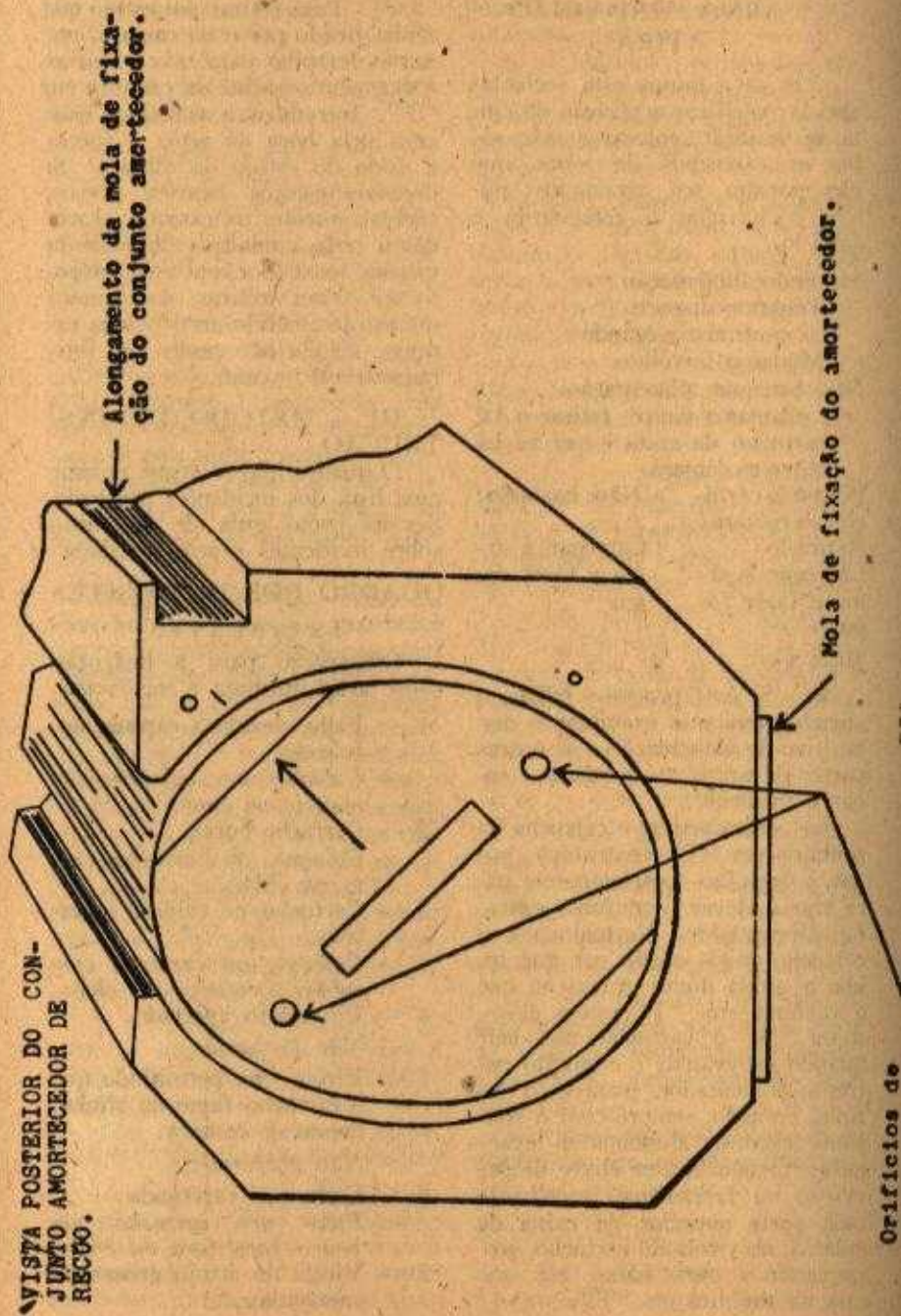
O quadro que se segue resume uma lista dos incidentes possíveis. Servirá como guia de instrução sobre incidentes e ação imediata:

QUADRO DOS INCIDENTES

INCIDENTES

Preparação para a instrução sobre ação imediata e incidentes.

- 1 — Falha devida a cápsula defeituosa.
— *Coloque um cartucho de manejo na cinta.*
- 2 — Cartucho curto.
— *Coloque um cartucho curto na cinta.*
- 3 — Cartucho c/ calibre excessivo.
— *Coloque um cartucho com calibre excessivo na cinta.*
- 4 — Elo muito apertado.
— *Não preparado.*
- 5 — Virola fina permitindo que o cartucho fique no alinhamento da camara.
— *Não preparado.*
- 6 — Cinta mal carregada.
— *Puxe um cartucho um pouco para fora da cinta.*
- 7 — Virola do estojo grossa ou amassada.



- Coloque um cartucho com virola grossa ou amassada.
- 8 — Falha na remoção do estojo da camara.
- Coloque um cartucho de manejo com a virola limada na camara.
- 9 — Cápsula mal colocada.
- Não preparado.
- 10 — Estojo destacado que é tirado da camara pelo novo cartucho quando a culatra móvel é puxada para trás.
- Empurre o projétil de um cartucho firmemente contra um cartucho de manejo. Puxe a culatra móvel para trás e coloque o cartucho corretamente na face do ferrólho. Solte o ferrólho suavemente para a frente.
- 11 — Estojo seccionado que fica na camara quando o ferrólho é puxado para trás. (Mau ajuste da folga).
- Enfie na camara parte de um estojo e feche a culatra.
- 12 — Bala frouxa no estojo. O estojo é extraído da cinta mas a bala fica.
- Não preparado.
- 13 — Percursor curto ou quebrado.
- Coloque sucessivamente 5 ou 6 cartuchos de manejo na cinta.
- 14 — Mola do percursor quebrada ou fraca.
- Idem.
- 15 — Contacto defeituoso entre o complemento do percursor e o gatilho intermediário.
- Idem.
- 16 — Mola do gatilho intermediário quebrada.
- Idem.
- 17 — Alavanca do impulsor morta ou gasta.
- Monte a tampa com esta peça defeituosa.
- 18 — Mola do retem do carregador fraca ou fora do lugar.
- Tire a mola do retem do carregador.
- 19 — Eixo do retem do carregador fora ou parcialmente fora.
- Tire o eixo do retem do carregador.
- 20 — Mola do conjunto do extrator alimentador fora ou gasta.
- Retire a mola abaixadora do conjunto.
- 21 — Ejetor quebrado.
- Monte o ferrólho com o ejedor defeituoso.
- 22 — Ranhura em "T" (extrator) quebrada ou danificada, causando desalinhamento e envergamento do cartucho quando o ferrólho avança, ou quando falha na extração.
- Não preparado.
- 23 — Mola do ejedor fraca causando desalinhamento ou envergamento do cartucho quando o ferrólho avança.
- Monte com a mola defeituosa.
- 24 — Caixaeta quebrada.
- Monte com esta peça defeituosa.
- 25 — Mecanismo de disparo defeituoso.
- Não preparado.
- 26 — Dêsvio do ferrólho defeituoso.
- Não preparado.
- 27 — Braço do impulsor torto ou quebrado.
- Não preparado.

B — LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA ARMA

1 — GENERALIDADES

A importância de um conhecimento completo de como deve ser cuidada a mtr, não precisa ser salientada. O modo por que é tratada uma arma desse tipo, determina o seu funcionamento perfeito ou não. A alma e a câmara devem ser mantidas em perfeitas condições para a realização de um tiro preciso.

Também é importante que o dispositivo receptor e as partes que se movem estejam limpas, lubrificadas e em perfeitas condições para que seu funcionamento seja eficiente.

2 — CUIDADOS E LIMPEZA DA METRALHADORA.

a) *Limpeza de cano*

- Desmontar a mtr. propriamente dita;
- colocar o cano com a boca para baixo, em um recipiente contendo água quente e sabão, uma solução de soda, ou na falta destes somente água quente;
- Colocar a vareta com pedaços de flanela pela câmara. Deslocar a vareta pelo interior do cano pelo espaço de 1 minuto, fazendo a água entrar no cano sob pressão;
- usar uma escova de latão ou bronze enquanto o cano estiver molhado, fazendo-a percorrer o seu interior 3 a 4 vezes;
- passar água no cano para limpá-lo;
- secar a vareta e retirar o cano da água;
- usando pedaços de flanela seca, passar a vareta no ca-

no até que ele fique perfeitamente limpo e seco. Cuidados idênticos devem ser proporcionados à câmara;

- passar um pano embebido em óleo por dentro da câmara e da alma, deixando aí uma fina camada de óleo;
- essa limpeza deve ser feita o mais tarde, na mesma tarde em que foi realizado o tiro, e de preferência logo após o mesmo;
- 3 dias após o tiro procede-se a uma revista e limpeza.

b) *Limpeza de outras partes*

- Enxugar o receptor limpo, tomando o cuidado para retirar toda sujeira do retém da cinta de munição. Limpar a tampa móvel da caixa da culatra, amortecedor de recuo e bloco de fechamento, usando uns pequenos pedaços de madeira com flanela para poder atingir todos os recantos dessas partes;
- secar todas as partes com um pedaço de pano embebido em óleo;
- as partes móveis devem ser mantidas limpas e lubrificadas antes, durante e depois do tiro. Durante o tiro deve-se aplicar óleo frequentemente, e aos poucos, nas partes em que houver atrito, como a ranhura guia da alavanca do impulsor, a alavanca de armar. O excesso de óleo produz em geral fumaça, o que prejudica a observação.

c) *Limpeza do reparo*

O reparo deve sofrer cuidados idênticos aos da mtr. propriamente

lita. Tôdas as partes pintadas devem ser mantidas com tinta apropriada (verde-oliva). Tôda vez que o reparo fôr utilizado, tôda sujeira, areia e lama, devem ser removidas, lavando-o e secando-o.

Tôdas as rôscas devem ser mantidas levemente lubrificadas.

As porcas e os parafusos devem ser apertados periodicamente. Os reparos são normalmente enviados à Diretoria do Material Bélico, se precisarem de reparações ou ajustamentos especiais.

1) *Sobressalentes*

A caixa de sobressalentes torna possível a guarnição da peça, a substituição imediata das partes ou peças que se tornem defeituosas, por outras perfeitas. A caixa deve portanto ser sempre mantida completa, com seu conteúdo limpo, pronta para o serviço e ligeiramente lubrificada.

As peças sobressalentes, tais como o ferrólho, devem estar prontas para uso imediato.

As peças menores devem ser guardadas nos envelopes imper-

meáveis ou nas divisões, para evitar que se percam.

Normalmente um cano deve ser mantido em uso ativo na arma enquanto estiver em bom estado, e os canos sobressalentes devem ser tratados com antioxido e guardados como reserva.

c) *Metralhadoras recebidas do depósito*

As metralhadoras recebidas do depósito, vêm completamente cobertas de graxa, que deve ser completamente retirada com um dissolvente próprio; ou querosene. Cuidado especial deve ser tomado com os alojamentos onde trabalham molas e pinos que devem ficar inteiramente limpos.

Depois de retirar a graxa, secar bem tôdas as partes e colocar uma fina camada de óleo.

NOTA:—A limpeza mal feita do percursor, molas recuperadoras e seus alojamentos no ferrólho, resultará no mau funcionamento da arma a temperaturas normais e em sérios incidentes de funcionamento, se a temperatura fôr baixa.

CUIDADOS DURANTE ATAQUE DE GÁS

1 — Cobrir a munição se possível.

2 — Passar óleo na mtr. propriamente dita e no reparo, para evitar corrosões (imunita cerca de 12 horas).

O "Cosmoline" resiste às corrosões de gás, melhor do que o óleo fino.

3 — Cobrir a arma com uma cobertura impermeável, se fôr possível.

4 — Lavar logo depois de um ataque de gás, tôdas as partes da arma com uma solução neutralizante, feita para essa finalidade, ou na falta desta, em água fervente contendo soda. Enxugá-las e cobri-las depois com uma leve camada de óleo.

5 — Tirar todos os vestígios de gás da munição com a solução neutralizante especial, e depois enxugar bem.

PONTOS A SEREM OBSERVADOS DURANTE O TIRO, ANTES E DEPOIS DO MESMO

I — ANTES DO TIRO

- 1 — Verificar se a arma está desembaraçada e limpa.
- 2 — Verificar se as partes móveis estão limpas, lubrificadas e funcionam suavemente.
- 3 — Verificar se o cilindro de óleo está cheio, e, se for o caso, convenientemente ajustado.
- 4 — Verificar se o parafuso de ajustagem está apertado contra os discos do paracheque no bloco de fechamento.
- 5 — Verificar se a folga está exata.
- 6 — Verificar se o aparelho de pontaria está limpo e perfeito.
- 7 — Verificar se o reparo da Mtr. está limpo e convenientemente ajustado, de modo que fique firme, e deixe que a mtr. possa ser manejada livremente sem embaraço.
- 8 — Verificar a presença das peças e sistemas sobressalentes, bem como se estão completos.
- 9 — Verificar se as cintas de munição estão em boas condições, uniformemente carregadas e se não contêm cartuchos defeituosos.
- 10 — Verificar se há suprimento suficiente de munição.
- 11 — Carregar a arma parcial ou completamente conforme a ordem.

II — DURANTE O TIRO

Observar o funcionamento da mtr. para prevenir falhas e lubrificar as partes em trabalho quando for necessário. Uma chama excessiva na boca indica a existência de calor demasiado. *Troque o cano logo que for possível.*

III — DEPOIS DO TIRO

- 1 — Desmontar a arma, limpar e passar óleo nas peças com todo o cuidado, para evitar ferrugem.
- 2 — Na montagem verificar o manejo, certificando-se de que o funcionamento e os ajustamentos estão certos.
- 3 — Soltar a mola do percussor, exercendo pressão no gatilho.
- 4 — Desmontar a mira telescópica, limpá-la bem, e colocá-la no estojo.
- 5 — Determinar a causa dos incidentes e corrigi-los imediatamente. Quando forem necessárias reparações de muito vulto, ou quando a causa do incidente não possa ser determinada, levar a arma ao Serviço de Material Bélico.
- 6 — Abastecer-se de munição e de partes sobressalentes.



PARA VIVER TRANQUILO: *Seguro de vida.* PARA SEGURO DE VIDA:

PREVIDÊNCIA do SUL

O MORAL

Coronel CHOUPOT (R)

(Trad., data vênia, da *Revue de Défense Nationale*)

Cel. RENATO B. NUNES

O Chefe de Estado Maior Geral, em sua diretriz n.º 1 de 4 de Dezembro de 1945, escrevia: "O Exército atravessa uma crise sem precedente que solapa sua força material, afeta o moral de seus melhores elementos e afasta dele a opinião pública".

Não é de agora que os chefes e escritores militares cuidam dos dados psicológicos que constituem a base das forças morais, do que se convencionou chamar de maneira mais sintética, o moral de um exército. Todos quantos têm tido a honra de comandar homens na linha de fogo, nos tempos mais remotos como nestes em que a máquina e o material parecem haver adquirido uma predominância inegável, todos eles são unânimes em reconhecer, no moral, o grande motor das forças interiores.

Numa época em que a preocupação económica conduz para um certo materialismo, e em que, por outro lado, a mania do "antiquado" e o anseio empolgante de atualidade que daí resulta, poderiam levar à sub-estimação do valor das leis humanas imanentes, é salutar reafirmar-se seu poder e suas condições.

O moral é essa energia oculta que emana da fé nos destinos, do

espírito de coesão, da confiança nos chefes e nas armas, do elevado sentimento do dever e da disciplina livremente aceita, do amor à Pátria. É essa flama interior sempre velada, porém capaz de envolver o coração do homem diante das angústias do perigo. É este estimulante que gera a coragem, a audácia e a resistência. É esta capacidade de querer, que se impõe até diante da morte.

Foi graças a esse estado de espírito que, em 1914, o Exército, vencido em todas as frentes, e em retirada até as muralhas de Paris, conquistou a vitória do Marne. Foi graças a isto, que o "Poilu" teve a avalanche alemã diante de Verdun, que resistiu durante quatro anos nas trincheiras onde a morte o espreitava a todo instante. Foi essa resolução tenaz que reuniu no "maquis" os Franceses de todas as idades, de todas as condições sociais, a despeito do martírio que os ameaçava, e os tornou capazes de suportar uma luta encarniçada contra o invasor, até que soou a hora sagrada da libertação do território.

O moral? É essa virtude irradiante que se propaga de homem a homem. Não é o dom inato de uma geração privilegiada, não se adquire na demagogia, não resulta

de belos discursos ou de facilidades enganadoras, nem de um bem-estar fictício e amolecedor; ao contrário disso, é o fruto maravilhoso da ordem nas idéias, nos sentimentos e de uma certa temperança.

O moral? É o complexo latente de que o indivíduo às vezes ignora a presença nêle próprio, mas que possui em virtude de sua educação, de sua formação, do meio em que viveu, da estima que lhe dedicam e da que lhe merecem os que o dirigem ou comandam, da confiança que êle têm no material de que se serve.

Enriquece-se, moralmente, na família, na fé religiosa, na oficina, no regimento.

O moral? Lê-se no olhar, traduz-se no pensamento, exterioriza-se nos gestos, nas atitudes, no bom humor. Desperta afinidades. Dêle emana uma altivez cujos sinais aparentes são, às vezes, a atitude, a correção do uniforme, o aspecto viril. No íntimo, exprime-se na generosidade e na alegria, num equilíbrio geral do julgamento e do caráter, numa viva preocupação pela perfeição nas minúcias.

Tal estado de espírito é sensível e frágil, está sujeito a variações, adquire-se, conserva-se, exalta-se ou se perde; mas como procede do pensamento e do coração, é sempre possível a quem sabe manobrar essas duas poderosas alavancas, influir nêle para o bem ou para o mal. A compreensão dos fins a que se quer chegar, a justificação dos sacrifícios impostos na busca do ideal, facilitam consideravelmente a difusão desse salutar estado de espírito, que não pode ser desprovido de uma certa espiritualidade.

Eis porque o moral, tão diverso em seus aspectos e manifestações,

deve ser uma das qualidades dominantes num exército. Lyantey dizia: "Uma tropa bem em mãos, menos instruída, vale mais do que uma tropa melhor instruída, menos em mãos", de tal maneira considerava preciosa essa solidariedade de sentimentos, essa confiança..., tudo quanto tentamos analisar no moral, e que constitui a fonte mais pura das forças interiores.

Quais são as suas condições?

Sem dúvida, há, antes de tudo, o valor dos chefes, dos quadros. Os subordinados têm um dom de intuição, uma acuidade de julgamento que não os engana nêse particular, e sua influência aparece em todas as circunstâncias, tanto para dominar a monotonia, as dificuldades ou as sujeições do ofício em tempo de paz, quanto sob a forma de fanatismo, debaixo de fogo. Essa irradiação da personalidade do chefe, é mister convir, era facilitada outrora. Noutros tempos, um comandante de unidade, de pelotão, de grupo, instruía homens que eram seus homens durante toda a duração do tempo de serviço, e com os quais partia para a guerra. Acontecia, então, que sua tropa se identificava com êle, mediante uma reciprocidade de sentimentos em que se mesclavam a camaradagem, a admiração. Em tudo, os resultados alcançados consagravam, de maneira irrefutável, a excelência ou a mediocridade dos métodos, o valor ou a insuficiência dos quadros.

O mesmo se verifica hoje, sem dúvida, mas a custo de maiores dificuldades, em virtude do tempo limitado durante o qual os homens servem sob ordens do mesmo chefe, e do número de oportunidades infinitamente reduzido que

têm de reencontrar esse chefe no futuro, quer no decorrer de períodos ulteriores, quer no dia da mobilização geral.

Importa, então, que a par da cultura geral e militar, os oficiais, os sub-oficiais, ascendendo na hierarquia, adquiram conhecimentos, sempre mais aprofundados, do homem, de suas forças interiores, de suas fraquezas, e que se familiarizem com a prática dos meios tão simples, mas tão poderosos, de atuar sobre o coração e sobre o espírito. É ainda preciso, no entanto, que esse coração e esse espírito queiram aceitar a influência moral que os procura, livres de preconceitos desfavoráveis e de doutrinações contrárias.

Os preconceitos desfavoráveis podem provir de fontes diferentes. É fora de dúvida que as influências doutrinárias a que o homem foi submetido antes da incorporação, desempenham um papel preponderante na sua formação cultural. Mas, ao lado das idéias e dos sentimentos que determinaram o conjunto dessa mentalidade, o joven soldado, e às vezes o graduado, chocam-se interiormente com uma espécie de respeito humano que provoca, segundo os temperamentos individuais, reações diferentes que vão do complexo de timidez ao espírito de revolta. Ora, o respeito humano, que nada mais é do que o receio de parecer o que se é, — no caso militar, — resulta, na maior parte das vezes, da pouca consideração que uma grande parcela da opinião pública consagra ao serviço das armas. O soldado sente-se constrangido nos seus uniformes, enfia-se nêle sem alegria, com uma resignação acanhada.

É militar, mas... “não se torna tal”, e é um mal. Peguy afirmava, não sem razão, que a perfeição se atinge quando “nos tornamos o que somos”.

Como as cousas seriam diferentes se, cumprido o nobre dever que é o tempo de serviço militar o homem se sentisse engrandecido pela estima geral, se fôsse objeto de uma corrente de simpatia entre o civil e êle, se tivesse a impressão de estar integrado num organismo que gozasse, sem contestação, do brilho que merece.

Há, a esse respeito, uma corrente a vencer para que o Francês, que admira as manifestações exteriores e espetaculares de seu exército, também estimasse e honrasse os membros que o compõem, porque são seus filhos, seus irmãos, porque são os que lhe consagram a vida e desempenham uma obra nobre, porque passando pelo exército, mesmo momentaneamente, quitam-se de um dever sagrado comum a todos.

Entretanto... é sempre mister retornar a Peguy (1): “Todos os outros mundos foram mundos de certa espiritualidade; sómente o mundo moderno, sendo o mundo do dinheiro, é o mundo de um materialismo total e absoluto”. Ora, o militar é desinteressado, age por um ideal, e assim sendo, está condenado à pobreza. Esta não tem curso. O exército nada produz que se venda, que se negocie ou que se ganhe no tempo presente. Daí a considerar-se seus membros como inúteis ou incapazes, não há mais que um passo. A ameaça de invasão é necessária, dizia Vauban a Luiz XIV, para

(1) — Obra póstuma.

se compreender que o dinheiro empregado no "Pré Carré" (2) é dinheiro bem colocado.

Há, além disso, essa tendência natural á zombaria que, a despeito do bom senso, e até dos sentimentos, conduz frequentemente á ironia.

O militar sente tudo isto, e sofre.

Enquanto a opinião pública não adotar o exército com bom humor e generosidade, será difícil evitar o mal estar atual, — êsse mal estar que já se havia experimentado em certos períodos antes da guerra — e que é, sem dúvida, prejudicial ao moral do exército.

Este moral é, aliás, tão mais sensível, quanto as compressões orçamentárias obrigam a restrições materiais de uma amplitude até então desconhecida. Após uma brilhante campanha conduzida com armamento e um aparelhamento abundantes e de qualidade, ei-nos volvidos á economia parcimoniosa do tempo de paz. Eis que, de novo, se manifesta a desproporção dos meios em face das múltiplas necessidades; faz-se mister recorrer, então, a essas mil combinações e astúcias, mediante as quais alimentamos a ilusão perigosa de nada sacrificar dos encargos confiados ao nosso exército. Os processos de emergência valem mais do que a política de braços cruzados; entretanto, êles já foram experimentados outrora, nos períodos em que as compressões se impunham, e sabe-se por experiência própria, que êsses processos não aumentam nem o valor, nem o prestígio, do exército.

Á altivez e ao prazer de utilizar um material numeroso e novo, de envergar um uniforme bri-

lhante, succede uma modéstia constrangida no emprego de um equipamento que se gasta rapidamente, e se renova numa cadência mais lenta do que no combate. É preciso, então, durante essa era de economia forçada, conservar e alimentar o mesmo ardor no trabalho, perseverar com a mesma fé, decuplicar a vontade de dominar as dificuldades. É um verdadeiro instrumento de prova.

Em resumo, chegamos ao momento crucial, a essa espécie de círculo vicioso em que, passando o tempo, e as horas de entusiasmo esbatendo-se no passado, num passado entretanto tão próximo ainda, o exército, submisso, sofre restrições (em silêncio, mas com certa amargura) e em que o público parece afastar-se dêle por causa da falta de brilho e da pobreza relativa ás quais foi condenado.

Estado de cousas paradoxal, que não será remediado senão á medida que o civil e o militar reagirem simultaneamente e cada qual no sentido conveniente.

Esta reação é necessária.

Isto importa no moral e, mais ainda, no valor de nosso exército nacional.

"A pior das possibilidades é abster-se; a pior ignorancia é não agir, a pior mentira é esquivar-se" (Peguy).

Atuemos sem nos esquivarmos. Amemos o exército. Dotêmo-lo de tudo quanto lhe fôr necessário, no interesse de sua força material, e de seu moral que também é uma força.

(2) — Pequeno campo cultivado, que se acrecece.

O PAN-AMERICANISMO NO QUADRO GERAL DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

(Conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 14 de Abril 1943).

Cel. J. B. MAGALHÃES

(Da 1.^a classe da Reserva).

INTRODUÇÃO

Meus senhores,

Quis a direção desta casa, a mais antiga das instituições culturais do Brasil, cenáculo votado ao amor da pátria pelo estudo da sua alma, a história, e do seu corpo, a geografia, tivéssemos nós, o mais novo e menos meritório dos seus membros, a honra de falar-vos nesta sua 16.^a comemoração do dia Pan Americano.

Lisongeados com a benévola regalia, vamos cumprir a incumbência — difícil para os nossos modestos predicados e difícil, principalmente, porque sucedemos nesta tribuna a abalizados americanistas, provetos professores, insignes historiadores, militares ilustres e mestres da eloquência — relembrando, no quadro geral da civilização ocidental, a marcha seguida pelo americanismo até o presente momento.

Preparar-nos-emos só m e n t e com os largos traços, aliás bem visíveis na cronologia dos acontecimentos, que nos mostra o trabalho vigoroso e tenaz de espíritos de escol do Continente, pugnando por que a América se faça uma unidade política, trabalho que es-

barra em dificuldades oriundas de causas múltiplas, e começa apenas a se mostrar francamente produtivo, a partir da última década do século XIX.

Não procedem aqueles grandes espíritos, somente pela impulsão de sentimentos benignos de seus corações magnanimos.

Obedecem a injunções da sabedoria política que os levam a compreender estar na união da América o mais firme assento das próprias energias defensivas. Se não conseguem, porém, obter logo resultados práticos seguros, é porque para isto, seria preciso vencer múltiplas dificuldades derivadas, umas do estado da política humana nos séculos XVIII e XIX; constituidas outras, do complexo colonial subsistente na alma dos povos americanos, da própria geografia destas terras e pelo espírito de independência bastante forte nestas plagas.

É principalmente em tórno dos interesses militares da vida continental que surge a necessidade da união americana — note-se desde já — o têm sido eles o elemento acelerador por excelência dos últimos progressos no rumo de

uma política continental coêsa, harmônica e solidária. Si é assim, porque tanta dificuldade para reagir num sentido que tanto parece convir? Tudo reside visivelmente na eterna oposição *homem-mundo*, de que o americanismo é um simples capítulo; oposição, porém, essencialmente dinâmica, em incessantes transformações para alcançar uma harmonia mais perfeita, conforme a idéia que o homem faz da natureza, nela incluído ele mesmo, constantemente incompleta e não raro errônea. Daí a marcha, tumultuosa, do seu progredir.

Todavia, se nos colocamos, como recomenda Joseph De Maistre, á altura conveniente para ver os fenômenos históricos, podemos compreender, como nos ensina Pascal, que *"toute la suite des hommes doit être considérée comme un même homme que subsiste toujours et apprend continuellement"*. Assim, também, no ambiente particular da América.

Recordemos. Nada traduz melhor ao que esse dualismo nos condena, que as próprias interpretações históricas dos momentos da humanidade.

O *interêsse* — o que parece ser atual — é sempre a regra dominante. (1).

Até o século XVIII, quando começavam a desabrochar com vigor as sementes lançadas no século XV pelo gênio de Copérnico, na seára das interpretações científicas do universo, e a ser mais judiciosamente valorizados os conhecimentos introduzidos desde o século VIII, pela civilização árabe na cultura do Ocidente, a interpretação dos fatos da vida humana, era feita sem a idéia de desvendar a sua continuidade. Não

se procurava na história conhecer a fatal filiação dos acontecimentos. O ponto de amarração do pensamento humano era o conceito da divindade, de caráter essencialmente estático.

Bossuet tentou preencher tal lacuna realizando enorme progresso para a valorização da história. Mas, teve de sujeitar-se muito ainda á interpretação teológica dos fenômenos, atribuindo áqueles que pareciam não poder se enquadrar na lei da filiação, motivos de um designio divino particular.

Surgiram sem tardança os seus contraditores, mas nem Voltaire, nem outros, conseguiram opôr-lhe um conceito mais valioso ou satisfatório. Veiu depois a fase do romantismo que atribuía a semi-divindades, indivíduos predestinados pela natureza, a causa dos progressos da humanidade. Carlyle assinala magnificamente o papel dramático dos heróis na evolução humana, mas deixa na sombra, e indefinidas, as determinantes do surto dêsses heróis e as que lhes orientam as condutas. Não havia ainda a consciência positiva das energias emanadas da própria sociedade humana que nos ensina "por maior que seja a influência dos grandes homens, ela é forçosamente limitada e dirigida pelo meio social". (2).

Apezar do progresso, na justa interpretação dos fenômenos históricos, que este último modo de ver revela, o *meio social*, se o consideramos isolado do *meio físico*,

(1) — Enciclopédia Britânica — *verbete history* — "the content of history always reflects the interest of the age in which it is written".

(2) — Estudos e Ensaios — 1.^a Série — Ed. da Soc. Capistrano de Abreu — 1931 — pág. 77.

não basta para explicá-los. Mas, é enorme o avanço sobre o sistema de Bossuet, de Voltaire e de Carlyle, para os quais Tolstoi, (3) assinala a inconveniência de mostrarem a vida da humanidade como se tudo fôsse consequente de procedimentos de reis guerreiros e sacerdotes. Tolstoi, porém, supre a lacuna com a noção imprecisa das fatalidades do destino, evidentemente também insatisfatória.

No entanto, em meados do século XIX, Bucle havia já introduzido uma noção nova ao estudo da história, correspondente à influência do meio físico, e Marx subordinava as transformações da civilização a fundamentos de ordem econômica considerados preponderantes.

Chegou-se assim às noções positivas que hoje nos dominam, pelas quais temos consciência da complexidade das causas que influem na conduta dos homens, mas de cujo conhecimento muito nos escapa ainda.

Mas, pode-se agora formular com suficiente nitidez que em nosso

momento histórico, o interesse da humanidade, superior ao dos seus elementos componentes, é definido pela idéia de que "we have become a world society with a world economy which call for a world order". (4).

Aliás, não se contem aí uma noção inteiramente nova. A unidade do mundo, foi sempre de algum modo tentada realizar, ou, ao menos, antevista e desejada. É o dissídio que hoje se estabelece entre a Rússia e o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, nada mais é que o efeito do impulso dessa idéia, sob a égide dos interesses econômicos e gerais, que os progressos da civilização industrial tornaram indisfarçavelmente interdependentes em toda a terra. A unidade buscada será utilmente realizável se se admitir que prevaleça a *liberdade* das nações e dos indivíduos, ou o que é o mesmo, se fôr levada a efeito por livre consenso e não pela força. (5).

A tudo isso subordinamos a compreensão do americanismo.

QUANDO A AMÉRICA SURGE NO MUNDO

No momento em que a nossa terra foi descoberta para a civilização ocidental, tais concepções jaziam ainda desconhecidas ou em estado puramente embrionário, e era profundo o fôssco que separava a vida do oriente da do ocidente.

A civilização européia, desenvolvida no Mediterrâneo, depois de afastado, com a destruição do poder persa por Alexandre, qualquer risco de predomínio das correntes orientais e de se haver consolidado com Roma, no quadro geográfico fixado por Augusto, evoluíra com o catolicismo, sem co-

(3) — Guerra e Paz.

(4) — Enciclopédia Britânica — verbete, *history*.

(5) — William Ebenstein — *Man and the State* — Ed. Rinhort and Company — New York — 1947. "The indestructible reality of the individual stands in the center of the ewsterns democratic theory of politics. Compared with the majesty of the individual, state, society and governments are but pale artifacts, devices to enable the individual to be most himself. By contrast, the antidemocratic theory of politics puts the state into the pivotal position of social reality, and within the shadow of its power the individual leads but a timid and dependent existence".

munições de vulto com a Ásia. Depois surgiu o maometismo, no século VI, que adquiriu bastante força para constituir uma nova corrente civilizadora estendida pelo norte da África, e penetrou na Europa, através da Espanha, cerca de dois séculos mais tarde.

Os progressos do islame, põem em perigo o mundo católico. E esse perigo, ajuntando-se às necessidades de ordem política da própria organização da Europa, deu origem às *Crusadas*, donde resultaram consideráveis reações econômicas e culturais, e maior interesse pelo Oriente. Estabeleceu-se, naturalmente, grande afluxo de ocidentais rumo às terras do sol nascente. Mercadores ou emissários do Papado, buscaram no interessadamente e ao regressarem revelavam maravilhas de que haviam tomado conhecimento. Não só, porém, maravilhas anunciavam eles. Davam a conhecer a considerável extensão das conquistas da fé maometana em marcha rápida para o Norte e Este da Ásia. Somam-se, dest'arte, interesses religiosos, comerciais, econômicos e culturais, dos quais advém impulso irresistível no Ocidente, para tudo incorporar ao seu sistema, impulso que se desenvolve naturalmente condicionado pela geografia, cujas linhas de menor resistência procura.

As dificuldades de comunicações, retardam, porém, o movimento, e surge a preocupação de encontrar caminhos mais fáceis, sem transpor os campos do império de Mahomet. Era preciso obter rotas mais seguras, notadamente, a partir do século XV, quando os turcos se apoderaram de Constantinópla, e chegaram mesmo a ameaçar de novo o Oci-

dente, a própria Roma, pela via da Grécia e dos Balcãs. E isto era possível. Possível e necessário.

Possível porque os progressos introduzidos pelos Árabes na Europa haviam dado frutos. Os europeus, desenvolvendo-o por conta própria, tinham adquirido poder militar considerável com o aperfeiçoamento das armas de fogo e, notadamente, a criação de uma poderosa artilharia, que se casava com uma capacidade maior de construção naval e da arte de navegar.

Necessário, porque a Europa estava em equilíbrio instável. Serviciava-a crise aguda, tanto política, religiosa e econômica, como social (6), produzida pelo que se chamou o renascimento. Era preciso dar-lhe desfôgo.

É a época em que se dá a mudança paulatina do antigo mundo feudal para o moderno, durante a qual, como assinala Cristovam Ayres, "tudo apresenta então, um estado de incerteza e hesitação, coexistindo mesclados os velhos elementos com os elementos novos, todos instáveis e em transição. (7).

Nos fins do século XV o problema é em parte resolvido por Portugal e Espanha, herdeiros diretos dos progressos da civilização árabe, e prósperos, no quadro ainda forte da Igreja Católica, apesar dos abalos que esta sofria. Eram os países que a situação geográ-

(6) — Jule Moncini — *Bolivar et l'émancipation des colonies espagnoles*. Ed. Persin et Cie. — Paris 1912 : "L'ancien Mond traversait comme on dirait aujourd'hui, une crise économique qui semblait insoluble au moment où les caravelles de Christoph Colomb, obtenues du reste à grande peine, singlaient obscurément vers leurs immenses destinées".

fica melhor os colocava para esta missão.

Em busca do Oriente, das Índias, Vasco da Gama, contorna a África pelo sul, e Cristovão Colombo procura chegar lá diretamente, calcado na teoria da esfericidade da terra, mas sujeito ás imprecisas notícias que então se havia da geografia do Mundo, vem esbarrar na imensa barreira da América.

Não atingira a Ásia, a Índia, mas o objetivo principal de sua viagem era alcançado de uma maneira surpreendente, e haveria de ter consideráveis repercussões no futuro.

No século XVI, logo a seguir tratam Portugal e Espanha de tomar posse de quase toda ela, passando depois, cada vez mais, a viver do que aí encontraram, parasitariamente, o que vai ser uma das causas de sua decadência.

A tomada da posse do Novo Continente, dada a superioridade militar dos conquistadores sobre os povos primitivos que o habitavam, foi rápida. A sua colonização rápida e brutal, conformemente á mentalidade da época.

O espírito religioso, já enfraquecido, prevalecente mais na forma do que no fundo, foi logo submergido pelo do mercantilismo, ficando em plano muito secundário dos métodos da colonização a *idéia civilizadora*. Foi obra tal que um otomano do nosso século, personagem ilustre entre as que se esforçaram para reavivar o espírito estagnado da Túrquia, pôde acusar as nações da Europa de, por sua ação colonizadora, haver produzido apenas tremenda convulsão no mundo com ináuditas crueldades. (8).

É o mesmo conceito do português Christovam Ayres, quando comenta as acusações de crueldades que alguns fazem aos árabes: "Nenhum princípio religioso foi mais longe que o cristianismo no ideal da caridade, e nenhum povo, como o cristão, abusou mais da força e empregou maior crueza na conquista de outros povos e na cristianização a ferro e fogo". (9).

Em tais julgamentos está, sem dúvida, verdade incontestável, não, porém, toda a verdade. Outros resultados houve da ação colonizadora dos Ocidentais, que redundaram no espirito de fraternidade que hoje vai se impondo e pode-se dizer atinge estado avançado em nossa América.

(7) — Christovam Ayres — História do Exército Português — Imprensa Nacional — Lisboa — 1906 — 1.º Vol.: Afirma-se o poder real e com elle o sentimento patriótico; o terceiro estado surge como um sintoma, não local mas nacional; começam a emancipar-se as classes baixas e a enriquecer as classes burguesas; a heresia nascente é o primeiro albor da alforria da consciência; as letras, as artes, as ciências começam a sacudir o jugo estreito do dogmatismo religioso; as navegações, buscam os vastos oceanos e os continentes longínquos".

Buscam e os encontram — observamos nós, — imprimindo neles as consequências da ação de sua mentalidade, então incerta.

(8) — Ahmed Riza — "La faillite morale de la politique occidentale en Orient — Lib. Picart — Paris — 1922.: "un bouleversement gigantesque du monde entier; des races humaines presque complètement anéanties; d'autres transplantées d'un continent sur l'autre par les flottes de Négriers; des territoires immenses dévastés; hier l'esclavage, la misère aujourd'hui. La civilisation ne pas supprimé la barbarie, elle la tout simplement raffinée".

(9) — História do Exército Português — Vol. III.

Tal conduta se explica, pelo enfraquecimento da força moral, tornada incapaz de freiar os *interesses* egoísticos da política no século XVI, que dominava na Europa, dividida entre poderes rivais; política calcada no *direito da força*, de parceria com as astúcias da má fé, que havia já inspirado a Dante, no início do XIV, a Divina Comédia; a Maquiável, no seguinte,

a Razão do Estado; que Vieira pintara ao vivo no século XVII e que sugeriu a Frederico, no XVIII, esta-sarcástica observação: "*Comme on est convenu, parmi tous les hommes, que duper son semblable était une action lâche, on a été chercher un terme pour adoucir la chose, et c'est le mot politique qu'on a choisi*". (10).

FORMA-SE O ESPÍRITO AMERICANO

Parece havermos dito o bastante para podermos definir, resumidamente, de onde veio a nossa América e o ambiente em que se criou.

Surgiu num momento crítico da civilização, transitório das concepções humanas, e cresceu em meio de disputas das potências senhoras do mundo, as velhas e as que iam surgindo, (11) quando as forças temporais mais se utilizavam das espirituais que a elas obedeciam.

Apezar de tudo, porém, e através, de erros cometidos do ponto de vista humano, é fato que se operou na América uma obra realmente civilizadora, caracterizada em grande parte pela reação natural por ela mesmo oposta espontaneamente aos erros cometidos. É o que nos parece dizer Jules Mancini (12) quando assinala que as colônias refletiam naturalmente a formação metropolitana, mas, ao mesmo tempo, iam formando uma sociedade com características próprias e se acomodavam cada vez menos aos moldes estreitos em que as metrópoles persistiam em querer mantê-las.

É o embrião do *espírito americano* que se vai formando destarte, cujas primeiras manifesta-

ções no Brasil se deram no século XVII com a guerra holandesa, mas que na América do Norte se implantava com as primeiras colônias britânicas formadas com elementos expelidos da mãe Pátria, cujo ambiente opressivo se tornara para eles irrespirável. Caracterizava-o desde logo o amor à *liberdade*.

Na América Latina, o divórcio entre os seus povos e as metrópoles, surge naturalmente da formação étnica das populações coloniais em presença da prosápia irritante dos europeus que totalmente tratavam todos os nativos, fossem embora brancos e de sua própria descendência direta, como gente inferior (13); divórcio que se torna inevitável pela insuficiência das concepções dominantes na política metropolitana, política incapaz de ver nas colônias mais do que fonte de recursos a colher sem quaisquer deveres.

A reação espontânea contra isto vai se tornando em revolta.

(10) — *L'Art de Régner* — citado por Ahmed Riza — Op. cit.

(11) — Falamos do surto da Holanda, França e da Inglaterra, como novas forças influentes nos destinos do mundo.

(12) — Op. cit.

Faz surgir um sentimento próprio do Continente, não, porém, imediatamente bastante forte. Hesitante mesmo, quando é já oportuno fazerem todos os povos uma reação solidária para a conquista da liberdade e depois, como até há pouco, para melhor assegurar os interesses da defesa da própria independência. É que, além de sentimentos rivais resultantes da organização colonial, sofriam os povos da América as influências da própria situação geográfica, tendentes a diversificá-los. (14). As diferenças nos processos dos dois sistemas colonizadores de Portugal e de Espanha davam-lhes também matizes que até hoje ainda se manifestam, apesar dos progressos da cultura e das condições novas da civilização.

Nos fins do século XVIII a situação, para as colônias, tornava-se intolerável. Havião progredido apesar de tudo e as metrópoles não sabiam modificar o sistema de relações que mantinham com elas. Daí resulta uma reação que se intensifica quando as lutas na Europa enfraquecem os velhos sistemas de governo, opostos às conquistas feitas pelos progressos do espírito humano.

Os primeiros elementos a reagir foram as colônias inglesas da América do Norte, que se constituem em Estados Unidos, com um regime republicano. Vibra, desde então, todo o ambiente continental. Elementos de sua elite, aproveitando as tendências espontâneas em prol da eliminação da tirania dos colonizadores, bem denunciadas por vários movimentos rebeldes, entre os quais sobressai a revolta de Tupac-Amarú, dão início à luta pela independência.

Excita-os, ainda, não só o exemplo da formação dos Estados Unidos, mas o fato de o Brasil se haver tornado autônomo desde que, em 1808, o trono português tocado pelo vendaval napoleônico nele se viera abrigar, instalando aqui a sede da velha monarquia, que ostentava com prazer-se de seu novo caráter americano.

Na América espanhola fazem-se de tal modo insopitáveis os de-

(13) — José Pacifico Otero — História del Libertador San Martín — Vol. VI — Bib. del Oficial de Circulo Militar — B. Aires — 1944 — "La sociología Peruana era por sua natureza heteróclita y por lo tanto compleja. En alto de su escala de destacaban los peninsulares, nobles muchos de ellos y grandes potentados los demas. Seguian luego los criollos, clase esta de gran despejos y que por instinto era la clase que prohibaba la libertad y venian luego las familias indígenas, los negros y los mulatos reconocidos todos ellos como clase infima.

Tres siglos de dominacion colonial habian mantenido a esta masa de esclavos en la ignorancia y en la barbarie. Que hubiera hecho ella, se de golpe se coloca en sus manos una arma tan peligrosa como la democracia?"

No Brasil, a parte predominante de negros e mestiços nas camadas inferiores da população e o número muito menor de índios, pois que houve nêla maior devastação das populações primitivas, a situação era praticamente a mesma. O elemento brasileiro era até mais hostil ao português que o crioulo ao espanhol, como atestam as várias rebeliões que se deram, a partir da guerra holandesa.

(14) — André Siegfried — Amérique Latine — Lib. Armand Colin — Paris — 1934. "La fierté nationale est faite en grand partie de cet attachement à la tradition espagnole (ou portugaise) toute idée de liens politiques étant naturellement écartés; mais elle comporte aussi l'orgueilleuse conscience qu'ils ont d'être américains dans les sens ou ce terme possède une portée continentale".

sejos de rompimento com o sistema de Madrid, que o desejam ainda mesmo que isto consista apenas em trocá-lo pelo britânico, mais liberal, ou, como no caso do Prata, em união mais ou menos íntima com o novo reino do Brasil. (15) e (16).

O apóio da Inglaterra foi procurado com insistência. Mas, não quiz a Inglaterra, ou não pôde, por causa dos interesses da guerra que movia a Napoleão e da famosa política do equilíbrio europeu, de que era um dos elementos principais, empenhar-se a fundo na questão. Limitou-se a facilitar o movimento libertador, porque convinha ao seu maior interesse, todo de ordem comercial. Todavia, não se descuidou de adquirir uma base para possíveis ações futuras, apoderando-se de alguma cousa na zona do mar das Caraíbas.

Foi por isto que Miranda, venezuelano, e militar formado no Exército francês, não tendo podido obter o apóio de Pitt, o tenacíssimo adversário de Napoleão, decidiu-se a iniciar sósinho a luta para eliminar a Espanha da América, iniciativa que tomou, em 1805. (17).

Obtem êxitos, mas, após uma luta de cinco anos, é vencido. Não o apoiam firmemente os povos americanos, baldos ainda de um forte sentimento patriótico, capaz de resistir aos manejos dos agentes metropolitanos, e influenciados pelas organizações clericais, temerosas do ateísmo do sistema revolucionário, que Miranda representava. (18). O movimento, porém, reaparece, em 1812, impulsionado por Simon Bolívar, que combatêra com êle. Acrescendo então, ao que dois anos antes se manifestára no Prata e no Chile,

nos quais se destacavam as magníficas figuras de San Martín e O'Higgins, formaram-se assim duas correntes libertárias que se foram encontrar em terras do Perú.

(15) — Bartolomé Mitre — História de Belgrano y de la Independencia Argentina — Ed. Flix Lojanane — B. Aires — 1887. "Fué entonces (1809) que don Saturnino Rodrigues Pena promovió el proyecto de emancipar y constituir las provincias del Río de la Plata, coronando á la Infanta (D. Carlota Joaquina) como soberana de ellas, proyecto de que ya nos hemos ocupado, y el que tomaron parte Belgrano, Moreno, Saavedra, Castelli, Vieyete, D. Nicolas Pena, los hermanos Pasos, Pluyeredon y outros, que despues formaron el gran partido patriota de la revolucion, que estallo em 1810".

(16) — Idem — 1.º volume — "El establecimiento del trono do Brasil, despues de haber dado el paso de abolir el sistema colonial, ponendose al lado de la América en la question que la divide ahora con la Europa, necessita nuevas fuerzas para seguir cortando los lazos que todavia detienen los pasos de su politica, y embarazan la marcha natural de esta parte del mundo a sus altos destinos. De este modo viene á quedar in cierta manera dependiente de nosotros la aproximacion de esta época verdaderamente grande por sus consecuencias y el impulso de nuestra politica no pode obrar sino en el mismo sentido que el de esta nacion nueva, para enlazar intimamente con ella nuestros intereses y aun identificarlos se fuese posible".

(Correspondência de D. Manuel José García, representante das Províncias Unidas do Prata, no Río de Janeiro).

(17) — Miranda combateu com as tropas francesas pela independência lanque e tomou parte nas lutas da Revolução. Fundou em Londres uma sociedade para trabalhar pela libertação do jugo espanhol.

(18) — Jules Mancini — Op. cit. "Il faudra bien des traverses avant que la notion vraiment patriotique de l'Independence s'impose á tous les esprits".

A sua junção não era fruto, porém, de um acentuado e solidário espírito americanista. Nem mesmo fora planejada por antecedência. Resultava espontânea, principalmente do interesse dos do sul em bater as forças espanholas renitentes nos Andes, antes que a metrópole pudesse reforçá-las.

Desde que se encontram no Alto Perú, logo se dá um choque entre as tendências consubstanciadas em San Martín e Bolívar. Primeiro, em torno da forma de governo a adotar pelas novas nações independentes; depois por causa da organização da América livre. Pugna San Martín por uma solução no quadro dos governos monárquicos, e Bolívar pela repú-

blicana. Mas Bolívar, na exaltação do seu entusiasmo, vê o panorama de uma só nação formada por toda a América do Sul, ao menos, inicialmente, quanto às de origem espanhola. Os platinos discordam, ciosos de sua personalidade nacional, originária da existência autônoma do vice-reinado do Prata, e porque haviam evoluído separadamente no ambiente do Atlântico.

Não é isto fato único na espécie. Com a luta, surgiu um patriotismo local forte, nos grupos americanos formados na diversidade dos quadros geográficos em que se processou a ação colonizadora, sentimento que predominava sobre a idéia americanista. A evolução desta será lenta.

A EVOLUÇÃO DO ESPÍRITO AMERICANO

A independência fez-se em toda a América, Inglesa e Espanhola, sob a forma republicana de Washington e preconizada por Bolívar. No Prata mesmo, apesar de suas tendências iniciais, não medrou a idéia monárquica, mercê da rebeldia natural dos caudilhos, entre os quais sobressai o vulto enérgico de Artigas. Só o Brasil, por se haver sem luta transformado em reino, que também pouco depois rompeu os laços da comunidade com Portugal, fez-se monárquico, fato este que se vem juntar às outras causas para dificultar a constituição da unidade política americana.

Formaram-se, assim, múltiplas nacionalidades, numerosas nações livres, mas, militarmente fracas. Fraqueza que os seus melhores espíritos do continente reconhecem e procuram conjurar pelo compromisso de apoio recíproco, sem jamais o conseguirem eficientemente.

Surpreende por isto, a quem não examina a fundo tais acontecimentos que, a despeito do modo de ver de seus homens mais eminentes, não haja jamais logrado a América formar uma unidade política e militar, verdadeiramente operante, o que somente agora se esboça de modo positivo.

Que forças invencíveis se opuseram? Que impediu se produzisse tal efeito, procurado por quase todos os responsáveis políticos, com raríssimas exceções?

É que — como assinalamos já — a isso se opunham as influências geográficas, as circunstâncias gerais da formação colonial, e as desconfianças contra o sistema monárquico do Brasil, olhado por alguns, erradamente, como uma cabeça de ponte ou vanguarda do reacionarismo europeu. Depois, vieram os dissídios herdados do antagonismo luso-espanhol, reacendidos pelo problema da delimitação dos espaços próprios ao exer-

cício das respectivas soberanias, motivo este também de discórdias entre os povos de origem espanhola, dando lugar a manifestações de extremado patriotismo, cuja exacerbação parecia querer compensar, por um esforço sentimental do homem, a fraqueza das nações. Mais tarde aparece a desconfiança contra o imperialismo. Ianque.

O próprio lançamento da doutrina de Monroe, em 2 de Dezembro de 1823, o ato mais positivo e enérgico — que o Brasil não hesitou em apoiar —, afirmativo do surto de um sistema político americano independente do europeu, não encontrou desde logo o mais amplo acolhimento. A repercursão favorável que houve em quase toda a América, não foi bastante forte para consolidar e permitir o desenvolvimento dessa idéia, sem ressalvas.

Não era evidentemente compreendida no mesmo sentido e do mesmo modo em toda parte, nem mesmo nos Estados Unidos. Por alguns fôra até repelida, mais ou menos, claramente. Outros, mais tarde, quizeram vêr na doutrina de Monroe mais do que ela anunciava, mais do que mera oposição á recolonização. Deram-lhe até, mais tarde, alguns espíritos pouco confiantes, ou malévolos, a capciosa fórmula de "América para os americanos... do Norte".

Evidentemente, o *sentimento americano* espontaneo apresentava-se impotente para criar a almejável unidade política continental.

Mostrava-se débil.

O primeiro congresso americano, convocado por Bolívar em 1824 e realizado em 1826, não lo-

grou o êxito a que aspirava o Libertador. Nem os Estados Unidos, nem o Brasil, que aceitaram bem a idéia de sua convocação a ele compareceram. Afastou-os o programa adotado para os respectivos trabalhos que interferia com assuntos de política interna das nações, como, por exemplo, a questão da escravidão, e o fato de não ter um caráter *nimiamente americano*, pois fôra chamada a Inglaterra a desempenhar nêle papel importante. Bolívar visava mais, evidentemente, consolidar a independência do que fazer obra de *puro americanismo*, amarrando-a numa larga organização mundial. Desse conclave também ficaram ausentes a Argentina e o Chile, receiosos da tendência de Bolívar em prôl da idéia de reunião das antigas colônias, sob um mesmo poder governamental.

Outras tentativas houve sempre de resultados limitados e incompletos. Em 1864, quando o Perú, sentindo a necessidade de fazer frente a gestos de recolonização européia, tentou mais uma vez consolidar num compromisso global a força defensiva americana, surgiu até uma manifestação francamente hostil. Foi a do Senhor Rufino Elizaldo, ministro do Exterior da Argentina, em resposta ao convite que para aquêle fim fôra dirigido á sua nação. Disse êle: "A América independente é uma unidade política que não existe, nem é possível existir por meio de combinações diplomáticas. A América formada por nações independentes com necessidades e meios de governos peculiares, não pode mesmo constituir uma só unidade política". E chega até a referir que o seu país

sente-se mais ligado á Europa que aos seus co-irmãos do continente. (19).

Não era o único, a ter este modo de vêr e de sentir, o então chefe da diplomacia argentina. Nessa época, quando os Estados Unidos estavam as voltas com a sua guerra de secessão, muitos outros americanos provocavam até, excitados por paixões de política interna dos respectivos países, a intervenção da Europa em suas pátrias. Napoleão III entronára, por êsse meio no México, um preposto seu e ensaiava fazer-se protetor do Equador. (20).

Tais fatos, levantaram nos Estados Unidos, cujo governo nada lhes opunha de eficiente, a questão de saber se a declaração de Monroe tinha o caráter de manifestação particular de um seu governo, ou de *doutrina nacional*, a, que todos os governos deviam obedecer em sua política internacional. O Congresso decidiu que se tratava de doutrina nacional.

Isto representou um progresso sensível na *idéia americanista*. Não ainda, porém, bastante avançado e positivo, á altura das ansias colonizadoras que em meados do século XIX assinalavam a política das potências européias, dominada pelo princípio da *razão de Estado* e tendo a força por supremo argumento.

É a época da máquina a vapor. A da prosperidade ampla e rápida dos países que tinham facilidades para dispôr de carvão de pedra e, notadamente, daqueles que eram possuidores de ricas jazidas desse combustível. As diretrizes políticas de então, prevalecentes na Europa só atendiam a duas ordens de idéias: — ter campos seguros de obtenção das matérias primas ne-

cessárias á indústria; e contar com mercados certos para escoamento dos produtos fabricados.

A recolonização da América Latina entrava naturalmente nas cogitações das potências mais fortes da Europa. (21). Mas, felizmente, e felizmente porque os Estados Unidos não seriam bastante fortes para fazerem valer a doutrina de Monroe, elas eram rivais e fez-se impossível combinarem-se para uma ação comum contra este continente. De resto, encontravam também campo de ação mais fácil para a aplicação de sua

(19) — J. V. Lastarria — La América — Ed. América — Madrid — Diz ainda efetivamente o Sr. Elizalde: "más vínculos, mas interés, mas harmonía hay entre las repúblicas americanas de origem española con la Europa que entre ellas mismas".

(20) — Também no Brasil havia dissidentes da doutrina de Monroe. Sintetizou-os mais tarde Eduardo Prado com a sua "Ilusão Americana" que parecia merecer o aplauso de Capistrano de Abreu: "exorta-nos a abrírmos os olhos para os perigos da doutrina de Monroe com a qual nada temos a ganhar e podemos tudo perder. Os fatos irão demonstrando si elle tinha ou não razão". "Ensaio e Estudos — 1.ª série".

Ainda agora, 1948, aparecem no Congresso dos Estados Unidos manifestações interpretativas da doutrina de Monroe no sentido do interesse exclusivo daquela grande nação.

(21) — Lastarria — Op. cit. "Inglaterra, Francia y España han estado deseando sin cesar la reconquista de la América Central (*observe-se onde havia o interesse do canal interoceânico*) y Meridional. Ninguna de ellas la quería sino para sí. Todas ellas habían de ver con disgusto las conquistas que las otras hicieron en este continente. Pero, con la esperanza de coger para sí el fruto quando estuviese maduro, todas han trabajado de mancomun para madurarlo".

superioridade bélica, em Asia e Africa, sem atritos entre si muito perigosos.

A questão, porém, foi se agravando dia a dia, em virtude do problema que se veio a chamar "do espaço vital" resultando dos excessos de população em certos países europeus. Formou-se intensa corrente imigratória dirigida para a América do Sul e surgiu uma política *imigrantista* que não tardou em tomar caráter tendencioso, como se deu com os alemães e depois com os japoneses, de preparação para conquistas futuras. (22).

Tudo isto deveria favorecer a consolidação da *solidariedade americana* e a tendência para a criação no Novo Continente de uma unidade de *fôrça* moral e material, política e militar. No entanto, os feitos nêsse sentido foram muito fracos e lentos. Eram contrariados pela própria influência européia, favorecida pela maior facilidade de relações comerciais e culturais dos países do velho continente com os da América do que haviam êstes, de modo geral, uns com os outros. (23). Opunham-se-lhes ainda a desconfiança reinante nos latinos americanos contra os Estados Unidos. Não sem plausíveis razões.

Faziam êstes as chamadas políticas do *big-stik* e do *dollar*, usadas para levar a sua soberania até o Pacifico, e depois, forçados por necessidades primordiais de própria segurança militar, realizaram a abertura do canal inter-oceanico da América Central. Depois tudo mudou. O isolacionismo internacional não era mais possível, á vista dos progressos gerais da civilização industrial, de

que os Estados Unidos eram pioneiros.

Durante toda a fase porém, que corresponde á época da *independência* e termina sómente em 1914, com a inauguração do canal do Panamá, não cessou o trabalho para criação de relações continentais sem desconfianças perniciosas, principalmente, para os países mais fracos. Não produziu muito. Dêle resultou, todavia, em 1890, um órgão destinado ao cultivo sistemático de sadio sentimento americanista, a União Pan Americana.

A partir daí realizaram-se valiosos progressos, embora encontrando sempre sérios tropeços, entre os quais, não é, sem dúvida, desinteressante frizar ainda uma vez a influência de relações mais fáceis com a Europa, existentes até depois da primeira guerra *mundial*. É a partir daí que começa a se modificar sensivelmente este estado de cousas pelo rápido desenvolvimento da navegação marítima intercontinental e o surto da navegação aérea utilizada nas relações correntes da vida civil.

(22) — Geografias alemães consignavam no Sul do Brasil uma Alemanha Antártica. Vêr ainda Xavier de Oliveira "O problema Imigratório na América Latina".

(23) — Helio Lobo — *Fôrças Contrárias ao Pan Americanismo* — 3.º Congresso de História Mundial — 1938 — Vol. II. "Países de exploração agrícola, os americanos viveriam de exportação de matérias primas e artigos de alimentação, de modo que suas correntes comerciais se dirigiriam para fora do continente, á Europa sobretudo com prejuizo do movimento propriamente interamericano. Não havia objeto de trocas, pois todos, mais ou menos, produziam e exportavam a mesma cousa, e nossas necessidades industriais gerais só podiam satisfazer-se pelo Velho Mundo".

A Europa contrariava o desenvolvimento da solidariedade americana, entre outras razões por sua mentalidade belicosa. Fabricantes e fornecedores de armamentos para todo mundo, preocupavam-se naturalmente os europeus em organizar aqui bons mercados para os mesmos o que os levava a excitar a preparação militar de umas nações contra outras. Isto que convinha aos seus pontos de vista comerciais, não lhes causava nenhum fisco direto, porque bem sabiam quanto é precária a força militar moderna dos países sem indústria firmada em bases sólidas.

Destarte a preparação para a guerra na América Latina tomava um falso sentido em face do seu real interesse, a soma de todas as suas forças para que resistissem juntas a um ataque, ataque que só poderia vir de fora do continente, ou dos Estados Unidos. E esta última hipótese não era desprezada pelos agentes armamentistas.

A reação, porém, da primeira guerra mundial no mundo inteiro, evidenciando até que ponto as nações eram todas interdependentes, causou modificações profundas na maneira dos ocidentais compreenderem o sentido da civilização do século XX. Repercutiu também fortemente no *sistema americano*. Revelou a importância enorme dos Estados Unidos e fez compreender, se não com a mesma intensidade em todos os países da América, ao menos na maioria deles, quanto a solidariedade continental era uma condição necessária á garantia da sobrevivência autônoma de cada um e para o seu progresso.

A partir de então, sob a égide dos Estados Unidos, a União Pan

Americana encontrava campo mais fácil para o seu labor. Todavia nem todos, mesmo naquela grande nação lhes facilitavam o trabalho. Havia ainda quem desconhecesse o que mais convinha ao desenvolvimento do americanismo, tal como se viu na 5.^a conferência inter-americana de Santiago do Chile, em 1923. A maneira porque o chefe da delegação ianque recusou admitir a discussão da proposta, que aí se fez, para dar á doutrina de Monroe uma significação mais ampla, foi um rude golpe no progresso que se vinha obtendo desde que Elihu Root, mostrou deferência pelas nações mais fracas, com o seu comparecimento, á reunião do Rio de Janeiro, em 1900.

Tais atitudes eram causa de que cinco anos mais tarde, em Havana, pudessem os Estados Unidos ser ainda acusados de imperialistas, com algum fundamento.

Com os procedimentos, porém, de Franklin Delano Roosevelt e Cordell Hull a situação melhora consideravelmente. Inaugura-se a política do *bom vizinho*, atestado de quanto esses dois grandes estadistas souberam ver a conveniência de ser acelerada a formação de *unidade americana*, encaminhando a solução prática do problema, pela via única capaz de grandes e definitivos efeitos.

No entanto, não eram ainda bastante. Havia falhas de procedimento, consequentes da idéia incompleta que, de fato, os americanos do Norte, como assinala Dunkan Aikman (24), possuíam a respeito da América Latina. Esca-

(24) — The All American Front — trad. espanhola de Editorial Claridad — El Frente Americano — Buenos Aires — 1942.

pavallhes a nítida percepção de seus complexos psicológicos e de suas necessidades reais. Não sabiam medir bem a maneira comum que têm os latinos americanos de encarar as questões políticas, econômicas e culturais (25), não obstante suas diversas origens e as diferenças entre eles criadas por seu evoluir.

Em virtude desse desconhecimento, não podia logo a política nova — a *do bom vizinho* — dar os melhores frutos (26) pois apesar de aceita por todos nem todos falavam a mesma linguagem, não a interpretavam do mesmo modo — não afinavam pelo mesmo diapasão. De resto, não era fácil à América Latina, dados os antecedentes que recordamos perceber a nova feição da política mundial ianque, conduzida por uma *opinião pública*, cada vez mais firmada nos avançados conceitos da civilização industrial, nem guerreira nem militar.

Tais razões explicam, porque, em 1938, na conferência de Lima, apesar de haver um perigo visível para toda a América, o germanico e o do sorrateiro avanço nipônico, não foi possível fazer em benefício da defesa comum, mais do que uma *declaração de princípios*, com a obrigação da consulta entre os chanceleres, em casos de interesse para a América.

Verdade é que em tal oportunidade duas fortes correntes doutrinárias de conceito internacional — a nazista, retrograda, atuando principalmente sobre os elementos governamentais ou dele aproximada, e a comunista, ultra avançada e que a Rússia puzera a serviço do seu neo imperialismo eslavo, entoxicando a mentalidade das massas — exerciam forte pro-

paganda em toda América, em oposição à influência dos Estados Unidos.

Não obstante, o progresso realizado em Lima foi marcante. Antes de Pearl Harbour, deliberaram os chanceleres americanos, reunidos no Panamá, a neutralidade no conflito europeu e definiram o campo geográfico em que essa neutralidade teria de ser respeitada, incluindo nêle todo o hemisfério, mesmo as colônias pertencentes aos países em guerra. Tal decisão e a declaração de não belligerancia inicial da Itália no conflito, foram duas fórmulas novas de política internacional surgidas para definir um estado *quase de guerra*, pois que eram atitudes condicionais, com preferências e simpatias ostensivas. Depois de Pearl Harbour as declarações de solidariedade irrestrita com os Estados Unidos foram quase unanimês e não houve nenhuma nação americana francamente hostil, ou mesmo, que se isentasse completamente de responsabilidades na luta.

Terminada esta segunda guerra mundial — a noção de que a Amé-

(25) — André Sigfried — Op. cit. : "Il ya dans tout les pays sud americain, une façon commune d'envisager les problèmes économiques, politiques et culturels".

(26) — Aikman — Op. cit. : "Certamente, *neighbor* traduz literalmente a palavra vizinho (ou vicino) mas vizinho significa mera proximidade física, mais do que relações íntimas e cordiais". Explica o autor que na América Espanhola as relações mais cordiais e frequentes não são estabelecidas em regra, entre os vizinhos da mesma categoria social e sim entre residentes afastados. Os bons vizinhos, diz o referido autor, encontram-se entre os elementos de categorias sociais e recursos econômicos diferentes, que se auxiliam mutuamente.

rica é fatalmente solidária — tornou-se de uma clareza cristalina. Não se pode mais admitir sensatamente dúvida a respeito, e o problema a resolver tornou-se apenas o encontro da fórmula mais conveniente para dar-lhe eficiência.

Os temores de uma ação rebuçada dos Estados Unidos, num sentido imperialista, á vista de sua atitude universal, ficaram sem nenhuma razão de ser. De fato, houvessem eles veleidades dessa natureza ou resquícios de qualquer mentalidade militarista — tipo século XIX — ser-lhes-ia fácil exercer violências brutais, criar fatos consumados como, por exemplo, se praticou na Europa, originando a segunda grande guerra, e se pratica ainda ameaçando uma terceira. Parece mesmo pecarem até, em presença da política russa, por excessivos cuidados democráticos, cuidados que denunciavam no entanto o grão de progresso mental realizado pela grande nação do Norte. Lá nenhum homem ou sistema prevalece, sem que corresponda ao sentimento nacional, sem que antes conquiste o apoio da opinião pública, formada por enorme massa proletária que desfruta o mais alto padrão de vida da ci-

vilização atual, e esclarecida por uma elite de opinião liberal, forjada num sistema universitário de extremo desenvolvimento.

A fórmula a encontrar nada mais será do que fazer com que se compreendam bem o norte e o sul do continente.

O homem do Norte, favorecido por um clima frio e terras férteis e principalmente por imensas riquezas carboníferas, a pedra angular dos progressos materiais da civilização dos séculos XIX e XX, — criou uma nação forte com rapidez e amplitude jamais vistas, sem os prejuízos tradicionais da velha mentalidade européia.

O homem do Sul, ao contrário, habitante de uma terra quase toda montanhosa ou mergulhada no calor dos trópicos em nada foi favorecido. Teve de vencê-la com redobrado esforço, sem poder se desenvolver como o do Norte, inda mesmo naqueles países de clima frio e planícieis férteis, pois faltava-lhe o elemento básico da riqueza industrial, ricas jazidas de bom carvão de pedra. (27).

A causa primeira da diferença entre os progressos de um e de outro, cuja compreensão, facilita agora o entendimento mútuo.

CONCLUSÃO

É notório que esse entendimento se processa bem. A visão de que pode vir a ser um terceiro conflito mundial repercute profundamente no americanismo. Faz dar largos passos para a formação efetiva da almejada unidade americana, olhada como uma etapa para ser alcançada a ampla unidade do Mundo, termo natural da civilização industrial.

Avançou-se bastante na conferência de Quitandinha com a proscrição da guerra *entre as nações*

(27) — A compreensão destes fatos, hoje vulgares, foi pela primeira vez publicamente exposta por um brasileiro, o Dr. J. Pires do Rio, em seu "O Combustível da Economia Universal" em 1916. Ha aí mais uma demonstração de que o nosso homem não é um tipo inferior.

americanas e o compromisso formal de concurso de todas as forças continentais em defesa de qualquer delas que venha a ser agredida, seja qual fôr o agressor, a fôrma ou o pretexto da agressão militar.

Resta consolidar, firmar no sólido terreno das realizações práticas essa unidade que hoje todos almejam pela adoção dos organismos necessários ao desenvolvimento de um preparo militar homogêneo em vista da defesa comum — conforme as características da guerra hodierna, na qual a força resulta de possibilidades científicas e pujança econômica.

Quer isto dizer que, si a América concorda, de fato, em constituir uma unidade militar tem que saber fazê-la também política e econômica e não pode desconhecer que isto exige, para ser verdadeiramente operante, sólida preparação intelectual, moral e material.

Os dois primeiros aspectos, têm que evidenciar a existência de um espírito de solidariedade a toda prova, respeitante de uma boa disciplina, que imporá a todos esforcarem-se por evitar iniciativas isoladas, limitando os impulsos entusiásticos do orgulho nacional ou continental.

O terceiro aspecto, não pôde deixar de compreender diretamente a preparação para a guerra. De fato, esta assenta numa sólida construção técnica e industrial que permita aproveitar todos os recursos continentais. (28). E, ainda mais, reclama a possibilidade de utilizá-los oportunamente onde necessário, o que depende não só das existências locais, mas, de um sistema de comunicações e transpor-

tes, convenientemente traçado e aparelhado.

Do ponto de vista puramente militar do problema, ademais, é essencial unidade de comando, facilitada pela adoção de uma doutrina de ação comum, de uma linguagem única, para que haja plena convergência de esforços e possam todos se entender, nos teatros de operações e campos de batalha. Mas isto tem que ser conseguido sem perda das características nacionais, para que cada qual possa desenvolver ao máximo as forças que lhe são próprias.

Ai está a tarefa correspondente à Conferência de Bogotá, tão dramaticamente interrompida. Cabia-lhe realizá-la, senão completamente, avançando, ao menos, de modo satisfatório. Ai está o ponto a que chegou o americanismo no quadro da civilização ocidental, como etapa marcante dos progressos humanos, a ultrapassar sem rivalidades, ou veleidades particularistas de qualquer natureza.

Meus Senhores!

Franklin Delano Roosevelt — essa figura política imponente que a história da humanidade conservará em destaque — disse que o americanismo vem do cérebro e do coração e não da raça e da origem. E nós aceitando-o plenamente compreendemos que assenta no quadro físico das nossas terras e é uma necessidade orgânica para o progresso da civilização ocidental, a obra desse homem ideal de vida eterna, aprendendo sempre, a que se referiu Pascal. Obra que encontra agora, para

(28) — General Marshall — Relatório sobre a última guerra. "Totechnological warfare we devoted 98 percent of our entire effort".

avancar na senda do progresso, esse admirável espirito da moderna política ianque, que não renega o papel que cabe ao povo da grande pátria da América do Norte de líder do mundo, mas compreende-o sem basófia militarista, como um dever resultante da sua situação excepcional, adquirida ao abrigo das brutais destruições da guerra e mercê de suas privilegiadas condições de existência. (29). Espírito, que se esforça

por estender a toda a Terra as benemerências do regime de liberdade que usufrue e não pretende, como era hábito dos fortes até aqui, prevalecer da fraqueza alheia para maior benefício próprio.

Temos concluído.

(29) — Vêr discurso do Secretário de Estado — Gen. Marshall — Na Universidade da Califórnia em 19 de Março de 1948. Consideramo-lo a mais bela peça de oratória política que já mais se pronunciou no Mundo.

De REVISTA MILITAR — Portugal, que completa este ano o seu centenário, transcrevemos :

Não estudemos as coisas por parcelas, que as organizações a retalho são de pálido reflexo; têm já consigo a palidez de próxima morte! Inúteis tentativas em que não bruxuleia a luz da verdade, e que nada representam na escola positiva dos atos sérios.

J. E. Xavier Machado

Revista Militar — Port., 1881 (pág. 402).

Em todas as profissões conhecidas, existe uma luta permanente e invariável entre a teoria e a prática, entre o saber e a ignorancia; querem os primeiros a razão esclarecida pela ciência; pretendem os segundos a rotina inveterada pelos hábitos.

A. M. de Fontes Pereira de Mello

Revista Militar — Port., 1849 (pág. 14).

Passa como princípio geralmente recebido, que nenhum Exército se pôde considerar apto para fazer a guerra com vantagens, não tendo um bom Corpo do Estado Maior.

F. J. Barreiros

Revista Militar — Port., 1849 (pág. 261).

A ocupação de Marte

Cmte. JAMES R. RANDOLF

na revista militar americana *Army Ordnance*

Trad. do 1.º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA

(Aluno do C. O. R.)

Há anos Júlio Verne foi considerado pelos seus compatriotas como um visionário, quando na realidade "profetizava" aparelhos e histórias tornados viáveis em vista do grande progresso científico. Hoje, após um conflito em que todo o mundo se viu envolvido e na expectativa de um outro mais mortífero e ainda mais geral em virtude de novos aparelhos e meios de destruição aperfeiçoados pelos cientistas, talvez não possamos considerar como utópicos aqueles escritores que há poucos anos procuravam nos dar uma pálida idéia do que seria uma guerra inter-planetária. Todos com certeza se lembram das histórias de Flash Gordon no Planeta Mongo publicadas pelos suplementos infantia e consideradas como impossíveis. No entanto, já nos habituamos a ver nos jornais cinematográficos os novos aparelhos-foguetes que nos recordam aquelas mirabolantes aventuras em aparelhos mais velozes que o som, cruzando o espaço inter-planetário.

Em vista disso, não deixa de ter certo interesse o artigo do Cmt. James R. Randolph, publicado no *Army Ordnance* e transcrito em *Exercito*, por nós abaixo publicado.

(Nota do Tradutor)

Os foguetes inter-planetários serão uma realidade tão logo os métodos técnicos e de construção se desenvolvam e sejam aperfeiçoados.

A corrida armamentista mundial continuará enquanto existir no mundo uma nação que insista em seu soberano direito de aperfeiçoar secretamente armas de qualquer espécie. Os aperfeiçoamentos modernos concedem tão grande vantagem a qualquer agressor que seria uma loucura as nações livres abandonarem a corrida enquanto uma ditadura decidisse nela se manter.

Esta competição de armamentos já nos proporcionou aviões capazes de bombardear atomicamente qualquer parte do mundo "de bases que nós, americanos, possuímos e pensamos conservar". Proporcionou-nos projetis capazes de abater os bombardeiros inimigos, e estamos experimentando foguetes de trajetória estratosférica e ionosférica, ao mesmo tempo que investigamos seus antidotos.

Além disso, já estamos falando seriamente em "veículos satélites" capazes de permanecer indefinidamente fóra dos limites atmosféricos, girando ao redor da Terra como pequenas luas criadas pelo homem.

Durante a segunda guerra mundial julgamos necessário ocupar bases em lugares remotos da terra ou, pelo menos, nos certificarmos de que o inimigo não as ocuparia. Póde ser que na terceira guerra

mundial não possamos nos limitar a tais ocupações terrenas. Talvez tenhamos de extendê-las ao espaço quanto nos permitam os foguetes e assim ir a mundos vizinhos.

Economizaremos vida e dinheiro, e conseguiremos uma certeza mais firme da vitória conforme o que fizemos em tempo de paz para preparar tais ocupações, estudando êsses mundos, enviando-lhes expedições, criando equipamentos adequados para necessidades especiais.

A velocidade mínima que um "veículo satélite" requer é de aproximadamente 8 quilômetros por segundo; mas a velocidade necessária para vencer a atração de Marte é menor. Seria, portanto, em teoria, possível atacar de Marte uma nação da Terra, como também atacá-la mediante veículos satélites, de uma outra parte da Terra.

Um ataque partido de Marte proporcionaria maiores garantias de surpresa e segredo. Ainda a "*cortina de aço*" da Rússia tem suas possibilidades de infiltração: seus espões no Extranjeiro de tempos em tempos preferem a liberdade e os prisioneiros políticos às vezes se escapem sob o arame farpado de seus campos de concentração; mas tais infiltrações não seriam possíveis através de 65 milhões de quilômetros de vácuo perfeito que nos separam de Marte, quando ele se encontra mais próximo.

Os foguetes interplanetários e os "*veículos satélites*" não podem ser conseguidos em um futuro passível de previsão mediante os foguetes simples, pois nêstes a velocidade do jato deverá ser muito grande em comparação com a do próprio foguete, e ainda empre-

gando a energia atômica, uma elevada velocidade de jato produz uma elevadíssima temperatura na câmara de combustão, a tal ponto que, quando essa velocidade de jato atinge os 5 quilômetros por segundo, a temperatura na câmara excede de muito a de fusão de toda substância conhecida.

O problema da navegação interplanetária pressupõe a obtenção de um foguete múltiplo, composto de foguetes simples de um tamanho uniforme, cada um dêles de ação independente e anexáveis, de tal modo que se possa conseguir o referido foguete múltiplo com o tamanho almejado e possibilidade de atingir a velocidade que se deseje. Poderemos imaginar êsse foguete múltiplo como uma série de seções, a cada uma das quais corresponda a mesma proporção de carga útil e matéria propulsora com seus respectivos recipientes. Na última seção, a carga útil é o veículo interplanetário; na anterior, êste, e mais o peso de combustível com respectivo recipiente, e assim sucessivamente.

Cada seção, portanto, proporciona ao foguete o mesmo aumento de velocidade, e quando cada uma delas é disparada, o recipiente e tubos de descarga se desprendem do foguete, modalidade esta em que reside a vantagem do foguete múltiplo.

Suponhamos que êste tenha sido desenhado com uma velocidade de jato de 3.050 metros por segundo, e que se necessitem de 1 quilograma de combustível e outro de respectivo recipiente, para cada 100 de carga útil. Cada seção acelera o foguete 30,5 metros por segundo, e o número n de seções requeridas será o quociente da divisão da velocidade necessária, ex-

pressa em metros, por 30,5. A relação de pesos é $1,02^n$, e o peso inicial do foguete é o produto dessa relação pelo peso do veículo

interplanetário que pretendemos fazer chegar a seu destino. Dos dados considerados resulta a seguinte tabela:

Velocidade requerida	em metros por segundo	n.	$1,02^n$
Um veículo satélite	7.850	261	176,0
Vencer a gravidade de Marte	5.036	165	26,4
Idem da Terra	11.230	368	1.470,0
Idem veículo a Marte	11.700	384	2.000,0

A proporção de duas toneladas resultante no veículo a Marte, para cada quilograma de carga útil, o faz comparável, como transporte militar, às galeras que os Vikings usaram nas primeiras tentativas européias de ocupar a América. Sua carga útil é muito pequena comparada com seu custo. Estamos, pois, tão longe dos delicados foguetes simples, criados pela livre imaginação dos novelistas pseudocientíficos, como os Vikings estavam do *Queen Mary*.

Dificuldades técnicas formidáveis entravam o progresso nêsse sentido. Se supuzermos que o vapor seja o elemento propulsor e fixarmos em 0,44 seu calor específico chegaremos á seguinte tabela de relação de pesos e de temperaturas para o veículo destinado a Marte que, como dissemos, precisa alcançar uma velocidade de 11.700 metros por segundo (com outras substancias mais pesadas como elemento propulsor, o calor específico é proporcionalmente menor e a temperatura maior):

Velocidade de jato em metros por segundo	$1,02^n$	temperatura na câmara de combustão
3.050	2.000	2.510°C
3.660	564	3.615°C
6.100	45	10.093°C
12.200	7	40.840°C

A temperatura de fusão do uranio é de 2.400°C, e a do carbono, que é a mais alta de todas das substancias conhecidas na Terra, é de 3.593°.

A redução do peso do recipiente de combustível reduz a relação massa/carga útil do foguete.

Se pudéssemos reduzir seu peso a meio quilograma por quilograma de combustível, a referida relação baixaria no veículo-marciano de 2.000 a 304. E se pudéssemos eliminar os recipientes, completamente, a relação ficaria em 47. A tentação de utilizar um

fator de segurança demasiadamente baixo será maior nos veículos interplanetários que nos aviões.

A diferença entre a relação de pesos do "veículo satélite" e a do veículo marciano parece ser, á primeira vista, considerável. Na realidade, no entanto, não implica em grandes dificuldades técnicas a passagem de um a outro. Trata-se principalmente de unir mais foguetes simples de um tipo uniforme e de fazer tudo em uma escala maior. Quando se obtiver o "veículo satélite", o interplanetário estará a nosso alcance.

Parece que a Lua deveria ser uma base melhor que Marte para lançar ataques contra a Terra. Mas a Lua não tem ar, nem água, nem vida de espécie alguma. Todos os materiais e abastecimentos, inclusive o oxigênio, teriam de ser enviados da Terra para ali, e para cada tonelada enviada haveria necessidade de muito mais combustível que o necessário para enviá-la a Marte, pois na aterrissagem em Marte poderá ser utilizada como freio a resistência do ar, enquanto que para aterrissar na Lua teria de se fazer uso da impulsão em sentido contrário como freio. Isso aumentaria grandemente o peso do foguete.

Marte, por outro lado, é um mundo parecido com o nosso, se bem que menor. Tem ar, água e vegetação, podendo possuir seres racionais não muito diferentes de nós mesmos. É quasi certo que ali haja recursos minerais comparáveis aos da Terra, e portanto, uma colônia humana que ali se estabelecesse poderia, com o tempo, construir uma civilização comparável á da Terra, chegando a poder enviar foguetes a esta. Não necessitamos mais que recordar a

História dos Estados Unidos para verificar quão rapidamente uma colônia pôde se converter em uma poderosa nação.

O planeta Marte possui um diametro de aproximadamente 6.700 quilômetros, isto é, um pouco menos que a metade do terrestre. A força da gravidade ali é 38/100 da terrestre, e portanto um homem que aqui na Terra pesasse 70 quilos, em Marte pesaria apenas uns 26,5 quilos, podendo assim ser muito mais ativo, e mover pesos muito maiores com um menor esforço. Por não ter mares, Marte possui uma superfície terrestre tão grande quanto a da Terra.

Em Marte não há montanhas que atinjam 650 metros de altura, sendo a sua maior parte um deserto plano com temperaturas que oscilam entre a fresca e a muito fria, sendo raras as temperaturas superiores aos 22°C. No entanto, parecem ser normais as abaixo de zero, ainda no seu Equador, durante a noite. Mas as neves polares se fundem na primavera, como sucede na Terra, e ao se liquefazerem, dão origem a lagos pouco profundos. Não há permanentemente nem lagos nem mares.

O dia marciano é poucos minutos maior que o nosso; no entanto seu ano é quasi o dôbro, pois dura 687 dias. Como a inclinação do eixo polar de Marte é igual á do nosso, as estações do ano são as mesmas, sómente maiores. Quando o Sol se encontra mais distante, ilumina e aquece metade do que o faz na Terra.

Como em nosso planeta, a primavera vem no hemifério Norte meio ano antes (ou depois) que no hemisfério Sul. Quando começa, o casquete de neve desse hemisfério começa a se degelar, e o

Polo Norte começa a aparecer rodeado de lagôas. O degelo continua até que o casquete desapareça por completo, ou pouco antes.

Enquanto isso, a água se estende até o Equador, escorrendo por canais em algumas partes e levada por ventos húmidos nas em que eles não existem. Conforme se espalha, a cor do deserto muda de um tom avermelhado produzido pela areia nua, a um tom amarelento, produzido pela areia vermelha em que cresceu herba pouco densa. As zonas verdes azuladas, mais baixas, se fazem mais visíveis, adquirindo uma coloração mais viva; os "canais" começam a aparecer, estendendo-se inicialmente nas imediações das áreas de fusão das neves e estendendo-se depois até o Equador e mais além. Às vezes, grandes zonas se colorem de marron, como se as terras tivessem sido lavradas pouco antes da primavera.

Quando Marte foi estudado pela primeira vez por meio de telescópios, as zonas verde-azuladas foram consideradas como mares, e como tais denominadas, e quando foram observadas linhas unindo-as, pensou-se que fossem canais. Mas agora, sabe-se com segurança que essas áreas são de vegetação e não de água, e que os "canais" são vistos também por obra e graça da vegetação. Esses "canais" são observados tanto nos desertos como nas zonas de vegetação.

A particularidade de que os referidos canais são quasi sempre linhas retas perfeitas seguindo os paralelos por milhares e milhares de quilômetros e se unindo de um modo sistemático e ordenado em todo o planeta, induzem-nos a crer na existência de seres inteligentes

em Marte, pois tal ordem e sistema não parecem naturais.

Constituem um desenho que poderia ser uma rede ferroviária, com cidades, residências e colheitas concentradas principalmente em um raio de aproximadamente 35 quilômetros das cidades, enquanto as zonas mais afastadas poderiam ser pradarias. O contraste entre a terra de pastos semi-árida e os fragmentos verdes formados por milhões de residências é que, sem dúvida, produz essa impressão de linhas finas escuras, ao contemplarmos Marte de uma distância de 65 milhões de quilômetros.

Primeiramente se pensou que os "canais" assinalassem a direção de autênticos canais de irrigação, e isso pôde ser certo em alguns casos. No entanto, não é necessário um complicado sistema de irrigação para explicar sua aparência: os desertos de Marte são planos, sem rios que nêles desaguem e nem montanhas que canalizem os ventos ambientes; há nêles orvalho e neve, e talvez chuvas, durante as noites da primavera e do verão. A simples conservação dessa escassa humidade nos lugares em que vivam os habitantes, será suficiente para explicar o que imaginamos a respeito dos canais.

Para imaginar como pôde ser a civilização de Marte, podemos usar um mapa do planeta e interpretá-lo como interpretamos as fotografias tiradas de grande altura. Mas, os mapas não são fotografias, pois ainda com nossos melhores telescópios, a visibilidade, não é suficientemente boa durante o tempo que se necessita para fazer boas fotografias.

Através do telescópio, o planêta aparece quasi tão grande como a Lua apreciada por nós á vista desarmada. Mas, parece haver água se movendo sobre êle, produzindo um efeito de riqueza conjugado com uma aparência crespá que torna os detalhes pouco nítidos. Esse efeito é produzido pela refração atmosférica, e é o mesmo que motiva o cintilar das estrêlas. Com frequência esse encrespamento desaparece durante poucos instantes, e podemos contemplar os detalhes. Nossos mapas foram obtidos de milhares de esboços feitos nesses momentos de melhor visibilidade reunidos depois pacientemente.

Se nos detivermos em um mapa de Marte, a primeira coisa a nos impressionar é a distribuição dos "canais", muito uniforme, não demonstrando uma grande diferença de civilização entre diversas partes do planêta. Na Terra, ao contrário, poderíamos ver concentrada na zona relativamente pequena dos Estados Unidos, a terça parte das ferrovias do mundo, e a outra terça parte no ocidente da Europa. Grandes extensões da Ásia, da África e da América do Sul se acham em falta quasi completamente de ferrovias.

Se examinarmos nossos mapas, encontramos que onde quer que haja ou tenha havido recentemente uma concentração de qualquer classe de poder, há também uma concentração de ferrovias. Assim, verificamos densas rédes de estradas de ferro em volta de velhas cidades industriais do nordeste dos Estados Unidos e observamos como as ferrovias se irradiam de Londres, de Berlim, de Moscou ou de Buenos Aires. Por isso é fácil esboçar a civilização de um

mundo baseando-nos em um gráfico de suas linhas de transporte.

Encarada sob esse aspecto, a uniformidade do traçado dos "canais" marcianos sugere-nos uma civilização uniformemente distribuída, sem grandes concentrações de poder, nem fronteiras militares, nem zonas nas quais o progresso haja sido recente ou rápido. Parece ser lógico pensar ser Marte um mundo antigo, pacífico e muito estável, no qual toda gente viva, pense e trabalhe de um modo semelhante.

Se existissem seres humanos em Marte desde milhões de anos, seus braços e pernas seriam muito delgados, em virtude da escassa gravidade, e seu peito deveria ser enorme, devido á baixa pressão atmosférica.

Pôde ser que os ioguetes capazes de chegar a Marte se obtenham antes do que pensamos, e, se tal ocorrer, haverá uma grande razão para a ida a esse planêta. Existem inúmeros outros problemas, além do fundamental de ali chegar, e todos eles devem ser estudados com antecedência. Em alguns, o tempo é um fator preponderante.

Não sabemos qual é a pressão atmosférica em Marte, mas estamos certos de que é muito baixa. Se nesse planêta há tanto ar por quilômetro quadrado como na Terra, a pressão na superfície de Marte tem que ser menor, por ser menor a força de gravidade. Isto é, será 1,05 kg. (pressão terrestre) \times 0,38 = 0,40 kg por centímetro quadrado, ou seja a pressão existente na terra aos 7.260 metros de altura. Pôdem os seres humanos suportar durante muito tempo essa altura? Poderíamos resistir a pressões muito mais bai-

xas que provavelmente existirão em Marte?

Os aviadores começam a sentir a necessidade de oxigênio aos 4.575 metros de altura, e aos 12.200 não podem subir mais, nem com oxigênio puro, senão em cabines herméticamente fechadas. No entanto, os escaladores do Everest demonstraram que podiam subir sem oxigênio até os 8.540 metros, isto é, até 300 metros aquém do ponto mais alto da Terra.

O segredo está em dar tempo ao organismo para se habituar à altura. Os escaladores dispõem de semanas para a adaptação, enquanto que os aviadores possuem poucos minutos.

Até onde se pôde chegar com esse processo de aclimação é algo para nós desconhecido. O monte Everest é um local de experimentação de pouca conveniência em vista de sua pequena altura relativa, seus inconvenientes climáticos e sua distância. Poderemos obter informações mais valiosas medi-

ante a experimentação primeiro com animais, e depois com seres humanos, em câmaras de pressão variável.

Ainda depois de resolvidos todos os problemas técnicos, é de aterrorizar o pensamento do desembarque de um pequeno grupo humano em Marte, com poucos recursos e sem a possibilidade imediata de regressar à Terra. No entanto, a Humanidade já fez frente, com êxito, a situações semelhantes.

A expedição não precisa ser grande, e sim autônoma. Deverá ser escolhida, instruída e equipada, para organizar uma colônia permanente em Marte e para estabelecer e manter uma estação de rádio capaz de comunicações com a Terra. Com isso poderíamos descobrir como é realmente o nosso mundo vizinho, saber o que ali acontece e planejar, em consequência, as expedições futuras.

Rio, 4 de abril de 1948.

EMPRESA DE TRANSPORTES MINAS GERAIS Ltda.

RIO: Rua Beneditinos, 20 - 23-1970 — SÃO PAULO: Rua Hipódromo, 1465 - 9-1111
B. HORIZONTE: Rua Arapê, 115 - 3-7347 — NITERÓI: Trav. Lutz Paulino, 29 - 2-1355
SANTOS: Rua Visconde do Rio Branco, 12 - 4-535 (PROV.)

A fome vencerá um homem mais facilmente que a coragem de seu adversário. FREDERICO.

Três quartas partes da natureza humana são pura animalidade, e isto, no mínimo. Cel. J. B. MAGALHÃES.

Batalha de Tuiuti

Cap. HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN

Dos Institutos Histórico e Geográfico do Pará, de S. Paulo, e do Rio Grande do Sul, do Instituto Genealógico Brasileiro e do Instituto Hans Staden, de S. Paulo

Em 24 de Maio de 1866 feriu-se em torno da lagoa de Tuiuti, a maior batalha da Campanha do Paraguai de 1864 a 1870 entre as forças invasoras aliadas (argentinas, brasileiras e uruguaias) e o grosso dos exércitos paraguaios do general Francisco Solano López (1827-1870), ditador-presidente da República do Paraguai que, fiado nos auxílios de material bélico e de intrigas diplomáticas de certas potências imperialistas interessadas em não se constituir o Império do Brasil em mais uma potência militar e econômica na América do Sul, se empenhara loucamente numa guerra terrível contra os seus mais poderosos vizinhos.

Tendo o exército aliado penetrado em 16 de Abril de 1866 em território paraguaio pelo chamado Passo da Pátria, junto da confluência dos rios Paraguai e Paraná, já em 20 de Maio estacionara junto á lagoa de Tuiuti, pronto para prosseguir em sua ofensiva contra as posições fortificadas inimigas de Humaitá.

O comando-em-chefe aliado era exercido pelo então presidente da República Argentina, brigadeiro-general Bartolomé Mitre (1821-1906), também comandante geral dos contingentes argentinos.

Estes constituíam-se de cerca de 16.904 homens tomando-se em conta os destacamentos deixados sobre a linha de operações e os doentes, e se achavam organizados em 2 Corpos de Exército e 1 Corpo de Cavalaria. Sua artilharia dispunha de 37 peças de calibres e tipos diversos.

O 1.º Corpo de Exército brasileiro que operava aí se achava sobre o comando do legendário general-soldado e marquês do Herval, o general Manuel Luís Osório (1807-1879) e alcançava um efetivo de 36.000 homens, incluindo-se também os destacados e doentes. Compreendia 4 Divisões de Infantaria, 2 Divisões de Cavalaria, 1 Brigada Ligeira de Cavalaria e cerca de 48 peças de artilharia. Entretanto achava-se quasi toda cavalaria brasileira preparada para combater a pé, pois na marcha das margens do rio Uruguai ao rio Paraná a deficiência de um forrageamento adequado havia dizimado quasi toda a remonta de cerca de 4.000 cavalos, dos quais restavam somente 600 em condições de servir.

Quanto ao pequeno contingente uraguaio comandado pelo general Venancio Flores (1809-186), chefe do governo da República Oriental do Uruguai em-

possado com a ajuda das armas vitoriosas do Império do Brasil contra a anterior que fôra um dos protegidos políticos de López, constituía-se apenas de 1.400 homens. Durante toda a campanha foi este contingente reforçado com elementos brasileiros afim de se constituir numa grande unidade própria.

López vira-se compelido a tomar uma defensiva estratégica, embora procurasse sempre conservar a iniciativa tática. Desde o seu ataque de surpresa às vanguardas aliadas em 2 de Maio, no chamado combate de Estero Bellaco, conseguira ganhar cerca de 18 dias em benefício do completo dos entrincheiramentos no Sauce e no Estero Rojas.

Aquella ação tornára Mitre e seus companheiros mais cautelosos naquêlê teatro de operações pouco conhecido, coberto de matos cerrados, cortado de "esteros" ou cursos d'água pantanosos e percorrido por elementos sumamente audaciosos como o soldado paraguaio. Sómente em 20 de Maio é que os exércitos aliados reiniciaram a sua marcha rumo a Humaitá, seguindo o caminho do Passo da Pátria a esta grande e poderosa fortaleza que havia sido construída anos antes com o auxílio material e técnico do Brasil, tendo-se em vista uma expansão territorial Argentina.

No mesmo dia estacionaram em torno de uma pequena elevação ao Sul da Lagôa de Tuiuti, donde sómente em Julho de 1867 haveriam de retomar a verdadeira marcha ofensiva sobre o objetivo visado. O chamado Acampamento de Tuiuti achava-se num espaço especial daquêlê terreno delimitado ao Sul pelo Estero Bellaco,

a Oêste pela lagôa Piriz, ao Norte pelo Estero Rojas e a Lêste por dilatada região de pantanos. "A parte de Oêste que antecede a lagôa e a do Norte que precede o Rojas são cobertas de espêsso mato. Só logo ao Norte do Bellaco ergue-se uma pequena elevação, separada da lagôa pela mata, e na qual os aliados acamparam no dia 20 de Maio. Ao Norte dêla fica uma lagôa chamada de Tuiuti".

"Os invasôres não podiam ter encontrado terreno mais desfavorável para as suas operações ofensivas! O mais grave, porém, é que López lhes barra a estrada de Humaitá, criando uma linha de trincheiras normal á mesma, ao Norte do Rojas, e aproveitando as águas dêste "estero" para protegê-lo com um fosso aquático".

"Como os aliados não conhecem os passos do Estero Rojas, nem os raros caminhos para Lêste pelo banhado, conclue-se que o seu avanço para o Norte os levou a um verdadeiro bêco sem saída". (1).

Nesta situação era necessário reconhecer perfeitamente a importância dos entrincheiramentos e assim Mitre e os demais chefes aliados decidiram completar os informes colhidos em 22 e 23 de Maio realizando um reconhecimento conjunto e a viva força sobre toda a frente inimiga, principalmente na direção do Passo Gómez, no Sauce, o único ponto visível de penetração. Para esta

(1) — General Augusto Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Triplie Aliança e o Paraguai* — 2.º volume. Imprensa do Estado Maior do Exército, Rio 1934. — Páginas 370 e 371.



OSÓRIO, o herói de Tuiuti — Bico de pena de Henrique Carlos Wiederpahn, segundo um óleo existente no Ministério da Guerra.

operação contava-se com cerca de 87 canhões e de um efetivo disponível, excluídos os destacados e doentes fóra do acampamento, de

21.500	brasileiros
10.701	argentinos
1.369	uruguaios

33.570 homens.

Prevendo o movimento marcado para as primeiras horas da tarde de 24 de Maio, o dispositivo aliado formava três massas, perfeitamente escalonados em profundidade e orientados na direção geral do Sauce. A conselho de Osório que temia uma iniciativa inimiga, tomaram-se todas as me-

didias de precaução para se fazer frente a uma possível surpresa.

Na direção do ESFORÇO PRINCIPAL previsto, constituiu-se o primeiro escalão com uma linha de vigilância, cujos postos avançados se haviam localizado além dos atoleiros da lagôa Tuiuti, nas orlas do matagal, e de uma linha de resistência no próprio acampamento. A linha de vigilância e seus postos avançados dispunha dos elementos que até então constituíam a vanguarda geral aliada, isto é, da pequena Divisão uruguaia de Venancio Flôres com os seus 3 Batalhões de Infantaria, 1 Batalhão de Voluntários da Pátria brasileiros (o 41.^o), o Regimento de Cavalaria San Martin

(argentino) e diretamente apoiados pela artilharia uruguaia. A linha de resistência constituía-se na ESQUERDA da 3.^a Divisão de Infantaria do general Sampaio, o patrão da Infantaria brasileira, a cavaleiro da estrada Passo da Pátria-Humaitá e com alguns elementos ligeiramente avançados afim de acolher os da linha de vigilância e fazer frente ao primeiro choque inimigo; no CENTRO o 1.^o Regimento de Artilharia a Cavallo do tenente-coronel Emilio Mallet, patrão da Artilharia brasileira, batendo com os fogos de suas peças os obstáculos naturais do terreno em frente sob a proteção de um largo fosso; na DIREITA a 6.^a Divisão de Infantaria do general Vitorino Monteiro que havia destacado para reforçar a linha de vigilância o 41.^o Batalhão de Voluntários e cuja extrema direita se apoiava a elementos do 1.^o Corpo de Exército argentino.

O segundo escalão constituía a RESERVA da linha de resistência e dispunha, escalonados ligeiramente em profundidade, da 1.^a Divisão de Infantaria do general Argolo, da 4.^a Divisão de Infantaria do general Guilherme Xavier de Sousa e do restante da Artilharia ao comando do general Soares de Andréa. Esta reserva de artilharia estava localizada sobre as duas extremidades da elevação ao Sul da lagôa de Tuiuti.

Em terceiro escalão estavam, como RESERVA GERAL, as 2.^a Divisão de Cavalaria do general José Luiz Mena Barreto e 5.^a Divisão de Cavalaria do coronel Tristão Pinto, constituídas em sua grande maioria de unidades sulriograndenses treinadas para o combate a pé, tendo-se em vista a

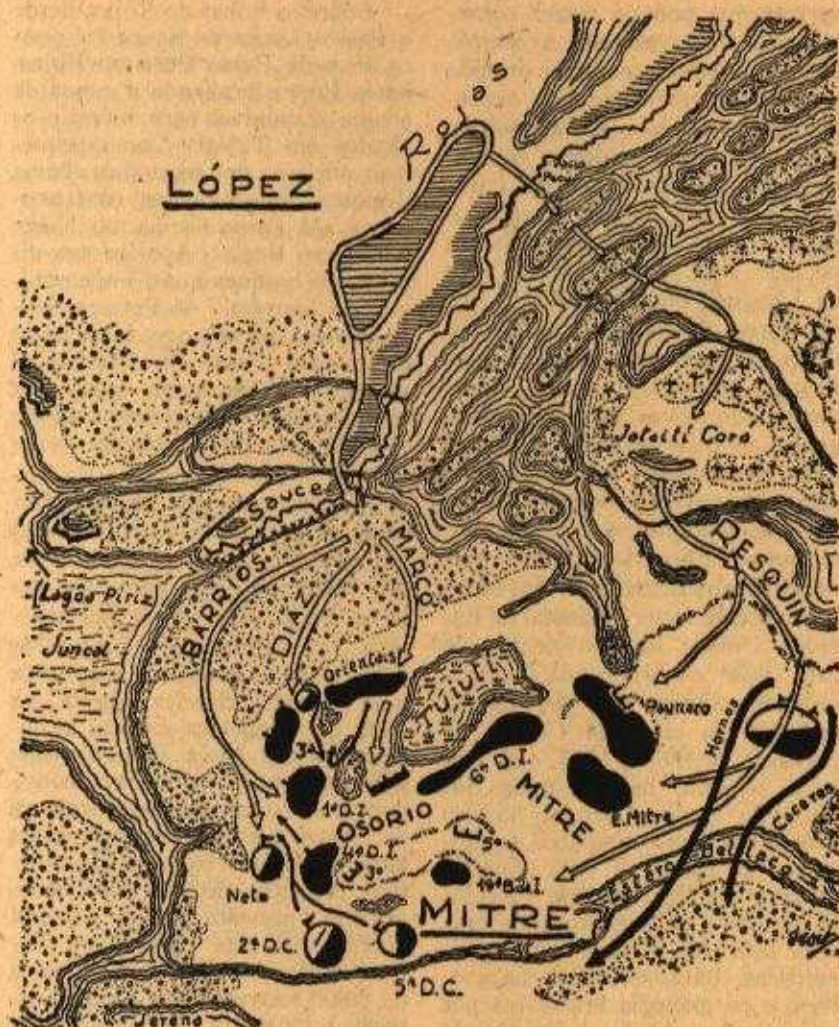
carência de cavalos que reinava no exército em operações.

No flanco esquerdo do dispositivo aliado e á retaguarda do terceiro escalão, se achava a Brigada Ligeira de Cavalaria do general Antônio de Sousa Netto, o intrépido herói republicano sulriograndense da guerra dos Farrapos de 1835 a 1845, vigiando os passos sobre o Estero Bellaco para o acampamento.

O Exército argentino recebera por missão principal COBRIR a linha de operações, guarnecendo o flanco direito. Para isso o 1.^o Corpo de Exército do general Paunero com a Artilharia de Védia ocupara uma elevação á direita das posições da 6.^a Divisão de Infantaria brasileira, frente para Leste, tendo mais além os Corpos de Cavalaria de Hórmos e Cáceres, vigiando os palmares de Jataiti-Corá. Mais para o Sul achava-se, como que em segundo escalão, o 2.^o Corpo de Exército do general Emilio Mitre com o restante da artilharia e elementos de cavalaria argentina a pé.

O general Mitre com o comando em chefe se localizara á direita da elevação principal de Tuiuti, próximo do Estero Bellaco e o do exército brasileiro nas imediações daquele.

Graças ao serviço de espionagem de que dispunha López, o que não lhe era muito difícil, desde que se considerem as evidentes simpatias existentes entre os elementos argentinos das províncias limítrofes com o Paraguai para com a sua causa, ficou o comando paraguaio ciente das intenções dos aliados, mas esperava o reconhecimento armado para o dia 25 e não para o dia 24. No mesmo dia em que os aliados haviam



Batalha de Tuiuti — Esquema do autor deste trabalho sobre uma carta original de Jourdan.

ocupado Tuiuti, o ditador paraguaio mudára o seu quartel-general para Passo Pucu, perto de 6 km. ao Norte das trincheiras do Sauce e onde permaneceria por quasi dois anos.

O exército paraguaio contava então cerca de 40.000 homens nas

linhas de Rojas e dispunha de uma cavalaria bem montada e disposta. Assim resolveu López anteceder ao ataque aliado e não o esperar, como seria mais acertado. Foi esta inicitiva tática um dos maiores êrros cometidos por êle, pois salvou o exército invasor de uma

derrota que poderia trazer consequências decisivas para a campanha, se o reconhecimento armado sobre o Sauce tivesse sido executado pelos aliados. E isto porque, ao estudarmos esta longa campanha contra a República do Paraguai de López, nunca deveríamos esquecer que aquela luta não era popular nem na Argentina, nem no Uruguai, nossos aliados, e que em torno do Império do Brasil todas as repúblicas hispano-americanas se manifestavam claramente simpáticas ao povo paraguaio, ao qual se sentiam unidos pela comunidade cultural hispânica, pelo parentesco étnico e pelo sistema republicano ou anti-monárquico. Fôra do nosso Continente Sulamericano achavam-se no nosso Hemisfério Ocidental os Estados Unidos lutando dentro de casa pela existência da própria unidade política nos derradeiros arrancos da chamada Guerra de Secessão de 1861 a 1865, e na Europa somente os monarcas dos múltiplos Estados alemães haviam manifestado suas simpatias ao Império do Brasil, a cuja dinastia reinante se ligavam por vínculos de família e pelo prestígio de uma série brilhante de investigações científicas, feitas na flórea, na zoologia e na geologia brasileiras por personagens alemães. Quanto às demais potências ocidentais europeias, não lhes convinha a constituição de uma poderosa concorrente na América do Sul e por este motivo protegiam abertamente o nosso adversário paraguaio de então, quer com fornecimentos de material bélico, quer com intrigas diplomáticas que de muito retardaram as operações aliadas em proveito de López.

Sobre as linhas de Rojas, desde o Passo Gómez no Sauce até pouco além de Passo Pucu no Rojas, havia López localizado a massa de ataque disponível para investir os aliados em Tuiuti. Como pequenos núcleos de segurança havia disposto destacamentos com artilharia até Passo Canóa, ao Norte do Estero Rojas. Apoiara sua direita nos bosques quasi impenetráveis do "carrizal" do Potrero Sauce, onde a picada que fazia parte da estrada Passo da Pátria-Humaitá, uma passagem quasi que obrigatória, fôra perfeitamente defendida com toda a técnica fortificativa da época.

Ao par daquella picada principal, os paraguaiois tinham aberto um caminho, invisível aos aliados, que vinha terminar quasi no Potrero Piriz. Este havia permanecido praticamente desguarnecido pelos aliados, embora constituísse uma grande clareira aberta na mata que medeiava entre o acampamento e a lagôa Piriz. Cercada pela mata que poderia ser considerada como um prolongamento da do Sauce, pois suas árvores eram altas e espessas como as do objetivo principal do reconhecimento armado previsto pelos aliados, apresentava esta clareira ou Potrero Piriz um perímetro de cerca de 3.800 metros e três picadas naturais e de pouca extensão que vinham terminar no flanco esquerdo ou Oeste do Acampamento de Tuiuti, sobre o estacionamento da Brigada Ligeira de Antonio Netto que usava das pastagens aí existentes (na clareira) para o forrageamento de seus parques cavalos.

Nas vésperas do ataque, López percorreu suas linhas e em entusiásticas alocuções procurou levantar o nível moral de seus ho-

mens, assegurando-lhes a certeza da vitória. Na mesma noite chamou seus generais separadamente e expôs a cada um em pormenor só o que interessava à coluna que este iria conduzir. Desta forma quebrava López toda a possibilidade de uma coordenação de esforços para uma idéia única e o valor da unidade de comando que pretendia impôr. Matava todo e qualquer rasgo de disciplina intelectual.

Para enfrentar os efetivos aliados, distribuídos aproximadamente em

25.000 infantes.

6.000 cavalarianos desmontados.

600 cavalarianos montados.

1.970 artilheiros com 87 peças e algumas dezenas de estativas, lança-foguetes.

33.570 homens, 87 peças e algumas dezenas de estativas, decidira o chefe supremo do Paraguai lançar mão de:

15.750 infantes.

8.400 cavalarianos todos montados.

80 artilheiros com 4 peças e algumas estativas.

24.230 homens, 4 peças e algumas estativas.

Estes efetivos foram grupados em quatro colunas, assim constituídas:

Coluna Bárrios, com 8.700 homens (7.500 infantes e 1.200 cavalarianos).

Coluna Diáz, com 5.030 homens (3.750 infantes, 1.200 cavalarianos e 80 artilheiros com as 4 peças e as estativas).

Coluna Marcó, com 4.200 homens (3.000 infantes e 1.200 cavalarianos).

Coluna Resquin, com 6.300 homens (1.500 infantes e 4.800 cavalarianos).

O ESFORÇO PRINCIPAL deveria ser feito sobre o flanco esquerdo brasileiro pelo Potrero Piriz. Recebeu tal incumbência o general Bárrios com a sua coluna. Deveria atacar o flanco inimigo e progredir pela retaguarda aliada até conseguir ligação com a cavalaria de Resquin, para então cair de revés sobre os depósitos e o quartel general do comando em chefe aliado.

Resquin partiria de Jataití-Corá, donde deveria envolver os aliados pela ESQUERDA, fixando ao mesmo tempo o exército argentino que formava a flanco-guarda direita do dispositivo aliado. Esta fixação também tinha por fim apoiar pelo fogo o ataque que a Coluna Marcó levaria ao centro inimigo. A massa envolvente de Resquin deveria procurar ligação com a cavalaria de Bárrios na retaguarda aliada, para então atacá-la de revés.

O então coronel Diáz, atacaria a esquerda brasileira e o coronel Marcó o centro. Ambos os ataques seriam frontais e os chefes contavam com a surpresa para apossar-se da artilharia aliada. Marcó seria secundado no ataque por elementos da direita de Resquin.

O ataque deveria ser simultâneo. Um tiro de canhão daria o sinal para o início da ação, logo que Bárrios estivesse no Potrero Piriz. Era, no entanto bem penoso o itinerário deste chefe pa-

raguaio. A picada aí aberta só permitia que seus 8.700 homens marchassem em coluna indiana. Os cavalarianos tinham que ir a pé com o cavalo pela mão. Por estas razões, o ataque, que deveria ser desencadeado às 9 horas, só pôde ser iniciado cerca de 11 1/2 horas.

A esta hora, ha muito que Resquin estava em sua base de partida atrás dos palmares de Jataiti-Corá, fóra das vistas do inimigo. Díaz e Marcó estavam abrigados pela mata, o mais próximo possível dos aliados, para cair violentamente sobre a esquerda e o centro, isto é, sobre os uruguaio e brasileiros.

A má economia de forças tirava ao plano de López toda a pretensão a uma genialidade e o levava a um fracasso certo. O desprezo das vantagens que o terreno lhe poderia dar na ofensiva e a ineptia de seus generais, com a verdadeira mania dos ataques frontais iria provocar a usura de seus homens. Todos os indícios accusam, no entanto, que López apenas tinha em vista uma batalha defensiva afim de ganhar tempo e concluir os trabalhos defensivos das linhas de Rojas.

Ao troar do canhão, o sinal combinado, os paraguaio saem céleres dos matos e da macéga e se lançam incontinentemente sobre os invasores. Não fossem os preparativos para o movimento do reconhecimento a viva força previsto para horas depois e a vigilância de Osório, cujo corneteiro de serviço imediatamente tocára o alarme, a surpresa nos poderia ter sido fatal. A nossa estrêla colocou deante de Mitre, Osório e Flôres aquêles quatro comandantes de colunas, sinão aí, deante da lagôa

da antiga Fazenda de Tuiuti, teriamos nós e nossos aliados tido a mesma sorte do general e patriota argentino Manuel Belgrano (1770-1820) em Paraguarí, em 1811 ao Sudoeste de Assuncion, deante dos hispano-paraguaio.

Foi na direita aliada, onde se achava o exército argentino, que se deu o primeiro choque. Em vista da dupla missão que recebera, envolver os argentinos pelo Sul e fixar Paunero ao Norte, apoiando ao mesmo tempo o ataque de Marcó, Resquin dividira sua tropa em duas colunas e com elas carregou sobre os argentinos.

Mas, em vez de fixar Paunero apenas com um efetivo estritamente necessário, foi Resquin atacá-lo com a coluna do Norte, a mais forte. Lançou mão dos batalhões de infantaria, o que seria suficiente, e da metade da cavalaria de que dispunha. Aí, em posições dominantes, a artilharia de Védia se encarregou de cobrir de metralha os atacantes. O desbordamento pelo Norte e, em consequência a missão de apoio a Marcó, fracassou por mal concebida. Resquin teve aí seus efetivos enormemente reduzidos pelos ataques de frente que levava às posições argentinas. Deante do bronze argentino, desapareceu a valente cavalaria paraguaia.

A outra coluna, a do Sul, forte apenas de 1.800 homens ou 4 regimentos de cavalaria, deveria cumprir a missão principal de Resquin. Partindo dos palmares de Jataiti-Corá, lançou-se como um raio sobre os argentinos de Hórnos e Cáceres. Estes, acutilados e sem poderem resistir ao choque, foram levados de roldão sobre o Estero Bellaco. Dispersaram-se até às margens do rio Paraná, dei-

xando nas mãos dos atacantes dois estandartes. Os elementos argentinos que tentaram deter esta carga adversa foram completamente destroçados a patas de cavalo e espada.

Triunfante, esta reduzida massa envolvente paraguaia, torneou á direita de Emilio Mitre, a reserva argentina, e penetrou no bosque de palmeiras que existia aí ao Sul. Deveria forçar a passagem para obter ligação com a cavalaria de Bárrios e cumprir a missão que lhe estava destinada: atacar de revés a posição aliada. Fraca demais para destroçar os pequenos elementos argentinos de Emilio Mitre que lhe faziam frente, só o major Olabarrieta conseguiu, á tésta dos últimos elementos de seu regimento paraguaio, alcançar o local designado como base de partida do ataque da massa de cavalaria sobre a retaguarda dos invasores. Este major paraguaio conseguiu chegar, embora ferido, ás posições de Bárrios.

Pouco depois, dada a usura de sua coluna, era Resquin obrigado a retirar, tendo perdido toda a cavalaria em ataques inúteis e mesmo absurdos contra a artilharia e a fusilaria certaíra dos argentinos.

No centro o ataque de Marcó e na esquerda brasileira o de Díaz, a principio recalçaram, levando por deante, os postos avançados e toda a linha de vigilancia aliada a cargo de Venancio Flôres, cujos batalhões uruguaiois, o brasileiro de voluntários e o Regimento de Cavalaria San Martin (argentino) tiveram que recuar em desordem. Ante aquella surprêsa, um dos batalhões uruguaiois perdeu sua bandeira. Acolhidos pela linha de resistência brasileira, constituída das divisões de Sampaio e de Vito-

rino e das peças de artilharia de Mallet, estes elementos dispersados se reorganizaram a seguir, volvendo a enfrentar os atacantes paraguaiois.

Também ante a pressão inimiga recua a divisão de Vitorino e assim achou-se Mallet com as suas 24 peças como que só deante dos soldados de Marcó. É contra as peças de Mallet que vem se desfazer loucamente e em ataques frontais, através dos atoleiros aí existentes, a cavalaria paraguaia. Repellido Marcó, este refluiu sobre a Coluna Díaz empenhada também em atacar de frente a esquerda brasileira, isto é, a divisão de Sampaio. Mas também aí os banhados e atoleiros ajudaram a nossa valente e incansável "artilharia revólver" a dizimar a bravura tão mal orientada da cavalaria paraguaia. Assim é de grande justiça salientar o papel proeminente d'este 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo, cuja séde de paz era a pequena cidade sulriograndense de São Gabriel, naqueles momentos em que todo o primeiro escalão aliado (brasileiros e uruguaiois) parecia deixar-se envolver pelas malhas da suprêsa do ataque inimigo. Graças aos seus fogos bem conduzidos e ao sangue frio de seus homens, foi Mallet um dos heróis daquelle encontro sanguinolento, o comandante do regimento promovido a coronel como recompensa á sua atuação intrépida durante a acção. (2).

- (2) — General João Borges Fortes e Capitão José Faustino Filho, *História do "Regimento Mallet"*. Antigo 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo. Mandado imprimir por ordem do Exmo. Sr. General José Fernandes Leite de Castro, Ministro da Guerra. Imprensa Militar, Rio 1932. — Páginas 37 a 38 e 42.

A pesar de fracassarem os dois ataques, o inimigo procurou generalizar a encarniçada peleja. Foi Sampaio com a sua 3.^a Divisão de Infantaria que teve que suportar quasi todo o esforço de Díaz e as grandes perdas sofridas, cerca de 1.033 brasileiros fora de combate, atestam o seu esforço. Seu comandante, o general Sampaio foi então mortalmente ferido e teve que ser substituído pelo coronel Jacinto Machado Bittencourt.

Foi quando os ataques da Coluna Bárrios, pelo Potrero Piriz, por onde López pretendia executar o seu esforço principal, começara a querer penetrar pela brecha aberta entre o primeiro escalão (3.^a Divisão de Infantaria) e os elementos do segundo (1.^a Divisão de Infantaria), afim de atingir o acampamento. Por duas vezes soldados de Bárrios conseguiram chegar até perto do Estero Bellaco, ameaçando assim seriamente os depósitos de munição e o carroçame dos aliados. Graças á iniciativa de Osório, enviando para fechar a brecha perigosa parte da 1.^a e da 4.^a Divisões de Infantaria e para enfrentar o ataque de Bárrios, o general José Luis Mena Barreto com a sua 2.^a Divisão de Cavalaria, reforçada pelos elementos ainda disponíveis da 4.^a Divisão de Infantaria e da 19.^a Brigada Auxiliar de Infantaria do coronel Freitas (anexada á Artilharia do Exército). Para reforçar a Brigada Ligeira de Cavalaria que sob Netto se vira em sérios apuros aquem de Potrero Piriz, Osório ainda destinou a 5.^a Divisão de Cavalaria, quasi exclusivamente a pé. Assim, a um terceiro contra-ataque brasileiro, a Coluna Bárrios foi definitivamente repellido para além do Potrero Piriz.

A insuficiência de seus meios fizera neste flanco perigoso abortar a vantagem inicial da surpresa, o ataque sobre o flanco aliado e a marcha sobre a retaguarda inimiga.

Empregando judiciosamente suas reservas, Osório salvára a situação deante da incapacidade paraguaia que não soube tirar proveito da bravura de seus homens e do terreno. É ao comandante do 1.^o Corpo de Exército brasileiro que López deve, em grande parte, sem contar os seus erros estratégicos, o fim de todo entusiasmo ofensivo e a permanência até a vitória final aliada dos exércitos invasores em território de sua pátria.

Os aliados tiveram nesta batalha cerca de 3.943 baixas, das quais 996 por morte em combate e os restantes por ferimentos recebidos ou extraviados. O maior quinhão coube aos brasileiros com seus 737 mortos e 2.274 feridos, ao todo 3.011. Os argentinos perderam 2 estandartes de cavalaria e os uruguaios 1 bandeira.

Os paraguaios perderam cerca de 12.000 homens, sendo 4.200 mortos e apenas 370 prisioneiros, quasi todos mais ou menos gravemente feridos. Os demais foram encher os hospitais de sangue do Paraguai. Deixaram nas mãos dos vencedores os 4 canhões da Coluna Díaz, 4 estandartes, petrechos de guerra e quasi 5.000 espingardas, sem contar lanças, espadas, carabinas e sabre-baionetas.

O terreno que, mediante um estudo cuidadoso, deveria ser o auxiliar de López no extermínio do exército invasor numa guerra defensiva bem conduzida, foi nesta batalha, a primeira travada em Tuiuti, o principal causador pas-

sivo do fracasso, combinado á sua má economia de forças, causador ativo indireto. O Estudo da História Militar do Paraguai indicaria a outro que não López que o seu plano inicial de aguardar o ataque aliado contra Sauce, para envolver-lo depois, poderia produzir resultados bem mais positivos que o que o chefe supremo quiz ensaiar em Tuiuti.

O estudo atencioso do terreno indicaria claramente que a massa envolvente da cavalaria toda deveria contornar o exército aliado pela direita sómente. O major Olabarrieta provou praticamente que um tal empreendimento era possível. A cavalaria que faltou a Resquin nesta contingência, havia sido lançada nos atoleiros ótимальmente batidos por Mallet e seus artilheiros que ao mesmo tempo dizimavam as colunas de ataque de Díaz e Marcó. Estes deveriam ter apenas fixado a esquerda e

o centro aliado com um mínimo de forças. O ataque de flanco de Barríos, com esforço principal em Potrero Piriz, ameaçaria a retaguarda inimiga com toda a infantaria disponível. Neste momento de crise é que deveria surgir a cavalaria de Resquin com os 8.000 homens de que poderia dispor e executaria assim a manobra envolvente. Esta seria protegida pelos 2 batalhões que recebera e que fixariam os argentinos.

O único resultado alcançado por López foi o de retardar para princípios de 1870 um desfecho que poderia ter sido alcançado, talvez, naquele mesmo ano de 1866. Sómente em 22 de julho de 1867 é que o exército aliado conseguiria, iniciando a famosa marcha de flanco de Tuiú-Cuê, libertar-se do "bêco sem saída" de Tuiuti".

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL

JULHO

- | | | | |
|------------|-----------|----------|-------------------------------|
| Dia | 3 | — | 2 MILHÕES DE CRUZEIROS |
| " | 10 | — | 2 MILHÕES DE CRUZEIROS |
| " | 17 | — | 2 MILHÕES DE CRUZEIROS |
| " | 24 | — | 2 MILHÕES DE CRUZEIROS |

A PRIMEIRA BATALHA DE GUARARAPES (*)

(NOTAS BIBLIOGRÁFICAS)

Capitão FRANCISCO RUAS SANTOS

Na ocasião em que se comemora o terceiro centenário da primeira batalha de Guararapes, desejamos apresentar, como pequena ajuda para a evocação dessa data memorável, esta ligeira notícia bibliográfica. Com isso julgamos poder prestar algum serviço àqueles que se propuserem estudar o grande feito das nossas armas no dia 19 de Abril de 1648.

Assim, vejamos em primeiro lugar os documentos fundamentais.

Do nosso lado, o primeiro a citar é a célebre carta de Francisco Barreto contendo a sua participação oficial sobre os acontecimentos da jornada de 19 de Abril. Segundo Varnhagen, dessa "carta existe um exemplar na Biblioteca Pública de Evora, códice CXVI/2-13 a n.º 8". Diz ainda o nosso historiador que para o senhor Rivara a carta "parece autógrafa", e acrescenta: "É certo porém que não pode haver sido o original enviado, por lhe faltar a direção, e acabar sem mais cumprimentos, com o simples nome — Francisco Barreto (sic)". (1)

O sóbrio e lacônico visconde de Pôrto Seguro, bem sentindo a importância desse documento, transcreve-o na sua

obra "Os holandeses no Brasil", com a seguinte introdução: "Dada assim a relação desta vitória, de acôrdo com os próprios documentos do inimigo, seja-nos permitido transcrever aqui na íntegra a verdadeira parte oficial que da ação deu Francisco Barreto, e desculpe o leitor, se nela encontrar a repetição dos fatos que já conhece. É porém êste documento de tanta importância, e tem-se até agora feito dêle tão pouco caso, que não podemos deixar de o admitir no nosso texto". Como se vê, Pôrto Seguro, embora não aceitando a carta de Evora como original, não vacilou em admiti-la como a "verdadeira parte oficial da ação", vale dizer, tem o documento como cópia fiel.

Por nossa vez, não podemos deixar de transcrevê-la aqui, tirando-a da própria obra de Varnhagen, já citada: Ei-la: "Depois de estar no Recife por espaço de nove meses, fugi

(*) O presente artigo é publicado neste número por já se achar organizado o n.º de Abril, quando o mesmo foi por nós recebido.

(Nota da Redação).

(1) In "Holandeses no Brasil", Edições Cultura, 1943, pág. 286.

dos grandes apertos em que o inimigo me tinha pôsto; e entrei nesta campanha de Pernambuco em 23 de janeiro do ano presente. E pôsto que eu nela não governava, acudi, com as advertências necessárias, a que os governadores dispusessem com prevenção, em tôdas as coisas que necessitavam delas. Começando, por êste respeito, a efetuarem-se melhor todos os particulares, assim da guerra, como do mais govêrno desta campanha; prevenindo-se em tudo o que mais preciso parecia; não só para conservação da guerra defensiva, mas também para se mover tôda a ofensiva que fôsse possível.

"Chegou a armada do inimigo a 14 de março, e desembarcou no Recife, e preveniu tôda a sua infantaria até 18 de abril, dia em que saiu a campanha com seu exército, o qual constava de mil e quinhentos infantes, quinhentos homens de mar, e trezentos índios tapuias; traziam em todos os seus batalhões sessenta bandeiras, demais de um estandarte grande, com as armas das Províncias Unidas e Estados Gerais, cinco peças de artilharia de bronze, muitos víveres, munições e dinheiro. Governava êste exército o general Sigismundo Schkoppe, com seis coronéis; a saber: Hous, van Elts, Hautyn, Pedro Keerveer, van den Brande, e Brinck (2). Marchou para a parte da Barreta; e, no mesmo dia 18 de Abril, me degolaram quarenta homens, de cem que estavam para defesa do mesmo pôsto da Barreta; e trouxeram-me aviso de como se aquartelavam no dito pôsto. Havendo sômen-

te dois dias que da Baía me tinha chegado ordem do Conde General para que governasse estas capitánias, a qual, por serviço de S. M., não quiz deixar de aceitar, não obstante o miserável estado da terra, e grande poder do inimigo, e o limitado com que me achava para lhe fazer opposição, chamei logo a conselho aos mestres de campo André Vidal de Negreiros, e João Fernandes Vieira, ao tenente general e capitães de infantaria, e propondo-lhes o estado de coisas, se resolveu em conselho que saíssemos a combater o inimigo; sem embargo de que o nosso poder não constava de mais que de dois mil e duzentos homens, em que entrava o terço dos pretos do Governador Henrique Dias, e o dos índios do capitão-mor Camarão; porquanto ficaram as estâncias providas com trezentos homens.

"Com êste limitado poder, marchei para os outeiros dos Guararapes, e depois de os passar, fiz alto na baixa dêles, formando a infantaria, pela melhor forma e modo a que o terreno me deu lugar.

"Naquele sítio passei a noite. Ao outro dia, que era domingo da Pascoela, 19 de Abril, levantou o inimigo seu exército. Vindo marchando para os nossos, começaram os batedo-

(2) A propósito dos nomes dos chefes holandeses, diz Varnhagen na sua obra acima citada: "Preferimos dar aqui corretamente os nomes próprios que, no Ms. que temos presente, se escreve Scop, Usa, Vanelce, Autin, Erverque, Vandebrende, Brinque", (pág. 282).

res a peleja, e tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes dos Guararapes, mandei tocar a investir, tendo pôsto na vanguarda ao mestre de campo Fernandes Vieira, e para dar nos lados do inimigo o capitão-mor Camarão, de uma parte, e da outra, o governador Henrique Dias.

“Dada a primeira carga, de ambas as partes investimos à espada, rompendo ao inimigo todos seus batalhões. E porque dois da sua reserva, que ainda tinha em ser, que se desviavam dos que iam rotos, e carregavam para a parte de Henrique Dias, mandei quinhentos e sessenta homens, que também tinha de reserva, para que, incorporando-se com o dito Henrique Dias, o ajudassem a romper com os dois batalhões que o iam acometer; mas os nossos capitães, que, em dois terços, governavam os ditos quinhentos homens, não considerando os danos que lhes podia vir de não observarem a ordem que levavam, investiram por outra parte, onde, por caminho mais abreviado, lhes pareceu que havia ocasião de maior destrôço do inimigo; mas resultou dêste engano não destruírmos totalmente os contrários; que, por não poder Henrique Dias sustentar o pêso dêles, se veio retirando sobre os nossos, os quais, por serem poucos e cansados, fizeram também o mesmo. Acudí logo a ter mão em todos, para que o inimigo não tornasse a cobrar a sua artilharia, munições e dinheiro, que já lhes tínhamos ganhado; mas não o pude conseguir; porque com a rota que havíamos feito ao inimigo, estavam os nossos

mais desordenados que os mesmos inimigos, a quem romperam; porém, a poucos passos, me pus em um regato, que havia na campanha; onde, animando a uns e ferindo a outros da nossa infantaria, a obriguei a fazer alto; e comecei a formar, mandando fazer o mesmo ao terço do mestre de campo João Fernandes Vieira; e pon-do na vanguarda ao mestre de campo André Vidal de Negreiros, tornou, com pouca gente da sua, mas com grande esforço, a investir, com as mangas que o inimigo trazia diante de seus batalhões; e, escaramuçando com êles, os tornou de novo a romper; matando alguns de seus capitães e muitos dos soldados. E começando-se novamente a pendência, formando-se de uma e outra parte os campos, durou a batalha por espaço de quatro horas; no fim das quais, depois de se obrarem da da nossa parte maravilhosos atos de valentia, assinalando-se neles geralmente, com o mestre de campo, todos os mais oficiais, o inimigo se retirou a ocupar suas eminências, à nossa vista; retirando para detrás delas os feridos que mais perto lhe ficavam. Considerando eu, neste tempo, o quanto estavam cansados os nossos soldados, havendo mais de vinte e quatro horas que não comíamos, e muitos dêles ocupados em retirar os mortos e feridos que tivemos, me deixei ficar formado na mesma frente do inimigo, mandando recolher as bandeiras que havíamos ganhado, que chegaram a trinta e três, a saber o estandarte grande com as armas das Províncias Unidas, como já referi, e

o qual tenho nesta Praça, dezenove bandeiras que remeti logo à Baía ao Conde General, e treze que os nossos soldados pretos e índios, não fazendo estimação delas, dizem que as tinham desfeitas para bandas e outras galas.

"Estando um campo à vista do outro, por todo o dia, tanto que anoiteceu, mandei algumas tropas inquietar o inimigo, afim de que também na volta me trouxessem aviso de seus intentos; e pôsto que não seguissem todos as ordens quanto convinha, não deixaram contudo de picar o inimigo, o qual, no decurso da noite, se retirou, sem que eu disso alcançasse notícia.

"Amanhecendo segunda feira, dia de Nossa Senhora dos Prazeres, mandei descobrir o campo, achando nas demonstrações dêle, ter-se retirado o inimigo com grande pressa destrôço; pois deixou na campanha novecentos homens mortos; e entre êles alguns feridos, uma peça de artilharia de bronze, muitas munições e armas, as trinta e três bandeiras que tenho referido, várias insígnias; além de outros despojos de roupa e dinheiro, de que os nossos soldados se aproveitaram. Dos mortos dos inimigos, foram muitas pessoas de conta, e as principais delas foram o coronel Hous e o coronel van Elts; e o coronel Hautyn morreu depois de chegar ao Recife; e, de alguns que aprisionámos, foi um coronel Pedro Kerweer; de sorte que, de seis coronéis que trazia o exército, só dois escaparam de nossas mãos, van den Brande e Brinck (3).

"Também tenho notícia certa, dos prisioneiros que tomámos, que os feridos que o inimigo retirou desta batalha foram mais de quinhentos; e entre êles o seu general Sigismundo, com uma perna passada; e que os mortos que a nós, como acima digo, nos pareceram novecentos, passaram de mil; da nossa parte morreram nesta ocasião oitenta homens, contando também nestes os quarenta que já disse nos degolaram na estância da Barreta; os feridos perto de quatrocentos; mas por mercê do céu, todos sem perigo.

"Na mesma segunda feira marchei a ocupar as nossas estâncias fronteiras ao Recife; por ver que o inimigo se tinha recolhido às suas praças; e achei que um capitão que deixei de guarda, no forte de uma bateria que tinha nos postos do Recife, o havia largado, por não haver já nele artilharia alguma, o qual, vendo o inimigo desmantelado de tudo, o mandou ocupar; e o mesmo fez à vila de Olinda, a qual tínhamos largado, com cinco peças de ferro pequenas; que a pressa, com que foi preciso sair ao encontro do inimigo, apenas deu laguar a mais que a juntar a nossa pouca infantaria com que o investimos. Logo tornei a ocupar os postos dêste arraial do Bom Jesus, e mandei marchar para a dita vila de Olinda ao governador Henrique Dias, com o seu têrço dos pretos, algumas companhias de mulatos

(3) "Brinck não assistiu pessoalmente a ação; porém sim parte do seu regimento" (Varnhagen, op. cit., pág. 284).

e uma de soldados brancos, com ordem que entrassem e investissem a dita vila, por muitas partes; o que os nossos fizeram, com tanto valor que puseram em fugida seiscentos flamengos que nela estavam; recolhendo-se as suas forças ao Recife, que ficava em distância de uma légua; matando-lhe neste conflito cento e cinquenta e tantos que ficaram no campo; em que entraram alguns oficiais, além de outros que deviam de morrer nas águas a que se lançaram.

"Aprisionámos-lhes um francês, e recuperámos as nossas cinco peças de ferro, que lá tínhamos deixado; as quais mandei comboiar a este arraial, por ser bom acôrdo largarmos outra vez a vila; assim por não ser defensável, e requerer para sua guarnição muita infantaria, que a nós nos falta, como também por termos de assaltar outras vezes ao inimigo naquela paragem, aonde elle até o presente não tornou mais. Nesta pendência não houve da nossa parte que (sic) seis feridos, em que entrou um capitão, mas todos sem risco de vida.

"Dêstes bons sucessos com que Deus favorece as armas de S. M., em tempo que a superioridade bem conhecida do inimigo nos prometia total ruína, sem esperança alguma de vitória, que alcançámos, posso eu animar-me para outras maiores, com que o mesmo Senhor há de livrar a cristandade deste, com que os tiranos flamengos o ameaçam" (4).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui cópia manuscrita de tão importante documento e o divulgou

num dos números de sua preciosa *Revista*. Parece, contudo, que a glória de haver sido o primeiro a divulgá-lo pertence ao mesmo Varnhagen. Depois d'este, outros historiadores e estudiosos têm transcrito ou citado em seus trabalhos a carta de Barreto. Assim, Sebastião de Vasconcelos Galvão (5), o marechal Joaquim de Sales Torres Homem (6), Rodolfo Garcia (7), Rocha Pombo e outros.

Do lado holandês, há sobre a batalha um relatório pormenorizado remetido pelo Supremo Conselho do Recife aos Estados Gerais das Províncias Unidas em 22 de Abril de 1648, três dias, portanto, após o feito. O relatório oficial holandês é acompanhado de um anexo do qual constam as perdas holandesas na batalha. Dêsse último documento faz Rodolfo Garcia uma transcrição na nota VII, Secção XXXI, da "História Geral do Brasil" de Varnhagen. Em seguida, temos o interessante *post-scriptum* feito pelo coronel van den Brande ao seu officio de 23 de Abril de 1648, no qual diz:

- (4) Varnhagen, op. cit., págs. 281 a 285.
- (5) In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", tomo I de 1914, vol. 5. Existe separata em edição da Livraria J. Leite, Rio.
- (6) Id., id, tomo especial. Existe separata em edição da Livraria J. Leite, Rio.
- (7) In "História Geral do Brasil", Varnhagen, nota VII á secção XXXI.

"... O Senhor Deus nos puniu todos lados, como Suas Altas Potências deverão ter sido informadas por diferentes cartas. O inimigo mostrou-se corajosamente em campo, como desejáramos há tanto tempo, com três mil homens, segundo dizem os prisioneiros, e nós tínhamos quatro mil homens, todos de tropas de elite, e apesar disso, nossa estrêa foi de tal modo deplorável e perigosa que, se Deus, do alto do Céu, não houvera dado coragem a alguns oficiais, o prélio teria terminado mui lamentavelmente mal para nós. Em geral, os oficiais se bateram à maravilha, mas os soldados se comportaram como uma matilha de cães tímidos..." (8).

Intencionalmente ou não, van den Brande se mostra, como se vê, bastante otimista. Está, aliás, coerente com o sentir generalizado de uma época em que o resultado de uma batalha interessava muito mais pelas cifras de perdas do que pelas consequências de ordem tática ou estratégica.

Por último, como documento básico do lado holandês, temos o equivalente da carta de Barreto. Trata-se do ofício que o próprio Sigismundo van Schkoppe dirigiu aos Estados Gerais, com a data de 12 de Maio de 1648. Por certo, o general holandês, narrando os acontecimentos quase um mês depois, já teria tido o tempo suficiente para bem considerar o valor da derrota. Como é natural e compreensível, na sua participação não o salienta, li-

mitando-se a sucinta descrição dos acontecimentos dos dias 18 e 19 de Abril. Assim como o fizemos com a carta de Barreto, julgamos de interesse transcrever aqui a carta de Sigismundo, tomando-a da obra de Varnhagen "Os holandeses no Brasil". Assim vem ela nesse livro:

"... Tomando das diferentes guarnições a gente que foi possível, nos achamos em estado de pôr em campo quatro mil soldados, repartidos em sete corpos, e, de acôrdo com as altas autoridades, julguei acertado ir procurar o inimigo, e ver se havia meio de conseguir alguma vantagem.

"Pusemo-nos em marcha no dia 18 (9), às 7 da manhã, na direção do Cabo de Santo Agostinho, convencidos de que o inimigo nos viria ao encontro. Neste dia não adiantámos mais de légua e meia, pelos obstáculos que nos apresentaram os rios. No seguinte, continuámos a marcha para o engenho dos Guararapes, situado a duas léguas de distância do Recife.

"Tendo andado próximamente uma hora, a nossa vanguarda encontrou o inimigo, e o entreteve até à chegada do grosso do exército. Achámo-lo postado entre os brejos e as moitas, em força de mais de três mil homens. Junto aos brejos, havia, ocupado pelo inimigo, um passo estreito, no qual apenas poderiam caber de frente três ou quatro pessoas; de modo que não era possível

(8) Id., id.

(9) Segundo Porto Seguro, l.º se. 29 "por evidente engano".

tomá-lo sem perder muita gente.

"Ordenei às tropas que ocupassem os montes, junto ao mesmo passo, a um tiro de mosquete; e logo fiz romper contra ele um sustido fogo de artilharia e de mosqueteria, para ver se era abandonado. O resultado foi caírem muitos de um e outro lado; mas não o abandono do dito passo. Cessando um pouco o fogo, saiu dali o inimigo contra nós, com trezentos a quatrocentos homens, com grande alarido. Ordenei então que o meu regimento e os dos coronéis van Elts e Hous contornassem o dito passo, ou dêle se apoderassem, por qualquer outra forma.

"O inimigo, vendo-nos avançar, retirou-se; e os nossos, perseguindo-o, entraram pelos brejos, julgando-os terreno sólido. Não tardaram os ditos três regimentos, e especialmente os soldados neles ultimamente chegados, a retirar-se, e em desordem tal, que fugiam atropeladamente, sem fazerem uso das armas, não valendo nenhuns esforços dos oficiais para reuni-los.

"Advertindo o inimigo a grande confusão que havia entre as nossas tropas, metida nos brejos, empreendeu nova investida contra nós, pela retaguarda, matando todos os que se achavam empantanhados, e em tal consternação que nem cuidavam de resistir, e deixavam tomar as bandeiras... Todos os oficiais superiores, exceto o coronel van den Brande, ficaram mortos ou feridos..." (10).

Todos os três documentos do lado holandês, aos quais aca-

bamos de nos referir, fazem parte do conjunto, coligido por Joaquim Caetano da Silva, e existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o nome *Documentos Holandeses*.

Entre as narrações de cronistas contemporâneos, citamos logo a de Diogo Lopes Santiago, publicada em a parte primeira do volume LX, ano de 1880, da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Dela se utilizou, por exemplo, como fonte das mais importantes, o historiador Rocha Pombo na sua monumental "História do Brasil", afim de descrever a batalha de 19 de Abril de 1648. Isto, do nosso lado. Do lado holandês, Johan Nieuhof, estranha e infelizmente, não descreve a primeira batalha de Guararapes no seu clássico e valioso livro "Memorável viagem". Ao passo que é minucioso na descrição de assuntos, às vezes sem nenhuma importância até mesmo num diário pessoal, faz apenas duas pequenas referências ao feito de 19 de Abril. A primeira, quando diz que o comando supremo da tropa holandesa, que saiu do Recife para sofrer a segunda derrota em Guararapes, havia sido entregue ao coronel Brinck, "porque o coronel Schkoppe ainda se não havia restabelecido dos ferimentos recebidos durante o último encontro". Sem dúvida, esse "último encontro" é a batalha de 19 de Abril. A outra referência, esta bem explícita

(10) Cf. Varnhagen, "Os holandeses no Brasil", Edições Cultura, 1943, págs. 286 e 287.

e sugestiva, diz que as forças do coronel Brinck "marcharam até Guararapes, lugar que já no ano anterior nos havia sido fatal pela derrota que as nossas forças sofreram. Os campos adjacentes ainda estavam cobertos de ossos de soldados holandeses" (11).

Finalmente, conforme o barão do Rio Branco, a "Gazette de France", em um número extraordinário (97, de 3 de Julho de 1648), em artigo intitulado "Défaite des Hollandois au Brésil par les Portugaises", noticiou aos parisienses a vitória de Barreto nos Guararapes, juntamente com a que Henrique Dias alcançara em Olinda (12).

Como se vê, muito pouco nas crônicas. Em quantidade apenas, pois na qualidade bastante material básico de estudo. Desejamos apenas salientar aqui o valor da parte que o citado Santiago dedica, na sua obra ("História da guerra de Pernambuco"), à primeira batalha de Guararapes. Santiago tem a preocupação do colorido e das minúcias, o que empresta às suas descrições um sabor todo especial, um cunho inconfundível de realidade. E a essa preocupação ficamos devendo uma descrição topográfica da região dos montes Guararapes. Por ela se pode apreender as linhas gerais da planimetria, da cobertura vegetal da região, não muito notável aliás, observa o referido cronista.

O juízo imparcial de Hermann Watjen e o diminuto valor que lhes têm dado historiadores como Varnhagen e Rocha Pombo autorizam-nos a não ter como indispensáveis os escritos

de Rafael de Jesus ("Castrioto Lusitano") e de Gioseppe de S. Teresa ("Istorie delle guerre del Regno del Brasile"). A obra do primeiro veio a lume no ano de 1679 e a do segundo dez anos depois. Quanto a Francisco Manuel de Melo preocupado, na sua clássica e castiça obra "Epanáforas de Vária História Portuguesa", mais com os sucessos do final do domínio holandês que presenciou, nada acrescenta de interesse para a compreensão ou esclarecimento da batalha de 19 de Abril. E, a não ser que outros documentos mais esclarecedores venham a surgir, parece-nos que, entre os do século XVII, nada, mais existe para elucidar os interessados no estudo da batalha, além daquêles aos quais nos referimos.

Resta-nos examinar os principais escritos dos pósteros. Cronologicamente, o primeiro é o de Rocha Pita ("História da América Portuguesa"), escrito duas gerações depois do feito. Nem ele, nem D. José de Miralles ("História Militar do Brasil", 1762) adiantam alguma coisa mais sobre a batalha além do que já citamos.

Em seguida, temos a "História do Brasil" de Southey, "Os holandeses no Brasil", de Netscher, a "História Geral do Brasil" e "Os holandeses no Brasil" de Varnhagen, o estudo sobre as Batalhas de Guararapes, de Fernandes Pinheiro, publicado na "Revista do Instituto Histórico e Geográ-

(11) Op. cit., edição da Livraria Martins, S. Paulo, págs. 280 e 281.

(12) "Efemérides Brasileiras".

fico Brasileiro" (1868), as "Efemérides Brasileiras" de Rio Branco e outros trabalhos. Todos são do século passado e, como não podia deixar de ser, baseam-se uns e outros nos documentos fundamentais já citados.

Nos dois primeiros decênios do século atual, Rocha Pombo na sua "História do Brasil" e Rodolfo Garcia em suas valiosas notas à "História Geral do Brasil" de Pôrto Seguro, sintetizam e divulgam os documentos básicos sobre a batalha, de modo a proporcionar, nessas duas obras, aos estudiosos, o essencial para a compreensão do feito de 19 de Abril de 1648. Do mesmo período são os trabalhos de Sebastião de Vasconcelos Galvão e do Marechal Joaquim de Sales Torres Homem, ambos publicados na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (13). Vasconcelos Galvão no seu trabalho tem de seu apenas uma breve descrição dos Montes Guararapes, deixando a narração da batalha a cargo de Barreto, de Varnhagen e de José Vasconcelos, transcrevendo a célebre parte do primeiro, um trecho da "História Geral" do segundo e um outro da obra "Datas célebres" do terceiro. Torres Homem é mais pessoal e concludente, embora apoiando-se em documentos e autores já citados, inclusive no próprio Vasconcelos Galvão, ao qual pede o auxílio da notícia histórica e topográfica existente no conhecido "Dicionário Corográfico" desse último autor. Do ponto de vista militar, é Torres Homem o mais objetivo de todos os que

trataram até então do feito de 19 de Abril, situando-o dentro do plano de campanha de Schkoppe, procurando adaptar a descrição ao terreno da batalha, e formulando uma crítica da atuação do chefe holandês. Além disso, o seu trabalho é acompanhado daquilo que a totalidade quase dos autores omite: esboços, sumários embora, do local dos acontecimentos.

Dos nosso contemporâneos, há alguns escritos sobre a primeira batalha de Guararapes. Conhecemos os que publicou o general Lobato Filho (14). No trabalho intitulado "O exército brasileiro no período colonial", e inserto na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (15), o então capitão Francisco de Paula Cidade dedica cerca de uma página à batalha considerada. Finalmente, não podemos deixar de transcrever, como fêcho para este despretencioso trabalho, o trecho em que Hermann Wätjen se refere aos acontecimentos de 19 de Abril de 1648 e às suas consequências. Saindo da pena de um historiador alemão e imparcial, parece-nos na verdade a "voz da História", definitiva e consagrada. Assim vem na sua obra "O domínio colonial holandês no Brasil":

"Com toda a razão, os historiadores portugueses e bra-

(13) Ambos já referidos nas notas 5 e 6 acima.

(14) Publicados em o n.º 27, pág. 7, da revista "Nação Armada" e em um folheto de edição do D. I. P.

(15) Existe separata em edição da Livraria J. Leite, Rio.

sileiros têm dado à batalha dos Guararapes largo espaço em suas narrativas, descrito com carinho todos os detalhes da luta e elogiado a bravura das hostes de Barreto, cujo denodo o adversário não deixou também de reconhecer. Foi realmente uma grande vitória para a causa portuguesa, e quase um ano esperaram os Holandeses antes que tomassem de

novo a ofensiva. A terra livre ficou nas mãos dos Independentes que de novo apertaram o círculo em torno do Recife..." (16).

- (16) Hermann Watjen, "O domínio colonial holandês no Brasil", vol. 123 da *Brasiliana*, edição da Companhia Editora Nacional, 1938.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor; Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço; Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas. "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer — livro das livrarias desta capital. —

Os regulamentos RIPQT, R. O. T. (1.^a, 2.^a, 3.^a partes) e I. S. C. remetemos com abatimento de 10% — Para maior facilidade procure as folhas de pedidos em nossos números anteriores.

BIB - 1B

AVISO

As transferências de residência devem ser comunicadas VIA RÁDIO ao nosso diretor gerente. Coopere com a administração da Revista que não terá motivos para reclamações.

GER - 1D

Dados sobre a Honduras Britânica, as Falklands ou Malvinas e sobre a Antártida

Cap. HUGO DE SA CAMPELLO FILHO

Aluno da E. E. M. E.

1 — Pretendemos, com o que a seguir expomos, dar uma notícia sobre as atuais colônias européias no centro e no sul das Américas, e sobre a Antártida.

É que, atualmente, com as pretensões reivindicadoras da Argentina e do Chile, bem como da Guatemala, sobre territórios dominados há muito pelos ingleses e ainda direitos que este dois países afirmam e defendem sobre regiões do Polo Sul, o assunto assumiu projeção na política das Américas, dando lugar a que outros, em tudo semelhantes, possam aparecer, como, por exemplo, o que já se aventou sobre a Guiana Inglesa e a Venezuela.

Conhecendo a história destes territórios, desde sua descoberta e primeira ocupação, seguindo-a através dos tempos até os dias de hoje, teremos um fundamento, um alicerce bem sólido, sobre o qual certamente, se haverá de formar o conceito puro e sadio que irá definir a razão entre os contendores.

2 — **HONDURAS BRITÂNICA** — Afora as inúmeras ilhas que os ingleses dominam no Mar das Antilhas, desde remotas e seculares datas e cujo valor econômico e estratégico

tem sido de valia irrefutável nos conflitos dos últimos trinta anos; os britânicos há-quase um século, vêm seu pavilhão tremulando em território centro americano.

A chamada Honduras Britânica é um trecho do território da Guatemala, onde a Inglaterra se instalou, em 1859, pelas seguintes circunstâncias:

“Desde o século desesseis que a região adjacente à atual Belize era ferreamente disputada por espanhóis e britânicos.

Com a fragmentação da América Central nos atuais países, a disputa foi herdada pela Guatemala, que sempre, embora no campo unicamente dos argumentos e fatos, reclamou para si a posse do porto de Belize, vital para a sua economia.

Nos meados do século passado, acordaram ingleses e guatemaltécos sobre a disputa, comprometendo-se os primeiros a construir uma estrada de Belize para o interior da província de Péten, desde que a Guatemala reconhecesse seu domínio sobre a atual Honduras Britânica”.

A promessa não foi cumprida, a estrada não foi construída, o que representou, ao mesmo tempo, um transtorno para

a vida da Guatemala, sob o ponto de vista comercial e deu-lhe, também, o atual direito de reivindicar a posse da região.

Afirmam os guatemaltécos que não tendo sido construída a estrada, o reconhecimento do domínio inglês caducou.

Os britânicos, porém, têm grande capitais invertidos na região, onde a exploração da indústria madeireira tem sido sempre um fator econômico regional de inestimável valor para sua frota comercial e os faz tornarem-se apegados à antiga possessão. Por outro lado a questão é de caráter preponderante para a Guatemala, que de posse do porto de Belize terá em suas mãos, exclusivamente, o caminho livre para suas exportações e importações; considerando-se que a localização de Belize é de clarividente superioridade sobre qualquer outro porto que a Guatemala possua, ou instale, no anti-econômico Pacífico.

3 — As FALKLANDS OU MALVINAS — Já não é tão simples quanto a de Honduras a história das ilhas que demonstram nos confins do Atlântico Sul e que são reclamadas pela Argentina, tendo como oponente, uma vez ainda, a Grã-Bretanha.

Falklands para os ingleses, que assim as denominam desde que, em 1590, o Capitão Strong navegou no canal existente entre as ilhas principais e lembrou-se de homenagear o Lord morto mais tarde, na batalha de Newbury.

Malvinas para os espanhóis e argentinos, graças aos franceses, que nelas estiveram em 1764, no reinado de Luiz XV

em França, e, que ao local em que se fixaram deram o nome de Pôrto Luiz, ou Pôrto Soledad de Malvinas.

Sua descoberta está, até hoje, por precisar, havendo nada menos de quatro países (Inglaterra, França, Espanha e Holanda), que exibem títulos tendentes a demonstrar a primazia no feito. Quanto à ocupação efetiva, embora tenha existido desde há mais de dois séculos, oscilou muito, sucedendo-se nela ingleses, franceses, espanhóis e argentinos, e, novamente, os ingleses.

O que é mais ou menos certo é que a Espanha, pelo tratado firmado em Tordesilhas, julgava-se com direito à posse das ilhas e quando uma expedição francesa, comandada por Bugainville, nelas aportou e estabeleceu-se, a côrte espanhola logo protestou, embora reconhecesse à França o direito de primeiro ocupante efetivo e talvez por isto, concordou em pagar, a Luiz XV, avultada soma pela devolução das ilhas.

Quando um enviado espanhol chegou à região, em 1767, para efetivar a transação, recebendo-a dos franceses, lá encontrou, no Port Egmont, uma expedição inglesa, que ali chegara no ano anterior e se estabelecera com caráter definitivo.

Novos protestos são feitos, desta vez junto à Inglaterra, mas como se esvaísse a possibilidade de uma solução pacífica, recorreram os espanhóis à força.

Para isto, determinaram ao vice-rei de Buenos Ayres, Bucarelli, que por meio de uma expedição, fizesse valer os di-

reitos de Sua Magestade Católica, menosprezados pela Grã-Bretanha.

Cumprindo a determinação, enviou Bucarelli às Malvinas uma força comandada por Madariaga, que logrou expulsar os ingleses de Port Egmont.

Em 1771, pouco tempo depois do successo de Madariaga, Espanha e Inglaterra estabeleceram a volta ao "stato quo anterior", sendo Port Egmont entregue à soberania da última, com tôdas as instalações, armas e munições.

O tratado, porém, limitava a restituição única e exclusivamente a Port Egmont, ficando os espanhóis de posse do restante das ilhas, especialmente das instalações de Pôrto Soledad de Malvinas, ou Pôrto Luiz, que haviam, em 1767, negociado com a França.

Sabe-se, ainda, que nesta ocasião, 1771, a Inglaterra, fora do tratado estabelecido, convencionou abandonar suas pretensões às ilhas, o que faria, tão logo se desse a restituição de Port Egmont, o que no caso, representava para ela o desagravo, a satisfação pelo dano causado à sua imaculada soberania, pela vitoriosa expedição de Madariaga.

Assim, explica-se o abandono, em 1774, daquelas paragens pelos súditos britânicos.

Em 1810 a Espanha enfrentou o maior dos revezes em sua vida política e que afetou profunda e decisivamente seu patrimônio colonial: — as sucessivas emancipações de suas antigas colônias na América.

Ao acontecer isto, firmouse o conceito de que as antigas possessões eram as legítimas

herdeiras de quaisquer territórios que houvessem pertencido à antiga metrópole e estivessem dentro dos limites do país que acabava de surgir.

Valendo-se deste argumento e já estando com sua vida interna mais consolidada, a Argentina em 1829 apresentase como legítima herdeira da Espanha no tocante às Malvinas, para lá enviando uma guarnição, com o fito de concretizar a posse da herança. A partir daí mantem a Argentina cerrada vigilância nos mares adjacentes às ilhas, impedindo a presença de pescadores estrangeiros, que em busca dos preciosos e abundantes produtos daquelas paragens, a elas afluem constantemente.

Com o objetivo, talvez, de melhor exercer a posse das ilhas, bem como o de iniciar e consolidar sua habitação, o governo buenoairense concedeu a Horácio Vernet, alemão, licença para iniciar uma colônia nas ilhas e praticar a pesca em suas águas.

Convencido do successo de Vernet em sua tarefa colonizadora, o governo argentino elevou-o a Governador das Malvinas, com sede em Pôrto Soledad.

Surge, então, um protesto inglês, dizendo que as ilhas são de propriedade de Sua Magestade Britânica e ignorando por completo o ajuste feito em 1771, embora por fora do tratado real.

Este é, sem dúvida, um ponto fraco da transação efetuada naquela época, quer para os interesses da Espanha, quer para os interesses de suas herdeiras, na América.

Como a vigilância de Vernet sôbre os pescadores sem licença fôsse implacável, chegando ao aprisionamento de barcos norte-americanos, trouxe como consequência o assalto e a destruição das instalações das ilhas, por um navio estadounidense, "o Lexington", em 1832.

Debalde protestou a Argentina junto ao governo de Washington e para aumentar o dano causado pela ação do barco ianque, o capitão Oslow, comandante da corveta Clio, aporta à Soledad, arria o pavilhão portenho e iça as côres inglesas, que desde então passaram a tremular naquelas paragens, a despeito dos constantes reclamos da Argentina.

Estes são os fatos que balisam, como verdadeiros marcos através dos tempos, a vida das Malvinas, que tanto têm variado de bandeira e constituem, sem dúvida, os pontos básicos para um estudo mais profundo no intuito de se chegar à definição do verdadeiro direito entre as partes e assim, se possa livrar a América do Sul de questões territoriais tão perigosas à segurança e conforto da vida continental.

4 — A ANTÁRTIDA — No tocante à Antártida só mesmo o incrível progresso da civilização atual faria o homem voltar suas pretensões para tão inhóspitas paragens, quando outras existem em que a vida, a riqueza e os materiais científicos preciosos, se afiguram mais fáceis e acessíveis a qualquer empreendimento.

Chile, Argentina e Inglaterra, levam à agenda das questões internacionais a disputa

da Antártida. Quais os direitos dêstes países, em que se fundamentam as expedições que recentemente enviaram às terras visinhas do Polo Sul, é o que procuraremos mostrar, remontando, uma vez mais, a correnteza do tempo.

O Chile defende seus direitos sôbre cerca de 1.400.000 km². do território antártico, compreendidos entre os meridianos 55 graus e 90 graus, o que constitui quase o dôbro do território chileno na América.

Alega para isto, que os governadores espanhóis antes da Independência, já exerciam direitos sôbre as regiões ao Sul do Estreito de Magalhães.

Diz o Chile que possui documentação que prova cabalmente que, em 1539, os conquistadores espanhóis recebiam da metrópole doações extensas de terras, que abrangiam a totalidade do continente polar, a maioria do qual, ainda não explorado.

Foi assim que um dêstes conquistadores, Sancho de la Hoz, foi considerado governador das terras ao sul do Estreito de Magalhães. A crença da época era que a Terra do Fogo estendia-se para o sul indefinidamente, não sendo, portanto, uma ilha unicamente.

Sancho de la Hoz, por várias razões, renunciou seus direitos em favor de Pedro Valdivia, figura bem conhecida na descoberta e conquista do Chile.

A Valdivia sucederam, nos direitos à região em aprêço, Jerônimo de Alderete, Furtado de Mendoza e a êste último, Francisco de Vilagra, que recebe do rei espanhol ordem para enviar uma relação das ter-

ras ao sul do Estreito e delas tomar posse.

Com a Independência, D. Bernardo O'Higgins continua a zelar pelo extenso patrimônio que pertencera a Madrid, é o que se conclue da carta que de Lima, e datada de 20 de Agosto de 1831, o Libertador dirigiu a um oficial da Marinha Real Inglesa, onde se lê:

"... que o Chile estende-se no Pacífico desde a baía de Mejillones até Nova Shetland, na lat. 65 graus, e, no Atlântico, desde a península de S. José, a 42 graus de lat., até a Nova Shetland".

Passando a argumentos de outra ordem, o Chile exhibe os da similitude geográfica e os da ocupação efetiva.

Com o auxílio dos primeiros procura, por meio da evolução geológica, provar a continuidade do território chileno até a Antártida.

Com a ajuda dos segundos, declara que desde os meados do Século XIX suas expedições frequentaram e se estabeleceram naquelas paragens, onde até 1913, dispunham de instalações ativas, especialmente nas Shetlands.

A Argentina na nóvel contenda não dispõe de menor número de argumentos.

Recorre, também, aos direitos de herdeira de sua antiga metrópole, apresenta a continuidade geográfica e, ainda, a ocupação efetiva.

Segundo o que se conclue da leitura de um periódico portenho, "La Crítica", de 22 de Janeiro do corrente ano, a questão argentina gira, principalmente, sobre a posse da

ilha de Decepção, imediatamente ao Norte da Terra de Graham.

Declaram os platinos que em 1942 tomaram posse efetiva da ilha, quando o transporte 1.º de Mayo, ali chegou e encontrou as ruínas de uma instalação de pesca.

A Ilha de Decepção foi descoberta em 1820, pelo navegador inglês, Sir Nathaniel Palmer.

Sua configuração de ferradura, torna-a um refúgio procuradíssimo, dadas as condições de segurança que oferece, naquelas regiões tempestuosas.

Os noruegueses nela se instalaram no Pôrto Foster, aparecendo a seguir, os ingleses. Durante as expedições de Nordenskjöld e Charcot, o primeiro norueguês e o segundo francês, respectivamente, em 1903 e 1904, foi a Argentina o primeiro país a procurá-los e salvá-los. A expedição norueguesa foi encontrada na ilha de Decepção.

Quando em 1904 se preparava para substituir a uma expedição científica, deixada nas Orcadas pelo cientista escocês Bruce, prontificou-se, também, a Argentina a auxiliar Charcot. Embora tenha tentado realizar seu oferecimento, não conseguiu localizar o explorador francês, que não logrando penetrar na baía da ilha de Decepção devido aos gelos, rumou para Buenos Ayres, lá chegando são e salvo.

Além da posse da ilha a Argentina reclama a de um grande território no próprio continente polar, e, o que há de interessante é que este ter-

ritório se confunde, em larga extensão com o reclamado pelo Chile, estando ambos dentro do setor que os ingleses afirmam ser de sua dominação e chamam de "Dependência das Falklands".

As causas imediatas desta disputa devem residir, sem dúvida, na provável existência de minerais ultimamente superestimados pelos recentes in-

ventos e descobertas científicas.

Para isto muito concorreram as notícias propaladas sobre as explorações do Almirante Byrd, norte americano, que por largo espaço de tempo permaneceu na região antártica, com meios até então nunca vistos naquelas paragens e que se afirma ter precisado a existência até de petróleo.

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

**AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS
ENCARGOS A UM OUTRO COMPA-
NHEIRO E COMUNICA A NOSSA DIREÇÃO.**

GER - 2C

Nunca se é mais facilmente vencido que quando se duvida da vitória. MACHIAVEL.

O chefe que ignorar a lição da última guerra, que se obstinar em não considerar os entraves materiais que se opõem ao livre curso das concepções de seu espírito, será impotente para criar uma tática e uma estratégia que conduzam á vitória. Ten. Cel. MENU.

Quem escrever sobre estratégia e tática não deve desprezar o ponto de vista especial de seu povo; é preciso que trate uma e outra como nacionais. Von der GOLTZ.

A alegação da falta de recursos materiais é muito pouco legítima para desconhecer-se a finalidade dos objetivos regulamentares. Cel. J. B. MAGALHÃES.

SUCRE - Marechal e soldado

Pelo Ten-Cel. HERNANDO HERRERA

Sub-diretor da Escola Superior de Guerra

(Memorial del Estado Mayor — Colômbia)

Set. - Out. — 1947

Tradução do 1.º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA

(Aluno do C. O. R.)

Efetivamente, nada há de mais grato para os militares da Colômbia que a venerável memória da facetada personalidade do Grande Marechal, guerreiro máximo das campanhas de "Pichincha" e Ayacucho", mestre excelso do patriota e do soldado, servidor abnegado em quem resplandecem, entre suas mais preclaras virtudes, essa lealdade comovente aliada a uma devoção verdadeiramente filial ao Pai da Pátria.

Como americanos, não podemos desconhecer e nem ao menos discutiremos o genial e inquebrantável ímpeto do Libertador Simon Bolívar, e nem aquêle reflexivo e enérgico esforço de San Martín, mas, como militares profissionais, confessamos que não encontramos em nenhum dos heróis de nossa magna epopéia, General algum que possua em grau semelhante, a extraordinária intuição militar e o espírito organizador de Sucre.

Com efeito, a egrégia figura de Antônio José de Sucre se coloca na história da América, com extraordinários traços de grandeza de alma, ele-

vação de ideais, moralidade de princípios, amplitude de critério, equanimidade de caráter e excepcionais dotes de comando e de governo. Sua complexa personalidade, atraente por mil razões é a concretização de uma vida toda de abnegação, disposta sempre ao próprio sacrifício pela sua grande Colômbia. Mesmo nos albores de sua vida gloriosa, por volta do ano de 1816 quando exilado em Bonaire soube da passagem do Libertador pelas ilhas de Barlavento, em perigosa aventura embarcou ao seu encontro, naufragando na difícil entrada do Golfo de Pária pelas desembocaduras de Drago, e salvando-se despojado de sua própria mala. Até o nefasto ano de 1830 quando naquela trágica manhã de julho, em caminho para o seu lar, aquêle homem que não podia e por conseguinte não devia ter inimigos, sucumbiu traiçoeiramente vítima de paixões, que hoje não constituem mais um mistério na História Nacional, mas que em seu tempo constituíram o surdo e oculto, e por certo vil fruto da ambição, de uma ambição vil, tímida a prin-

cípio, mas que logo se define, aumenta, toma impulso e com ondulações de serpente vai envolvendo o herói que assim conheceu a adulação, o embuste e a intriga até que caiu vítima de estúpida explosão de um egoísmo selvagem em forma da bala homicida.

Vão e pueril empenho seria o meu, se pretendesse neste meu linguajar rústico de soldado, acrescentar algo mais ao que, no decorrer de um século se tem dito em louvor do Marechal, herói e mártir. Lábios arrebatados de entusiasmo cantaram sua glória. Desde o próprio Libertador até nossos dias, a literatura romanceou sua vida a tal ponto que, se bem as façanhas do guerreiro tenham enriquecido a história, também é certo que quem as tem escrito, o tem feito com tal veemência, justiça e exatidão, que hoje não sabemos a quem devemos definitivamente admirar: se quem forneceu o material, ou seus historiadores.

Dos próceres desaparecidos diz Suarez:

"O aniversário dos homens, se as coisas são consideradas com atenção, equivale à lembrança dos anos que se foram e à incerta previsão do tempo que nos separa da morte; tal não se dá com os aniversários das nações e de seus heróis que enquanto mais alargam a extensão de sua história, menos diminuem o futuro que deve ser ilimitado aos olhos do patriotismo, e infundir esperança nos destinos dos povos".

Assim pois, consequente com tão formosa idéa e considerando a verdade e o sentido

lógico da célebre frase que afirma *"a bandeira da Pátria é santa, flutue nas mãos que flutuar"*, eu, parodiando tão sublime expressão, digo que em assuntos de verdade histórica, a palavra da Pátria é respeitável, saia dos lábios que sair. Aceitai esta afirmação se desejarem, como a única explicação dêste ensaio escrito sobre Antônio José de Sucre.

Na agradável quietude da Escola Superior de Guerra, lá onde a oficialidade superior do Exército se prepara para o alto-comando, onde se alinham os Generais da Colômbia, uma das salas destinada à prática de exercícios, por nós denominados jogos de guerra, se acha consagrada ao Marechal de Ayacucho. Severa e simples, a sala consta somente de uma grande mesa onde se estendem os mapas, e dos elementos indispensáveis ao movimento das fichas representativas das unidades de tropa, armas e serviços que em operações hipotéticas marcham, recuam, atacam e se defendem de inimigos imaginários, e, lá no fundo, presidindo a aula está a venerável effigie do General Sucre; ele conhece nossos triunfos teóricos, sanciona com sua presença os erros, e finalmente inspira cada uma de nossas ações no teórico campo de batalha.

Este detalhe de que vos falei não é simples coincidência, e sim, como já disse, em nosso Exército, hoje como ontem, sempre desejamos que cada chefe, cada oficial, cada soldado inspire um por um de seus atos na vida sublime do genial condutor.

Nossa organização contém entre as unidades de infantaria, os Batalhões "Sucre" e "Ayacucho" que comemoram as glórias do grande Comandante, assim como todas as demais recordam um herói nacional ou uma batalha decisiva; é este um meio de que nos valem para manter acesa essa chama de afeto e devoção que torna orgulhosas as unidades de nossas Forças Militares. Quanto mais nos convencemos de nossa fraqueza material, tanto mais apelamos para o lado espiritual; fiamos-nos mais na natureza dos homens que em seu próprio intelecto, em um permanente esforço para inculcar uma religião militar, algo como uma mística na alma do soldado com o desejo de que quando a Pátria reclamar seus serviços, cada um e todos os cidadãos instruídos reagirão com idêntico ardor e entusiasmo, como reagiram seus antepassados frente às fulgurantes espadas dos libertadores.

Para o soldado colombiano, Sucre é mais que um herói; é um símbolo, é o farol que guia nossos oficiais de Estado Maior e é o espelho em que deverão se mirar nossos condutores. Sua vida nos é absolutamente familiar, conhecemos seu temperamento magnânimo por natureza e por educação, admiramos a nobreza de seus sentimentos, inalteráveis nem pela intolerância da época, nem pela crueldade sangrenta dos fatos que lhe coube viver e presenciar.

Assombra-nos que aquêle jovem Tenente em cujo peito ardia tanta animosidade pelo tirano, tenha sido capaz de su-

portar a tentação de praticar atos de vingança em momentos de suprema dor.

E como consideramos a grandeza da alma de Sucre, quando verificamos que aquêle homem predestinado como Bolívar para dominar o déspota espanhol, se ergue indignado e levanta seu braço protetor para defender, de ataque e insultos, os operários espanhóis empregados nos trabalhos defensivos de Cartagena, durante a heróica resistência contra o assedio do General Morillo. Aquela atitude foi o primeiro degrau da cadeia de nobilíssimos atos que logo constituiriam sua preciosa, apesar de curta, existência.

Foi característico da grandeza de alma de Sucre o perdão concedido ao oficial Ecles, agente convicto e confesso do General espanhol Olañeta, enviado para envenená-lo; a commutação da pena de morte, transformando-a em desterro, do Comandante Matos que tentou assassiná-lo em seu próprio palácio. Podemos ainda acrescentar as providências, por êle determinadas, para facilitar a fuga de Casimiro Olañeta, conspirador em Chuquisaca. Verdadeiramente, somente sinceridade e autoridade existem nas palavras do Marechal, quando, ao se despedir da nação boliviana, pôde dizer: "Não fiz sofrer a nenhum boliviano, e nenhuma viúva, nenhum órfão soluça por minha causa. No isolamento de minha vida verei minhas cicatrizes e nunca me arrependerei de possuí-las, quando me lembrar de que, para formar a Bolívia, preferi o império das leis, a ser o tí-

rano e o carrasco que sempre teria uma espada sobre a cabeça de seus concidadãos”.

Talvez uma das razões pelas quais a figura de Sucre ocupa tão elevado lugar no coração dos militares da Colômbia, seja a do reconhecimento que todos os historiadores fizeram de suas inatas qualidades de guerreiro que o conduziram a tão elevados destinos. Qualquer que seja a conclusão a que cheguem os comentaristas sobre se o gênio nasce ou se faz, ela será sempre aplicável ao Marechal porque, apesar de certamente terem sido bem poderosas, na vida de Sucre, as influências das tradições militares da família, também é certo que seu amor ao estudo e sua capacidade de trabalho lhe transformaram no modelo clássico do estrategista intuitivo, do condutor genial.

Quando em 3 de fevereiro de 1795, seu nome surgiu na praia azul de Cumaná, como disse o poeta, o futuro libertador do Império de Manco Capac se apresentava ao mundo americano como a encarnação suprema dos dotes excelsos de uma raça nobre e cavalheiresca.

Com inclinações para a vida militar desde sua mais tenra idade, ao iniciar-se o movimento revolucionário de Caracas e Cumaná em abril de 1810, se incorpora como cadete na Companhia de Húsares comandada por seu pai, o Tenente Coronel Don Vicente de Sucre, e dele recebe suas primeiras instruções militares; Dona Manuela de Alcalá, sua virtuosa mãe, lhe inspirou e incutiu os sentimentos patrióticos com

que serviu à América. Para ele, sua vida militar, primeiro por vocação, e em seguida por respeito a seu pai e comandante, nunca teve as características de ociosidade de que podiam se queixar seus companheiros de armas, nas longas noites de guarda. Sucre fazia cálculos, traçava em escala fortificações imaginárias, estudava os planos das ilhas e portos nacionais, idealizava fortes e projetava diferentes tipos de defesas, talvez sem imaginar que poucos meses depois iria ter a oportunidade de pô-las em prática ao ser enviado para um corpo de engenheiros, com a missão de reforçar as obras do porto de Margarita.

Promovido a Tenente em 1812 começam suas atividades bélicas, manifestando-se de pronto suas tendências para o serviço de Estado Maior nas operações de Piritú e territórios limítrofes com a região de Barlavento de Caracas. Nesta ocasião, já órfão de mãe havia algum tempo, vê humilhada sua dupla condição de filho e de soldado quando Diego Monteverde, violando o tratado de San Mateu, adota represálias contra os implicados no governo revolucionário e deporta centenas de patriotas para o interior de La Guaira, contando-se entre eles o pai de Sucre.

Para o jovem Tenente começa agora a escola do sacrifício e da dor; perseguido por Cerveris foge para a ilha de Trinidad, e perde um após outro seus irmãos Pedro, Francisco e Vicente, vítimas da crueldade dos opressores da Pátria. A primeira república se perde, porém, tal fato em vez

de destruir, pelo contrário, exalta seu sentimento pátrio e com novos esforços e novos sacrifícios se empenha imediatamente ao serviço da Libertação.

Ao lado de mestres da arte militar como Piar e Santiago Mariño, confirma seus conhecimentos táticos e estratégicos, os aplica umas vezes com êxito e outras com pouca sorte, mas sempre com um critério tático extraordinário e uma habilidade excepcional no aproveitamento do terreno e no emprego de suas tropas.

Até então suas relações com o Libertador aparecem ocasionais e bem distanciadas. Somente em 1819 quando no episódio de todos conhecido do encontro dos dois no rio Orinoco, que se decide a sorte de Sucre e entram em contato definitivo os dois super-homens de nossa saga heróica. Antes daquele instante nem ao menos existiam antecedentes favoráveis para que Sucre gozasse da mais leve simpatia de Bolívar. Muito pelo contrário, fatores de origens diversas tinham predisposto o ânimo do Libertador e quando naquela manhã de outubro, Bolívar ordena que atraiquem sua piroga à embarcação de Sucre, os fatos não se achavam encaminhados para o desenlace como o que por fim surgiu, quando desarmado aquele pela atitude nobre e galharda de Sucre que com dignidade lhe explica sua situação, Bolívar sente diante de si um homem superior e a mais espontânea admiração substitui a gratuita indignação que momentos antes animava o General em Chefe.

Foi ali e desde esse mesmo instante, onde e quando Sucre se tornou o mais leal, fanático e respeitoso admirador do Libertador. As turvas águas do Orinoco que refletiram em suas ondas o abraço dos Generais, viram nascer o binômio libertário da América. Desde então, aquele par de gênios, longe de se rivalizarem, se completaram.

Pouco depois desse episódio, diria Bolívar de seu novo ajudante: "É um dos melhores oficiais do Exército, reunindo os conhecimentos profissionais de Soublette, o bondoso caráter de Briceño, o talento de Santander e a atividade de Salom. Por estranho que pareça, não se conhecem nem se suspeitam suas atitudes, mas estou disposto a pô-las à luz, persuadido de que algum dia me rivalizará", e completando as palavras com os fatos, Bolívar incorpora Sucre a seu Estado Maior e é com esse auxiliar que surge na campanha de 1821 na Venezuela obtendo grande sucesso.

Bolívar compreende que a campanha que tem de desenvolver em 1821 se inicia com uma série de ações isoladas que não darão resultado algum no futuro, e assim encarrega a Sucre de elaborar um plano de operações que aceita sem modificações; era uma vasta concepção estratégica que compreendia a Venezuela e Nueva Granada. O alcance desse plano e a precisão dos detalhes só é comparável aos planos que San Martín executa no sul do continente.

Três características básicas distinguem o plano de Sucre:

a reunião dos meios, a eleição do objetivo e o emprego de meios e cálculos precisos de tempo e espaço.

Simultaneamente com o início da campanha da Venezuela com o Exército do Norte reunido segundo indicações de Sucre, outra parte do exército que atuava no Sul da Colômbia, denominado Exército do Sul, se encontrava frente a uma derrota iminente. Bolívar entregou o comando desse exército a Sucre e com poucas semanas, ele convertia a derrota em vitória.

Bolívar assume então o comando do Exército do Sul e envia Sucre ao Equador para que, formando um exército, marche desde Guayaquil para se unir a ele na fronteira colombiana. No cumprimento de tal ordem Sucre parte de Buenaventura, reúne em Guayaquil algumas tropas, e quando sabe que Aymerich está com um forte contingente de tropas realistas no interior do Equador, marcha contra ele. Por sua vez, Aymerich sai a seu encontro em duas colunas e Sucre com um rasgo de verdadeiro comandante, emprega intuitivamente o sistema de linhas interiores. Toma uma posição central, imobiliza com um fraco destacamento uma das colunas, e marcha em seguida contra a mais forte comandada pelo próprio Aymerich, obtendo assim a vitória de Yaguachi. Marcha em seguida contra a outra coluna que se retira imediatamente, mas as duas se reúnem novamente e dada a enorme superioridade numérica rechassam a Sucre.

Este se retira enquanto reorganiza seu exército e quando o apronta, empreende sua marcha contra Quito; esta marcha feita por estradas estreitas aumenta enormemente as colunas, de modo que se se apresentasse uma surpresa seriam facilmente derrotadas, e em caso de surgir uma oportunidade de atacar, não haveria possibilidades de proceder a desenvolvimento algum para o combate. Este inconveniente foi solucionado por Sucre mediante um emprego admirável da vanguarda; destaca a menos de uma jornada uma forte vanguarda e é com este dispositivo que se encontra com o General Tolrá, o qual ao ver como cede facilmente o destacamento de cobertura, se lança precipitadamente contra ele indo se chocar com o grosso, compreendendo então a jogada de Sucre, tendo de bater em retirada. Dessa forma Sucre continua avançando pela cordilheira até chegar a Pichincha onde se dá a memorável batalha.

Libertado o Equador com a batalha de Pichincha, o Libertador ordena a Sucre que marche contra o Perú para libertá-lo; ali organiza cuidadosamente o exército libertador, que uma vez pronto é colocado em mãos de Bolívar. O núcleo forte do exército realista se encontra atrás da cordilheira e o patriota na costa. Sucre organiza os planos para o ataque. Terão de ser feitas marchas em uma extensão de aproximadamente 300 quilômetros, grande parte delas pela cordilheira a uma altura de 4500 metros, sendo a preocupação principal de Sucre, chegar ao fim da

jornada com seu exército intacto. Pessoalmente percorre quatro vezes o itinerário a seguir, fixa as etapas, determina os alojamentos e lugares para bivaque, balisa toda a estrada com depósitos de aprovisionamento e mil outras facilidades para a tropa. Uma vez tudo pronto, Bolívar empreende a marcha. O exército está comandado por Sucre, porém, Bolívar assume a direção das operações. Em Junin, a cavalaria realista é derrotada, sendo o comando retomado por Sucre que mais uma vez reagrupa suas forças, lançando-se contra os realistas a quem derrota finalmente em Ayacucho.

Os procedimentos estratégicos de Sucre seguem, em suas linhas gerais, os de Frederico, o Grande. A aplicação que o Grande Marechal faz nos teatros de operações americanos dos princípios da guerra, é o que o distingue dos demais comandantes da época.

Pois bem, a arte de Sucre, e é aí que o temos por mestre, é esse grande don de assimilação e aplicação dos princípios imutáveis da guerra, sua acendrada concepção do dever, sua habilidade profissional superior, o extremo sentido que teve da honra e da justiça, sua indiscutível coragem moral e física, o alto nível de seu caráter e o grande senso de humanidade que o caracterizou. Somente assim podia se apresentar no cenário da América, batalhadora e revolucionária, um homem de quem pôde dizer o General Bolívar: "Como soldado fostes a vitória, como magistrado a justiça, como vencedor a clemência e como ami-

go a lealdade. Para tua glória tens tudo; o que lhe falta só a Deus compete lhe conceder".

Verlet, autor de sua esttua, imortalizou a atitude heróica que mais enquadrava o gênio militar, mas é bom recordar nesta oportunidade que ao lado dessa atitude altaneira e marcial, a característica e o normal em Sucre foi sua simplicidade; sem ambições políticas, tranquilo e calculador, foi um cidadão exemplar e um cavalheiro integral.

Quando, depois da Batalha de Pichincha, a municipalidade de Quito organizou a parada da vitória, um dos números principais do programa consistia, caso o herói o admitisse, do percurso que seria feito por Sucre em uma soberba carruagem para tal fim preparada, e que seria puxada pelas mais belas damas da sociedade qui-tenha. Posta a carruagem à sua disposição, Sucre retirando suas armas, e colocando-as dentro, exclamou: "*Talvez a minha espada, e não eu, seja a merecedora de tão assinalada honra que me dispensais*". Tal gesto só pode ser comparado com aquele de Bolívar em 1819 quando mãos femininas coroaram sua fronte com os louros dos heróis, e ele num gesto fidalgo os passou sobre as cabeças dos coparticipantes da vitória, lançando-os a seguir ao ar para que fossem cair sobre as hostes libertadoras. Não há dúvida que em tal gesto vemos algo de cavalheiresco e muito de democrático, mas no outro de Sucre, ao menos que eu conheça, nada se conhece em nossa história sobre herói algum que haja saído de

situação semelhante com atitude mais cortês, índice da mais fina e delicada sensibilidade aristocrática.

Marechal — por todo este reconhecimento de tantas virtudes, é que hoje venho falar de vós ao Exército da Colômbia. Não há novidade alguma para esta República onde adquiristes título de cidadão em vista de vossa heróica resistência em Cartagena e que o referendou 15 anos mais tarde, com a nomeação de Senador e Presidente do Senado. Ao fazer esta descrição das

condições excepcionais que adornaram vossa vida, a juventude militar quiz apresentar a mais cálida e fervorosa homenagem de admiração e respeito, acercando-se de vossa vida que a arte modelou em estátuas, para inspirar-se em vossa gloriosa memória e aprender nela quanto aspiramos e necessitamos para nossos predicados de comando: a disciplina, a equanimidade, a elevação de ideais, a abnegação e a lealdade que de seu Exército reclama a Pátria.

Rio, 29 - fevereiro - 1948

— PENSAMENTOS VARIOS —

A principal força de um Exército reside nos seus oficiais, considerados isolada e coletivamente. Mas o valor destes só é assegurado por sua atividade, por sua tendência espontânea ao esforço no sentido do dever comum. GAVET.

A liberdade é indispensável ao desenvolvimento da dignidade humana e condição essencial do progresso, mas é necessário que se a contenha em limites determinados pelos superiores interesses da comunidade e dos destinos da Humanidade. Cel. J. B. MAGALHÃES.

Não se deve confundir a arte de comandar com a aplicação das regras de disciplina ou subordinação. Comandar é governar, isto é, determinar e assegurar o funcionamento da organização militar. GAVET.

Evidentemente, mais vale tentar a fortuna, a qual pode, apesar de tudo, tornar-se favorável de um momento para outro, que permanecer irresoluto causa certa de ruína. MACHIAVEL.

A organização, sob todos os aspectos que possa reverter, é o elemento mais característico de todos os Exércitos. É base indispensável à existência e ao fortalecimento da disciplina, alma e força dos Exércitos. Cel. J. B. MAGALHÃES.

SERVIÇO MILITAR

PLANO PARA A INSTRUÇÃO MILITAR DO BRASIL (1)

Major CYRO FURTADO SODRÉ

O plano aqui apresentado é a condensação de um anseio: o desejo de ser útil à Pátria.

Dentro dele adaptam-se idéias novas, com as idéias atuais, em curso. Conserva-se o que existe, porém melhorando.

Deve somente ser encarado sob esse aspecto. Se for útil ao Brasil e considerado aproveitável, em parte ou em todo, pelo julgamento dos mais esclarecidos, é a melhor recompensa que podemos aspirar.

País imenso, falho de comunicações, com população deficitária para seu tamanho, porém rico de possibilidades, o Brasil tem no seu serviço militar, um de seus problemas magnos. A facilidade com que os elementos de nosso povo se deixam embair, com idéias mirabolantes e completamente estranhas ao meio, é a melhor demonstração da falta de uma instrução militar pátria, total e bem orientada.

O problema da defesa nacional, trás como consequência as necessidades :

- educação do povo
- aperfeiçoamento da raça.

— A educação do povo, confundida erroneamente com a alfabetização como se o simples conhecimento do alfabeto fosse capaz de fazer o homem semi-inculto discernir o bem do mal, somente pode ser conseguida pela Instrução Militar, que amolda os espíritos e cria as almas fortes. Muito ao contrário para a população pobre enquistada nas cidades, inca-

paz de produzir para o seu sustento por ignorância, mas com fome e anseios de melhora, a semi-alfabetização serve somente para intoxicá-la, da demagogia barata a seu alcance.

A alfabetização é um objetivo a atingir, mas não o ÚNICO, pois deve ser aliada à capacidade de produzir.

O problema como apresentamos resolve o assunto em nosso entender, pois cremos que o Exército no Brasil deve ter função muito mais elástica, que em outros países já mais adiantados. No

(1) Sobre o assunto, a "A Defesa Nacional" publicou ultimamente os seguintes trabalhos:

Centros de adestramento militar — General Tristão Alencar Araripe — (Fev. — 1948).

Uma medida patriótica — Major Feliciano de Azevedo Aveline — (Jan. — 1947).

Façamos uma experiência — Cap. Juvêncio Reis — (Fev. — 1947).

Idéias — 1.º Ten. Diógenes Vieira Silva — (Nov. - Dez. — 1947).

Colônias Militares — 1.º Ten. Diógenes Vieira Silva — (Jan. — 1948).

(Nota da Redação)

Brasil deve continuar a ser o arcabouço da nacionalidade na sua função de guardião da honra e da soberania nacional, defensor do regime e educador do povo.

Acreditamos que a solução para os nossos males atuais, falta de disciplina, incapacidade de produção, idéias estupefacientes, é fruto da ausência de uma diretriz prática na educação do povo brasileiro.

Em função do cruzamento racial, o povo brasileiro é dado às grandes idéias, às soluções ótimas. Todos os nossos problemas quando são buscadas as soluções, queremos resolvê-los, dentro de condições ideais. Por essa razão é que lemos seguidamente nos nossos jornais: — O Brasil produzirá o melhor aço do mundo, o melhor trigo, etc., como se isso fosse possível num primeiro lance inicial, com uma técnica incipiente, enquanto outros povos, já empenhados nos problemas há séculos, guardam ciosamente os seus segredos. Quando raciocinamos é sempre em função de qualidade do minério, qualidade do solo, etc., mas não em função da técnica, do braço especializado, dos transportes, etc., salvo aqueles que por força de suas atividades e grau cultural já se capacitaram do assunto objetivamente.

A solução ótima seria em função de todos esses elementos ponderáveis. E como não podemos solucionar os problemas pelo lado ótimo, abandonamos o lado bom.

Na questão da agricultura é comum lermos: — a solução do país está na mecanização da lavoura. Ora, quem diz mecanização, diz: — combustível, peças e acessórios, técnicos em motores, técnicos em manejo, etc., coisas

que o Brasil carece. Quem diz lavoura, diz: — conhecimento do solo, irrigações, adubação, etc.

Porém como se poderá conseguir isso, se a nossa lavoura, na maioria dos Estados, como temos constatado, ainda desconhece o arado, ou então começa a empregá-lo, rudimentarmente. A lavoura ainda é feita na base da enxada como no tempo da escratura.

Para termos a mecanização da lavoura perguntamos onde se encontram os campos experimentais, capazes de formar os lavradores técnico ou especializados?

Não existem, nem podem existir porque o problema jamais foi encarado no âmbito da nacionalidade e sim, de maneira isolada, em alguns Estados do país, por conta e riscos próprios. Isso explica, em parte, a superioridade econômica de alguns Estados sobre outros.

Alie-se os males apontados ao nosso individualismo exarcebado, a nossa falta de associação, timidez de emprego de capital em empresas futuras, e veremos que tudo na maioria dos Estados do Brasil, tem que partir da iniciativa governamental.

Pelas razões expostas, julgamos que a solução apresentada neste trabalho para a solução do problema Militar e Agrícola-pastoril é a que melhor convém à nação no momento, pois que disciplina e educa o povo.

Não será a solução ótima, porém a boa e a exequível, em face do pouco dispêndio, proporcionalmente aos resultados a obter.

Como terminado o tempo de instrução, os homens voltam aos seus lares, admitindo-se a hipótese que sómente 50% dos efetivos instruídos retornem para a zona do inte-

rior, às suas atividades agrícolas-pastoris, é fácil avaliar os benefícios para a Nação, que advirão futuramente.

Terras devolutas existem muitas no país, que podem ser distribuídas àqueles que solicitarem. Caberá unicamente ao governo assegurar as vias de comunicações e o fornecimento de pequenos empréstimos aos lavradores nos primeiros tempos.

Como o país é imenso e verdadeiramente ilhado por falta de comunicações e ligações, ter-se-á o aparecimento de zonas auto-suficientes no fim de certo prazo, que no decorrer do tempo, em presença de comunicações novas executadas, iniciarão o intercâmbio entre si.

— O aperfeiçoamento da raça sómente se pode conseguir através de uma alimentação equilibrada, racional, sadia e forte, adaptável ao clima e por uma ginástica funcional, anato-fisiológica, bem ministrada. Esta orientação, aliás, já é seguida no Exército.

Em qualquer dos casos como um primeiro passo, em um país em que tudo foi descurado, em que o homem tem por ginástica funcional unicamente, a sua maior ou menor atividade e em que a alimentação se faz sentir, unicamente, pela ingestão de um determinado volume, quase sempre pesado, porém desprovido dos elementos necessários (vitaminas, proteínas, etc.,) sómente o regime militar para a totalidade da população masculina, sadia, poderia melhorá-la em todos os sentidos.

A experiência tem demonstrado que os recrutas durante o Serviço Militar, crescem e engordam adquirindo novos hábitos de alimentação.

— Quanto ao problema militar desnecessário se torna mencionar, as vantagens dos Campos de Instrução.

A última guerra demonstrou, que os Campos de Instrução militar não fazem sómente soldados, fazem milagres.

O exemplo e ótimos resultados no Campo de Instrução da F. E. B., em Stafolli (Itália) é a melhor prova do que deles podemos obter.

A organização militar dos Estados Unidos é a demonstração mais eloquente da excelência dos resultados colhidos nos Campos de Instrução e treinamento militar, dispensando comentários.

Se acrescermos as vantagens enumeradas anteriormente, ao fato de que o plano que apresentamos não importa em diminuição dos efetivos militares existentes, veremos que o mesmo satisfaz às nossas necessidades no momento.

Acreditamos que a solução, ora apresentada, seja "bôa" para o país, porque :

- 1) — não haverá diminuição de efetivos dos corpos de tropa;
- 2) — haverá sempre uma reserva intruída pronta a ser lançada na luta, em curto prazo (pessoal do campo de treinamento militar);
- 3) — o aumento de despesas será mínimo em face dos resultados a colher;
- 4) — o serviço militar cumprirá a sua finalidade instruindo a totalidade dos elementos aptos do país;
- 5) — as classes produtoras nacionais beneficiar-se-ão na sua totalidade.

CONCLUSÃO

Deverão existir para o problema soluções ótimas, cremos, porém acreditamos que a que apresentamos, agora, satisfaz plenamente as necessidades do país, dentro de um lado econômico e racional.

O presente plano poderia, no entanto, ser aprimorado, guardando-se suas linhas gerais, caso fosse pôsto em execução, levando-se em consideração aquilo que a prática aconselhasse.

PLANO PARA A INSTRUÇÃO MILITAR DO BRASIL

I — FINALIDADE

Instruir o maior número possível de homens, com dispêndio razoável financeiro, em breve tempo, de modo que possam ser úteis à Nação — na paz ou na guerra.

II — OBJETIVOS

a) A instrução terá por principal objetivo a preparação para a guerra, procurando criar o soldado da zona de frente, e o soldado da zona de interior capaz de produzir para a guerra. Será simples e objetiva visando desenvolver :

- O valor moral.
- O vigor físico.
- Os conhecimentos técnicos.
- Os conhecimentos táticos.

b) A instrução terá um duplo caráter, devendo criar o soldado da zona de frente — o combatente, e o soldado da zona de interior — o produtor.

c) Serão objetivos a alcançar :

I — Criação dos soldados combatentes.

II — Criação dos soldados especialistas de armas.

III — Criação de produtores (Agricultores e criadores).

III — CAMPO DE INSTRUÇÃO

A instrução militar e a de produção serão ministradas em locais

de treinamento especiais, contínuos, sob o comando único.

Para isso serão reservadas ou adquiridas áreas amplas pelo governo, em regiões cortadas por cursos d'água perenes, de volume.

Assim um campo de instrução militar será dividido em dois setores :

— Setor de treinamento militar (propriamente dito).

— Setor de treinamento agrícola-pastoril.

IV — ANO DE INSTRUÇÃO

O ano de instrução será coincidente com o ano civil :

— Para que os instruídos que se destinam à *produção* venham a ter noção da influência do clima, nas questões agrônômicas ou zootécnicas, quer seja no plantio ou colheita quer seja na enxertia ou reprodução.

— Para que haja equilíbrio na divisão das estações climáticas, para os instruídos que se destinam a *combatentes*.

— Por permitir a previsão de fardamento a fornecer à tropa, em cada período, em face das estações que irá enfrentar.

— Por permitir o estabelecimento das rações apropriadas a cada período, variáveis com as estações.

V — PERÍODO DE INSTRUÇÃO

O ano teórico de instrução será dividido :

1 — Para a instrução militar — em dois períodos anuais de seis meses.

2 — Para a instrução de produção — em períodos anuais de doze meses.

— O ano prático de instrução será de 360 dias, computados os feriados e domingos e o tempo destinado às incorporações e licenciamentos.

— Para incorporações e licenciamentos serão consignados :

— No setor militar :

— Os últimos dez dias de cada período semestral.

— No setor agrícola-pastoril :

— Os últimos quinze dias do período anual.

VI — DA INSTRUÇÃO MILITAR

A) — TROPA

a — Para combatentes.

— O período de seis meses para instrução militar terá em vista a formação do soldado combatente quer no âmbito do G. C. (peça) e Pel. (secção) quer no da Cia. (Bia. ou Esq.) e Btl. (Grupo R. C.).

— Correlatamente à instrução tática peculiar a cada arma será ministrada educação moral e instrução geral; educação física e instrução técnica.

b) — Especialistas e cabos.

— Após as primeiras quatro semanas de instrução os soldados serão selecionados, sendo a seguir orientados para cursos de cabos e especialistas militares. Os cursos de especialistas e cabos terão a du-

ração de doze semanas, funcionando as escolas, no próprio campo. Para isso existirão escolas de cabos, sinaleiros, observadores, agentes de transmissão, telemetristas, sapadores, condutores, motoristas, etc.

Terminados que sejam os trabalhos dos cursos de cabos e especialistas serão os mesmos enquadrados na tropa, para os exercícios de Cia. (Bia. e Esq.) e Btl. (Grupo ou R. C.).

c) — Natureza de instrução.

Em qualquer dos casos previstos a instrução será intensiva e objetiva, aproximando-se o mais possível do real.

B — PRODUTORES

a) — Do agricultor.

O período de instrução agrícola será de doze meses tendo em vista constituir o agricultor, o soldado da zona de interior.

A instrução será ministrada com o fito de esclarecer o soldado agricultor, nas questões referentes :

— ao amanho da terra.

— ao arroteamento do solo.

— à sementeira do terreno.

— à colheita de frutos.

Ser-lhes-ão ensinados os modernos métodos agrícolas, pelo emprego do arado, suas vantagens e desvantagens (aiveca e disco), da máquina e da adubagem racional do terreno, bem como os prejuízos ocasionados pelo fogo no solo, pela erosão das águas, etc.

b) — Do criador.

Da mesma maneira, que para a produção vegetal, serão ministrados ensinamentos sobre a produção animal pela inseminação artificial, de medicina veterinária preventiva para criação de animais

e aves, bem como para a industrialização de sub-produtos.

c) — Uma seleção será feita entre os homens do setor agrícola-pastoril dentro das exigências técnicas, de acôrdo com as possibilidades e aptidões visando orientar o esforço do ensino, que poderá ser para um grupo — o vegetal agrícola (agrícola) e para o outro o animal (pastoril).

d) — Correlamente ao ensino técnico profissional previsto será ministrada três (3) vezes por semana, instrução militar, pelo tempo de duas (2) horas aos homens.

A instrução militar constará de :

- Educação física.
- Ordem unida.
- Armamento e tiro (F. O.).
- Educação moral.

e) — Natureza de instrução.

A instrução militar será normal e objetiva.

VII — OFICIAIS DA RESERVA

— Os Oficiais da Reserva (Aspirantes) formados pelo C. P. O. R. em condições de estágio serão divididos em duas turmas anualmente. Cada turma será utilizada durante um período no setor de instrução militar. O estágio iniciar-se-á no início do 3.^o mês de instrução, de modo que os Oficiais participem dos exercícios de Pel., Cia., Btl., etc.

Sómente após essa permanência no Campo de Instrução é que poderão ser enviados aos Corpos de Tropa, para estágio regulamentar.

Os aspirantes que não se revelarem á altura do Oficialato, passarão á condição de Sargento.

VIII — SARGENTOS.

Os Sargentos formados pela Escola das Armas, antes de serem enviados para a tropa, estagiarão por um ano nos Campos de Instrução.

IX — DA PRODUÇÃO DO SETOR DE TREINAMENTO AGRÍCOLA-PASTORIL

A produção do setor de treinamento agrícola-pastoril será aplicada no sustento de seu próprio pessoal, de pessoal do setor de treinamento militar e de Unidades do Exército, se fôr o caso.

X — ESPÉCIES DOS SETORES DE TREINAMENTO MILITAR

O setor de treinamento militar, em princípio, será para todas as Armas. Caso isto não seja possível, ou não convenha, poderá ser especializado para três, duas ou, para uma única Arma.

— No primeiro caso se o problema for considerado em sua justa proporção. No segundo caso, em proporções modestas.

XI — DA NATUREZA DOS RESERVISTAS

Os reservistas oriundos dos campos de instrução serão considerados :

- de 2.^a Categoria — o do setor militar.
- de 3.^a Categoria — o do setor de produção.

XII — CORPOS DE TROPA (ELEMENTOS)

a) Os elementos necessários aos Corpos de Tropa serão provenientes dos setores de treina-

mento militar, mediante voluntariado.

b) O tempo de serviço nos Corpos de Tropa para o pessoal oriundo dos setores de instrução militar, será questão a regulamentar, não devendo ser inferior a seis (6) meses.

c) — Na tropa a instrução será completadora, com a intensificação dos períodos de sub-unidade e Unidade.

d) — As tropas especializadas terão seus elementos próprios desde a primeira praça, formando-os e instruindo-os dentro de suas necessidades reais, independentes dos campos de instrução.

e) — Os reservistas oriundos dos Corpos de Tropa, com instrução completa, serão considerados de 1.^a Categoria.

XIII — SELEÇÃO DO PESSOAL

O pessoal considerado de Classe "A", fisicamente forte dentro dos índices regulamentares será destinado aos setores de treinamento militar.

— O pessoal que por motivos outros não possa ser considerado de Classe "A" (altura, visão, dentes, etc.) embora bem constituído, Classe "B", será destinado ao setor de treinamento agrícola pastoril.

— Sómente aos da Classe "D" incapazes definitivamente para o Serviço Militar, não será ministrada "Instrução Militar". A esses, ser-lhes-á fornecido documento de quitação militar.

XIV — ALFABETIZAÇÃO

a) — Alternadamente, será reservada uma hora para alfabetização do pessoal dos Campos de Instrução.

Os analfabetos serão grupados dentro das respectivas turmas de instrução para as aulas. Os Sargentos, Cabos e Soldados alfabetizados, serão empregados como monitores das sub-turmas de alfabetização.

b) — O método a empregar será o da Escola ativa, adaptáveis aos espíritos adultos.

c) — Para melhor familiarizar o homem com o alfabeto, sem criar nêle recalques, tédio, inibições, todas as ruas, estradas e áreas de instrução do Campo de Instrução terão por denominação, letras do alfabeto.

Como as áreas, caminhos e estradas, num Campo de Instrução são numerosas se poderá dar êmprego às letras do alfabeto, sejam simples ou combinadas em sílabas. Assim teríamos rua "A", campo "T", estrada "TA", etc.

Outras combinações poderão ser feitas visando a familiarisação do homem, com os símbolos do alfabeto. O trato diário do homem com as letras, permitirá no fim de certo tempo a sua apreensão.

XV — DOS INSTRUTORES

Visando um melhor rendimento da instrução, os instrutores, serão especializados, bem como os monitores, dos diferentes assuntos a ministrar.

a) — Para o setor de treinamento militar :

— Mediante o aproveitamento dos Oficiais e Sargentos especialistas já existentes, com entusiasmo, inteligência e vigor físico.

b) — Para o setor de treinamento agrícola-pastoril :

— Mediante o aproveitamento dos Oficiais da ativa (Q. A. e Q. A. O.) e da Reserva formados

em agrônoma ou veterinária e pelo emprego inicial de Sargentos, com curso, como monitores com o curso das Armas.

— Posteriormente, no próprio setor, pela seleção dos melhores elementos e aplicação de uma instrução especializada de aprimoramento, serão constituídos os monitores de produção agrícola-pastoril, isto é, os capatazes rurais militares.

c — Haverá um rodízio entre os Oficiais da tropa e dos Campos de Instrução, após cada ano de instrução.

XVI — EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES

Tôdas as edificações a serem levantadas, construções a serem feitas e instalações necessárias aos Campos de Instrução serão de emergência, na base de madeira e lona impermeabilizada, ou de outros materiais de baixo preço. A

construção das instalações dos Campos de Instrução deverá ser a mais econômica possível, não sendo admissível construções suntuosas, mesmo para funcionamento dos órgãos permanentes de Comando e Direção.

XVII — OBRAS E ACESSO

O governo por meio de elementos especializados da tropa, encarregar-se-á da melhoria e construção de obras que facilitem o acesso aos campos de instrução.

XVIII — CONCLUSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

Terminado o tempo de serviço os homens serão recambiados pelo governo para seus lugares de origem.

XIX — REGULAMENTAÇÃO

O presente plano cujas idéias gerais são aqui lançadas comporta uma regulamentação.

CONDECORAÇÕES MILITARES

Major ANTONIO DA ROCHA ALMEIDA

No artigo acima, publicado em nosso número de março, por erro de impressão saiu na linha 13, página 185 a palavra *dignatário*, quando constava do original *dignitário*.

(Nota da Redação).

Não são as trincheiras que detêm o inimigo, mas as forças que as ocupam. FREDERICO.

De todos os que derrubaram a República, Cesar era o único que não estava bêbado. CATÃO.

Conservar melhorando

Ten. HERALDO DE OLIVEIRA MOTA

Um dos problemas que mais tem dado lugar a controvérsias, propostas de soluções, sem ter ainda atingido uma fórmula viável que satisfaça a todos nós, militares, é, sem dúvida, o problema dos vencimentos. Não sei como negar, como encobrir, as razões materiais e emotivas dêste caso difícil, tanto quanto mais precárias se tornam as condições de vida da quase totalidade dos nossos companheiros, merecedores de maior assistência. Se angustioso é este *problema de vida*, mais ainda é o *problema da morte*. O que significa para uma viúva de um capitão ou mesmo de um general, morto em 35, por exemplo, na traição vermelha, o montepio que recebe, em face da carestia da vida atual? Paire a interrogação no espírito dos que me lêem. Paire, para que não desanimem...

Alguns poderão dizer: um *seguro de vida* resolverá a questão. Pensei realizar o mesmo e cheguei à conclusão que para fazer um seguro de Cr\$ 100.000,00 teria de dispendir, anualmente, mais de Cr\$ 3.000,00 de prêmio. Era forte para mim e... para nós. **DE-SISTI.**

Pensei no seguinte: se grupássemos os oficiais do Exér-

cito em 3 (três) classes de idade:

- a) oficiais entre 20 e 35 anos.
- b) oficiais entre 35 e 50 anos.
- c) oficiais além de 50 anos.

poderíamos organizar um plano de seguro interessante. Vamos supor que o grupo *a* tivesse 1.000 membros; cada um concorrendo, uma vez, com a importância de Cr\$ 100,00, teríamos um total de Cr\$ 100.000,00. Uma nova contribuição de Cr\$ 100,00 só seria dada no caso da morte de um dos membros da sociedade. A viúva, no caso, receberia os Cr\$ 100,00,00 que estavam em caixa. E far-se-ia um novo pecúlio, repetindo a quota de Cr\$ 100,00.

Surge, aí, a primeira objeção: mas se morrerem 10 (dez) membros, no período de um ano? Realmente teríamos que contribuir com Cr\$ 1.000,00, preço muito menor que o prêmio de qualquer seguro de Cr\$ 100.000,00. Outra objeção: e a probabilidade de morte? Já está prevista na divisão das classes por idade. Mais outra: e os que ingressam no oficialato? Entrarão na classe correspondente à idade. Outra ainda: e os que atingirem a

idade da classe seguinte? Passarão, automaticamente, para esta classe.

A grande dificuldade resultará do controle para atingir este fim. Todavia, estudado o problema devidamente, poderá ter o mesmo mecanismo do montepio (mais barato), ser oficializado e dirigido por uma pequena comissão, com cadas-

tro, que viverá dos juros do capital empregado.

Aqui fica a idéia. A sanção da prática já foi obtida na Polícia de Minas Gerais que utiliza sistema idêntico.

Sugestões, continuamos esperando tê-las para que a seção Conservar Melhorando possa ser útil a todos os nossos companheiros de profissão.

Apêlo aos Capitães e Tenentes

Inúmeras têm sido as cartas e sugestões verbais que temos recebido sobre a qualidade da matéria que publicamos. Entre elas, quase generalizada, aparece a idéia da matéria que interesse aos subalternos e sargentos. Realmente notamos nos trabalhos que recebemos a ausência completa de matéria objetiva para os escalões de baixo. Confessamos que é uma falha a corrigir, pois, entre nossos assinantes 50% são oficiais subalternos e sargentos.

Há 8 ou 10 anos atrás isto não acontecia, havia abundante matéria para os quadros subalternos.

Perguntamo-nos agora, porque êsse retraimento?

Porque não mais se escreve sobre organização da instrução, sobre processos de execução, sobre combate de pequenas unidades (pelotão, grupo, secção, bateria)?

Dentro da situação acima, é que a Direção apela para os companheiros, particularmente para os que estão trabalhando diretamente com a matéria prima, afim de que nos enviem seus trabalhos, pequenas notas, observações, exercícios realizados, programas, notas sobre competições, concursos, resultados de exercícios de qualquer matéria, etc., etc.

A ESA e a EIE dirigimos um apêlo especial, pois, todos os subalternos e sargentos, de qualquer arma ou serviço, têm a atenção voltada para estas duas Escolas que hoje são como dois laboratórios empenhados em experimentar processos novos.

Informações Militares

QUALIDADES DOS OFICIAIS

Em sindicância realizada entre 200 soldados de diversas armas, pelo jornal militar norueguês *Militær Orientering*, apurou-se serem as seguintes, na ordem em que se acham citadas, as qualidades mais apreciadas em um oficial:

1. — Competência em sua função; deve possuir educação esmerada, conhecimento do que fala e maior instrução do que o soldado e o sargento.

2. — Camaradagem; sem prejuízo das relações de companheirismo, deve ser capaz de manter a disciplina e participar das tristezas e alegrias de seus homens;

3. — Imparcialidade; precisa tratar todos igualmente e sem distinções.

4. — Moderação; deve evitar observações e comentários

que revelem descontentamento com a situação em que se acha.

5. — Preocupação com seus homens. Por mais competente que seja, nenhum oficial conseguirá o máximo de seus homens se estes não sentirem que ele está zelando pelo seu bem-estar.

6. — Decisão; precisa fazer cumprir tôdas as ordens, saber como agir em tôdas as situações, nunca vacilar e ter palavra.

7. — Maneiras corretas.

8. — Iniciativa.

9. — Pontualidade.

10. — Polidez.

11. — Auto-crítica.

12. — Cultura geral e compreensão de que seus homens são tão importantes quanto sua própria pessoa.

(Extraído de *Military Review*)

FRENTE ÁRTICA

As operações árticas americanas "Frigid" e a canadiana-americana "Musk-Ox" revelaram inúmeras deficiências técnicas não só no mau funcionamento do armamento da artilharia, lança-chamas e dispositivos de Radar, como também na utilização de certas borrachas sintéticas e alguns óleos lubrificantes. Alguns dos pro-

blemas surgidos já foram solucionados pelos técnicos americanos, porém, outros continuam sem solução, submetidos a estudos. A inquietação motivada pelos problemas árticos é devida às constantes manobras russas realizadas nas regiões árticas e cercadas do mais rigoroso sigilo, sabendo-se também que eles se acham mais

familiarizados com os problemas árticos que os americanos.

* * *

A Rússia, segundo estimativas feitas, possui aproximadamente 100 estações meteorológicas situadas nas regiões árticas, enquanto os Estados Unidos e Canadá possuem, em conjunto, apenas 39 estações. Daí a maior confiança com que os russos podem tentar resolver os problemas árticos.

* * *

O equipamento ártico de um soldado americano, atualmente importa em cerca de 1.200 dólares (aproximadamente 24 mil cruzeiros). Assim, somas enormes têm sido dispendidas pelas Forças armadas Americanas para a solução dos diversos problemas relacionados com prováveis operações árticas em que terá de se empenhar, no caso de um novo conflito mundial.

ARTILHARIA

A artilharia divisionária americana teve o seu efetivo aumentado para o equivalente a seis grupos, possuindo atualmente seis peças por bateria. Assim, acha-se atualmente o Exército Americano com uma

potência de fogo de artilharia igual a dos russos. (Sobre as bacias a 6 peças, iniciamos neste número a publicação de importante estudo do Cap. Nilton Freixinho, Instrutor da E. E. M.).

CAMPOS DE INSTRUÇÃO

Segundo artigo de *Edmond Delage*, transcrito na revista militar portuguesa *Infantaria*, os franceses sabiamente substituíram o quartel tradicional pelo "acampamento ligeiro". Foram aproveitados antigos alojamentos alemães de tripulações de submarinos, localizados no estuário do Gironde e nos pinhais de Tanais, para instalações de um batalhão de recrutas, além de inúmeras outras antigas instalações dos

conquistadores nazistas. A criadora e inspiradora de tal programa foi a Direção da Arma de Engenharia impulsionada pela energia do general Pinson. Os acampamentos ligeiros construídos em meio de clareiras, com casas de madeira para os oficiais e sargentos são, em princípio, para o alojamento de mil homens cada. Já existem acampamentos prontos com capacidade para alojar 50.000 homens.

PARAQUEDISMO

O recorde mundial de saltos em paraquedas foi batido por três paraquedistas soviéticos, lançando-se da altura de 13.400 metros.

O coronel Romaniuk realizou o melhor salto com 13.400 metros, seguido do capitão Petkivicht com 12.520 metros, e do capitão Gladkov com 12.240

metros;
do Volg
mente s

Fora
formaç
nais pe
"Abri i
raqued
veria p
rios mi
Julguei
acionár
dos inic
que est
meu equ
encontra
fazia tar
ressou
um min
uma al
neu 1.5
das".

O re
ido est

Apes
tuados
lagem
ra, aind
um perf
meras i
geográfi
culdades
opinião
laudes,
lar os e
tizados
luzido s
um alto
os outr
os de a
erem ob
gens pe
riação,

metros; todos sobre a região do Volga, e abrindo imediatamente seus paraquedas.

Foram as seguintes as informações prestadas aos jornais pelo coronel Romaniuk: "Abri imediatamente meu paraquedas, significando que deveria permanecer durante vários minutos na estratosfera. Julguei que me encontrava estacionário, nos 10 ou 15 segundos iniciais, porém, verifiquei que estava caindo. Olhando meu equipamento notei que se encontrava coberto de neve, e fazia tanto frio que o gelo atravessou minha roupa. Vinte e um minutos depois caí sobre uma aldeia, tendo completado meu 1.578.º salto de paraquedas".

O recorde anterior havia sido estabelecido pelo capitão

Kaitanov, que há dez anos saltou da altura de 11.037 metros.

* * *

Os cidadãos argentinos chamados para o serviço militar, caso o desejem podem prestar seu tempo de serviço como paraquedistas da força aérea argentina, bastando para isso dirigir seus requerimentos ao Comando da Força Aérea Argentina, e se submeterem às provas de seleção. Os aprovados são incorporados à Escola Militar de Paraquedistas em Córdoba, onde cumprem como voluntários seu ano de serviço, percebendo além do soldo mensal, mais uma gratificação por "lançamento". Ao fim desse ano de serviço podem ingressar no 1.º ano da Escola de Graduados de Aeronáutica, sendo dispensados do exame de admissão.

CAMUFLAGEM

Apesar dos progressos efetuados nos processos de camuflagem durante a última guerra, ainda não é possível obter um perfeito disfarce de inúmeras instalações e acidentes geográficos. As maiores dificuldades residem, segundo a opinião do Cel. Homer Saint-Gaudes, em se conseguir camuflar os efeitos de reflexão produzidos pelos rios, o brilho produzido sobre uma chaminé por um alto forno, e entre inúmeros outros exemplos, os campos de aviação. Apesar de se terem obtido algumas camuflagens perfeitas de campos de aviação, nove vezes em dez tais

tentativas resultam em completa perda de tempo.

* * *

Ainda segundo opinião do Cel. Homer Saint-Gaudes, os alemães obtiveram muito melhores resultados que os americanos na camuflagem, tendo conseguido ocultar suas peças de campanha de tal maneira que se tornava impossível descobri-las com a simples observação visual. Também as bases lançadoras de projetis-foguetes localizadas perto de Cherbourg só foram identificadas pelo Cel. Homer, por conhecer previamente onde se encontravam situadas.

FOGUETES

Para o acompanhamento pela vista e fotograficamente dos foguetes de grandes altitudes, foi construído no Polígono de Ensaio de Aberdeen (Maryland), um telescópio de reflexão de 16 polegadas, montado em reparo de canhão anti-

aéreo de 90 mm. Este telescópio será instalado a 56 km. da plataforma de lançamento dos foguetes, em um pico de 2400 metros de altura, no Polígono de Ensaio de White Sands (New México).

OS SERVIÇOS

O General Eisenhower em *História da Guerra*, referindo-se às necessidades das tropas empenhadas na operação "Overlord", nas praias da Normandia, informa que necessitava-se diariamente de 1.000.000 de galões de gasolina (aproximadamente 4.500.000 litros) para que as colunas blindadas pudessem continuar seu avanço. Com tais elementos podemos observar a responsabilidade dos serviços encarregados do abastecimento e aprovisionamento das tropas empenhadas em tal operação.

* * *

Destacamos a seguir o trecho de um relatório apresentado pelo comandante de uma Divisão alemã, e que constitui grande homenagem aos serviços americanos:

"Não consigo compreender os americanos. Todas as noites temos a certeza de tê-los aniquilado completamente, de lhes têmos infligido pesadas baixas e de têmos inutilizado completamente uma parcela considerável de seus meios de transporte. Consta-nos que, em certos casos, chegamos a dizimar batalhões inteiros. No entanto, na manhã seguinte, deparamos com batalhões descansados, cujas baixas foram substituídas, tendo sucedido o mesmo com as máquinas, munições de boca, ferramentas e armas. E isso sucede diariamente. Se não tivesse observado com meus próprios olhos, diria que é impossível proporcionar apoio e fornecimentos a tropas de primeira linha tão afastadas de suas bases".

ENERGIA ATÔMICA

Notícias recentes revelam que foi submetida a prova a sexta bomba atômica, com êxito, no atol de ENIWETOK, em pleno Oceano Pacífico. As provas foram realizadas em segredo, e está sendo confeccionado um relatório sobre a experiência para ser apresentado

à Comissão Conjunta de Energia Atômica, do Congresso dos Estados Unidos, em sessão secreta. Depois da primeira explosão atômica no deserto de Alamogordo em New México, esta experiência é a primeira verdadeiramente científica,

pois seus efeitos foram medidos com instrumentos científicos de alta precisão.

* * *

A explosão da primeira bomba atômica sobre o Japão foi correspondente a uma explosão de vinte mil toneladas de TNT (tri-nitro-tolueno).

AVIAÇÃO

A mira usada pelos bombardeiros americanos no curso da Segunda Grande Guerra possuía tão grande precisão, que a 9144 metros de altura colocava uma bomba dentro de um círculo de 97,50 metros de diâmetro. Qualquer impacto além desses limites era considerado como um erro do bombardeador.

* * *

O bombardeio a grandes altitudes utilizando para a pontaria o RADAR, fornecia durante a guerra uma precisão de 457 metros como diferença máxima entre o impacto e o objetivo. No entanto, o Grupo 509, encarregado do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima, em virtude de treinos intensivos conseguiu aumentar tal precisão para 274 metros.

* * *

A Rússia apresentou em suas últimas demonstrações aéreas aproximadamente 100 aviões de combate de tipos diferentes, todos utilizando o princípio da jato-propulsão. Nessas demonstrações verificou-se também ter ela reproduzido as Super-fortalezas B-29 americanas, utilizando para isso aparelhos obrigados a aterrisar em seu território durante o último conflito mundial, e por ela internados. Possui

também 14.000 aviões de combate de primeira linha, o que corresponde aproximadamente ao dobro dos aparelhos propostos para a Força Aérea Americana no programa para 1949 que prevê a existência de 70 grupos.

* * *

Nas conclusões da Comissão de Política Aérea do Presidente dos Estados Unidos, apresentadas ao Executivo americano foram feitos os seguintes pedidos relativamente à Aviação:

Sr. W. Stuart Symington, Secretário das Forças Aéreas reclamou um mínimo de 630 aviões de bombardeio de grande raio de ação, distribuídos em bases estratégicas em todo o mundo, sendo que 504 deverão estar prontos para levantar vôo imediatamente, permanecendo os restantes em reserva.

O General Carl Spaatz, Chefe do Estado-Maior das Forças Aéreas fixou como requisito essencial para a segurança do país um programa de 70 grupos aéreos, com 6869 aviões em atividade, 3212 na Guarda Nacional e 2360 na reserva, devendo esse total ser reforçado com 8100 aviões armazenados. Insistiu ainda que se tornará necessário uma rede de instalações de radar no Ártico, uma indústria de trans-

portes com muitos aviões e um bem elaborado plano de mobilização.

O Secretário da Marinha deu como necessidades da armada, um mínimo de 11.500 aviões, compreendendo 3000 de combate com a Esquadra, 1900 para operações conjuntas com a frota e 1500 para treinamento, além de 3500 em reserva, armazenados especialmente.

* * *

A Marinha Norte-americana se acha experimentando um novo tipo de avião a reação, o *Skyrocket*, capaz de superar o *Skystreak*, sendo capaz de atingir 8000 metros de altura em 3 minutos apenas de voo. O novo aparelho recebeu a designação de Douglas 558-2, e utiliza foguetes do tipo N 6000C4 da Reaction Motors para subir ainda mais rapidamente ou para obter velocidades superiores aos 1100 kph.

* * *

Segundo estatísticas oficiais, nos primeiros sete meses de 1947 a Argentina importou material aeronáutico (aviões) no valor de nove milhões de pesos.

O público argentino teve oportunidade de conhecer recentemente o primeiro dos 14 helicópteros Sikorsky adquiridos nos Estados Unidos pela Secretaria de Aeronáutica para cooperar com a polícia federal na vigilância de bosques, transporte de feridos e doentes, serviços de salvamento e investigação.

* * *

A Companhia Aeronáutica Paulista de Utinda, São Paulo, concluiu a construção do seu primeiro aeroplano de quatro lugares totalmente construído no Brasil. Trata-se do CAP-9, modelo "Carioca", que possui autonomia de voo de quase nove horas, velocidade de cruzeiro de 150 quilômetros e um péso útil de 500 quilos.

* * *

Em São José dos Campos, São Paulo, está sendo organizada a primeira Escola de Engenharia Aeronáutica destinada à preparação de técnicos dessa especialidade imprescindíveis ao país nos tempos modernos, em que nosso progresso aeronáutico tem sido surpreendente.

Esquadrias "Padrão" S. A.

SERRARIA E FÁBRICA DE ESQUADRIAS

Portas Compensadas — Madeiras em Geral para Construções

SERRARIA SINPA

Em ROLÂNDIA

Norte do Paraná

AV. TIRADENTES, 1110

Caixa Postal 5.556

Telefones: 4-5010 e 4-5000

SÃO PAULO

FERNANDO DE NORONHA

1.^a Travessia Aérea do Atlântico Sul — Padrão em Fernando Noronha — No dia 1.^o de Dezembro de 1947 foi inaugurado em Fernando Noronha um Padrão Comemorativo do 25.^o aniversário do glorioso feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Esta homenagem foi devida ao Governador do Território, Major Mário Fernandes Imbiriba.

O monumento é um obelisco, sustentando a Cruz de Cristo, de mármore de tonalidade vermelha, sendo o topo encimado por uma hélice do tipo das usadas pelos aviões da época da primeira travessia, tendo ao centro uma esfera armilar. No lado oposto tem uma placa de bronze de 0,70x0,65, com a seguinte inscrição:

"Os portugueses foram os primeiros que, pelo ar e pelo mar, cruzaram o Atlântico Sul. Homenagem do território de Fernando Noronha a Gago Coutinho e Sacadura Cabral que, em 1922, estiveram nesta ilha, quando da gloriosa vitória da aviação, na primeira travessia do Atlântico, com rumo certo".

O obelisco é ladeado por dois canhões portugueses da época colonial, ali existentes, ostentando as armas portuguesas e colocados na posição de tiro, sobre placas de cimento.

Procedeu-se à inauguração, usando da palavra o governador Imbiriba, que enalteceu o feito, justificando a iniciativa

daquela comemoração, que ficará perpetuando o feito épico de Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Seguidamente o sr. Comandante Paulo Viana leu a mensagem enviada por Gago Coutinho:

"Esta ilha, de Fernando Noronha, simboliza o nebuloso Descobrimento do Brasil.

Porque, achada também, provavelmente entre 1487 e 97, durante a exploração da nova *passagem de Sudoeste* para o Mar do Sul, ela teria então começado por receber o nome primitivo de *São Mateus*, que lhe atribui Southey. É notório que com ele ainda figurava no mapa por onde aqui veio o espanhol Loaisa em 1525, a caminho do Estreito de Magalhães; já tinha, então, outros nomes nas nossas cartas. "Delphine" lhe chamaram os franceses, e o Povo considerava-a "Fora do Mundo".

Sentinela avançada em defesa do Brasil, a ilha foi ocupada pelos portugueses, que depois tiveram de a reconquistar aos holandeses. Fortificada, ainda a militarizaram durante a guerra de 1914. Enfim, servia de útil apoio às patrulhas aéreas no decorrer da passada guerra, como se fôsse gigantesco porta-aviões.

Mas não ficou esquecido que aviões portugueses foram os primeiros que a sobrevoaram, como tinham sido caravelas portuguesas, marcadas com

a mesma Cruz de Cristo, os primeiros navios que, no horizonte, avistaram seu característico pico de basalto, o *Dedo de Deus*.

Quis Sua Excelência o Governador do "Território de Fernando Noronha", Comandante Mário Fernandes Imbri-ri-ri-ri, comemorar esses episódios da História do Brasil erigindo na ilha um "obelisco" que perpetuará a intervenção dos pioneiros — navegadores, incontestavelmente portugueses.

Este ato de agora, realizado por brasileiros, faz reviver a importância que teve, para o progresso das carreiras aéreas transatlânticas, esta pequena ilha de "Fernando Noronha".

Recordemos que, depois de servir de base aos aviadores portugueses de 1922 a ilha foi a seguir escala forçada dos hidroaviões, espanhol, italiano, brasileiro, franceses e alemães, pioneiros dos raids Sul-Atlânticos. Já em 1927, fôra, pela primeira vez, ligada ao continente africano pelo avião português "Argos", que aqui "tocou" depois de ter voado uma noite inteira.

Assim, a fundação de um monumento, ladeado por antigos canhões portugueses, vem, pois a propósito nesta ilha, cuja história marítima e militar sobreleva dinamicamente a de todas as outras ilhas do Atlântico.

Ademais, tanto aos portugueses de Portugal como aos do Brasil, impressionará profundamente este gesto simbólico do Governo do Território de Fernando Noronha.

É, pois, em nome desses portugueses que, concretizando seus mais íntimos sentimentos, um velho representante do passado toma a liberdade de agradecer esta generosa homenagem, que regista uma sequência histórica de acontecimentos que evocam a memória de navegadores, Avós comuns de portugueses e brasileiros, neste território, parcela inicial do progressivo amálgama de Estados que constitui o Grande Brasil.

Gago Coutinho

(Extraído da *Revista Militar* — Portugal).

O militar de hoje é, antes de tudo, um homem; esse homem é também um cidadão; e esse cidadão, finalmente, um soldado que nobremente coloca todas as suas energias ao serviço da Pátria. FERNANDO LERA.

O militar que julga ser a disciplina uma convenção, não é um militar; é um cidadão fardado. Falta-lhe o espírito, a alma, a vocação do profissional ao serviço da Pátria, isto é, das causas nobres. Cel. CORREIA LIMA.

Em tempo de guerra, nossas Forças Armadas sempre foram constituídas de civis, de sorte que deixar de preparar a reserva implica em condenar-nos a uma situação de impotência. Gen. DWIGHT D. EISENHOWER.

É uma ilusão popular a crença de que os Exércitos fazem as guerras; na realidade, as guerras inevitavelmente fazem os Exércitos. Gen. EMORY UPTON.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

**Atos Officiais do Ministério da Guerra publicados
no "Diário Oficial", no período de 20 de Março a
20 de Abril de 1948.**

**Curso Básico de Material Bélico (sua
criação na E. I. E.).**

1. De acôrdo com o parecer do Estado Maior do Exército, fica criado na Escola de Instrução Especializada, um "Curso Básico de Material Bélico", destinado a preparar de oficiais de qualquer arma para o exercício das funções técnicas especializadas previstas no Regulamento do Serviço de Material Bélico (Diretoria, Serviços Regionais, Depósitos, Parques e Unidades de Manutenção de Material Bélico).

2. Para atender ao funcionamento deste Curso fica o efetivo da referida Escola acrescido de quatro oficiais auxiliares de instrutor (capitães ou tenentes de qualquer arma) e de quatro sargentos monitores.

Aviso n.º 246 de 16-III-48 — D. O. de 22-III-48.

* * *

Aluno da E. P. C. desligado (solução de consulta).

O Comandante da 10.ª Região Militar consulta sobre a situação de aluno de Escola Preparatória, desligado por falta de aproveitamento no curso e que apresenta certificado de reservista de 2.ª categoria (Rad. 83/E. M., de 4-3-48).

Em solução, atendendo ao que dispõe o art. 89 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, declara:

O aluno de Escola Preparatória, oriundo do meio civil, que fôr excluído durante o curso por qualquer

motivo, exceto por licença para tratamento de saúde, ficará obrigado, mesmo se reservista de 2.ª categoria, a completar sua instrução militar, servindo por um ano em corpo de tropa, onde será incluído como soldado; se reservista de 1.ª categoria, ficará isento dessa obrigação.

Aviso n.º 252 de 23-III-48 — D. O. de 29-III-48.

* * *

Reengajamento de sargento (solução de consulta).

Consulta o Comandante do 15.º Regimento de Infantaria, em Offício n.º 1.419-S, de 18 de dezembro de 1947, como enquadrar a concessão de reengajamento a um sargento que, tendo mais de 4 anos e menos de 7 anos de serviço na data da publicação da Lei do Serviço Militar e beneficiado pelo artigo 160, se habilitou com um dos cursos (C. R. A. S.) previstos pelo artigo 87, em 18 de janeiro de 1947, contando então mais de 9 anos de serviço.

Em solução, aprovando o parecer do Estado Maior do Exército, declara:

a) Todos os sargentos que forem beneficiados pelo art. 160 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946) depois de se habilitarem com um dos cursos previstos no art. 89 e desde que satisfaçam as condições das letras a, b e c do art. 86 da referida Lei, poderão reengajar até completarem o limite de idade de permanência no serviço ativo,

ressalvando o caso da percentagem para os 3.ª sargentos previstos no art. 89;

b) os reengajamentos nestes casos serão baseados no final do art. 160 da mencionada Lei do Serviço Militar.

Aviso n.º 258 de 23-III-48 — D. O. de 29-III-48.

* * *

Estágios de oficiais subalternos R/2 (concessão de)

1. Autorizo os Comandantes da Região Militar a concederem estágio regulamentar, sem direito a vencimentos pelo Exército, aos oficiais subalternos da Reserva de 2.ª classe do Serviço de Saúde que requereram.

2. O número de estagiários e as condições do estágio serão fixados pelos respectivos Comandantes da Região Militar, de acordo com as possibilidades de enquadramento e a situação civil dos interessados.

3. Os comandantes da Unidade onde estiver estagiando o oficial nas condições do presente Aviso deverão officiar à autoridade civil (Chefe de Repartição ou Empresa da qual faça parte o interessado), informando-a de que o estagiário nada percebe, como vencimento, pelo Exército.

Aviso n.º 254 de 23-III-48 — D. O. de 29-III-48.

* * *

Função de Cmt. de contingente de C. R. (solução de consulta).

Consulta o Chefe do E. F. da 9.ª R. M. se um Tenente que vem exercendo a função de Comandante do Contingente de sargentos e praças da 30.ª Circunscrição de Recrutamento, tem o direito de receber a diferença de vencimentos entre os do seu posto e os de capitão.

Em solução, declaro:

Não havendo nenhum dispositivo legal ou regulamentar, nem quadro de efetivos que torne a referida função privativa do posto de capitão, nenhuma diferença de vencimentos caberá ao oficial subalterno que a exercer.

Aviso n.º 257 de 23-III-48 — D. O. de 29-III-48.

Quantitativo de verdejo (alteração).

Na tabela aprovada por Aviso n.º 1348, de 30 de dezembro de 1947, fica alterado de Cr\$ 1,40, para Cr\$ 2,10 o quantitativo de verdejo para animais em argola das unidades da guarnição do Distrito Federal.

A alteração em apreço deverá vigorar a partir de 1.º de abril próximo vindouro.

Aviso n.º 258 de 23-III-48 — D. O. de 29-III-48.

* * *

Artigos 23 e 24 das I. D. F. (modificação).

Atendendo ao que propõe a Comissão de Fardamento em of. n.º 7 C. F. de 17 do corrente, passam a ter a seguinte redação os ns. 23 e 24 das I. D. F. aprovadas por despacho de 22-VI-945:

23 — Nos casos de incorporação fora da época normal, serão feitos pedidos especiais no âmbito da Unidade.

24 — A duração das peças de tempo determinado de que trata o n.º 23, será contada da data do respectivo pedido.

Aviso n.º 260 de 23-III-48 — D. O. de 29-III-48.

* * *

Desistência de passagens requisitadas (recomendação).

Com o fim de evitar para os cofres públicos despesas desnecessárias, recomendando aos militares e civis que tenham direito a transporte por conta deste Ministério que, no caso de desistirem de utilizar as passagens requisitadas avisem, sem demora, ao órgão que as requisitou, para que sejam canceladas pela empresa transportadora.

Aviso n.º 269 de 24-III-48 — D. O. de 30-III-48.

* * *

Gôzo de férias no estrangeiro (suspensão).

Até nova ordem ficam suspensas as permissões para gôzo de férias no estrangeiro, pelo que não mais devem ser encaminhadas a este Gabinete as solicitações a respeito.

Aviso n.º 270 de 24-III-48 — D. O. de 30-III-48.

Efetivo da Inspetoria de Tiro da 4.^a R. M. (aumento).

De conformidade com o parecer do Estado Maior do Exército, fica aumentado de um Capitão de Infantaria, a título precário, o efetivo em officas da Inspetoria de Tiro da 4.^a R. M.

Aviso n.º 272 de 29-III-48 — D. O. 31-III-48.

Boletim de Frequência do Funcionalismo Civil do M. Guerra (criação de)

1. Cabendo á Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra processar de três em três meses de acôrdo com o Decreto n.º 24.646, de 10 publicado no *Diário Oficial* de 17-3-948, as promoções do funcionalismo civil do Ministério, precisa ela estar de posse, até o dia 10 de cada mês, das informações sobre a frequência de todos os funcionários civis efetivos referentes ao mês anterior, para poder apurar a antiguidade de classe e o interstício de cada um indispensáveis ao processamento das promoções.

2. Assim fica instituído, a partir desta data o modelo anexo de Boletim de Frequência que deverá ser enviado pelos meios mais urgentes de forma a dar entrada na Divisão do Pessoal Civil, impreritivamente, até o dia 10 de cada mês.

MINISTÉRIO DA GUERRA

(NOME DA REPARTIÇÃO)

Nome :	Mês de
	Matrícula
Carreira :	Classe
	N.º de dias

Em trabalho efetivo.....
Em trabalho de cargo em comissão.....
Em disponibilidade.....
Em férias.....
Em serviço de jurí.....
Em nojo.....
Em gala.....

Faltas justificadas art. 111, § 3.º, do E. F. P. C. U.

Faltas justificadas disciplinarmente, Circular n.º D. F. - 11, de 20-VI-1945, (indicar as datas) ...

Faltas não justificadas (indicar as datas)

Em suspensão cumprida (indicar as datas).....

Em suspensão cancelada...

Em suspensão convertida em multa.....

Entradas tarde (número e datas).....

Saídas antes da terminação do expediente (número e datas).....

Advertências.....

Repreensões.....

Por Licenças Diversas :

Especial (prêmio).....

Moléstia comum.....

Moléstia contagiosa.....

Sem vencimentos.....

A funcionária gestante...

Acidente em serviço.....

Interesses particulares ..

Para tratamento de pessoa da família.....

(Local e data)

OBSERVAÇÕES

.....
Chefe da Repartição

Aviso n.º 291 de 30-III-48 — D. O. de 1.º-IV-48.

Serviço de correspondência com a Comissão Militar Brasileira nos E. E. U. U. (recomendação).

Afim de regularizar o serviço de correspondência, via radiograma, com a Comissão Militar Brasileira nos Estados Unidos, somente deverão ser transmitidas as mensagens passadas em talões do Gabinete Ministerial.

Os diferentes órgãos deste Ministério que desejarem fazer comunicações áquella Comissão deverão providenciar a entrega, diretamente á Chefia do Gabinete, da minuta correspondente.

Aviso n.º 297 de 2-IV-48 — D. O. de 3-IV-48.

Encaminhamento de documentos ao Exmo. Snr. Ministro da Guerra (recomendações sobre)

Têm chegado á minha deliberação propostas relativas á admissão ou á promoção nos diferentes estabelecimentos de ensino do Exér-

cito e que não se enquadram muitas vezes, nas disposições regulamentares e instruções ministeriais em vigor.

2. Cumpre fazer obedecer rigorosamente tais prescrições para que se possa completar a normalização dos trabalhos no Exército, decorrente da desmobilização e da entrada do país no regime constitucional.

3. Para a consecução deste objetivo recomendo:

a) não sejam encaminhadas à minha decisão pretensões que contrariem a legislação vigente;

b) as pretensões amparadas por lei devem ser encaminhadas com a indicação expressa do texto legal que as ampara;

c) máxima clareza nas informações dadas às partes cujas pretensões não tenham amparo legal, a fim de evitar que, em virtude poderá fazer a concessão pretendida;

d) organização, com a antecedência necessária, das instruções reguladoras dos concursos, rigorosamente dentro das normas regulamentares referentes ao assunto, e compreendendo, apenas, aquilo que o próprio regulamento não aborda ou que ele mesmo determina seja fixado;

e) máximo empenho em não propor modificações a essas instruções uma vez aprovadas, particularmente no que se refere às condições a satisfazer pelo candidato ou pelo aluno, e à ampliação do número de vagas anteriormente fixado para matrícula em cada Escola;

f) as instruções poderão ser acompanhadas por textos regulamentares de interesse imediato do candidato, os quais, neste caso, deverão ser transcritos com a referência clara dos artigos, decretos ou leis de que fazem parte.

4. Quando for sentida a necessidade de modificação de textos regulamentares, que só os poderes competentes poderão fazer, ou de prescrições contidas em instruções ministeriais, deverá essa modificação ser apresentada, sempre por escrito e pelo encaminhamento normal, ao meu estudo, com justifica-

tivas, cabais de sua necessidade e com tempo suficiente para sua aprovação e consequente aplicação.

Aviso n.º 305 de 7-IV-48 — D. O. de 10-IV-48.

* * *

Revogação de item de aviso:

Nota: O aviso citado trata de "Suspeita de tuberculose, tendo sido publicado no D. O. de 25-10-47 e no n.º de Nov-Dez. desta Revista.

Fica revogado o item 7 do aviso n.º 1.112, de 23 de outubro de 1947.

Aviso n.º 315 de 9-IV-48 — D. O. de 12-IV-48.

* * *

Instruções para aquisição e consumo de entorpecentes no S. S. Ex. (modificação de artigos).

Os arts. 7 e 23 das "Instruções para aquisição e consumo de entorpecentes no Serviço de Saúde do Exército" passam a ter a seguinte redação:

Art. 7.º O aviamento de receitas e o fornecimento de especialidades contendo substâncias entorpecentes só poderão ser feitos pelas Farmácias Militares quando prescritas por médicos, dentistas e veterinários do Exército.

§ 1.º As receitas só serão aviadas quando escritas por extenso, contendo nome, posto e unidade a que pertence o doente e uso do medicamento, além do nome, posto e unidade ou estabelecimento em que servir o signatário da prescrição, quando da ativa, e nome, posto e respectiva residência, quando inativo, sempre datadas.

§ 2.º (sem modificação).

§ 3.º As receitas serão prescritas em papel oficial de que cogita o parágrafo único do art. 6.º ou em papel de receitaário em que haja no cabeçalho o nome do profissional.

Art. 23. Os mapas de balanços trimestrais e anual serão feitos em duas vias, das quais uma será remetida à Diretoria de Saúde do Exército, por via hierárquica, ficando a outra arquivada na Farmácia Sanitária Regional de que proceder.

Aviso n.º 320 de 10-IV-48 — D. O. de 14-IV-48.

de fardamento (Solução de con-

Consulta o Tesoureiro do 13.^o C. se ao aspirante a oficial promovido ao posto de 2.^o tenente, assiste direito ao adiantamento concedido aos oficiais pelo art. 176 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército.

Em solução declaro:

1. Não ha como estender ao aspirante, promovido a 2.^o tenente, o disposto em o art. 176 do C. V. V. M. E.

2. O art. 11 do Código referido manda aplicar aos aspirantes as disposições referentes ao *abono de vencimentos e vantagens* aos oficiais e o artigo 176 cogita de um *empréstimo* e não de uma *percepção*.

2. A finalidade do adiantamento para fardamento é, sem dúvida, facilitar a aquisição de novos fardamentos de que realmente devem estar necessitados, os oficiais que são promovidos, depois de dois anos de posto, no mínimo.

4. O aspirante a oficial tendo recebido ao passar de aluno a essa nova situação a quantia de..... Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), sem qualquer indenização, para confecção de seus fardamentos, ao ser promovido a 2.^o Tenente após o interstício de 6 meses, não está, evidentemente, em igualdade de situação com os oficiais promovidos, razão porque, nem mesmo por analogia se poderia tornar aplicável a ele o art. 176 do citado código.

Aviso n.º 321 de 10-IV-48 — D. O. de 14-IV-48.

* * *

Função de cargo vago (Solução de consulta).

No ofício n.º 423-S de 21-7-1947. o Diretor da Escola de Saúde consulta se o Capitão Médico Doutor Euclides dos Santos Moreira, detentor interino do cargo vago de fiscal administrativo e privativo do posto de Major, continua a gozar das vantagens do art. 80 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, visto haver deixado essas funções (que passaram a ser acumuladas pelo Subdiretor), por ter de assumir a

tesouraria, em virtude de haver entrado no gozo de férias o capitão tesoureiro daquele Estabelecimento.

Em face de só existirem na unidade três oficiais, Coronel Diretor, Tenente-Coronel Subdiretor e Capitão Ajudante Secretário assumiu este cumulativamente com as suas, as funções de tesoureiro almoxarife, acumulando o Subdiretor as funções de fiscal administrativo, de acordo com o art. 24 do Regulamento de Administração do Exército.

Em solução, declaro:

1) não há como estender ao caso em questão o disposto no Aviso número 172-Vant. 2 de 22-1-1942;

2) o Capitão de que trata a consulta deixou as funções do cargo vago para exercer outras de posto igual ao seu e em consequência, não poderá receber as vantagens daquele cargo.

Aviso n.º 322 de 10-IV-48 — D. O. de 14-IV-48.

* * *

Vencimentos de soldados motoristas (Solução de consulta).

Em radiograma n.º 129-47-Sec. de 11 de outubro de 1947, consulta o Chefe do E. F. da 7.^a R. M., se devem ser sacados vencimentos de soldados motoristas, de acordo com o artigo 26 do Regulamento do Motorista Militar, ou conforme esclarece o Aviso n.º 968, de 12 de setembro de 1947.

Em solução, declaro:

Os soldados motoristas possuidores do curso de Formação realizado nos Corpos de Tropa e equiparado ao da E. I. E. pelo Aviso n.º 968 de 12-1-47 perceberão os vencimentos previstos pelo art. 26 do Decreto n.º 10.502, de 28 de setembro de 1942.

Aviso n.º 323 de 10-IV-48 — D. O. de 14-IV-48.

* * *

Ajuda de custo recebido por oficial que tem a sua matrícula trancada na E. E. M. (Solução de consulta).

Consulta o Subcomandante da 4.^a D. I. como proceder a respeito da ajuda de custo recebida pelo Capi-

tão Ari Lopes quando fôra mandado efetuar matrícula na Escola de Estado-Maior do Exército, visto ter sido a aludida matrícula trancada a seu pedido, sendo, posteriormente nomeado para as funções de adjunto do Quartel General do mesmo Comando.

Em solução, declaro :

a) que o interessado terá de sofrer carga da ajuda de custo recebida e das despesas ocasionais com o seu transporte, por ocasião de sua matrícula na citada Escola, de acôrdo com o art.92, do C. V. V. M. E.;

b) que feita a carga da ajuda de custo, essa vantagem não poderá mais ser computada para contagem dos prazos de recebimento de nova ajuda de custo; é como se não houvesse sido recebida;

c) nomeado para nova comissão o oficial de que trata a consulta se enquadra em o art. 97 do C. V. V. M. E.

Aviso n.º 324 de 10-IV-48 — D. O. de 14-IV-48.

* * *

Redistribuição de "sweater" de lã (Solução de consulta).

Consulta o Chefe do Serviço de Intendência da 4.ª Região Militar, se a "sweater" de lã é considerada não redistribuível, tendo em vista o n.º 34 das I. D. F.

Em solução declaro :

A "sweater" de lã, depois de convenientemente lavada e desinfetada pode ser redistribuída a outra praça.

Aviso n.º 107 de 3-II-48 — D. O. de 16-IV-48.

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

**AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS
ENCARGOS A UM OUTRO COMPA-
NHEIRO E COMUNICA A NOSSA DIREÇÃO.**

GER - 2C

Muita gente tem afirmado que a bomba atômica veio tornar as marinhas absolutas. Acontece, porém, que o mesmo foi dito após a descoberta de cada arma, desde os canhões de alma lisa até a granada perfurante. Alm. CHESTER W. NIMITZ.

Cumpra todos os teus deveres sem te julgares dispensado, por teu próprio arbítrio, de acatamento ao que te pareça menos importante. Cel. CORREIA LIMA.

Disciplina não é mera convenção; é estado d'alma, é estado de consciência, é aceitação espontânea das regras e normas de bem agir, tendo em vista um fim colimado. Cel. CORREIA LIMA.

A profissão militar, mais do que qualquer outra, depende necessariamente da interpretação inteligente do passado, como preparação do futuro. Gen. DOUGLAS MAC ARTHUR.

Colaboram neste número:

Cel. J. V. Sayão Cardoso
Cel. Renato Batista Nunes
Cel. J. B. Magalhães
Ten. Cel. Alberto Ribeiro Paz
Ten. Cel. Newton Franklin do Nascimento
Major Paulo Enéas
Major Airtton Salgueiro de Freitas
Major Cyro Furtado Sodré
Cap. Nilton Freixinho
Cap. Délio Barboza Leite
Cap. Moura Neto
Cap. Henrique Oscar Wiederspahn
Cap. Francisco Ruas Santos
Cap. Hugo de Sá Campelo Filho
1.º Ten. Everaldo de Oliveira Reis
1.º Ten. Diógenes V. Silva
Ten. Heraldo de Oliveira Mota
Aspirante Gustavo Lisboa Braga



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00